



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MOBILIZAÇÃO E CIDADANIA: O CIBERATIVISMO NA ÁFRICA
FRANCÓFONA**

SERGE KATEMBERA RHUKUZAGE

JOÃO PESSOA – PB

2021

SERGE KATEMBERA RHUKUZAGE

**MOBILIZAÇÃO E CIDADANIA: O CIBERATIVISMO NA ÁFRICA
FRANCÓFONA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Sociologia do Centro das Ciências Humanas Letras e Artes
da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial
para a qualificação do trabalho de tese. Linha de Pesquisa:
Cultura e Sociabilidades

Orientadora: Prof^a Dr.^a Teresa Cristina Furtado Matos

JOÃO PESSOA – PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e

R479m Rhukuzage, Serge Katembera.

Mobilização e cidadania: o ciberativismo na África francófona / Serge
Katembera Rhukuzage. - João Pessoa, 2021.

233 f. : il.

Orientação: Teresa Cristina Furtado Matos. Tese (Doutorado)
- UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU 316.3(6=133.1)(043)

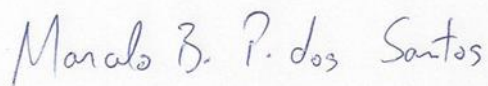
Classificação

Elaborado por Gracilene Barbosa Figueiredo - CRB-15/794

A tese intitulada *Mobilização e cidadania: o ciberativismo na África francófona*, de autoria de Serge Katembera Rhukuzage, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Furtado Matos, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, foi aprovada em _____, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof.^a Teresa Cristina Furtado Matos – PPGS/UFPB



Prof. Marcelo Burgos Pimentel Dos Santos – PPGS/UFPB



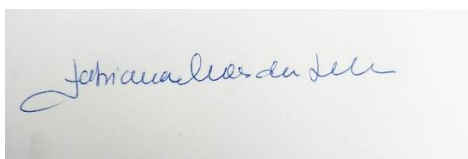
Prof. Roberto Veras De Oliveira – PPGS/UFPB



Prof. Elio Chaves Flores – PPGDH/UFPB



Prof. Cristiano Dos Santos Rodrigues – UFMG



Prof.^a Fabiana Moraes Da Silva – UFPE

Epígrafes

“A revolução no Irã, a Primavera Árabe, Senegal em 2012, são mobilizações on-line, mas que se concretizaram no mundo real. Meu grande problema com os ‘coletivos de ativistas’, minha grande crítica é que virtualizou a luta. A tal ponto que somos inexistentes fisicamente.”

Dieretou Diallo, ativista digital guineense.

“Ele tinha assumido um posto alto entre os demônios daquela terra, quero dizer, literalmente. Vocês não podem entender. Como poderiam? – com piso sólido sob os pés, rodeados por vizinhos bondosos, prontos a animá-los ou a olhar por vocês, movendo-se, pisando com delicadeza entre o açougueiro e o policial, em meio ao terror sagrado do escândalo, e da força e de asilos de lunáticos –, como poderiam imaginar a que região particular dos tempos primevos os pés desimpedidos de um homem são capazes de leva-lo no sentido da solidão, a solidão completa, sem um policial, no sentido do silêncio, do completo silêncio, em que não se pode ouvir a voz de advertência de um vizinho bondoso sussurrando acerca da opinião pública. Essas pequenas coisas fazem toda a diferença. Quando elas se vão, devemos nos sustentar sobre nossa força inata, nossa capacidade de ser fiel.”

Joseph Conrad – Coração das trevas.

Para Maïsha Raphaël

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus irmãos Landry e Francis e à minha irmã Florence. Um agradecimento especial à Estelle Owono pelo amor e a paciência que sempre tem comigo.

Em especial, agradeço à minha orientadora, a prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Furtado Matos, pelo apoio e a orientação durante esses anos de pesquisas. Seus conselhos, sua motivação e seus incentivos são essenciais para o meu crescimento na academia. Agradeço ainda mais pela amizade.

Também penso nos professores que facilitaram minha integração no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Tenho um pensamento carinhoso para os amigos Ícaro, Andrea, Márcio, Karla, Samira, Hérítier, Samir, Gesiane, Neila e Charlyne.

Tenho um reconhecimento especial à CAPES que me concedeu uma bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho é dedicado ao fenômeno contemporâneo do ciberativismo na África francófona. O principal argumento do estudo é que tanto os movimentos sociais contemporâneos quanto os protestos públicos na internet fazem parte de uma longa tradição de mobilizações sociais na África durante a primeira metade do século XX. De fato, a partir de entrevistas realizadas com diversos atores digitais da África, principalmente os próprios ativistas, detectamos em suas demandas temas caros aos chamados movimentos de emancipação afro-diaspóricas ditos pan-africanistas. Conceitos como o transnacionalismo ou a unidade de destino como consequência da identidade racial são mobilizados no âmbito de ações de sensibilização nas internet africanas. Notamos também que um conceito particular de cidadania é adotado por esses ativistas, trata-se da noção de civismo. Partindo do conceito de evergetismo em Paul Veyne (2015), voltamos às origens do conceito de cidadania para compreender sua recepção na África francófona. Por fim, este trabalho propõe uma ação militante coordenada entre ciberativistas do Atlântico negro na medida em que se torna óbvio que a globalização constrói poderes soberanos solidários entre si em suas dinâmicas repressivas. Trata-se, portanto, de lhes opor resistência à escala do Atlântico Negro. Do ponto de vista da metodologia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com uma dezena de ativistas originários de alguns países africanos e de Haiti. Para isso diversas técnicas de coletas de dados foram utilizadas, especialmente com o suporte das novas mídias e plataformas digitais tais como o WhatsApp e o Skype. O tratamento das entrevistas se beneficiou da perspectiva da história dos conceitos útil para determinar seu uso em determinados contextos.

PALAVRAS-CHAVES: Movimentos sociais, cidadania, ciberativismo, África

RÉSUMÉ

Ce travail est dédié au phénomène contemporain du cyberactivisme en Afrique francophone. Le principal argument de l'étude est que les mouvements sociaux contemporains aussi bien que les constestations publiques sur internet s'inscrivent dans la longue tradition des mobilisations sociales en Afrique pendant la première moitié du XXe siècle. En effet, a partir d'entretiens menés avec différents acteurs du numérique en Afrique, principalement, les activistes eux-mêmes, nous décelons dans leurs revendications des thématiques chères aux mouvements d'émancipation afro-diasporiques dits pan-africanistes. Des concepts tels que le transnationalisme ou l'unité de destin comme conséquence de l'identité raciale sont mobilisés dans le cadre d'actions de sensibilisation dans les internets africains. Nous remarquons également qu'un concept particulier de citoyenneté est adopté par ces activistes, il s'agit de la notion du civisme. Partant du concept d'évergétisme chez Paul Veyne (2015), nous remontons aux origines du concept de citoyenneté afin de comprendre sa réception en Afrique francophone. Enfin, ce travail propose une action militante coordonnée entre cyberactivistes de l'Atlantique noire dans la mesure où il devient évident que la globalisation construit des pouvoirs souverains solidaires les uns avec les autres dans leurs dynamiques répressives. Il s'agit donc de leur opposer une résistance à l'échelle de l'Atlantique noire. Du point de vue méthodologique, des entretiens semi-structurés ont été menés avec une dizaine d'activistes de certains pays africains et d'Haïti. Pour cela, plusieurs techniques de collecte de données ont été utilisées avec le support de nouveaux médias et plateformes numériques comme WhatsApp et Skype. Le traitement des entretiens s'est fait grâce l'abordage de la perspective de l'histoire des concepts, utile lorsqu'il s'agit de déterminer leur utilisation dans certains contextes.

MOTS-CLÉS: Mouvements sociaux, citoyenneté, cyberactivisme, Afrique

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Taxa de usuários de redes sociais por regiões. As redes sociais são o espaço privilegiado da militância on-line. Vemos que África é o continente com os menores números, a região central sendo a menos representada. Fonte: Data Reportal, 2020 (https://datareportal.com/reports/digital-2020-south-africa)	21
Figura 2 A infografia mostra conectividade através da telefonia móbil em diferentes regiões do mundo. O telefone celular é o primeiro meio de acesso à internet na África. Fonte: Data Reportal, 2020 (https://datareportal.com/reports/digital-2020-south-africa)	22
Figura 3 Nível de penetração da internet no continente africano em milhões de habitantes e em porcentagem de acordo com os dados do Internet World Statistics. Abril de 2020. Fonte: OddHaus (https://www.oddhaus.com/blog/2020/04/20/africa-internet-statistics/)	22
Figura 4 Mapa dos cabos submarinos	23
Figura 5 Infografia dos shutdowns da internet no mundo. Captura de tela no site da ONG Access Now. Fonte: https://www.accessnow.org/	71
Figura 6 Debate sobre os direitos da mulher na Guiné Conacri.....	79
Figura 7 Oficina sobre direitos migratórios em Dakar, capital de Senegal. (Fonte: Facebook)	80
Figura 8 Diferentes oficinas sobre direitos humanos em Dakar (Fonte: Facebook).	80
Figura 9 Debate sobre liberdades na Suécia (Fonte: Twiter).	83
Figura 10 Autora da campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter). ...	94
Figura 11 Autora da campanha #SelfieDéchets em jornada educativa com alunos do ensino médio (Fonte: Twitter)	94
Figura 12 Ativista participa da campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)	95
Figura 13 Agência de moda promove campanha #SelfieDéchets com seus modelos na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)	95
Figura 14 Uma sessão de shooting homenageia a campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)	96
Figura 15 Uma sessão de shooting homenageia a campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)	96
Figura 16 A ativista e criadora da campanha entrevistada por uma emissora de TV. (Fonte: Twitter)	97
Figura 17 Uma modelo profissional posa com criança durante a campanha de defesa ao meio ambiente (Fonte: Twitter).	97
Figura 18 Três hashtags reivindicam direito a uma internet mais barata e de melhor qualidade. (Fonte: Twitter)	128
Figura 19 Ativista guineense critica as políticas nacionais de acesso à internet na África (Fonte: Twitter)	128
Figura 20 Mapa mostra as ocorrências de shutdowns na África entre 2017 e 2018. Camarões teve o caso de maior duração com mais de 200 dias de fechamento da internet.	

Congo teve interrupção da internet em 2018 no período eleitoral. Fonte: Freedom House, 2021.	133
Figura 21 A hashtag #kapkpatoya reúne as publicações do Twitter relativas à Costa de Marfim (Fonte: Twitter)	144
Figura 22 O ano de 2021 já registra seus primeiros casos de shutdowns. Vemos também que as regiões das ocorrências são muito variadas. Fonte: Internet Society, 2021. (https://insights.internetsociety.org/shutdowns).....	162
Figura 23 Ocorrência de shutdown no Reino Unido em março de 2019. Fonte: Internet Society, 2021.	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tabela informativa dos ativistas	26
-----------------	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I. GÊNESE DA PESQUISA E ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.	28
I. 1. Novas Tecnologias e transformação cultural	28
I. 2. Questões teóricas e problemas práticos de metodologia.....	41
I. 3. Relato e problemas na coleta dos dados.....	49
I. 4. Caminhos para uma Sociologia digital.....	51
CAPÍTULO II. MOBILIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: MUTAÇÃO DO ATOR SOCIAL NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL	56
II. 1. Caracterização teórica da Sociedade civil.....	56
II. 2. Mobilização e movimentos sociais: o que é novo?.....	59
II. 3. Paradigma <i>off-line/on-line</i> e percepção do impacto do ativismo digital.....	76
II. 4. Indignação e engajamento.....	100
CAPÍTULO III. CIDADANIA COMO CIVISMO: CONCEITO E PERCEPÇÕES DOS ATIVISTAS	109
III. 1. Conceitos de cidadania e suas mutações: ritos de passagem como esferas de cidadania pré-colonial na África subsaariana.....	109
III. 2. Cidadania no Brasil e a perspectiva das modernidades múltiplas	111
III. 3. Cidadania insurgente no Brasil: as periferias levantam a voz	113
III. 4. O evergetismo cívico como fundamento do comum	122
III. 5. Ativismo digital africano e percepção da cidadania como civismo	125
CAPÍTULO IV. ATIVISMO DIGITAL E PAN-AFRICANISMO: FRONTEIRAS E SOBERANIAS NACIONAIS.....	152
IV. 1. O discurso pan-africanista no ativismo digital africano	170
IV. 2. O pan-africanismo no Brasil	176
IV. 3. Crítica do pan-africanismo	177
IV. 4. Ativismo digital, fronteiras e soberania	182
IV. 5. Construindo um ativismo digital no Atlântico negro	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
ANEXOS	207
REFERÊNCIAS	218

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de longos anos de inquietações pessoais sobre o futuro da democracia. Durante meus anos de graduação o tema do aperfeiçoamento da democracia sempre foi central nas minhas escolhas, tanto de leituras como de pesquisa. Inicialmente, dediquei meu trabalho de monografia ao processo de democratização e transição para a democracia na República Democrática do Congo. Meu objetivo então era compreender o quadro social e político de um país particularmente importante para mim devido à minha nacionalidade congoleza.

Nos semestres anteriores à conclusão do curso de graduação, a questão da visibilidade das minorias me parecia como algo de grande relevância para as democracias no século XX. Eu compreendia que era vital para a democracia desenvolver os meios que poderiam ampliar as possibilidades de visibilidade dos mais pobres e dos menos favorecidos. Desta maneira, as democracias avançariam no seu processo de modernização. O tema da visibilidade me levou a me interessar logicamente pela internet. Eu diria que esse interesse era, de certa forma, inevitável, já que minha origem acadêmica era o jornalismo.

A evolução lógica dos veículos de comunicação e do jornalismo se orientava em direção ao fenômeno da convergência digital. Paradoxalmente, e já vislumbrando a crise que se abateria sobre esse campo, decidi me dedicar à sociologia, mas guardando em mente minha preocupação inicial com as problemáticas relacionadas à mídia e à visibilidade. Um pouco à imagem de Thompson (1998), percebi a vinculação da modernidade com o aspecto fundamental do desenvolvimento da mídia e tardiamente das mídias de massas. A comunicação de massas me parecia ser um processo fundador da nossa época na medida em que ocupava esse lugar de centralidade especialmente no século XX.

Desta forma, me interessei, de modo geral, pelos processos midiáticos que estavam em curso na África, e em particular na África francófona. Como a mídia tradicional estava se desenvolvendo lá? Qual era o alcance da televisão no continente africanos? Quais países eram os mais avançados nesses aspectos. Para isso, me interessei bastante pelos trabalhos da socióloga belga Marie-Soleil Frère (2008) que estudou de perto a expansão da televisão na África francófona,

especialmente no Congo. Paradoxalmente,¹ se nos anos 1990 o Congo foi o país africano com o maior boom midiático do continente africano, ele atualmente está entre aqueles que acusam o maior atraso no acesso à internet, apresentando índices de penetração muito baixos. Em outros termos, a guerra do Congo que ocorreu entre 1998 e 2003 impediu que o país operasse sua transição digital como outros países africanos que apresentam melhores índices de penetração da internet.

Quando nos referimos ao ativismo digital na África, existe um antes e um depois dos movimentos que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe. Para autores como Castells (2013), a Primavera Árabe constituiu uma corrente de esperança que se manifestou em forma de redes de milhares mobilizados, primeiramente, na internet, esses “espaços de autonomia, muito além do controle de governo e empresas” (p. 7), e depois nas praças pública. Trata-se de uma visão idílica do sociólogo espanhol que deixa de lado a dimensão institucional e os arranjos políticos locais e nacionais nos quais esses atores se encontram. Mas isso não deve impedir que percebamos a passagem importante que se opera num movimento de ocupação do espaço on-line para as ruas da região do Magrebe, no norte da África. Na perspectiva de Castells, o espaço da internet, especialmente as redes sociais, permite maior autonomia aos sujeitos e é um espaço seguro – onde os cidadãos estão supostamente alheios à ação repressiva dos governos. A análise de Castells traz alguns elementos fundamentais na compreensão dos movimentos sociais: em primeiro lugar, o ressurgimento do ator coletivo, isto é, dos movimentos sociais, como participe da dinâmica política de um país. Em segundo lugar, a adoção de uma perspectiva sociológica que aborda a análise dos fenômenos sociais partindo de conceito de rede. Em outras palavras, Castells assume uma postura epistemológica inscrita na linha de autores como Touraine (1978, 1984), Tarrow (2008, 2009) ou Melucci (2001).

Como o próprio Castells aponta (idem, p. 10), seu livro consiste num ensaio que serve para propor algumas hipóteses de análise sobre a chamada Primavera

¹ O paradoxo reside no fato que a República Democrática do Congo (RDC), apesar passar por três décadas de ditaduras, com um partido único no poder, era o país africano que apresentava a maior expansão da mídia privada na África subsaariana. Ademais, o país fora um dos primeiros no continente a adquirir já nos 1970 uma emissora de televisão pública, impulsionada pela ambição de Mobutu que promoveu, entre outros eventos internacionais, a luta entre George Foreman e Mohamed Ali na capital Kinshasa. A pobreza no país também aumenta esse efeito paradoxal de uma mídia ampla e livre num país com índices de pobreza altos.

Árabe. Na visão de Castells, a grande contribuição da Primavera Árabe é que ela ocasiona a eclosão de novos atores sociais através dos quais a mudança política é possível: esses atores são os movimentos sociais em rede. A tese principal de Castells é que a mudança do “ambiente comunicacional [vivida nesses países] afetou diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 11). Mas outro movimento essencial se desenvolveu nesse contexto. Os sistemas de repressão, a miséria, a pobreza, o desemprego, e a injustiça geraram um sentimento de indignação nas populações de modo que constituíram um combustível para esses movimentos sociais em redes. Por outro lado, uma importante cultura do ciberativismo e a expansão do uso da internet ajudaram a criar um ambiente favorável à uma revolução. Da indignação nasceram os movimentos que também precisaram conjugar uma atuação nas plataformas digitais com uma atuação no espaço público, para usar um termo do próprio autor, nos lugares sociais. Para Castells, é justamente nessa passagem que se situa o “novo espaço público” onde os movimentos sociais comunicam de forma autônoma:

“A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (CASTELLS, *idem*, p. 16).

É exatamente nesse aspecto que Castells se arrisca além da conta ao considerar que esses espaços virtuais agora fundidos com espaço público das ruas e das praças se desenvolvem longe do controle dos governos. E mesmo que esse fosse o caso, Castells tampouco considera o poder das empresas privadas que controlam boa parte das plataformas onde o ativismo digital ocorre, bem como os algoritmos que muitas vezes determinam não só as pessoas com as quais interagimos, como também o conteúdo daquilo que pode ser trocado ou o tom e o humor dessas interações (REGATTIERI, 2019). De tal forma que o livro de Castells se apresenta como inovador e ao mesmo tempo carregado de certos limites. A inovação, como mencionei, se situa na definição desses novos atores coletivos e na adoção de uma epistemologia de estudo que coloca o conceito de rede no centro da sua metodologia. Deve ser considerada também essa componente da psicologia

social que Castells infunde ao seu trabalho convocando, como ponto de partida da ação coletiva, noções como a indignação e as emoções.

Do ponto de vista de uma análise mais estrutural (CESARINO, 2020), é difícil sustentar que a indignação possa configurar o único ponto de partida das ações de mobilização coletiva nas redes de movimentos sociais. O que motiva, por exemplo, os movimentos de extrema-direita a propagar notícias enganosas na internet ou a se reunirem para agredir refugiados? É provável que não seja precisamente um sentimento de indignação.

Castells parece ter situado os movimentos sociais progressistas numa posição excessivamente importante de sua teoria. Outra leitura é possível. Me refiro à perspectiva de um marxista, neste caso, do sociólogo egípcio Samir Amin, que analisou em 2012, isto é, no auge da ebulição da Primavera Árabe, em que consistia esse movimento que estava desestabilizando regimes políticos longamente instalados na região do Magrebe. Amin afasta (2012, p. 277 e 284), em primeiro lugar, a tentativa de inscrever as revoltas no Egito numa explicação que oporia forças periféricas às potências imperialistas do capitalismo contemporâneo, embora fosse conhecido o apoio dos Estados Unidos ao governo vigente na época. Porém, o quadro social contribuiu bastante à deterioração do clima social no Egito.

Amin reconhece que o sucesso do movimento foi possível porque o povo egípcio, embora muito diversificado, respondeu positivamente aos chamados das diferentes correntes que compunham os movimentos dissidentes que se opunham ao governo do presidente Mubarak. De fato, a Primavera Árabe, ao contrário do que a pesquisa de Castells mostrou, se sustentava na mobilização de forças sociais tradicionais como a Irmandade Muçulmana, na esquerda radical composta, no Egito, majoritariamente de cidadãos de classe média e na emergência de jovens “re-politizados”, para usar a terminologia de Amin (idem, p. 283). Os chamamentos dessas três correntes mobilizaram cerca de quinze milhões de pessoas em todo o país e obrigaram o governo norte-americano de Barack Obama a abandonar o regime Mubarak.

Logo, como mostra Amin, essa adesão em massa da população fez com que, na prática, nenhuma força política inicialmente engajada no movimento tivesse o monopólio sobre a narrativa geral dos protestos, e menos ainda sobre os processos

decisórios. Também nesse cenário, deve ser considerada a importância do exército egípcio, que identificou muito cedo a oportunidade de se desvincular do governo Mubarak, de modo a não ser responsabilizado pela repressão que já causara milhares de mortes. Ademais, sabe-se que o exército egípcio recebe um financiamento anual à altura de um bilhão de dólares proveniente do governo norte-americano (idem, p. 288). Portanto, os militares se posicionaram de acordo com uma aparente neutralidade, controlando a transição política que se iniciava sob a direção da Irmandade Muçulmana, por seu lado, apoiada historicamente pela Arábia Saudita (idem, 289). Entretanto, explica Amin, “a Irmandade Muçulmana nunca foi e jamais será um movimento democrático” (idem, p. 289). Ela cresceu na oportunidade dessas revoltas, se organizou de modo a convencer as massas pobres de que poderia levar ao poder um projeto representativo e revolucionário, porém, ela se radicalizava cada vez mais em direção às pautas de extrema-direita ao ponto de o exército ser levado a descartá-la. A partir da descrição de diferentes correntes, tanto as expressões políticas nacionais, quanto as forças internacionais – elas também diversificadas em seus interesses – que participaram da chamada Primavera Árabe, especialmente no Egito, Amin mostra que as revoltas de 2011 devem ser relativizadas e colocadas em perspectiva considerando a complexidade nacional e a geopolítica regional. Portanto, para ter uma visão ampla e realista da Primavera Árabe, é preciso ir além das análises de autores entusiastas das transformações proporcionadas pelas redes sociais digitais como Castells. Por seu lado, Bresser-Pereira (2013, p. 136) argumenta que se a comunidade internacional se agarrou no termo “Primavera Árabe” é provavelmente porque negligenciou o aspecto do desenvolvimento e da busca pelo bem-estar econômico; os quais constavam entre as demandas das populações mais desfavorecidas desses países. Para Bresser-Pereira, o Ocidente se focalizou nos aspectos políticos e culturais da Primavera Árabe e esqueceu os aspectos econômicos.

É essa perspectiva mais ampla que caracteriza o artigo de Ramos (2015) no qual o autor cita cinco fatores decisivos que estão na origem da Primavera Árabe. São eles: sócio-políticos, econômico-demográficos, os meios de comunicação, fatores externos e confessionais (RAMOS, 2015, p. 3). Além disso, Ramos elabora critérios de classificação que vão organizar esses fatores previamente estabelecidos na sua análise, definindo assim o que se pode entender como a natureza de cada um

deles. O autor distingue, portanto, os seguintes critérios: causas, condições e catalizadores (idem, p. 4). Compreendemos, por exemplo, que entre 2009 e 2011, o desemprego entre os jovens da região do Oriente Médio e Norte da África evoluiu de 23 % a 27%, a taxa de crescimento do PIB havia caído de 3,1 % para 2,7 % (Ramos, idem, p. 11).

De acordo com a forma como esses diferentes fatores interagem entre si, considerando também que outros fatores como os meios de comunicação tradicionais (por exemplo, as televisões nacionais ou estrangeiras) ou digitais (internet e mídias digitais), os eventos se desenvolvem com mais ou menos velocidade. Portanto, é importante que, ao se falar da Primavera Árabe, sejam incluídos esses diferentes fatores que tornam a explicação desses eventos mais complexas, porque essas regiões, como todas as sociedades, se caracterizam pela sua complexidade. De toda forma, um ano após o início dessas revoltas populares que transformaram as relações políticas nacionais e regionais no Oriente Médio, mudando mais ou menos a estrutura de poder nos países implicados, e em alguns casos substituindo um poder tirânico por outro, é possível constatar que a literatura produzida no âmbito acadêmico começou a dar sinais de esgotamento e de certo inconformismo quanto à qualidade realmente revolucionária dessas revoltas chamadas de Primavera Árabe.

De maneira geral, no continente africano, a internet tem sido um luxo para a maioria da população. De acordo com um estudo² recente, em 2018, o preço da internet baixou em todos os continentes menos na África. Segundo outro estudo (SCHUMANN & KENDE, 2013), 16 países africanos ainda não possuem cabos submarinos que transportam a internet por fibra ótica, justamente a mais eficiente. Entretanto, apesar do preço alto, o continente africano também apresenta a maior progressão mundial de instalação de fibra ótica. Essa progressão se reflete também no aumento do número de usuários de redes sociais no continente, embora os números sejam inferiores comparativamente ao resto das regiões do mundo. Também, observa-se disparidades regionais no próprio continente africano, Sul e Norte sendo as regiões mais representadas. A África central chega por último:

² Um longo dossiê no site da *Radio France Internationale* revelou que a África continua tendo o custo muito alto da internet entre todos os continentes. A reportagem é acessível no seguinte link: <http://webdoc.rfi.fr/ocean-cables-sous-marins-internet/chapitre-1.html>

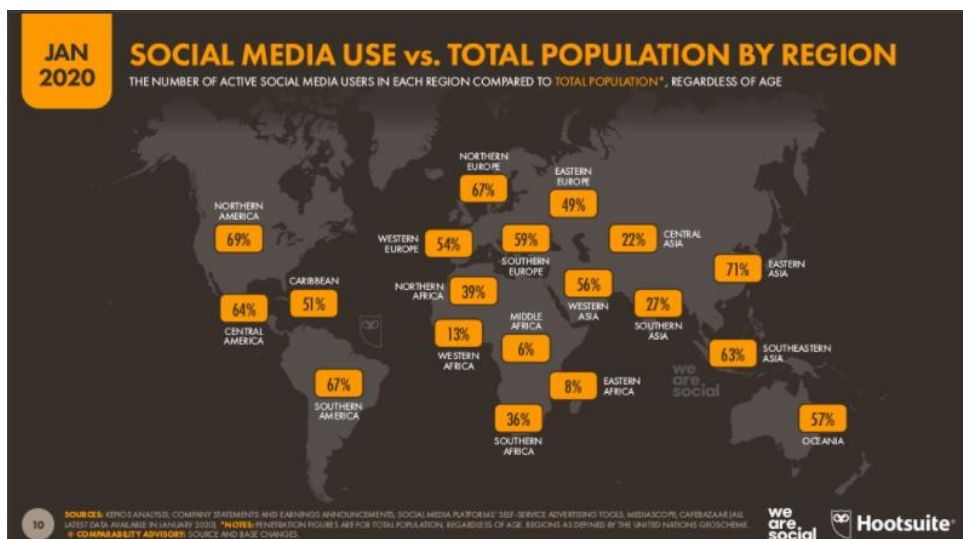


Figura 1 Taxa de usuários de redes sociais por regiões. As redes sociais são o espaço privilegiado da militância on-line. Vemos que África é o continente com os menores números, a região central sendo a menos representada. Fonte: Data Reportal, 2020 (<https://datareportal.com/reports/digital-2020-south-africa>)

Como é possível observar na Figura 1, em termos de porcentagem de usuários de mídias sociais e redes sociais, o continente africano apresenta números inferiores ao resto das regiões do mundo. Ademais, observa-se que a região do Magrebe no Norte do continente apresenta a maior porcentagem de usuários de redes sociais, o que explica em parte os eventos da Primavera Árabe. Essas imagens ilustram tanto os limites do continente africano em termos de acesso, quanto as possibilidades que fazem dele o maior mercado não explorado para as grandes empresas internacionais das telecomunicações. Vale salientar que as maiores empresas de telecomunicação, assim como as plataformas de redes sociais, investem em compras de cabos submarinos a fim de prover o continente em acesso à internet. Mas não se trata de uma ação meramente benevolente. Eles visam antes de tudo a expansão de seu mercado, o crescimento de seu lucro e, possivelmente, o acesso a milhões de dados pessoais sobre os potenciais usuários. Vale dizer também que a revolução da internet na África se dá principalmente pela democracia do acesso ao telefone móbil até mesmo para as populações mais pobres. Esse meio ainda é o mais privilegiado quando se trata de uso da internet na África.

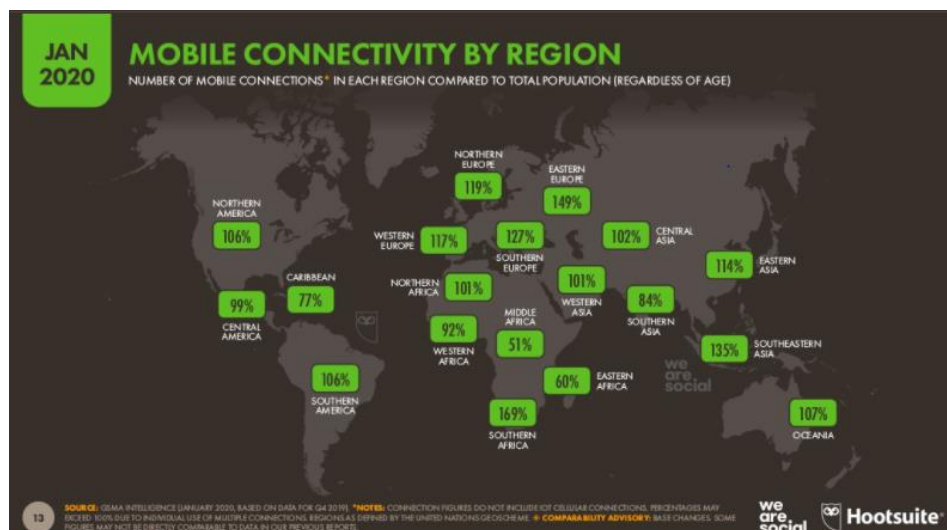


Figura 2 A infografia mostra conectividade através da telefonia móbil em diferentes regiões do mundo. O telefone celular é o primeiro meio de acesso à internet na África. Fonte: Data Reportal, 2020 (<https://datareportal.com/reports/digital-2020-south-africa>)

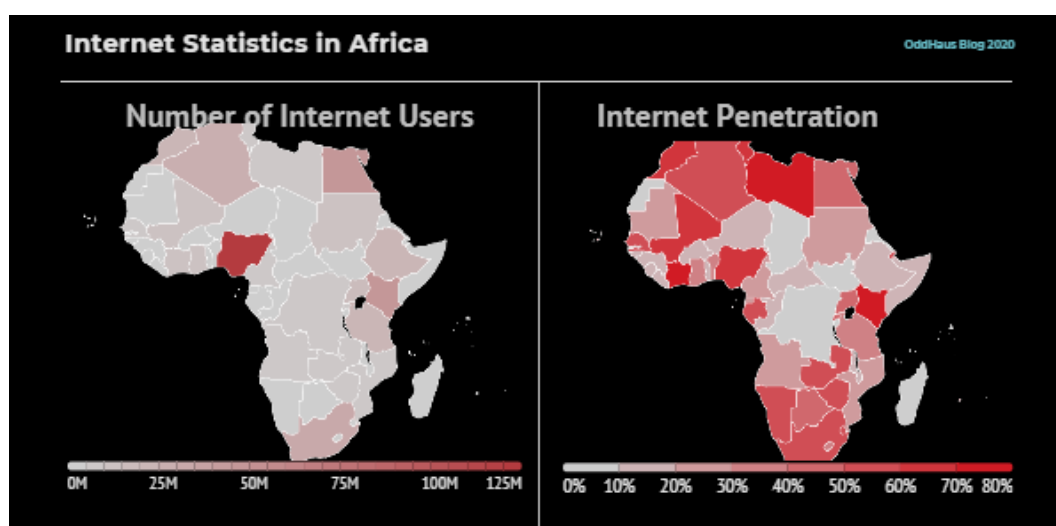


Figura 3 Nível de penetração da internet no continente africano em milhões de habitantes e em porcentagem de acordo com os dados do Internet World Statistics. Abril de 2020. Fonte: OddHaus (<https://www.oddhaus.com/blog/2020/04/20/africa-internet-statistics/>)

Como é possível ver na imagem abaixo, o continente africano hoje está completamente cercado por cabos submarinos de fibra ótica, tornando a questão da fraca penetração da internet e o difícil abastecimento da população um problema eminentemente político. A título de exemplo, o mapa anterior ilustra com bastante clareza que o Egito figura entre os países de maior conectividade em todo o continente. Não é por acaso que ali tenha acontecido a Primavera Árabe.

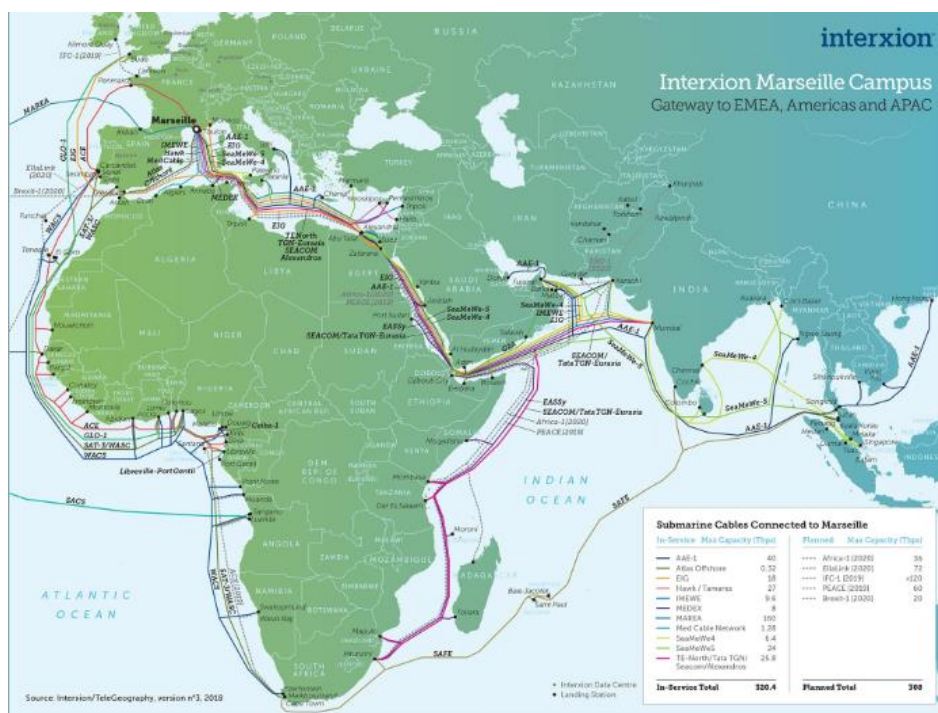


Figura 4 Mapa dos cabos submarinos

Fonte: <http://webdoc.rfi.fr/ocean-cables-sous-marins-internet/chapitre-1.html>

Os governantes africanos se mostram hesitantes quando o assunto é a liberalização do acesso à internet. Mostro neste trabalho que nesta segunda década do século XXI é impossível entender a noção de repressão política na África sem seu avatar mais recorrente, a saber, o fechamento da internet; o chamado *shutdown*.

O que percebemos é que a África possui toda uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma presença maior da sua população na internet. Outro elemento que apareceu nas figuras 1 e 2 é a disparidade da penetração da internet entre países de língua inglesa e os países francófonos, os primeiros sendo muito mais abastecidos. Como ficará claro nos próximos capítulos, os ativistas digitais militam essencialmente em favor da liberalização do acesso à internet e cobram os governos locais que eles consideram os responsáveis pela estagnação do setor.

Esta tese é dedicada ao fenômeno do ativismo digital na África contemporânea, principalmente na segunda década dos anos 2000, quando houve a conjunção entre a emergência das redes sociais e a explosão do mercado da telefonia móvel nos países do sul do Saara. Essa mudança cultural que afetou a

esfera tecnológica permitiu que novas formas de militâncias surgissem. Com elas também surgiram novos atores sociais que se apropriam das Novas Tecnologias da Informação e das redes sociais e trazem suas reivindicações sociais na esfera digital. Os novos ativistas que agora se denominam ativistas digitais se reúnem em instâncias organizacionais que pretendem ter um alcance político e social transnacional. O trabalho analisa suas demandas, as esferas de suas atuações, seus repertórios de ações e escolhas discursivas, além de se debruçar sobre os mecanismos de repressão aos quais os ativistas estão confrontados em seus diferentes contextos de ação.

O primeiro capítulo traça o percurso metodológico que levou à elaboração da pesquisa. Abordo tanto os limites do trabalho, quanto os avanços que ele possibilita para outros pesquisadores que se interessem pela pesquisa relacionada à análise de redes, e, sobretudo, oferece indicações e aponta caminhos quanto à uma investigação dedicada a regiões pouco abastecidas pela internet. As dificuldades do campo supõem uma ampla capacidade de adaptação e de improvisação. Em seguida, dedico algumas linhas a aspectos puramente teórica que permearam o processo produtivo da pesquisa. Finalmente, elaboro uma argumentação sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos que a internet introduz não somente na vida social em geral, como também no ofício dos sociólogos. Mostro quais são as principais modificações que o uso das Novas Tecnologias traz ao campo das Humanidades Digitais; além de apontar as diversas áreas de conhecimento que se configuram como objetos de estudos privilegiados das Ciências Sociais nesse novo contexto.

O segundo capítulo aborda o debate sociológico que se iniciou nos anos 1970 no Ocidente sobre os movimentos sociais nas sociedades pós-industriais em decorrência das grandes mobilizações estudantis, negras ou feministas. Traça-se um paralelo com os movimentos de emancipação que ocorreram praticamente no mesmo período em países africanos. Em seguida, um diálogo é estabelecido entre os aspectos teóricos levantado por autores como Touraine (1978; 1984), Tilly (1977; 2010), Tarrow (2008; 2009) ou Melucci (1975; 2001) e as falas de diversos ativistas digitais na África francófonos; os quais foram entrevistados entre 2016 e 2018 através de chamadas de vídeo no aplicativo Skype. O objetivo sendo ressaltar as percepções que os ativistas constroem sobre sua militância on-line e *off-line*.

A noção de cidadania entendida como civismo, constitui o objeto do terceiro capítulo, que se interessa essencialmente pela percepção dos ativistas sobre o conceito. Num primeiro momento, elaboro uma breve história do conceito, que antes de tudo, é uma história de diferentes mutações e configurações. Mostro que o conceito de cidadania na África francófona é bastante tributário da noção francesa de civismo, a qual é transmitida pela *École de La République*,³ instituição chave na fabricação de cidadãos responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres vis-à-vis do Estado (Durkheim, 2002). Reflito, a partir de Paul Veyne (2015), que o próprio modelo de cidadania francesa se inspirou bastante da noção do evergetismo cívico da Roma antiga. Em seguida, abordo as formas de cidadanias observadas no período pré-colonial na África, dando assim visibilidade aos modelos políticos de cidadania que existiram antes da hegemonia ocidental no continente africano. Esses elementos servem, sobretudo, para mostrar as disparidades culturais, e outras de ordem histórica, que estão no centro de certa compreensão da democracia e da concepção tanto do Estado, quanto da sociedade civil na África. Por fim, confronto esses diferentes modelos com as percepções que aparecem nos discursos dos ativistas digitais africanos que entrevistei no âmbito da elaboração dessa tese.

O quarto e último capítulo é o mais propositivo do trabalho. Apresento de maneira concisa o debate relativo ao pan-africanismo, suas origens e seu desenvolvimento. Proponho uma leitura crítica da proposta política pan-africanista clássica a partir de autores como Mudimbe (2013) Mbembe (2001, 2005, 2015) tendo como objetivo encontrar uma conexão entre o pan-africanismo, por um lado, e os discursos e os repertórios de ação produzidos pelos ativistas digitais, por outro. Nessa perspectiva, o ativismo digital contemporâneo se inscreve na longa tradição de mobilizações sociais no continente africano, não apenas do ponto de vista dos repertórios de ação, mas, sobretudo, do ponto de vista discursivo, isto é, das temáticas abordadas. Mobilizo o conceito de Atlântico negro de Gilroy (2012) e a visão do cosmopolitismo de Beck (2005, 2006, 2009) para elaborar um projeto de ativismo digital transnacional que abarque os militantes africanos, latino-americanos e haitianos. Esse projeto constitui um desafio quanto à compreensão contemporânea de noções como soberania, fronteiras e territórios.

³ Denominação genérica para caracterizar a educação pública, gratuita e obrigatória na França cujo objetivo é transmitir valores de igualdade, liberdade, fraternidade e laicidade.

Durante as diferentes fases da pesquisa entrevistei ativistas digitais que atuam em alguns países da África francófonas. Alguns deles residem na Europa ou no continente americano como pode ser visto na tabela abaixo. Para preservar a identidade dos ativistas e evitar conflitos internos entre aqueles que atuam juntos na plataforma Africtivistes, optei, em concordância com eles, omitir seus nomes e usar identificadores. Esses últimos representam as letras iniciais dos países de origens dos ativistas. Nos casos em que entrevistei dois ativistas do mesmo país, diferenciei os dois sujeitos pelos números 1 e 2.

Tabela

	País	Nacionalidade	Profissão	Sexo	Faixa etária	Outra atividade	Africtivistas
ATIVISTAS							
CAM 1	França	Camarões	Advogada	Feminino	35-40	CEO ISF*	Não
CAM 2	Camarões	Camarões	Consultor de mídia	Masculino	30-35	Nenhuma atividade relatada	Não
CG	Senegal	RD Congo	Jornalista	Masculino	25-30	Documentarista	Sim
GN1	França	Guiné Conacri	Jornalista	Feminino	25-30	Blogueira	Sim
GN 2	Guiné Conacri	Guiné Conacri	Analista de comunicação	Feminino	35-40	Empreendedora	Sim
ML	Mali	Mali	Professora	Feminino	40-45	Fab Lab	Sim
CD	França	Chade	ONG	Masculino	35-40	Marketing Digital	Não
CDM	Costa de Marfim	Costa de Marfim	Engenheiro de informática	Masculino	45-50	Consultor Político	Sim
HT	Haiti	Haiti	Comunicador Social	Masculino	35-40	Nenhuma atividade relatada	Sim
GB	Gabão	Gabão	Bancário	Masculino	35-40	Blogueiro	Não

Tabela 1 Tabela informativa dos ativistas

* Internet Sem Fronteira

Como é possível observar na tabela, os perfis dos ativistas variam bastante. A maior parte deles tem entre 20 e 50 anos, com uma predominância de pessoas na

faixa dos 30 anos. A presença de mulheres é também significativa no campo do ativismo digital na África, embora o meio das Novas Tecnologia ainda seja masculinizado. As mulheres também promoveram campanhas on-line muito impactantes nos últimos anos. Como vemos, as profissões dos ativistas são bastantes diversas também. Em termos gerais, todos eles pertencem à classe média dos países em que vivem, com as particularidades que supõe pertencer à classe média na França e pertencer à mesma classe no Haiti ou na Guiné. Isso quer dizer apenas que em países como França, o poder aquisitivo é mais importante que nos países africanos ou no caso também de Haiti. Isso não significa que devemos esquecer o fato que atualmente, boa parte das classes médias, inclusive em países industrializados e desenvolvidos, vivem um processo de pauperização.

Como bem explica Lopes (2016), os atores dos novíssimos movimentos sociais são adeptos das mediações tecnológicas, vivem em ambientes urbanos e em processo de precarização, também tendem a diversificar suas atividades. De fato, como atesta o perfil profissional dos ativistas, eles transitam de setores como ensino média e fundador de uma *Fab Lab*, que são laboratórios de tecnologias; outros são agente de banco ao mesmo tempo que atuam como blogueiros, vemos um engenheiro de informática que atua também como conselheiro de políticas públicas na área da cidadania digital. Alguns ativistas entrevistados são jornalistas ao mesmo tempo que trabalham na produção de documentários ou na consultoria de mídia.

CAPÍTULO I. GÊNESE DA PESQUISA E ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.

I. 1. Novas Tecnologias e transformação cultural

As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs) transformaram radicalmente nossa cultura neste início do século XXI de tal forma que é tarefa da sociologia produzir um conjunto de dados e conhecimentos explicativos dessa nova realidade. Pesquisadores como Taina Bucher (2012) falam em “*Sociabilidade programada*” para dar conta desse mundo onde tudo parece estar condicionado pelas configurações e transformações da inovação tecnológica. Essa influência é tão forte que afeta igualmente a vida política e social dos países mais afastados dos centros tecnológicos globais.

Meu interesse por essas transformações cresce a cada ano. Durante meu mestrado⁴ estudei as implicações das NTICs no mercado do jornalismo digital analisando noções como o trabalho digital⁵ e, conseqüentemente, o “trabalho não pago”⁶; especialmente numa plataforma de blogueiros africanos, a Mondoblog. Depois dessa experiência, ampliei meu campo de pesquisa para observar um fenômeno mais importante e “coordenado” que vem ocorrendo em diversos países africanos de língua francesa que é a formação de diferentes associações e coletivos de ativistas digitais trabalhando em conjunto com o objetivo de melhorar a democracia em seus respectivos países. Isto me levou a me tentar compreender, entre outros temas, o sentido de suas reivindicações por amplos direitos de cidadania. Parti da hipótese de que há, por um lado, um movimento em nível continental de uma sociedade civil que incorpora as práticas próprias da cultura digital em seus repertórios de ações reivindicatórias. A partir de entrevistas, mostro como os ativistas digitais entendem sua atuação nas redes sociais e outros meios digitais de comunicação dos quais se apropriam para exercer sua cidadania. Além disso, eles demonstram um forte interesse em atuar além das fronteiras

⁴ A dissertação intitulada “Novas mídias e empoderamento na África francófona: O caso de uma plataforma de blogueiros – Mondoblog do Atelier des Médias/RFI” foi defendida em fevereiro de 2016 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

⁵ Os sociólogos Dominique Cardon e Antonio Casilli constroem o conceito de Digital Labor em seu livro *Qu’est-ce que le Digital Labor?* (2015).

⁶ Ver Matos e Katembera, 2015.

estabelecidas entre os países no nível continental. Por outro, afirmo que essa sociedade civil apresenta as características que qualifico como próprias de uma *Sociedade civil pan-africana* ou de um *pan-africanismo horizontal*.

Esses grupos de ativistas parecem compartilhar um conjunto de valores e modalidades de atuação que decorrem da simples constatação, como afirmou uma das entrevistadas na pesquisa, de que “eles estão sendo submetidos aos mesmos modos de repressão política”.

Portanto, eles definem para si uma identidade conjunta enquanto sujeitos de uma repressão política que atua a nível continental, não necessariamente de maneira pactuada entre os Estados; porém, cujos modos são significativamente similares. A repressão ocupa uma função capital enquanto um elemento de definição de identidade dos ativistas. É importante frisar que os ativistas tendem a valorizar esse aspecto da repressão como elemento chave de formação da identidade.

Na realidade, ao mesmo tempo que os meios de comunicação de massa, as novas mídias e as NTICs se desenvolvem na África, os regimes políticos parecem se fechar ainda mais, como mostram as inúmeras crises pré-eleitorais ou pós-eleitorais verificadas no continente, por exemplo, no Congo, no Gabão ou em Burkina Faso⁷.

É prática comum entre esses regimes interromper todas as comunicações durante os momentos de crises, isto é, essencialmente, bloquear qualquer comunicação via redes sociais como Facebook ou Twitter, de tal maneira que esses regimes se posicionam cada vez mais como “inimigos da internet” para usar a

⁷ Em 2016, o Gabão passou por uma forte crise política quando a sociedade civil, sobretudo, os ativistas se mobilizaram contra a concentração do poder do regime do presidente Ali Bongo, filho do antigo ditador Omar Bongo que ocupou o cargo por mais de 25 anos antes de falecer em Barcelona. A crise política mobilizou as redes sociais ao ponto de o governo decidir bloquear o acesso à internet para toda a população. Em 2014, a sociedade civil em Burkina Faso se mobilizou contra a intenção do presidente Blaise Compaore de modificar a constituição para pleitear um quinto mandato. As mobilizações da sociedade civil se intensificaram até o ano de 2015 quando o presidente finalmente decidiu deixar o poder e se exilou na Costa de Marfim. Mais uma vez, a internet teve um papel fundamental. Uma crise similar ocorreu na República democrática do Congo em 2018, ano limite para o mandato do presidente da república Joseph Kabila que também pretendia se prorrogar na presidência. A estratégia do mesmo foi adiar ao máximo a realização das eleições, o que mergulhou o país em nova crise política; o governo bloqueando a internet por mais de 2 meses em todo o território do país. Um ano depois, o presidente Kabila desistiu de se apresentar como candidato a um novo mandato e novas eleições foram organizadas com vitória de um candidato da oposição, mediante acordo com o partido do presidente.

terminologia dos organismos internacionais que monitoram a liberdade da imprensa no mundo, entre os quais a ONG *Access Now* e a associação *Internet Sans Frontières*. Se esses regimes agem de tal forma é porque, de seu ponto de vista, mudança de regime ou avanço democrático estão diretamente relacionados à participação nas redes sociais, liberdade de opinião ou liberdade de oposição política. Para os governos, trata-se antes de tudo de ter o monopólio da produção das opiniões relativas a seus países no âmbito internacional. Em geral, rádios e televisões locais têm um alcance meramente nacional; suas ondas não emitem nos países vizinhos, por exemplo. Entretanto, os conteúdos produzidos na internet têm um alcance infinito e transcendem os limites nacionais, tendo um potencial de viralização importante. Portanto, é necessário para esses regimes que controlem as opiniões que circulam de dentro para fora, sobretudo quando uma publicidade negativa pode significar sanções internacionais para as autoridades.

Nota-se também uma discrepância entre as demandas das populações jovens do continente africano com as crenças políticas de seus líderes políticos. Daí decorre também parte da minha hipótese de pesquisa que consiste em propor a noção do *pan-africanismo horizontal* em contraste com o modelo inicial conhecido como pan-africanismo original ou pan-africanismo tradicional. O novo conceito que proponho surge também como uma alternativa ao pan-africanismo político que se notabilizou graças à iniciativa das elites africanas independentistas. Contudo, insisto no fato que o conceito de pan-africanismo horizontal é antes de tudo analítico e não nativo.

Trato, neste trabalho, de esclarecer porque eu opto por esse conceito de *pan-africanismo horizontal*. Do ponto de vista teórico-metodológico, adopto, portanto, uma perspectiva sociológica construtivista – não no sentido estrito –, pois considero que meu objeto de pesquisa está em processo de formação, ao mesmo tempo em que o observo. Analiso dessa forma esse processo social e a partir dele construo teoricamente uma narrativa sociológica (ECO, 2007, p. 55).

Em outras palavras, não me limito apenas a uma atividade descritiva da realidade dos militantes e ciberativistas;⁸ mostro a partir de um construto teórico,

⁸ Embora, por se tratar de um campo de estudo desconhecido nas Ciências Sociais brasileiras e de língua portuguesa em geral, o trabalho consista em grande medida em um exercício descritivo.

de análise de conteúdo das entrevistas, de que maneira as ações de mobilização e reivindicações dos ativistas seguem um ordenamento que permite adotar o termo pan-africanismo, inicialmente, enquanto instrumento heurístico, e posteriormente como proposição do trabalho. Há uma continuidade na adoção dessa postura que evita separar os momentos de pesquisa, escrita e comunicação como fases radicalmente distintas do trabalho; ao contrário procuro, tal como sugerem alguns autores, integrar analiticamente esses momentos de pesquisa.

[...] a realidade conhecida se constrói, dinâmica e ativamente, como resultado de operações de observações no sistema da sociedade e cujos efeitos estão sujeitos à observação quando, sob forma de artefato, se atualizam como conhecimentos, o que ocorre, unicamente, durante a comunicação (ARNOLD & ROBLES, p. 49-50).

Essa decisão teórico-metodológico implica em definitivo considerar certas noções metodológicas de análise de rede, embora, para o caso desta pesquisa em particular não pretenda me ater demasiadamente nelas.

Antes de me dedicar às questões teóricas que a pesquisa implicou ao longo de seu desenvolvimento, gostaria de abordar brevemente a maneira como o tema desse trabalho foi gestado e, sobretudo, sua relação com meus trabalhos precedentes. Em seguida, realço os laços que me ligam aos ativistas que serviram de base empírica para este trabalho e graças aos quais pude construir uma ideia da concepção de certos conceitos-chaves analisados ao longo do trabalho como, por exemplo, a noção de cidadania bem como os estudos dos movimentos sociais.

Ao longo dos anos desenvolvi uma relação de amizade com quase todos os ativistas digitais que entrevistei. De fato, a maioria deles também faz parte da rede de blogueiros Mondoblog ou já colaborou com a plataforma. Esse espaço é um lugar de encontro entre ativistas, jornalistas e pesquisadores. Foi precisamente nesse âmbito que conheci os ativistas digitais cuja trajetória costuma evoluir de blogueiro para a militância digital “profissional”. Às vezes, precisei da intermediação de um ativista já conhecido para entrar em contato com outro. De modo que o primeiro contato com eles se fazia naturalmente através das redes sociais onde nos seguimos mutualmente, seja por Facebook, Messenger ou Twitter. Como já foi indicado, meu

primeiro contato com as Novas Mídias e as Novas Tecnologias se deu durante a minha graduação em ciências sociais quando a questão da visibilidade começou a me interessar; especialmente enquanto uma forma de aprimoramento da democracia. Meu entendimento na época era que a democracia poderia ser melhorada de forma substancial se os indivíduos ganhassem mais visibilidade. E a internet era para mim uma grande oportunidade para alcançar esse objetivo. Dessa forma decidi investir nela e abrir um blog para debater com os leitores diversos assuntos, principalmente relativos à política.

Naquela época eu estava terminando minha graduação e tomei conhecimento, durante minhas peregrinações na internet, de uma seleção de blogueiros organizada pela Radio France Internationale (RFI), a rádio estatal francesa que tem uma vocação internacional e atinge principalmente o público africano dos países francófonos. Os blogueiros passariam por uma formação on-line de seis meses ao término da qual os vinte melhores seriam selecionados para uma nova formação presencial organizada na cidade de Dakar. Foi nesse contexto que seis meses depois da primeira seleção de 2013, ganhei a oportunidade de efetuar uma viagem de formação na cidade de Dakar com outros blogueiros. Seria o primeiro passo da constituição de uma rede de blogueiros e ativistas em todo o continente.⁹ Três outras viagens similares aconteceram nos anos seguintes: em 2014, uma nova formação Mondoblog em Abidjan, capital da Costa de Marfim e, em 2015, um encontro da Organização Internacional da Francofonia (OIF) em Liège. Numa delas, durante uma discussão com o então presidente do Conseil National du Numérique (CNNum) do governo de François Hollande, então presidente da França, surgiu a ideia de estudar o processo de empoderamento da sociedade civil africana a partir da internet e das Novas Tecnologias.¹⁰

Decidi, então, dedicar minha dissertação de mestrado a esse tema. Eu conhecia bem o campo que me propunha a estudar já que eu era membro da plataforma Mondoblog. Ademais, o tema não era muito recorrente nos programas de pós-graduação no Brasil, de fato, quem estuda uma plataforma de blogueiros

⁹ Vale destacar que na maioria das trajetórias dos ativistas digitais entrevistados no âmbito desta pesquisa, observa-se que eles efetuaram uma migração do blogging para o ativismo digital.

¹⁰ O CNNum é um órgão governamental da França criado em 2011 e que se ocupa da orientação da política digital da França em matérias de educação, meio-ambiente, cultura e outras áreas afins.

africanos? Tinha, portanto, a esperança de abordar um tema minimamente original (ECO, 2007, p. 28).

Mas o tema da minha dissertação evoluiria rapidamente. Se inicialmente queria apenas tratar da questão do empoderamento, as discussões com colegas e professores me fizeram perceber que, de certa forma, eu estava idealizando o campo e que precisava problematizá-lo um pouco mais. As relações nessa plataforma não eram igualitárias. Havia ali claramente uma demarcação de poderes. E logo a questão da remuneração me pareceu como indispensável ao debate.

A mídia francesa tem um modo de financiamento particular. Jornais, rádios e sites de notícias recebem subvenções do governo de acordo com sua audiência e/ou com o acesso direto e indireto a seu site na internet. Toda essa medição é feita pelo instituto Mediamétrie. De acordo com as regras de Mediamétrie, um site pode contabilizar as visitas feitas a um site secundário relacionado a ele se esse site secundário remete ao “site mãe”. Embora a plataforma de blogueiros tivesse seu próprio site, bastava a RFI colocar seu logotipo em sua página inicial do site de Mondoblog¹¹ para ter a audiência dessa última contabilizada como parte do “site mãe”, isto é, do site da própria RFI. Em outras palavras, a produção de conteúdos digitais feitos pelo blogueiros estava produzindo retornos financeiros para a rádio RFI. Isso me levou a desenvolver o tema do trabalho não pago na internet.

O tema já vinha sendo estudado por pesquisadores como Dominique Cardon (2015) e seu conceito de *Digital Labor*, que engloba diversos tipos de trabalhos gratuitos on-line, esses últimos vão de um simples clique à produção de um texto em Facebook ou Twitter. Recentemente, por exemplo, uma matéria de um jornal americano revelou que o programa de Inteligência Artificial (IA) de reconhecimento facial da rede social Facebook recebia um tipo de treinamento apenas com as fotos publicadas pelos usuários quando comemoravam seu “antes e 10 anos depois” na plataforma; uma espécie de brincadeira que consistia em publicar duas fotos do usuário tomadas com dez anos de intervalo entre elas, de tal maneira que evidenciasse a mudança física pelo qual o indivíduo tinha passado.

¹¹ Nome dado à plataforma que reúne mais de 600 blogueiros autônomos em diferentes países. Embora a África seja o continente que arregimenta o maior número de blogueiros, *Mondoblog.org* conta com colaboradores no México, na Colômbia, nos Estados Unidos, no Brasil, etc.

Exemplos como este são muitos. Não é diferente no que pode vir a constituir um trabalho gratuito para um site de notícia.

É preciso dizer que o contexto geral da mídia francesa era de crise, de modo que para eles era vital encontrar novas formas de aumentar sua produção de notícias, sobretudo, internacionais, apesar dos cortes de recursos humanos. Portanto, a estratégia era recrutar blogueiros, que produziriam matérias com uma “tonalidade local” sob o pretexto de ser uma característica de mídia participativa.

Meus trabalhos desse momento, *Novas mídias e empoderamento na África francófona: O caso de uma plataforma de blogueiros – Mondoblog do Atelier des Médias/RFI* (2016) e *A informação terceirizada: identidade e trabalho não pago na era do jornalismo digital* (2015) se dedicaram a esse tema cuja complexidade é evidente. Entretanto, é preciso dizer que nem tudo ali era exploração, pois os níveis de (in)satisfação dos blogueiros diferiam; alguns reclamavam uma remuneração, outros queriam apenas prestígios e reconhecimento, outros se serviam da experiência como alavanca para suas carreiras no meio jornalístico. São basicamente esses mesmos blogueiros, salvo algumas exceções, que hoje constituem a maior força de ativismo digital no continente africano, sobretudo, na parte francófona. E como já indicado, suas trajetórias pessoais evoluíram do blogging em geral, a alguma forma de militância on-line.

O trabalho desta tese vem acompanhando essa trajetória. De certa forma, modifiquei a perspectiva da minha pesquisa de acordo com a evolução desses blogueiros, incluindo novos atores como os agentes internacionais que acompanham os ativistas digitais, acrescentei a perspectiva de novos conceitos que desenvolvo nos capítulos a seguir. A base do campo já estava disponível, mas efetuei alguns ajustes. Nem todos os blogueiros são ativistas; portanto, me limitei a trabalhar com aqueles que se declarassem como ativistas digitais. Como já mencionei, a maioria é composta de pessoas com as quais tenho certa amizade, e, eventualmente conheci alguns ao longo da própria pesquisa. Alguns dos ativistas foram entrevistados durante a elaboração da minha dissertação de mestrado.

O primeiro contato se fazia pelas redes sociais quando marcávamos o dia e o horário das entrevistas e eu comunicava mais ou menos qual seria o assunto tratado nas conversas, com a preferência do horário sempre dada a eles por causa

da diferença de fuso horário que é, em geral de quatro horas entre Brasil e África. Eu estaria sempre disponível para o momento mais conveniente para os ativistas. Uma vez acertada, era só esperar a data e o horário para fazer a entrevista. Como as entrevistas ocorreriam via a plataforma de ligações por vídeo, Skype, precisei imaginar uma forma de gravar nossas conversas de forma eficiente. O que me levou primeiro a baixar o programa *Skype Vídeo Recorder* e depois outro muito mais eficiente *iFree Skype Recorder*; ambos convertem qualquer ligação efetuada pelo Skype em um arquivo MP3 leve e fácil de armazenar.

Devo dizer que duas entrevistas foram feitas em outras plataformas; a entrevista com a ativista do Mali, em Tombuctu, se deu por duas etapas. Já que ela vive numa cidade com difícil acesso à internet, primeiro mandei um questionário no seu e-mail e depois ela respondeu a cada pergunta enviando-me uma resposta de mais ou menos quatro minutos por WhatsApp. E a única que teve que responder a um questionário¹². Outra entrevista se deu por uma linha telefônica encriptada na internet, em razão da sensibilidade de alguns dos temas abordados.

É preciso deixar claro que essa forma de abordar o campo não constitui um *handicap* em si, visto que é de praxe dirigir as entrevistas presencialmente em interações face-à-face. No caso desses ativistas, é bom lembrar que é exatamente nessas condições que a maioria trabalha, por assim dizer. Eles raramente têm uma boa conectividade da internet e muitos devem pagar caro para acessar a rede por apenas alguns minutos. Mas isso, em nada os impede de fazer um grande trabalho de sensibilização nas redes sociais sobre diferentes assuntos. Eu gosto de pensar no trabalho do ativismo digital na África como uma forma de resiliência constantemente renovada. As entrevistas foram realizadas praticamente de forma artesanal, com diversos tipos de inovações e improvisações nos modos de coleta de dados. Não quero afirmar que outros tipos de pesquisas sociológicas não exijam um trabalho de construção quase artesanal, mas essa pesquisa em particular requeria uma adaptabilidade ao imprevisto constante. Às vezes as condições são tão adversas que o pesquisador precisa usar da imaginação e improvisar tanto na forma de coleta de dados quanto no acesso às fontes.

¹² O acesso à internet na região de Tombuctu é muito limitado de modo que até mesmo um e-mail leva tempo para ser enviado, ainda mais quando um arquivo como um texto word é anexado.

Ademais, as dificuldades deles me permitiam ter maiores percepções do que vem a ser seu dia a dia enquanto ativistas digitais. Considero que o trabalho perderia em autenticidade e realismo se, de certa forma não se desenvolvesse em meio a essas dificuldades. Era importante para mim que o processo de coleta de dados e de realização das entrevistas me proporcionasse uma experiência mínima das dificuldades que esses ativistas passam em seu dia a dia em termos de logística. Isto não quer dizer que o pesquisador deva, por exemplo, forçar as coisas de modo a dificultar o próprio trabalho em busca da autenticidade; ele só não pode abandonar pistas e trilhas porque o caminho é tortuoso. Ele precisa, pelo contrário, se adaptar e procurar soluções resilientes do mesmo modo que esses ativistas fazem.

Existem alguns paradoxos nesse universo do ativismo digital africano. Ao mesmo tempo que eles não têm acesso às melhores condições de conectividade, eles conseguem ser extremamente ativos, ao ponto de muitos trabalharem como correspondentes de diferentes mídias internacionais como a BBC ou The Guardian, para citar apenas alguns exemplos. Outro paradoxo é o papel das mulheres. Em um artigo¹³ recente mostrei que o ativismo digital africano era um universo muito masculino embora as campanhas mais bem sucedidas tenham sido iniciadas, em sua grande maioria, por mulheres. Mais adiante, mostro quais delas tiveram grande impacto nacional, continental ou mundial. É mais um exemplo de que as dificuldades não podem ser motivo para subestimar a força ou o potencial de um ativista. Sua atividade em si supõe uma capacidade de se desenvolver na adversidade.

Como mencionei antes, a entrevista com a ativista e blogueira do Mali, mais precisamente de Tombuctu, se desenvolveu em condições muito adversas. Não só a qualidade de acesso à internet faltava como também suas condições de mãe de crianças pequenas fizeram com que ela não dispusesse de muito tempo a me dedicar. Com isso nossa entrevista se estendeu num intervalo de duas semanas, de acordo com o ritmo dela, quando ela encontrava um tempo livre para gravar uma mensagem instantânea no WhatsApp. Cabia a mim encontrar uma forma de salvar os arquivos para uma posterior utilização e transcrição. De modo geral, transcrevi

¹³ Apresentei alguns perfis de ativistas digitais africanas no artigo *Mulheres e o ativismo digital na África: quatro retratos sociológicos* (2017), analisando especificamente a perspectiva de gênero. Disponível em: https://visngpc.files.wordpress.com/2018/01/serge-katembera-rhukuzage-gt4_.pdf

todas as entrevistas no dia seguinte à sua realização, pois assim eu tinha na memória outros elementos periféricos que cercaram o diálogo.

Outra entrevista que se deu em circunstâncias muito peculiares foi a da ativista guineense que reside em Paris. Nossa conversa já tinha sido marcada com antecedência e no dia combinado ocorreu o famoso atentado de Nice, como ficou conhecido aquele evento trágico em que o motorista de um caminhão de 19 toneladas invadiu uma calçada na orla da cidade e matou 87 pessoas. Embora tivesse estabelecido sua residência em Paris havia dois anos, a ativista tinha frequentado a Universidade de Nice durante vários anos; era sua cidade na França. Eu sabia dessa relação pessoal que ela tinha com a cidade. Portanto, a nossa entrevista começou com uma conversa tranquila a respeito do atentado e dos sentimentos que a atravessavam naquele momento. Tratei de reconfortá-la e me assegurei que não estava demasiadamente afetada. Mas na verdade, era impossível.

O atentado tinha um significado ainda maior na medida em que ele ocorria apenas oito meses depois do outro atentado marcante na história recente da França: o *atentado de Bataclan*. Naquele momento a França vivia um período pós-traumático com as feridas ainda abertas em decorrência do primeiro atentado do Estado Islâmico no país. Na época também, a ativista que é de confissão muçulmana, trabalhava como comunicadora digital em tempo parcial para a associação *SOS Racisme*, a maior entidade da sociedade civil de combate às discriminações raciais com ramificações em outros países na Europa. Ou seja, ela estava envolvida emocionalmente com os atentados do ponto de vista pessoal porque é muçulmana, justamente a categoria social que mais sofre as discriminações relacionadas ao preconceito religioso; porque ela era uma *niçoise* de adoção; e finalmente porque ela trabalhava para uma associação cuja política social implicada no combate às discriminações raciais.

Apesar desses contratemplos, a entrevista fluiu mais do que o esperado naquele dia, e foi a mais longa que realizei, com mais de uma hora e vinte minutos. Na verdade, foi uma conversa entre amigos, uma conversa um pouco mais séria. Certamente, foi a ativista que mostrou o maior senso crítico e capacidade reflexiva em relação aos movimentos do ativismo digital no continente africano.

A entrevista com o ativista congolês de Goma foi curiosa à sua maneira. Já fazia um momento que eu me preocupava sobre as condições de realização de uma entrevista com ele. Eu sabia da situação precária da internet naquela região. Goma é também conhecida como a cidade gêmea de Bukavu onde vive o médico Denis Mukwege, Prêmio Nobel da Paz¹⁴ em 2018 por seu trabalho humanitário com as mulheres vítimas de abusos e violência na região Leste do Congo, onde grupos rebeldes e forças armadas estatais utilizam o estupro em massa como instrumento de guerra¹⁵. A região foi caracterizada como produtora industrial do estupro. O médico Denis Mukwege é também um sobrevivente de um atentado no qual seu motorista não sobreviveu. Portanto, fica demonstrado que era uma região de enorme tensão social e periculosidade. Os ativistas sofrem das mesmas violências que outros defensores dos direitos humanos.

O ativista que entrevistei no âmbito desta pesquisa é um dos mais ativos apesar da pouca idade (menos de 25 anos), ademais de ser correspondente para a BBC na região da bacia dos Grande Lagos. Afortunadamente, no dia em que entrei em contato com ele para marcarmos uma reunião, ele me informou que no dia seguinte viajaria para Ruanda, país vizinho, onde estaria precisamente na capital Kigali. Por incrível que pareça, Ruanda é um dos países mais conectados¹⁶ da África e vive uma década de grande crescimento econômico, embora o regime não seja, politicamente, dos mais abertos da região. No dia seguinte, portanto, a entrevista ocorreu normalmente como ele mesmo sinalizou:

Bom, tenho duas opções; se estou em Goma, posso usar a conexão de Gisenyi¹⁷, mas também tem conexão em Goma. Só não é boa para fazer vídeo, chamada pelo Skype. Mas o resto, dá para se virar com textos, áudios de WhatsApp, fotos, está bem, a internet passa. Em Goma não podemos fazer uma chamada vídeo pelo Skype.

¹⁴ A premiação foi amplamente comentada na mídia nacional e internacional. Ver uma matéria sobre a premiação no link seguinte <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/10/denis-mukwege-merece-o-nobel-da-paz-por-seu-trabalho-no-congo.html>

¹⁵ A ONU denunciou o estupro em massa no Congo, ler aqui: <https://nacoesunidas.org/rd-congo-onu-denuncia-estupros-em-massa-e-execucoes-tanto-por-soldados-quanto-por-rebeldes/>

¹⁶ Reportagem da BBC Brasil sobre as inovações tecnológicas em Ruanda. Consultar no link seguinte, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131019_ruanda_tecnologia_pai

¹⁷ Cidade do Ruanda colada à cidade congoleza de Goma.

Normalmente, quando ele está na sua cidade de residência, ele costuma usar de artifícios para se conectar a partir de uma linha internet de Ruanda, e quando o governo congolês bloqueia a conexão no país, os ativistas contornam a barreira a partir de um VPN que permitem mudar o IP do utilizador e sua geolocalização a partir da criação de uma rede privada criptografada que fica entre o usuário e o servidor da internet, de tal modo que o tráfico dos dados seja protegido. Ele também conhecia de perto a realidade de transformar sua militância em um estado constante de resiliência.

Em geral, as entrevistas ocorreram com essa dose de sorte, de previsão e de adaptação de ambas as partes. Houve também a ocasião em que eu precisava entrevistar uma ativista camaronesa cuja agenda estava muito cheia e ela conseguiu encontrar um tempo livre apenas quando estava numa estação de metrô na cidade de Paris. Os deslocamentos físicos compõem parte do processo de se tornar conectável. Com sorte a estação tinha uma conexão de muito boa qualidade e tivemos tempo para debater, discutir e planejar outras conversas mais informais. O importante para mim era ser capaz de responder aos desafios logísticos que se colocavam à minha frente, uma vez que eu sabia que esse era o cotidiano dos ativistas. Embora resida em Paris, ela é a responsável internacional da associação *Internet Sans Frontières*, como já indicado, uma associação que acompanha o estado da internet nos países africanos e outras regiões do mundo, e além disso, disponibiliza uma série de formações sobre segurança on-line para os ativistas. O papel dela é central na compreensão desse campo na África. Em 2018 eu entrevistei outro ativista de nacionalidade marfinense. A Costa de Marfim é conhecida por ser um dos países com a maior penetração de internet em toda a África, além de ter uma comunidade virtual bastante ativa. Contudo, quando o ativista pioneiro no campo das redes sociais me disse que passaria uma semana em Madrid para uma conferência sobre segurança não deixei escapar a oportunidade e organizei rapidamente uma entrevista com ele. Já planejava entrevista-lo e desejava que as condições fossem as melhores e por isso esperei o momento ideal.

Mas mesmo uma entrevista organizada em condições perfeitas para os padrões dessa pesquisa apresenta suas curiosidades e, desta vez, seria o fuso horário. Como minha intenção foi sempre fazer aquilo que o entrevistado achasse mais adequado, eu deixei a decisão de escolher o horário para o ativista; ficou então

combinado que nos conversaríamos às 7 horas da manhã, horário de Madrid, o que significava a madrugada no Brasil. Por felicidade, eu planejava justamente assistir a maratona de Valência que era praticamente no mesmo horário e tinha me programado para ela. Portanto, o sacrifício não foi tão gigantesco quanto poderia ser em tempo normal.

De modo geral, as entrevistas tiveram o mesmo modo de organização. Elas consistiam em conversas semiestruturadas, com perguntas abertas permitindo ao entrevistado desenvolver sua resposta à vontade. Foram feitos alguns ajustes de acordo com as condições específicas de cada ativista e de acordo com seu país. Assim, por exemplo, quando entrevistei a ativista e blogueira do Mali, mandei as perguntas com antecedência por e-mail tendo estabelecido com ela que me mandaria as respostas em formas de mensagens áudios via o aplicativo WhatsApp. No caso do ativista de Gabão, a entrevista foi feita pelo Skype, mas em alguns momentos, quando tocávamos um tema sensível envolvendo o governo, eu fazia as perguntas normalmente e ele me respondia por escrito no mesmo aplicativo de chamadas. Ou seja, eu tinha que lidar com diversos tipos de mídias durante as entrevistas. Tanto na durante a entrevista, quanto depois na hora de recolher os dados e as informações. No caso dessa chamada com o ativista gabonês, havia um material escrito a ser recopiado e também um material em áudio já que todas as ligações pelo Skype eram automaticamente gravadas pelo aplicativo *iFree Skype Recorder* previamente instalado no meu computador. Cabia a mim organizar as respostas depois. Realizei quinze entrevistas no total, entre as quais perdi uma por um problema técnico, e metade de outra por outro problema técnico. Tive que mudar o aplicativo de gravação das entrevistas pois o primeiro começou a apresentar bugs que me faziam perder o material coletado. Uma terceira entrevista realizada com um ativista de Chade ficou com o som muito prejudicado porque o ativista usava um programa de encriptação das chamadas digitais. Era uma forma de proteger suas ligações que acabou prejudicando a entrevista. Mas só descobri esse detalhe depois da entrevista. Tive que utilizar outros programas gratuitos que permitem filtrar um arquivo áudio melhorando sua qualidade eliminando ruídos. Mas nem todo o material ficou utilizável. Uma primeira fase das entrevistas foi realizada em 2016 e a segunda e última parte foi feita em 2018.

No caso da blogueira guineense que trabalha com ativismo ambiental, tivemos uma hora e meia e conversa, e depois, ela me transmitiu uma série de matérias de sites de notícias internacionais que relatavam suas atividades. Ela mantinha um arquivo pessoal com esse material. Também mobilizei dados disponíveis em relatórios de diversos organismos que acompanham a evolução da internet no mundo como *Internet Society*. Esses dados quantitativos serviram fundamentalmente para complementar minha compreensão dos contextos locais e das demandas dos ativistas. Do ponto de vista teórico, trabalhei com a análise do discurso dos ativistas explorando as pistas que os conceitos mobilizados por eles me abriam na construção da pesquisa e das minhas hipóteses.

I. 2. Questões teóricas e problemas práticos de metodologia

O modo de coleta de dados tem variado e evoluído ao longo dos anos; tendo uma diversidade de possibilidades como a coleta face a face, a telefone ou pela internet como em caso de “netnografia”) ou mesmo o tipo de coleta feita nesta pesquisa através, sobretudo, da plataforma Skype Vídeo. No caso desta pesquisa, eu me interessava muito nos discursos que tocava, por exemplo, nos temas da cidadania, das fronteiras e da questão da superação das fronteiras. Quando o entrevistado não tinha muito a dizer sobre esses temas, existia uma possibilidade que o material recolhido não servisse especialmente para este trabalho. Em toda forma, há de se tomar em conta também o orçamento financeiro da pesquisa. E no contexto atual da pauperização da pesquisa universitária, a internet constitui ao mesmo tempo uma oportunidade, como também um atestado da precarização do quadro de pesquisa. Ademais, o contexto atual da pandemia da covid-19 lança um novo desafio aos pesquisadores que viram a fase de campo de suas pesquisas ser interrompida. Alguns que se preparavam a ir a campo tiveram que anular e repensar sua proposta de trabalho. Esse momento foi de desconcerto para mais de um pesquisador. Sobretudo para aqueles que não estão acostumados a trabalhar com recursos de coletas de dados on-line. Embora a pandemia tenha começado quando eu já havia terminado a realização das pesquisas, pude observar como outros colegas do doutorado entravam em universo de incerteza. Sem dúvidas, as propostas que avancei até aqui em termos de coleta de dados, seja por aplicativos

digitais e plataformas de redes sociais ou *softwares* devem ganhar maior protagonismo na pesquisa em Ciências sociais.

Isabelle Parizot explica uma das vantagens da pesquisa feita por telefone. Para a autora “ela permite beneficiar-se da intervenção de um pesquisador, reduzindo os custos do próprio levantamento de dados e contornar notadamente certos problemas ligados à eventual dispersão geográfica dos pesquisados” (PARIZOT, 2015, p. 87). Como expliquei, trata-se de uma oportunidade e ao mesmo tempo de um sinal de precarização. A coleta de dados pelo Skype combina a opção telefônica e o uso da internet. Ela, de certa forma, integra definitivamente as Novas Tecnologias no método de pesquisa sociológico. Com a integração dos novos aplicativos da internet no método de coleta de dados, a noção de distância é revista e atualizada na prática da pesquisa. A noção de espaço também é redefinida e incorpora o espaço on-line como um campo do qual a pesquisa sociológica pode se ocupar. Contudo, esse tipo de pesquisa não está protegido de algumas formas de perturbações, já que o entrevistado está num ambiente não necessariamente controlado. Foi o caso justamente da entrevista com um ativista gabonês.

Parizot também insiste na possibilidade de um questionário ser adaptado ao longo da pesquisa e de sua problematização (idem, p. 89). De fato, uma entrevista pode fazer com que nossa perspectiva geral evolua; que mudemos de foco, e que reavaliemos a pertinência de fazer as mesmas perguntas para os próximos entrevistados. Um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado também pode abrir essa possibilidade. Eventualmente as perguntas que escolhemos podem servir como indicadores para a pesquisa em geral (idem, p. 90), ou, segundo o que foi a minha opção, as perguntas podem orientar temas centrais a serem debatidos ao longo do trabalho.

O que afirmo, nesse caso, é a constante conexão entre as perguntas e o quadro teórico, essas duas podendo se retroalimentar o tempo todo; inclusive com a hipótese geral do trabalho:

O princípio a reter é o da *amostragem teórica*. Na escolha das pessoas a entrevistar, o pesquisador não está em busca de uma representatividade no sentido estatístico; ele busca antes identificar e explorar, à medida da acumulação dos dados e do trabalho de

análise, as *situações contrastadas* que vão lhe permitir arquitetar um quadro teórico. Nesta ótica e pesquisa se desloca à medida que cada nova situação explorada produz um conjunto de elementos pertinentes de análise (BARDOT, 2015, p. 104)

Dito isto, é preciso saber que, de certa forma, meu trabalho comporta uma dimensão fenomenológica e compreensiva, no sentido empregado por Giorgi (2014): “(...), a fenomenologia analisa as intuições ou presenças, não em seu sentido objetivo, mas precisamente sob o ângulo do sentido que esses fenômenos têm para os sujeitos que os vivem” (2014, p. 389). Do ponto de vista de uma sociologia crítica – não no sentido estrito – esse procedimento me parece interessante, pois permite não só captar o que os sujeitos percebem de sua realidade, senão também dissecar o que aparece como ideologia e mistificação para o pesquisador. Mas não somente isso, como discutirei no capítulo III, essencialmente, essa perspectiva permite avançar no campo dos significados específicos que alguns conceitos carregam de acordo com o peso histórico de sua experiência prática em determinados lugares. É o motivo que me leva a propor outro sentido para o conceito de cidadania no contexto do ativismo digital africano (GIORGI, *idem*, p. 392).

Entretanto, uma observação é importante aqui. Nesse tipo de abordagens, duas versões precisam dialogar entre si. A visão do pesquisador e a do entrevistado. Qual deve prevalecer? Acredito que um equilíbrio precisa ser alcançado, embora reconheça que, de modo geral, prevaleça a opinião do pesquisador. A rigor; “tudo diagnostico é uma construção social” (POUPART, 2014, p. 243), portanto, nenhuma das perspectivas deve ser reificada. Cabe problematizar e duvidar sempre¹⁸.

Esta pesquisa, que envolve ativistas digitais, por certo, reunidos em coletivos e associações nacionais e transnacionais como, por exemplo, os *Africtivistes*¹⁹, demanda a construção de uma narrativa que confira um tipo de coerência lógica à suas atividades. Em outras palavras, deve-se admitir, de certa forma, que nada em concreto e nada “nas falas” dos entrevistados afirma

¹⁸ Ver em Weber, 2010.

¹⁹ O maior coletivo de ativistas digitais de língua francesa reúne blogueiros, militantes, jornalistas, hackers, e outros especialistas das novas tecnologias. Sua primeira reunião internacional ocorreu na capital do Senegal em 2015.

explicitamente uma premeditação de se constituírem enquanto uma sociedade civil, menos ainda enquanto um movimento pan-africano horizontal, conceito que pretendo adotar. Tal argumento parte de um esforço sociológico de interpretação de enunciados afim de construir um objeto sociológico.

É importante mencionar aqui também que, em geral, os ativistas tendem a caracterizar a si mesmos como pertencentes a uma rede; quando se juntam numa associação nacional ou transnacional, usam esse mesmo qualificativo. Maillochon adverte para o uso abusivo dessa noção de rede (2015, p. 157). É verdade que no caso da associação transnacional *Africtivistes*, eles se configuram de fato como atores em redes, sobretudo, quando organizam uma campanha, ou quando tentam mobilizar-se coletivamente para denunciar um abuso em determinada parte do continente. Nesse sentido, um evento ilustrativo é dado por uma ativista guineense que relata o episódio em que a secretária da associação mandou um e-mail a todos os membros da rede para que cada um reproduzisse em suas redes sociais pessoais certas publicações previamente redigidas com o intuito de “viralizar” e sensibilizar a sociedade civil a nível continental, os atores e observadores internacionais sobre determinada causa. Esse tipo de repertórios vem se popularizando, inclusive no Brasil onde vemos cada vez mais mutirões sendo organizados nas redes sociais sobre determinados temas, por exemplo, campanhas em defesa do SUS ou em defesa da educação, com agenda pré-marcadas e tweets pré-definidos pelos organizadores. Da mesma forma, o horário de publicação dos tweets também é pré-estabelecidos. Essas campanhas costumam ser bem sucedidas e mobilizam bastante engajamento dos usuários nas redes sociais.

Com esses exemplos vemos então que mesmo quando não explicitam seu pertencimento a uma rede de sociedades civis transnacionais, os repertórios de ações dos ativistas podem indicar esse tipo de articulação.

Retomando a ideia da construção do objeto de pesquisa, trata-se de diferenciar dois momentos relativamente aos dados fornecidos: o entendimento dos entrevistados sobre suas próprias ações – de acordo com a sociologia compreensiva de Weber – e o que o pesquisador formula como síntese dessas ações. Com isso, me inscrevo na linha de Scribano que entende que: “*Interpretar uma ação é uma prática de leitura que põe em relação ações, linguagem e vidas cotidianas do*

sujeito. Fenomenicamente esta prática aparece como, narração, consciência discursiva e como documento sociológico”²⁰ (SCRIBANO, idem, p. 6). Essa postura interpretativa corrobora não somente a ideia de que o objeto se constrói e é ressignificado a partir do momento em que ele é sociologicamente tematizado, como também o fato de que a narrativa sociológica constitui uma espécie orientação discursiva voltada a um tipo de compreensão dos fatos.

Portanto, com base nas entrevistas realizadas com ativistas digitais e membros de instituições internacionais de acompanhamento das atividades dos militantes digitais reconstruo sociologicamente um universo coerente de ações e de resistências. De fato, os ativistas e os órgãos de acompanhamento reconhecem, como dito antes, modos similares de repressão aos quais eles estão submetidos em seus respectivos países, e a partir dessa condição comum entendem a necessidade de trabalhar em *conjunto* “*porque isso os tornariam mais fortes*”. Porém, a visão de algo similar ao que ocorreu no imediato pré e pós-independência africanos, isto é, um “tipo” de pan-africanismo, é uma “montagem” intelectual que cabe ao pesquisador. É basicamente nessa linha que devem ser interpretadas as seguintes palavras de Turner:

Boa parte do “sistema dedutivo” das teorias científicas não passa de lugar-comum, altamente discursivo. Por exemplo, a teoria sintética da evolução é discursiva, embora algumas partes dela (como a genética) possam ser estabelecidas com certa precisão. Quando, porém, essa teoria é usada para explicar eventos, sua aplicação não obedece estritamente a um cálculo, mas conforma-se ao que parece “razoável” a uma comunidade de estudiosos (TURNER, 1999, p. 233).

Isto quer dizer que não procuramos necessariamente, ao construir um argumento sociológico, que ele adquira o status de “produção científica”, no sentido duro. Preocupado em responder minimante à exigência de precisão que a ciência autoriza, Pires se pergunta se as entrevistas podem constituir fontes suficientes nos estudos sociais: “*as descobertas feitas nesse campo das ciências sociais sempre serão difíceis de ver e de fazer ver*” (idem, 49). É verdade que não estamos sujeitos

²⁰ Tradução minha.

ao mesmo tipo de leis que as ciências naturais em geral, onde as experiências podem ser repetidas invariavelmente quando respeitados os mesmos protocolos e as mesmas condições. Muitas vezes, nos basta a legitimação do campo. Como explica Turner:

Acrescente-se que, na maioria dos casos, a explicação não envolve predições e deduções exatas, antes de mais porque os controles experimentais não são possíveis na verificação de muitas teorias. A explicação consistirá, ao contrário, no uso mais discursivo de proposições e modelos abstratos, para a compreensão de eventos específicos (TURNER, 1999).

Esse posicionamento define o status que o conhecimento das ciências sociais deve assumir; de acordo com Pires, por exemplo: “*o metodologista deve expor seu trabalho conforme dois registros: o da verdade se construindo, e o da falsa consciência*” (idem, p. 54); em resumo, trata-se de um tipo de prudência intelectual, uma forma de humildade perante os limites da própria ciência em sua capacidade de captar a realidade social.

O estudo dos fenômenos ligados à cultura digital requer uma gama de inovações na prática da pesquisa. É o que indica, entre outros, o trabalho de Pamela Jeadá (2016) que esboça um modelo de pesquisa para os novos fenômenos urbanos do século XXI essencialmente relacionados ao uso das Novas Tecnologias. Afirmo também que o ciberativismo e a cultura digital entram plenamente nessa categoria de fenômenos que chamamos de urbanos. Esse tipo de pesquisa necessita uma habilidade do pesquisador em sair dos caminhos mais convencionais: “pode-se, então, provavelmente dizer que a pesquisa qualitativa se caracteriza em geral: a) por sua flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, inclusive no que se refere à construção progressiva do próprio objeto de investigação (PIRES, 2014a, p. 90).

No seu artigo baseado em pesquisa feita na cidade de Madrid, Jeadá testa por assim dizer uma etnografia que qualifica de multisituada ou multilocal (idem, p. 57) na medida em que “*aborda o objeto de pesquisa desde diversas localidades com base em contextos e nas relações sociais*” (p. 59). A pesquisadora observa que

se trata de uma atualização dos métodos da micro-sociologia usados por estudiosos como Goffman, entre outros.

Contudo, um dos pontos de convergência entre a pesquisa de Jeadá e a minha está situado no uso dos meios de comunicação disponíveis atualmente em diversas plataformas da internet. No seu caso, ela informa que não hesitou em acompanhar os hábitos de consumo e de lazer dos jovens usuários das Novas Tecnologias, isso incluiu acompanhar suas atividades em sites de compras como a Fnac; em aplicativos de compras como a *Apple Store*; e incluiu, ainda, a utilização de plataformas de armazenamento de dados como o *Google drive*, a utilização de máquinas fotográficas, vídeos, etc.

No caso da presente pesquisa, como já mencionei, utilizo bastante um aplicativo de vídeo chamada como o Skype para realizar minhas entrevistas com ativistas residentes ou localizados em diferentes cidades africanas tais como Kigali, ou europeias como Paris. As características do objeto de pesquisa impõem modos específicos de coleta de dados dos quais a mobilidade é uma das principais qualidades. O pesquisador deve ser tão flexível quanto o próprio campo que ele pesquisa. Mas, devo dizer também que os limites econômicos e a falta de recurso impedem a realização com uma frequência regular de entrevistas *in loco*.

A dificuldade de acesso à internet no continente africano deve ser um parâmetro importante na hora de avaliar as possibilidades de acesso às fontes. De fato, realizei uma entrevista com um ativista e blogueiro que reside na cidade congoleza de Goma onde a conectividade é precária e, como já mostrei, ele se encontrava em trânsito em Kigali viajando para uma conferência internacional com outros ativistas. Kigali é uma das cidades mais conectadas da África, e no momento em que pedi a realização da entrevista pude contar com essa infraestrutura que permitia uma melhor conectividade. Em contraste, a conversa com a responsável da ONG *Internet Sans Frontières*, que se especializou na promoção, formação e acompanhamento dos ativistas, se realizou sem maiores problemas já que sua cidade de residência é Paris. Com isto, mostro apenas que durante uma pesquisa que envolve a cultura digital e o uso dos artefatos multi-midiáticos, não se pode excluir os recursos dos mesmos, pelo contrário, é algo a ser encorajado porque abre novos caminhos em termos de acesso a fontes e ao rompimento de fronteiras.

Finalmente quero abordar um aspecto secundário, mas não menos relevante do trabalho que é o problema da delimitação espacial do objeto de pesquisa o que equivale a discutir, brevemente, o estudo de fronteiras nas ciências sociais. Como bem discutem Michèle Lamont e Virág Molnár (2002), esse tema não toca apenas as fronteiras físicas, mas, concernem particularmente as fronteiras simbólicas e sociais. Assim como elas indicam, em geral, as fronteiras simbólicas referem-se à identidade social e coletivamente compartilhadas pelos atores (p. 168-169). Ora, argumentei aqui que no caso dos ativistas africanos, muitos identificam-se pelas formas de repressão aos quais se deparam no dia a dia.

Emerge ao longo das entrevistas o fato de serem vítimas dos mesmos processos repressivos, mesmo vivendo em países diferentes, o que constituiu um dos elementos catalizadores para a formação de uma consciência coletiva, para além das fronteiras nacionais, de sua condição de militantes da sociedade civil. Ademais, eles se percebem de maneira integrada, como uma rede com possibilidade de exercer uma pressão política que alcance não só seus países respectivos, como também outros países cujos regimes são autoritários. Não é fácil estabelecer claramente se é a ação dos ativistas que gera esse tipo de repressão dos governos ou se, ao contrário, é a repressão que posiciona os ativistas como militantes da sociedade civil. De toda forma, os dois processos devem exercer uma influência recíproca. Entretanto, como mostrarei a seguir, é geralmente, através de uma avaliação real do custo da repressão que um governo toma uma determinada atitude, e inversamente, os ativistas também avaliam o custo de uma ação mais crítica em relação a um governo.

Ademais, a temática das fronteiras num estudo como o que proponho levanta também a questão dos diferentes contextos nacionais, bem como da identidade nacional, sua construção e sua reformulação no contexto dos fluxos migratórios e culturais. Como afirmei, as autoridades africanas não parecem estar em consonância com as práticas e aspirações das populações mais jovens que participam da dinâmica social que as NTICs promovem. Muitos desses ativistas não percebem as fronteiras nacionais como um limite para sua ação em favor da democratização da sociedade; o que causa, obviamente, um problema de soberania, já que muitos governos alegam a questão da ingerência ao se referirem a críticas

que surgem do exterior. Não é raro ocorrer expulsões de ativistas que visitam um país terceiro e emitem uma opinião que contraria o regime.

Lamont e Molnár (idem, p. 169) mostram que muitas vezes a fronteira entre o “*nós*” e o “*eles*” não está claramente definida, especialmente quando se trata da identificação dos sujeitos. Essa é, sobretudo, a realidade da militância nas redes sociais onde as fronteiras físicas praticamente não importam mais. Elas ainda explicam, de acordo com Melucci, que a organização social contemporânea em rede, modifica a maneira como os atores compartilham suas identidades e se mobilizam (p. 170). As autoras apontam que os estudos sobre as fronteiras nas ciências sociais assumem a função de “*questionar a tese do isomorfismo entre o lugar, a nação e a cultura*” (idem, p. 183). Isto implica, no caso da minha pesquisa, não considerar como cristalizadas as relações entre os ativistas e seus Estados respectivos, não considerar como fixas as representações subjetivas relativas à própria identidade dos atores; considerar, ademais, que esses atores têm uma agenda atuante além das fronteiras físicas e políticas convencionais.

Essas considerações me levam a concluir que um olhar mais dinâmico sobre a noção de fronteira é necessário para a minha pesquisa. Por outro lado, apenas acessoriamente e quando uma contextualização se faz realmente indispensável aponto as características e as peculiaridades de cada país, sua situação política e econômica. Coloco como limite metodológico somente a questão linguística já que me dedico especificamente aos coletivos de militantes em países francófonos.

I. 3. Relato e problemas na coleta dos dados

De acordo com Poupart (2014b, p. 228), uma entrevista implica várias questões que independem do pesquisador. Por exemplo, o autor pergunta: os entrevistados colaboraram durante o encontro? Se mostraram dispostos? Como foram feitos os primeiros contatos? Igualmente é preciso esclarecer sobre as condições de realização das entrevistas. No caso preciso da minha pesquisa, devo dizer que a maioria se mostrou colaborativa, embora, por circunstâncias, alguns mostravam sua impaciência em terminar um pouco antes que a média. Eu apenas podia adivinhar os motivos dessa impaciência considerando as falas de outros ativistas: às vezes, a diferença de fuso horário realmente se tornava um problema,

às vezes o ativista mostrava um certo desgaste com a militância e abordar o tema provocava certo desconforto. E, nesses casos, era necessário encurtar as perguntas, pular outras, não interromper muito as falas; não formular outras perguntas que não estivessem já no roteiro preestabelecido pois isso suporia aumentar o tempo de duração da entrevista e, conseqüentemente, diminuir o interesse do entrevistado.

Quando um entrevistado mostrar sinais de cansaço é preferível interromper a entrevista. Outro problema que pode surgir é de entrevistar o sujeito num local onde ele se encontre realmente à vontade e livre para falar. Um caso específico me colocou diante desse desafio. Em 2016, entrevistei um ativista gabonês e seu país vivia um período político conturbado com uma série de ações repressivas do governo contra a oposição e outros críticos. A internet era alvo de censura e corte conhecido como *shutdowns*. O único lugar onde ele podia falar comigo através de uma chamada de vídeo pelo Skype era seu local de trabalho onde ele compartilhava uma sala com mais dois colegas.

A dinâmica da entrevista foi muito peculiar. O ativista falava apenas para responder a perguntas triviais e corriqueiras. Cada vez que eu fazia uma pergunta mais séria que exigisse uma resposta polêmica, ele preferia escrever porque temia ser espionado pelos colegas e correr o risco de ser delatado caso emitisse uma crítica negativa contra o governo. Não era paranoia; era uma verdadeira preocupação com a própria segurança. Enquanto pesquisador que tem um leve conhecimento sobre a periculosidade de certos regimes na África, é preciso aceitar essas condições e se adaptar.

Por certo, eu passaria por situações muito mais complexas que essa durante o processo de coleta de dados. De modo que essas dificuldades se configuravam como um elemento de compreensão da experiência dos sujeitos pesquisados. Foi igualmente por sorte que iniciei o contato com um ativista marfinense de grande importância justamente quando ele se preparava a passar uma semana em Madrid. De modo que nossa entrevista decorreu com muita facilidade, ao contrário do que ela teria sido se eu o entrevistasse quando ele estivesse em seu país.

Me permito simplesmente insistir que o exercício das entrevistas durante essa pesquisa foi um constante desafio à adaptação. Como diriam Deslauries e Kérisit (2014, p. 127), o pesquisador precisa incorporar o modelo de adaptação

contínuo, isto é, ter a capacidade de flexibilizar ao máximo sua perspectiva e os rumos de sua pesquisa. A coleta de dados, a análise e a elaboração do problema da pesquisa podem se dar de maneira simultânea.

De novo, isso remete ao argumento de pesquisa co-construída entre o pesquisador e o entrevistado e ainda estando sob a influência das relações retroativas existentes entre teoria e campo. Nem sempre o entrevistado está disponível. Ainda mais vivendo em condições extremas com falta de recursos como acesso à internet ou à energia elétrica. Portanto, certa flexibilidade é requerida; e a abertura intelectual que consiste em avançar e recuar no que diz respeito a diferentes fases do trabalho, como já citei nas linhas precedentes.

I. 4. Caminhos para uma Sociologia digital²¹

Podemos prosseguir no debate relativo às questões metodológicas trazendo uma discussão mais ampla que a desenvolvida até agora. A constatação de uma transformação radical das relações sociais agora mediadas por novas tecnologias e mídias digitais nos obriga a pensar o alcance dessa dinâmica do ponto de vista das ciências sociais; e isso de duas formas. Em primeiro lugar, precisamos nos perguntar se essas mudanças afetam de maneira decisiva a forma como produzimos o conhecimento sociológico; e em segundo lugar se ela se limita ao mundo observado e não afeta em grande medida a natureza das ciências sociais em si.

De qualquer forma, como mostrarei, é possível que mesmo na eventualidade dessas duas hipóteses serem apenas parcialmente exatas, a fronteira entre as duas realidades seja tênue. Há algumas décadas, diferentes sociólogos e pensadores das humanidades indicam a iminência de uma transformação radical no modo de produzir o conhecimento sociológico. Tanto Peter Wagner (2009) como Wendell Bell (1999) advogam sobre a inclusão de novos instrumentos de pesquisa que até agora sofrem uma forma de ostracismo dentro das ciências sociais por causa da

²¹ Uma versão ampliada deste tópico foi publicada em forma de ensaio na revista Abordagens. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/53720>>

natureza dessas últimas e também pela resistência da área em incluir as novas tecnologias em seu dia a dia.

Wagner, por exemplo, compreende que os avanços da sociologia como disciplina e seu fortalecimento como campo se deu pela especificação de seu objeto principal, isto é, o social que existe nas relações humanas bem como a sociedade em si. Mas ele não deixa de apontar outros caminhos que o campo precisa percorrer. É verdade que sociólogos clássicos como Weber ou Durkheim utilizam conceitos como o “social”, o “relacional”, o “coletivo”, para especificar seu objetivo. Ou então, acompanham seus textos de um leque de conceitos ontologicamente similares: nação, classe, Estado; isto tudo para mostrar a importância de se estudar esse “elemento” que transcende o indivíduo, mas que se manifesta decisivamente nele. No entanto, o campo parece apontar para a necessidade de ampliação tanto dos conceitos, quanto dos instrumentos de pesquisa, incorporando o impacto das Novas Tecnologias, das mídias digitais e das redes sociais em nossas análises teóricas e epistemológicas.

Velhos métodos e novos objetos?

É possível ir mais longe e considerar que a digitalização da vida social redefine nossa compreensão do que é existir no mundo atual. Devemos considerar, entre outros, fenômenos como a instantaneidade da produção da informação e do conhecimento. Outros autores mais contemporâneos vão se debruçar tanto metodologicamente, como conceitualmente sobre noções como o funcionalismo e o estruturalismo. Porém, o avanço aqui trata de incluir as novas tecnologias como objetos de pesquisa sociológica. Elas afetam aspectos da vida muito amplos tais quais as questões da reprodução da espécie, e com isso, redefinem até mesmo noções como a do indivíduo. Uma nova percepção do espaço e do tempo: estar presente socialmente on-line é diferente de estar presente na praça pública interagindo com os outros em comunicação face a face. As duas dimensões podem até mesmo ser contraditórios em alguns momentos. Pessoas com forte presença social virtualmente costumam ser menos visíveis e atuantes na vida *off-line*. A marginalização ou o isolamento social na vida *off-line* pode se traduzir, em certos casos, em forte presença e capacidade de influência on-line. São os contrastes que produzem a virtualização da vida e que a sociologia precisa considerar.

As transformações são tão importantes que questionam até mesmo o que é existir nos dias atuais. Os modos de existir entre indivíduos conectados obrigam a pensar e atualizar as abordagens teóricas das Ciências Sociais em gerais. Justifica-se uma redefinição do conceito do social considerando a vida em dupla dimensão *on-off*; uma vida mediada pela intensificação do uso das mídias sociais e das plataformas graças notadamente às políticas neoliberais de privatização e abertura de mercados das Novas Tecnologias.

Por outro lado, essas mudanças no “mundo da vida”, por assim dizer, também nos levam a considerar seus efeitos no ofício do sociólogo, principalmente no campo da metodologia onde a virtualização também é presente e sentida. Do ponto de vista teórico e da prática, as mudanças estão cada vez mais presentes na forma de coleta de dados e de sua conceitualização, bem como em seus modos de justificação.

Métodos virtuais de coletas de dados são introduzidos, *softwares* de tratamento de dados qualitativos como *NVivo* e *Atlas.ti* se tornam cada vez mais populares entre os pesquisadores. Se é verdade que não criam necessariamente práticas inéditas na forma de tratar os dados, na medida em que consistem basicamente em organizar, reagrupar, indexar os dados obtidos em diferentes formatos e suportes (mídias áudios, imagens, fotografias, textos, etc.), eles são a sofisticação e a otimização de técnicas que antes eram feitas manualmente. É lendária e notória o uso de milhares de fichas por Florestan Fernandes. Em todo caso, o sociólogo ganha tempo e tem um “assessor robotizado” em sua tarefa de tratamento de dados no dia a dia da pesquisa. Não se trata de substituir o pesquisador humano, embora a robotização também produza certa circunspecção em diversos campos profissionais, entre os quais a sociologia.

O debate referido precisa também considerar a questão da suposta separação entre o virtual e o real, as formas como interagem, bem como os significados que ganham para os atores sociais. É um debate que precisa ser feito do ponto de vista do método, da metodologia e da epistemologia (HARDING: 1998). Considerando

a questão da percepção do espaço e do tempo, temos que examinar essa especificidade do mundo virtual e sua interação com o mundo *off-line*.²²

Em outra instância, do ponto de vista da epistemologia, discute-se, por exemplo, o papel da mulher na formação da cultura digital; na criação das Novas Tecnologias, etc. O que se propõe aqui é contemplar que elas são agentes e sujeitos sociológicos desses processos. A fratura tecnológica de gênero precisa ser analisada como uma questão metodológica e epistemológica essencial da sociologia contemporânea. Isto supõe questionar as desvantagens estruturais que se operam nesse campo da tecnologia e reproduzem os arranjos sociais e as hierarquias sociais que instauram relações de poder onde a superioridade masculina é reproduzida. Em outra instância, a questão do racismo e da etnicidade começa a ser central nos debates sobre concepções de algoritmos que estruturam as redes sociais na internet (SILVA, 2020).

Para a socióloga Larissa Pelúcio (2015), os desafios para o campo do estudo das mídias digitais são também de ordem ética e metodológica. Trata-se de reinventar técnicas já consolidadas na área como por exemplo, a etnografia, dando-lhe um contorno mais adequado com o objeto. Daí que certos pesquisadores usam a netnografia como um método específico para a pesquisa nas plataformas digitais. Para Pelúcio, a pesquisa das mídias sociais supõe “gozo e imersão”, isto é, um investimento total do pesquisador tal como o faria um etnólogo. Esse investimento é também psicológico; ele exige um engajamento pleno e a “manutenção” da rede. Em outras palavras, às vezes compete ao pesquisador manter o campo “vivo”. Isto implica igualmente interpretar a linguagem das redes digitais e seus códigos estéticos; incorporando, por exemplo, a linguagem multimodal dos memes. (CANI, 2019; GUERREIRO & SOARES, 2016)

O caso da pesquisa do sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2016a) nos permite enxergar concretamente a difícil separação entre os mundos on-line e off-line. O pesquisador fez uma etnografia aplicada às práticas digitais numa

²² De certa forma, é quase inoperante o uso do binômio virtual/real para estabelecer uma distinção entre as duas esferas. Primeiro, considero essa distinção como sendo parcial. Em segundo lugar, os binômios virtual/*off-line* ou *on-line/off-line* me parecem mais operantes e capazes de apreender a realidade das sociabilidades contemporâneas que uma simplificação do objeto, se os conceitos usados forem os supostos opostos virtual-real.

comunidade virtual de relacionamento entre pessoas que se identificavam como gays. O grupo focado não se localizava apenas virtualmente, mas igualmente na cidade de San Francisco, num bairro gentrificado, de acordo com o próprio pesquisador. Durante a pesquisa, Miskolci utilizou várias técnicas tradicionais da etnografia como as longas entrevistas com os atores sociais que ele identificava graças a um informante.

O que chama particularmente a atenção é o fato que a imersão de Miskolci no campo foi ao mesmo tempo on-line e off-line. O pesquisador passou vários meses acompanhando seu informante nos encontros, se aproximando com os diferentes atores, essencialmente a partir de convívio e da observação do grupo alvo. A indicação do tipo social do bairro é significativa porque informa também sobre o perfil socioeconômico do pesquisador. Uma característica desse trabalho, é justamente questionar o tempo todo a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa.

A pesquisa envolvendo redes sociais e plataformas digitais é muito complexa e dinâmicas. Encontro, por exemplo, similitudes e diferenças entre a pesquisa de Miskolci e a minha. Enquanto ele teve uma imersão física e presencial no seu universo de pesquisa, tendo conseguido se deslocar até San Francisco e acompanhar “de perto” essas comunidades, eu desenvolvi minha pesquisa “de longe”, sem o suporte de um informante como foi o caso dele. Em algumas experiências de netnografia, quando, por exemplo, um pesquisador precisa entrar ou infiltrar um grupo de Facebook ou de WhatsApp, ele precisa da ajuda de um informante. Em outros casos, como o meu, essa ajuda pode ser dispensada já que eu conheço pessoalmente os sujeitos do meu campo e tenho mantido relações de longa duração com eles. Por isso, no caso da pesquisa de Miskolci é possível falar exatamente de uma experiência etnográfica já que os critérios clássicos de definição desse tipo de pesquisa são preenchidos. Em caso de pesquisas como a minha, onde tudo ocorre basicamente on-line e “de longe”, o uso do termo etnografia se torna menos evidente.

CAPÍTULO II. MOBILIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: MUTAÇÃO DO ATOR SOCIAL NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

II. 1. Caracterização teórica da Sociedade civil

Antes de entrar no tema dos movimentos sociais, gostaria de trazer uma caracterização teórico do conceito de sociedade civil que orienta meu debate ao longo da tese. Embora eu me ocupe da questão do ativismo digital na África, adoto aqui a definição utilizada por Arato e Cohen. Apresento na sequência uma breve crítica a essa nova elaboração proposta pelos autores. Nas últimas três décadas o conceito conheceu uma revitalização graças à sua recuperação por esses autores, de tal forma que ele também se tornou objeto de um excesso de otimismo como bem observa Cohen:

Nessas circunstâncias, não é de admirar que os teóricos da democracia depositem mais uma vez suas esperanças na sociedade civil para gerar solidariedade, tornar públicas as grandes questões e democratizar a ordem mundial emergente. Esses teóricos acreditam que uma sociedade civil em escala global poderia compensar o déficit democrático da nova ordem mundial (COHEN, 2003, p. 421).

Ademais, há uma tendência entre os entusiastas do conceito a atribuir à sociedade civil certas competências e características que a diferenciam radicalmente do Estado e da economia: “argumentam que a sociedade civil mundial avança onde os Estados não mais progridem, isto é, no suprimento de novas bases de identidade, solidariedade, coordenação, regulação e controle” (COHEN, 2003, p. 421). Num artigo publicado em 2003 pela revista Dados, Cohen retoma esse conceito de sociedade civil com o objetivo de esclarecer seu uso e definir suas possibilidades para o mundo globalizado no século XXI. Para isso, a autora opera a partir de um procedimento analítico em três etapas: (1) reafirma a localização do conceito de sociedade civil dentro do quadro formal do Estado nação, (2) define os parâmetros fundamentais da nova teoria da sociedade civil desenvolvida com Arato, (3) aborda as possibilidades para uma sociedade civil globalizada. Cohen adota uma

definição simples e provisório que também proponho a partir de agora para entender o uso que faço do conceito. A autora entende a sociedade civil: “(...) como uma esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado, composta de três parâmetros analiticamente distintos: pluralidade, publicidade e privacidade” (COHEN, *idem*, p. 423).

A concepção de Cohen supõe que já no âmbito do Estado-nação, houve uma separação clara entre as esferas do Estado, a sociedade civil e a economia do mercado. Essa dicotomia no âmbito nacional, por sua vez, só faz sentido no âmbito do reconhecimento internacional das diferentes soberanias nacionais. Além disso, como já apontado na definição provisória adotada acima, o conceito de sociedade civil engloba três dimensões que, em seguida, Cohen explica em detalhes:

O conceito de pluralidade dizia respeito à associação voluntária, que incluía as interações face a face e as organizações nacionais baseadas na iniciativa de grupos locais. Publicidade referia-se a reuniões públicas de caráter civil, realizadas em espaços “públicos”, como cafés, tabernas, clubes, parques, bibliotecas, hotéis, sedes de prefeituras, destinadas à articulação de interesses comuns e sua interconexão por intermédio do veículo de comunicação de massa da época, a imprensa. Privacidade referia-se à autonomia do indivíduo, institucionalizada em direitos que abrangiam o habeas corpus e o devido processo judicial, o direito à privacidade do lar e do matrimônio, a liberdade de consciência e as liberdades de mercado (COHEN, *idem*, p. 424).

É possível notar que as três dimensões coincidem com as atribuições que se costuma dar aos novos movimentos sociais, tanto do ponto de vista de sua composição, do ponto de vista de sua ética, da sua capacidade de mobilização, quanto da faculdade que conferem aos indivíduos de deliberar sobre suas ações e autodeterminar suas escolhas políticas. A separação da sociedade civil vis-à-vis ao Estado e à economia se justifica pelo fato que “ambas se norteiam por imperativos distintos dos que comandam as instituições da sociedade civil.” (COHEN, *idem*, p. 427).

Entretanto, Arato e Cohen destacam dois momentos importantes para a análise e compreensão do conceito de sociedade civil. Não é questão de rejeitar de

modo arbitrário o papel do Estado-nação na construção do conceito, como também a função que exerce para torná-lo efetivo para os indivíduos. De fato, é precisamente no âmbito do Estado-nação que eles encontram a possibilidade de se organizarem enquanto esfera distinta do Estado e do mercado:

Assim, embora a “sociedade civil” não seja uma organização com critérios de pertencimento, como é o Estado-nação, e apesar de não ser necessário atribuir exclusivamente a cidadãos os parâmetros (e direitos) da sociedade civil, é verdade que nossa concepção moderna continha essa premissa. Consequentemente, na sociedade civil, os atores dirigem-se aos seus respectivos Estados e são objeto de suas ações, as associações organizam-se nos planos local, regional e nacional, mas não no supranacional; a participação no debate público, a dissensão e a crítica fazem parte de um processo de construção da opinião coletiva e da formação da vontade dos cidadãos (a soberania popular), tendo por objetivo influir no processo legislativo e nas políticas públicas de “seu” Estado representativo soberano (COHEN, *idem*, pp. 430-431).

O segundo momento identificado por Cohen diz respeito ao encurtamento das distâncias geográficas, à facilidade dos fluxos dos indivíduos e à fluidez das relações afetivas que a conectividade global opera neste início de século: “A grande inovação é a “rede transnacional”, que vem se convertendo na forma paradigmática de pluralidade da sociedade civil (como modo de associação e solidariedade) nesta primeira parte do século XXI” (COHEN, *idem*, p. 434).

Essa concepção da sociedade civil, embora hegemônica tanto nas ciências sociais, quanto no senso comum, também tem seus críticos. Eles apontam principalmente a arbitrariedade da separação e contraponto entre as três esferas sociedade civil, Estado e mercado. Reis (2009) questiona a relação necessária que aparece em Arato e Cohen entre sociedade civil e movimentos sociais, principalmente quando opõem as demandas que surgem nessa esfera com as que regem supostamente as esferas do Estado e da economia (REIS, 2009, p. 242). Reis questiona a utilidade dessa nova definição de sociedade civil já que por si só, a dicotomia Estado/mercado, e também a distinção entre noções como cívico e civil já abarcam as características que se atribuem à nova sociedade civil:

A dimensão cívica é ligada por ele à ideia dos deveres e responsabilidades do cidadão, a sua propensão ao comportamento solidário e à observância das virtudes cívicas, propensão esta que resultaria de sua identificação com a coletividade (REIS, 2009, p. 236).

Em outras palavras, essa distinção de Arato e Cohen só traria complicações a um conceito já contemplado na teoria política. Essa mesma crítica é feita por Laval (1999) que tampouco está longe de ser convencido pela arbitrariedade das atribuições morais e superioridade da nova sociedade civil presentes no conceito de Arato e Cohen. Conceito esse, lembremos, que se inspira do mundo da vida de Habermas (LAVALLE, 1999, p. 132).

II. 2. Mobilização e movimentos sociais: o que é novo?

A massificação dos meios de comunicação digital e das redes sociais abriu uma grande oportunidade para os movimentos de mobilização política, mas, sem embargo, ela também nos coloca diante de um paradoxo bem exposto por Dardot e Laval (2017) em seu livro mais recente *Comum*. Os autores diagnosticam um momento político em que “nada parece possível” (p. 11). Sem dúvida, parece contraditório tal afirmação justamente num momento em que, em diversos países do planeta, observa-se numerosos movimentos de mobilização das massas.

Talvez a impossibilidade se deva não tanto à ausência dos meios de ação política, mas à impermeabilidade das instituições que confrontam os povos em todos os lugares. Esses poderes institucionais são políticos e econômicos. O olhar dos autores não convida à coragem: “De modo mais amplo, para todo lado que se olhe, a ação coletiva parece dificilmente praticável” (p. 15). O problema não é necessariamente relacionado à ausência dos meios, muito menos ao fechamento dos espaços de expressão das liberdades. Um bom caminho para compreender essa impressão de fechamento, talvez seja a leitura de Rodrigues (2020, pp. 45-46), que lembra do papel fundamental das oportunidades políticas e institucionais quando se trata de avaliar o impacto dos movimentos sociais. Isto quer dizer que deve ser

tomado em conta quão abertas as instituições políticas estão preparadas e dispostas a absorber demandas dos movimentos sociais.

A emergência da internet em todos os lugares produz, por assim dizer, uma nova esfera pública, um espaço que é virtual, mas onde as pessoas podem expressar suas opiniões mais ou menos livremente. Como sugere Thompson (1998, p. 9), os processos sociais modernos, bem como a noção de modernidade em si, são incompreensíveis se não tomarmos em conta o papel do desenvolvimento da mídia e seu impacto social. A internet abre novos espaços e novas possibilidades de expressão das opiniões, mas ela produz, por outro lado, um efeito contrário, qual seja, a vigilância em massa das populações por um estado cada vez mais presente (DARDOT & LAVAL, *idem*, p. 17). Por outro lado, as empresas privadas de informação também manifestam cada vez mais um forte interesse em coletar informações pessoais sobre os cidadãos. Frédéric Martel (2015) lança um alerta contra a influência crescente de empresas como Google, que se comportam como uma “NSA privada”²³ (*idem*, p.249).

Embora apareça como unificada, a internet apresenta uma configuração real em mosaico, ou seja, muito distinta, tanto nas práticas do dia a dia quanto nos significados a ela atribuída pelos usuários. Isso leva Martel a afirmar que “o futuro da internet não é global; ele está ancorado num território. Não é globalizado, mas localizado” (*idem*, p.12). Numa iniciativa original, o sociólogo francês não hesita a usar o substantivo no plural, falando em “as internets”, para reforçar esse pluralismo de práticas e significados.

A “territorialização” da internet é justamente o que nos interessa neste trabalho, onde mostramos as diversas formas de compreensão da internet bem como das atividades ligadas aos seus usos políticos em diversos lugares da África. É verdade que na África, os primeiros países que impulsionaram a “transição digital” para usar um termo de Frédéric Martel, são os países de língua inglesa, e eles o fizeram com base em fortes interesses econômicos num ambiente muito favorável ao empreendedorismo. É o caso do Quênia. Martel revela, por exemplo, a existência

²³ O autor lembra mais adiante que em pelo menos uma ocasião a NSA violou a quarta emenda da Constituição americana sobre a vida privada (MARTEL, 2015, p. 233).

do projeto que visa construir a primeira cidade completamente digital na África (idem, p. 115).

Mas é bom lembrarmos que esses projetos que confirmam a territorialização da internet também comportam seu próprio grau de contradições e limites (políticos e ambientais). O caso do Porto Digital na cidade de Recife no Brasil é emblemático. Trata-se de um projeto político que consiste mais numa aposta que de um verdadeiro plano de desenvolvimento, lembra Martel (idem, p. 124). Assim descreve os problemas que esses megaprojetos não conseguem resolver:

No Quênia, existe um projeto de smart city, mas, sobretudo, há guetos de grande pobreza. No Brasil, há o Porto Digital, mas também milhares de favelas. Na África do Sul a Internet avança, embora nos townships²⁴ as tecnologias estejam atrasadas (MARTEL, 2015, p. 139).

Em seu percurso ao redor do mundo, Frédéric Martel ficou marcado pela experiência mexicana onde a internet, especialmente a rede de microblogging Twitter serve para lutar contra o narcotráfico. Ao menos, do ponto de vista da luta das narrativas. De fato, as redes sociais têm servido para criar um embate entre narrativas hegemônicas e outras tematizações que pretendem redefinir a imagem ou a autoimagem que determinados grupos têm de si mesmos. Ademais, elas permitem a grupos minoritários visibilizarem problemas até então ignorados, principalmente nas grandes mídias. No Brasil, tem chamado a atenção a emergência de contas Twitter e veículos de comunicação que reúnem narrativas autênticas das favelas e as tornam mais visíveis. É o caso, por exemplo, do veículo de comunicação *Voz da Comunidade*, no Rio de Janeiro.

Assim Martel relata a experiência da campanha *#Monterreyfollow*, um hashtag que reúne as conversas em torno aos problemas de segurança naquela região do país, além de vulgarizar as informações sobre as consequências sociais e econômicas do tráfico na cidade: “Para se informar, os habitantes de Monterrey passaram a seguir em 2009 a hashtag *#Monterreyfollow* – uma palavra-chave no Twitter”. Através dele, eles tinham acesso imediato a diversas informações sobre os perigos que poderiam correr na cidade. Essa experiência lembra muito a

²⁴ Denominação das favelas na África do sul habitadas majoritariamente pela população negra.

experiência senegalesa de 2013, quando a falta de água originou uma campanha solidária na internet para identificar lugares na cidade onde era possível ser abastecido; isso tudo, seguindo uma simples *hashtag*.

De fato, em 2013, Dakar²⁵, a capital da República do Senegal passou por uma importante crise hídrica²⁶. Durante o período, os ativistas digitais do Senegal se mobilizaram numa campanha que foi denominada como “*e-solidariedade*”, ou seja, a solidariedade *pela* Web. Atores sempre muito presentes na internet disponibilizaram um manual de práticas úteis para superar a crise, embora de maneira provisória; eles também iniciaram uma campanha de protesto que teve repercussão internacional graças à difusão de palavras-chaves como *#eausecours* e *#Seaulidarité*²⁷ através das redes sociais Twitter, Facebook ou da plataforma de vídeo Youtube.

Vale salientar que a noção de práticas úteis ganhou certa importância nas esferas editoriais, entre ativistas, bem como nos meios jornalísticos, como no chamado “jornalismo de solução” ou “jornalismo de impacto” (AMIEL, 2017), tendo, em ambos os casos, como pano de fundo a ideia de impacto no âmbito local.

Há, portanto, diversos casos em que é possível demonstrar essa territorialização da internet que se manifesta nas escolhas que os usuários operam no dia a dia para enfrentar a realidade social e política de seus respectivos países. A territorialização também se refere aos repertórios de ação. Neste trabalho, mostro a realidade de ativistas digitais de diferentes países africanos; muitos deles já colaboraram em projetos comuns, muitos formam coletivos de ativistas ou de blogueiros, outros trabalham de maneira mais isolada, já que seus contextos não permitem uma grande abertura. Todos eles demonstram uma forte capacidade de resiliência e adaptação aos ambientes mais difíceis, sejam eles sociais, políticos ou

²⁵ A referência a alguns países aqui não é feita de maneira fortuita. Ela se justifica essencialmente por dois critérios: o francês como língua oficial desses países e a penetração da internet no mesmo, e, portanto, logicamente, à importância do ativismo digital nesses países como forma privilegiada de mobilização pública.

²⁶ O maior site de notícia do Senegal noticiou os fatos. Consultar aqui: http://www.seneweb.com/news/Societe/grande-penurie-d-rsquo-eau-a-dakar-le-web-senegalais-se-mobilise-le-guide-de-l-rsquo-e-solidarite_n_106897.html

²⁷ Tanto a palavra-chave *#eausecours* quanto *#Seaulidarité* remetem a um jogo de palavras com a palavra “água” em francês que se pronuncia como /ô/. Na primeira palavra, ela cria sentido ao se referir a um pedido de socorro em francês: “*Au secours*”. No segundo caso, o jogo de palavra é destinado a significar a palavra *Solidarité*. Durante essa campanha foram organizadas doações, manifestações na praça da independência em Dakar e várias outras ações cidadãs.

econômicos. Afinal de contas, trata-se também de pessoas que, em sua maioria, devem sobreviver em países com altas taxas de pobreza e desemprego.

Neste capítulo faço uma leitura histórica do debate relativo aos movimentos sociais através de alguns dos estudos clássicos das Ciências Sociais, especialmente a partir de autores como Alain Touraine, Charles Tilly, Tarrow ou Alberto Melucci. Esses autores construíram uma obra tratando da história dos movimentos de mobilização de massas ao longo do século XX e analisaram as mutações que ocorreram, sobretudo, depois da queda do muro de Berlin ou um pouco antes desse evento decisivo na história do Ocidente.

Faço esse percurso teórico em companhia desses autores afim de captar em que tradição meu objeto de pesquisa se inscreve. Embora este trabalho trate especificamente da África, acredito que seja possível trazer um esclarecimento teórico sobre os fundamentos dos movimentos sociais a partir de uma literatura produzida no Ocidente. Essa escolha não é gratuita na medida em que o trabalho assume essa conexão tanto das práticas quanto das ideias entre a África e o ocidente, devido à experiência inevitável da globalização (antes disso, da colonização e do momento que sucedeu ao período das independências). No último capítulo do trabalho trago a tradição africana de mobilização social para colocar em perspectiva o futuro da ação coletiva em África.

Alain Touraine foi um dos primeiros sociólogos a identificar uma mudança radical no tipo de sociedade que havia imperado no ocidente até a segunda metade do século XX. Na ocasião, ele diagnosticou uma série de elementos que prenunciavam a transformação do sistema capitalista, bem que como o reposicionamento das forças sociais. Em primeiro lugar, percebeu o declínio dos antigos movimentos sociais, depois uma crise cultural no ocidente, a rejeição do crescimento e a busca de novos equilíbrios. A crítica liberal também se fazia mais presente, havia igualmente o recrudescimento da crítica à concentração do poder, uma busca de identidade das minorias e a aparição de novos movimentos sociais (TOURAINE, 1978, p. 25). O movimento de “*Mai 68*”, para ele, estava mudando um paradigma na forma de mobilização social no ocidente e na crítica radical a diversos tipos de poderes. Essas mudanças representam a passagem da sociedade industrial à “sociedade programada” capitalista; e consequentemente do declínio

dos movimentos dos trabalhadores; sobretudo, devido ao enfraquecimento dos sindicatos que são cada vez mais cooptados pelo Estado (TOURAINÉ, *idem*, p. 28).

O novo diagnóstico de Touraine supõe colocar no centro da nova sociologia a mudança e a transformação social, e ele recomenda à sociologia contemporânea analisar essas transformações. É preciso estudar o tipo de sociedade que emerge com esses novos atores, sua estrutura e seu funcionamento, suas orientações culturais e seus conflitos sociais (*idem*, p. 65). O fenômeno contemporâneo para captar essa mudança são “os movimentos sociais que representam uma vontade coletiva” (*idem*, p. 48) e constroem um discurso próprio a respeito de sua própria identidade.

Vale ressaltar que Touraine escreve este livro no final da década de 1970, ou seja, ainda em meio à Guerra Fria, no auge do comunismo real; apenas dez anos após vários movimentos revolucionários em diversos países no mundo; tanto na África com as independências, quanto na Ásia, com as guerras de Vietnã, ou da Indochina. O período anterior também se caracterizou pela Guerra da Argélia que teve forte impacto entre os intelectuais franceses; e, em outra medida, a América Latina vivia também fortes transformações. É um momento turbulento e inquieto para os intelectuais em geral (*idem*, p. 66). Novos conflitos, novos atores, novos interesses das lutas de classes são uma evidência para Touraine, embora não apareçam com a força demonstrativa das antigas lutas dos trabalhadores (*idem*, p. 80). Touraine se apoia no conceito sociológico de ação e afirma que:

As sociedades humanas têm a capacidade não apenas de se reproduzir ou mesmo de adaptar-se a um meio em constante mudança através de mecanismo de aprendizado e de decisões políticas, mas, ainda e sobretudo, de produzir suas próprias orientações, de transformá-las, de gerar seus objetivos e sua normalidade (TOURAINÉ, 1978, p. 85)

Neste postulado, o ator é colocado no centro do programa sociológico de Touraine. Essa visão do autor não deixa de ser uma crítica ao marxismo, que tende a colocar as estruturas e as instituições dominantes na frente dos indivíduos enquanto “motores da história”. Mais uma vez, Touraine fala desde a posição de um intelectual que observou de perto as consequências do socialismo real. Sua

ênfase na ação social, na orientação da ação, constitui, de certa forma, um reconhecimento à sociologia weberiana.

O programa de Touraine visa antes de mais nada construir uma verdadeira teoria dos movimentos sociais cujo ponto de partida é a ação, ou o ator:

A historicidade se transforma em organização social, o que supõe a criação de um poder, criador da ordem numa coletividade histórica; a ordem decompõe diretamente ou indiretamente as relações sociais e as transforma em oposição entre a inclusão e a exclusão: aquilo que foi posto fora da sociedade pode se tornar agente da mudança se o Estado procura responder a novas demandas do contexto social acolhendo essas “reservas” (TOURAINÉ, 1978, p. 106)

É necessário convocar esse quadro para situar o estudo dos movimentos sociais, não somente no centro de uma sociologia da ação, mas, ainda, no conjunto do campo da sociologia (idem, p. 106). Com isso Touraine instala as bases programáticas de sua nova teoria dos movimentos sociais, ou melhor, de sua teoria dos novos movimentos sociais. E o autor tem consciência de estar observando algo novo: “o movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe para a direção social da historicidade numa coletividade concreta” (idem, p. 108). Percebe-se que embora crítico do marxismo, Touraine resiste em abandonar a noção de classe que ainda julga pertinente para definir as orientações culturais dos atores. Ou seja, o conceito de classe é trazido apenas em sua dimensão ideológica. Para o autor, não se pode separar conflito social das orientações culturais dos atores envolvidos.

Em definitivo, Touraine marca sua distância com as tendências marxistas com base em três elementos: (1) os movimentos sociais partem de condutas culturalmente orientadas. (2) O Estado não é propriamente o adversário desses movimentos e (3) o resultado dessas lutas nem sempre resulta numa sociedade mais avançada, mais moderna. Touraine troca a ideia de “superação” por outra, a saber, a ideia de “alternativa” (idem, p. 111).

Quando pensamos, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013 no Brasil, um erro comum é querer atribuir a esses movimentos uma ambição de

transformação radical da sociedade, ou, em outra medida, procurar no início do movimento, a saber, na mobilização em torno do aumento do preço do ônibus, a principal razão de existência desses movimentos de mobilização. Em geral, o elemento que inicia a luta serve apenas de pretexto. Que continue ou não no centro das reivindicações não constitui um motivo de definição da mobilização enquanto movimento social. Mais tarde no livro *O Retorno do Ator*, Touraine aporta mais precisões a seu pensamento, especialmente a respeito dessa novidade na forma de atuar do ator, nas motivações que guiam sua ação:

Hoje, ele protesta com a mesma força, mas contra os aparelhos institucionais, os discursos, as evocações dos perigos externos, que o impedem de expor seus projetos, definir seus objetivos e se engajar diretamente nos conflitos, nos debates nas negociações que deseja (TOURAINÉ, 1984, p. 40).

A insistência de Touraine na volta do sujeito responde a uma necessidade de combater a ideia de qualquer naturalidade dos fenômenos sociais (1984, p. 72). Não somente ele coloca o agente no centro de sua sociologia da ação como também entende que essa ação se dá de maneira coletiva, o que torna o movimento social uma noção tão importante para a sociologia quanto a ação do sujeito. O movimento social é tido como o próprio sujeito da mudança. De acordo com Touraine, uma “situação social” sempre é o resultado dos conflitos e dos movimentos sociais envolvendo agentes cujas ações são culturalmente orientadas. Do ponto de vista de uma sociologia estruturalista como a de Bourdieu, por exemplo, a noção de “situação social” remete à ideia segundo à qual, por trás das diferentes ações dos agentes estão uma série de estruturas símbolos e discursivas incorporadas, sem os quais essas ações não podem ser plenamente apreendidas (1996, p. 10). É nesse sentido que esse comentário de Touraine precisa ser compreendido.

O autor deixa claro que os movimentos sociais são diferentes de revolução, e não correspondem necessariamente à democracia; eles representam realidades e regimes diferentes (1984, p. 216); Ele completa que “o declínio dos movimentos revolucionários confere um papel central aos movimentos sociais assim como aos sistemas institucionais” (idem, p. 224).

Num comentário de 1975 sobre a obra de Touraine, o sociólogo italiano Alberto Melucci identifica como uma das questões fundamentais não-resolvidas pelo autor francês, o problema da origem dos conflitos de classes. Para Melucci, do qual falarei mais longamente adiante, a lógica interna do discurso de Touraine parece indicar que o trabalho seja a origem desses conflitos. Contudo, o sociólogo francês não se entrega completamente ao economicismo marxista. O que está em jogo para ele são as orientações culturais que articulam as ações (MELUCCI, 1975, p. 368).

Outro importante autor dedicou seus trabalhos à análise dos movimentos sociais e tenta relativizar o campo que se define como o do estudo dos movimentos sociais. Para Charles Tilly (2010, p. 141) certas confusões deveriam ser evitadas na análise dos movimentos sociais: que um grupo de ativistas se reúna em uma rede não constitui imediatamente a existência de um movimento. Como afirma Touraine, o movimento social é antes de tudo uma ação coletiva. São, portanto, as ações que essa rede pode empreender que constituirão um movimento social. Ademais, Tilly identifica três elementos-chaves para falar em movimentos sociais: campanhas, repertórios de ações e demonstrações. (TILLY, *idem*, p. 148).

Nota-se também que para Tilly, como para Touraine, os movimentos sociais relevam de uma sociologia relacional, o autor afirma que os movimentos sociais consistem em “campanhas interativas” (*idem*, p. 149). Ou seja, é preciso sempre apreender os movimentos sociais dentro de uma relação social; um argumento já detectado em Touraine (1979). Além disso, Tilly afirma que os movimentos sociais devem combinar três tipos de reivindicações: programa, identidade e posição. Encontramos aqui ao menos dois elementos essenciais já apontados por Touraine, a saber, a identidade como demanda fundamental, mas, sobretudo, uma necessidade de autodefinição por parte dos movimentos sociais; e um conflito que reclama um lugar na sociedade.

Contudo, ambos os autores advertem que a autodefinição não deve ser considerada como algo cristalizado indefinidamente no tempo. Existem variações e fases dentro dos movimentos sociais (TILLY, p. 140-150). Tilly, por exemplo, introduz um elemento que me parece particularmente interessante: de acordo com ele, os movimentos sociais dependem de empreendedores políticos [talentosos],

uma ideia que se prefigurou a mim durante a pesquisa quando observei uma dimensão de empreendedorismo no comportamento dos ativistas digitais que entrevistei. Devo volta a essa questão mais tarde.

Outro problema que surge na análise dos movimentos sociais é a explicação da formação da identidade coletiva que sustenta ação coletiva. Na era da informação, as redes sociais assumem também essa função. Constituem uma passarela para que essas identidades possam se fortalecer e eventualmente se transformar numa energia que impulsionará um movimento social. Autores como Melucci insistem no papel da interação face a face para a emergência dessas identidades (TILLY & AL. 2009, p. 30).

Mais à frente no trabalho, especialmente no quarto capítulo, abordo a questão da emergência de uma sociedade civil africana que começa a se organizar além dos limites das fronteiras nacionais, colocando em xeque tanto a noção de soberania dos Estados quanto a de território. Grupos pan-africanos emergem como ativistas que se apoderam dos meios de comunicação digitais e das redes sociais para fazer emergir suas demandas. Com isso a soberania e a transnacionalidade se tornam questões fundamentais para o presente e o futuro. Tilly, McAdam e Tarrow já perceberam esse problema colocando-o como central nos estudos relativos aos movimentos sociais no século XXI (TILLY & AL., *idem*, p. 40).

Mostrarei mais adiante como os próprios ativistas apreendem esse novo paradigma, ao articularem suas ações nas redes sociais digitais. Digamos que historicamente lideranças políticas africanas sempre trabalharam com a perspectiva continental percebendo uma unidade de destino político entre os países africanos, sobretudo, no auge das lutas independentistas. Por isso, por exemplo, podemos citar a influência de lideranças políticas que transcendem as fronteiras nacionais, já que suas ações e seus projetos políticos não se colocam nesses limites; Lumumba, Nkrumah ou Amílcar Cabral são exemplos claros disso.

Portanto, não seria justo dizer que esse “pan-africanismo” dos movimentos sociais, ou para ser mais preciso, do ativismo digital seja especialmente inédito no campo político africano. Pelo contrário. Uma das teses deste trabalho é argumentar que o webativismo [ou o ativismo digital] atual reproduz vários repertórios e

estratégias antigas, especialmente aqueles que foram utilizados no auge das lutas independentistas.

Os três atores citados acima observam que a globalização cria condições culturais tão unificadas que permitem pensar cada vez mais em movimentos sociais transnacionais (idem, p. 40). Os códigos sociais culturais são compartilhados até mesmo nos países do Sul, lembram.

No seu livro *Da Mobilização à Revolução*, Charles Tilly também propõe uma teoria dos movimentos sociais em pleno diálogo com outros autores igualmente envolvidos nesse debate. Tilly enumera cinco componentes-chaves da análise da ação coletiva: “interesse, organização, mobilização, oportunidade e a ação coletiva” (1977, p. 1-11). Ele lembra que antes de tudo os movimentos sociais são relacionais, sempre envolvendo os interesses de um grupo frente a outro; assim como explica Touraine.

Em seguida o autor chama a atenção para a necessidade de grupos de interesses estarem organizados em sua ação coletiva em prol de um interesse. Aqui, o paralelo com a Teoria das elites que adverte igualmente para a capacidade organizacional, é inevitável. Em outra medida, a capacidade organizacional também remete ao nível (ou grau) de engajamento dos membros. Nos estudos relativos à internet especificamente, o engajamento se tornou um tema central; ademais, do ponto de vista comercial, da economia digital, o engajamento se tornou o principal motivo de competição e objeto de disputa entre as corporações, tanto os gigantes da internet como os GAFA²⁸; quanto os publicitários que travam uma batalha no campo da economia da atenção.²⁹ Durante muito tempo, a internet foi centralizada em torno da briga pela visibilidade – de certa forma, o debate democrático sobre a neutralidade da internet ainda gira em torno deste tema –, porém, está cada vez mais evidente que o desafio agora consiste em saber qual empresa tem a maior capacidade de mobilizar o maior grau de engajamento dos

²⁸ Sigla que designa as empresas mais poderosas na área das Novas Tecnologias da Informação, Google, Apple, Facebook e Amazon.

²⁹ Economia da atenção se refere a um campo da economia que vem ganhando destaque na interseção dos estudos da neurociência, do marketing, do ativismo político e das tecnologias digitais, tendo como ponto central a disputa, a captura e gestão da atenção e do tempo dos consumidores para atender, principalmente, às demandas dos operadores da publicidade. Para aprofundar o tema, ver, por exemplo, Citton (2013, 2014).

internautas. Em outras palavras, entramos no domínio da economia da atenção onde engajamento serve como moeda. Quanto maior o tempo dedicado à rede, maior a venda de anúncios, etc.

Para as campanhas de mobilização social e política não é diferente. Claramente a internet tende a afirmar implacavelmente sua própria lógica de funcionamento. Seguindo no seu argumento, Tilly define a mobilização como “o processo em que um grupo passa a ser um coletivo passivo de indivíduos a um grupo ativo de participante à vida pública” (1977, p. 3-26). Entende-se antes que esse grupo se constrói a partir de uma identidade comum que potencializa essa capacidade futura de ação coletiva. Fica claro como o pensamento de Touraine e Tilly convergem fundamentalmente quanto à ideia de identidade como um elemento que potencializa esses grupos, e, também, relativamente à ideia de que mobilização e movimentos sociais dizem respeito a relações sociais. Ambos os autores também insistem no caráter normativo dos movimentos sociais (1977, 3-23).

O estudo de Tilly vai mais longe pois se preocupa também com a relação entre os grupos de mobilização e os governos em sua capacidade de repressão. Em 2016, na ocasião de uma palestra na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, diante de uma plateia de estudantes intercambistas africanos, abordei pela primeira vez o tema da capacidade de resiliência dos ativistas digitais na África diante dos métodos repressivos empregados por muitos governos africanos. Eu pretendia romper com uma dinâmica existente entre as comunidades africanas da diáspora que consiste em falar sempre das riquezas do continente quando abordam o tema diante de um público multicultural, sobretudo fora do continente africano. Era necessário chamar a atenção para algo que estava se tornando cada vez mais recorrente e até mesmo paradigmático. Na última década, ficou evidente que os governos africanos que reprimem os movimentos sociais democráticos costumam atacar em primeiro lugar a internet. Muitos casos de *shutdown*³⁰ da internet foram registrados no continente.

³⁰ Trata-se de uma operação que consiste a bloquear as comunicações relacionadas com a internet a partir de suas infraestruturas. Desse modo a população de determinado país pode se encontrar completamente isolada enquanto seu governo aplica uma dura repressão da oposição ou dos movimentos sociais. Cortar internet tem sido uma operação de menor custo se comparar à

Agências internacionais como *Internet Sans Frontières*, da qual falo nos próximos capítulos, vem repertoriando essas ocorrências de “*blocus*” da internet. Tilly já tinha identificado essa relação conturbada dos governantes com os movimentos sociais. O autor fala em seletividade das medidas repressivas; a capacidade de repressão de um governo é sempre seletiva; e consiste sempre em algum tipo de combinação entre a repressão, tolerância e facilitação: “Os governantes respondem seletivamente a diferentes tipos de grupos, e a diferentes tipos de ações” (1977, p. 4-14). Portanto, as respostas de um governo podem variar da oportunidade à ameaça ou da facilitação à repressão (TARROW, 2009, p. 39-39). A associação *Access Now* é um dos melhores atuantes nessa esfera de acompanhamento das liberdades da internet:

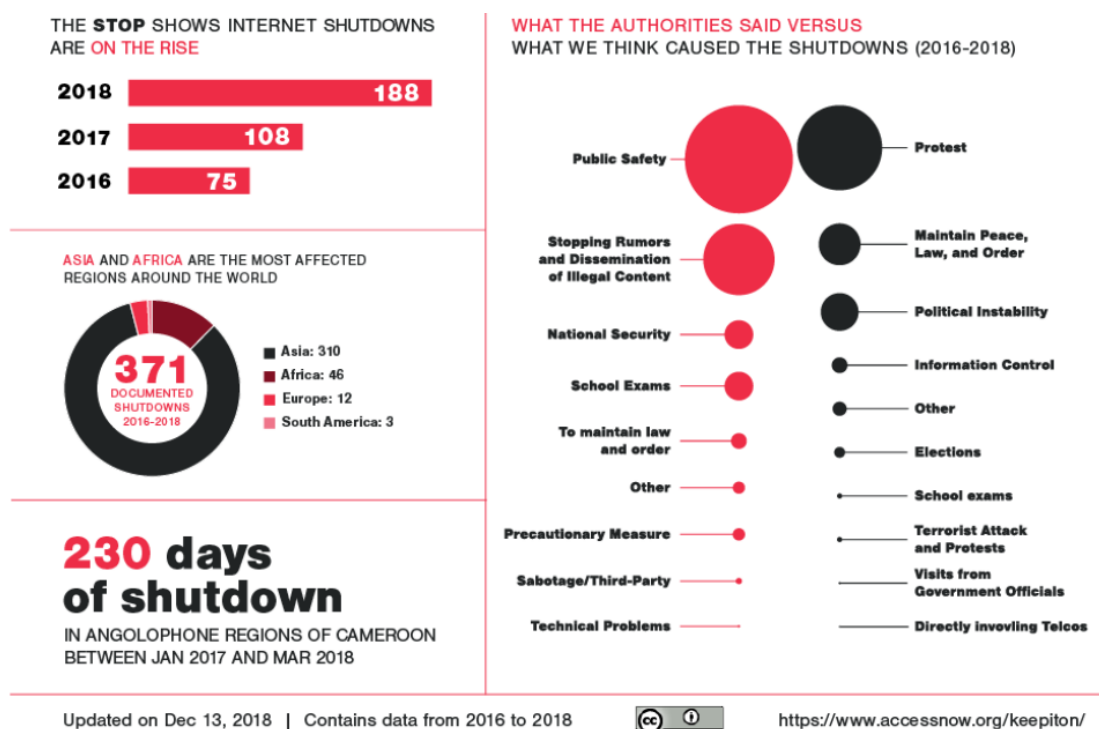


Figura 5 Infografia dos shutdowns da internet no mundo. Captura de tela no site da ONG Access Now.³¹ Fonte: <https://www.accessnow.org/>

Em seu site, a organização registra os diversos casos de *shutdown* (“*blocus*”) da internet no mundo em 2018. A Ásia tem o maior número de ocorrências,

publicidade negativa pode ter internacionalmente caso deixe a oposição e os ativistas fazerem críticas abertas ao governo.

³¹ Todos os dados do site estão catalogados com o selo *creative commons*, isto é, são livres de uso, cópia e compartilhamento.

enquanto Camarões apresenta o caso de maior duração: um terço do país sem acesso à internet por mais de 200 dias. A infografia também mostra os diversos motivos de justificação dos bloqueios à internet, que vão de “segurança pública” a “problemas técnicos”, passando por “interromper rumores”, “segurança nacional”, ou “medida preventiva”, etc. Três casos foram repertoriados na América Latina em 2018.

Opera-se, portanto, um modo de discriminação até nas formas de repressão. De acordo com Tilly, a repressão é também questão de avaliação de custo, como, por exemplo, no caso dos *shutdowns* da internet nos países africanos. Tanto o governo como grupos de mobilizações avaliam os custos, seja da repressão, seja da ação coletiva. Em seguida, Tilly explica que a escolha da ação governamental depende de modo geral, de dois fatores: (1) a escala da ação e (2) o poder do grupo mobilizado (p. 4-27). Resumindo, “quanto maior a escala do movimento, mais desejável é a repressão; quanto maior o poder do movimento, menos desejável é a repressão, do ponto de vista dos governos” (TILLY, 1977, p. 4-27). Em todo caso, esses critérios não são fáceis de serem avaliados.

Foi provavelmente esse interesse pelo aspecto conflitivo dos movimentos sociais que levou Tilly, ao longo dos anos a transformar a denominação de seu tema central para “estudo dos conflitos políticos” (TARROW, 2008, pp. 2-7). Assim como outros autores mais tarde – citemos apenas Axel Honneth como exemplo – Tilly também evoluiu para a percepção da centralidade do conflito como principal fator da mudança; sempre considerando a sociedade do ponto de vista relacional. Isso levou o autor a considerar uma aproximação entre os estudos políticos voltados à “construção do Estado” e “os estudos dos conflitos políticos”; para ele os dois fenômenos interagem entre si (TARROW, p. 6). Na avaliação de Tarrow sobre a obra intelectual do colega, os estudos sobre construção de Estado e os que tratam dos movimentos sociais se tornariam cada vez mais complementares (2008, p. 7).

De toda forma, os atores sociais envolvidos nessa relação têm plena consciência que os “Movimentos sociais têm poder porque produzem solidariedade, fazem sentido para grupos específicos da população, situações e culturas nacionais” (2009, p. 20).

Como afirmei há pouco, o ativismo digital que observamos atualmente no continente africano não traz apenas novidades que se devem à emergência das Novas Tecnologias e das novas mídias, mas, apresentam características que revelam a influência dos movimentos independentistas dos anos 1960. Primeiramente, a maioria dos ativistas idealizam os líderes políticos dos anos 1950, 1960 e 1970; para eles, são a representação do ideal democrático e da coragem política. Isso se verifica em seus discursos e nas diversas tentativas de recuperação dos discursos que prosperaram na época das lutas emancipatórias dos países africanos.

Ou seja, é preciso reconhecer certa continuidade discursiva, política e prática entre esses diferentes momentos. Como bem explica Melucci:

Os chamados ‘novos movimentos sociais’ nunca são somente ‘novos’, mas são sempre o resultado da história de uma sociedade e, na sua realidade empírica, são um composto muito heterogêneo que combina orientações e níveis diversos de ação (MELUCCI, 2001, p. 9).

Num colóquio organizado em 2013 na Universidade Federal de Minas Gerais, o sociólogo português João Teixeira Lopes (2016) sugeriu a utilização do conceito “novíssimos movimentos sociais” para abordar os movimentos ativistas muito presentes no ciberespaço.

O autor sugere a possibilidade de formular uma distinção ideal-típica entre “velhos”, “novos” e “novíssimos” movimentos sociais (2016, p.333). Ele enfatiza ainda que o perfil desses novos atores coletivos se enquadra numa categoria escolarizada, adepta das mediações tecnológicas; que vive em situação de precariedade embora pertença a classes médias urbanas. De acordo com o autor, essa categoria teria grande capacidade de adaptação e flexibilidade no mercado do trabalho (LOPES, idem, p. 337). Esse perfil, de qualquer forma corresponde ao perfil dos ativistas africanos que entrevistei entre 2016 e 2018, com as especificidades sociológicas que correspondem ao fato de pertencerem às classes populares urbanas na Europa ou na África. Entretanto, todos conhecem um certo nível de precarização no âmbito profissional.

Lopes aponta para algumas características que constituem um desafio para estudiosos dos “novíssimos” movimentos sociais. Em primeiro lugar, ele sinaliza para o grau de trans-nacionalidade desses movimentos; um elemento que, como vimos, Tilly, McAdam, e Tarrow já indicavam como uma mudança introduzida pelas novas tecnologias. A segunda característica diz respeito à nova realidade do trabalho (ou do não-trabalho) e, sobretudo, da precarização (2016, p. 341). Lopes menciona também como novo aspecto desses “novíssimos” movimentos sociais a hibridização do espaço-público (idem, p. 341) no qual inclui chat, rua, Twitter, praças; etc., ou seja, uma articulação dos espaços *off-line* e *on-line*. Devo dizer que, de modo geral, embora os questionamentos sejam pertinentes, e a construção do argumento seja atrativa, o estado da literatura anterior invita a duvidar do caráter “novíssimo” desses movimentos.

Provavelmente a novidade se situe mais nos efeitos transformadores que esses movimentos provocam; como, por exemplo, o alargamento da noção de sociedade civil além dos espaços nacionais, a complexificação das noções de cidadania, de soberania e o afrouxamento na noção de fronteira; entretanto, os repertórios de ação e as escolhas discursivas não sugerem uma transformação radical.

Alberto Melucci é outro teórico que dedicou grande parte de seu trabalho ao estudo dos movimentos sociais, e ele adverte contra a tentação de querer definir uma unidade nesses movimentos. Como Touraine ou Tilly, ele também destaca a variabilidade que pode existir no mesmo movimento: “trata-se, portanto, de compreender esta multiplicidade de elementos, sincrônicos e diacrônicos, e de explicar, pois, como eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo” (MELUCCI, 2001, p. 21). Qualquer unidade só pode ser definida quando as variações dos elementos que compõem um movimento são evidenciadas:

Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001, p. 29).

É significativa a convergência de ideias quanto à definição formal dos movimentos sociais, tanto em Touraine quanto em Tilly. Porém, se o primeiro não via uma evolução necessariamente positiva da ação dos movimentos sociais em relação a “situação prévia”, Melucci não hesita em afirmar que os movimentos têm um efeito “modernizador” sobre a cultura e as instituições (idem, p. 28). Pessoalmente tendo a concordar com Touraine neste debate. A respeito das mudanças, em geral positivas, afirma Melucci:

A ocorrência de condutas coletivas e, em particular, de movimentos sociais, produz outras contradições às quais o sistema responde por meio de novas mudanças internas (modernização funcional, reforma política, inovação cultural e técnica), quando é capaz de superar as pressões conflitivas” (MELUCCI, idem, p. 54).

Entendo que é muito difícil julgar positivamente ou negativamente as mudanças que podem ocorrer como “ressaca” de um movimento social; de modo que tendo a adotar a postura prudente de Touraine. Ademais, me parece que Melucci, que criticou os adeptos da noção de “novíssimos” movimentos sociais por sua “reificação” do presente, cai na mesma armadilha.

Analisando atentamente o texto de Melucci, fica evidente que para o autor, a emergência dos movimentos sociais nas “sociedades complexas” se deve ao enfraquecimento dos modos “tradicionais” de representação política, sobretudo, da sua faculdade de captar as demandas sociais de modo eficaz (2001, p. 95). Estaríamos então vivendo uma erosão da representação política. Contudo, para o autor, os movimentos sociais devem se organizar de modo que suas reivindicações sejam acolhidas por essas mesmas instituições de representação; o que constitui em si um paradoxo. Talvez assim, possamos também, por outro lado, avaliar efetivamente o impacto desses movimentos.

De qualquer forma, é inevitável não pensar no papel que certos “influenciadores” da extrema direita brasileiras, desenvolveram nos últimos anos na ascensão do chamado “bolsonarismo”, ao se apresentarem como uma ruptura com a “velha política”, além de se reivindicarem como sociedade civil. Pois, afinal de conta, muitos deles não hesitaram a se filiar a “velhos partidos políticos” e se candidataram como vereadores, deputados ou senadores pelo Partido Social Liberal

(PSL). Ou seja, eles acabaram se adequando às velhas formas de representação. Com isso também, minha ideia de que o ativismo digital tem uma estreita relação com empreendedorismo de si mesmo aparece nesses casos de forma mais concretas.

II. 3. Paradigma *off-line/on-line* e percepção do impacto do ativismo digital

Percebe-se, por exemplo, discutindo com certos ativistas digitais, que eles julgam a eficácia de suas ações coletivas de acordo com o fato delas terem influenciado concretamente as instituições ou as leis em seus países; de terem modificado a estrutura institucional de um órgão estatal na medida em que ela acolhe oficialmente suas reivindicações particulares como pauta pública. Assim avalia uma ativista camaronesa a distinção entre diferentes modalidades de militâncias:

Eu não faço diferença na medida em que não estabeleço hierarquia, não digo que um vale mais que outro, eu acho que os dois são importantes e apresentam riscos nos dois casos aos que os praticam. Mas é verdade que com o ativismo digital temos a impressão, pelo menos é a impressão que eu tenho, que às vezes os resultados podem ser mais imediatos, mais rápidos. Podemos apontar diretamente algumas pessoas, autoridades, instituições que antes eram inacessíveis no ativismo tradicional. Talvez seja a grande diferença, a questão do alcance da mensagem, mas do ponto de vista da eficácia, do ponto de vista da utilidade acho que os dois são importantes (CAM 1).

Primeiramente existe no ativismo digital a capacidade de definir com certa facilidade o alvo da crítica e a sensação – que pode ser falsa – de que o interlocutor “ouviu a nossa palavra”, como pode ser percebido na ponderação dessa ativista camaronesa. Ou seja, o canal de comunicação é mais direto. Em segundo lugar, a internet apresenta também a virtude de aproximar o público com os governantes em geral:

Na Guiné, faço parte de uma associação de Blogueiros criada em 2015, ABLOGUI. Lançamos uma campanha de ativismo digital

cidadão, e também sou membro da sociedade civil e, por isso, tento coordenar várias campanhas através da internet. Isso mobiliza muitos jovens ao redor dessas ações que falam de governança local e desenvolvimento sustentável, e faço isso tanto no nível nacional, regional e africano (GN 1).

Entretanto, outros ativistas são mais céticos, como esse outro camaronês, sobretudo ao relativizarem a ação dos coletivos de militância:

Não faço parte do grupo dos Africtivistes, por exemplo, mas até há pouco tempo fazia parte desse coletivo de blogueiros camaroneses que reúne muitos ativistas. Mas atualmente ele está um pouco parado. Mas essas estruturas não são bem organizadas, são agrupamentos de ativistas digitais que surgem em geral para defender uma causa e logo que essa causa é mais ou menos resolvida, eles desaparecem. Às vezes não atingimos nossos objetivos e o grupo desaparecem ou então conseguimos os nossos resultados e grupo desaparece mesmo assim (CAM 2).

Em outras palavras, é possível perceber em alguns casos uma forma de lassidão. Este mesmo sentimento foi revelado no discurso de uma ativista guineense muito crítica e reflexiva com seu próprio trabalho. Mas no caso do ativista camaronês 2, cuja fala citei acima, ele revela também que a força de convicção dos ativistas às vezes pode ser duramente afetada quando ele se confronta a um regime autoritário. No caso camaronês seria necessário outro trabalho para explicar o papel da oposição naquele país e sua relação com o governo. O Estado autoritário que instalou o chefe de Estado Paul Biya costuma ser mais laxista com a oposição se ela não ultrapassar uma certa linha. A liberdade de expressão dos ativistas tampouco é cerceada. Foi assim que o presidente Biya conseguiu se manter tanto tempo no poder, mais de trinta anos para ser preciso. Essa linha a não ser ultrapassada foi provavelmente violada pela parte anglófona do país que se declarou em rebelião. E foi nessa ocasião que o governo Biya se mostrou mais repressivo bloqueando também a internet por quase quatro meses, num dos maiores *shutdowns* de 2018 juntamente com o do Congo. O ativista camaronês continua com uma avaliação da militância on-line nesses contextos autoritários:

Para mim, as duas formas de ativismos podem ter pontos de convergências na medida em que uma campanha de ativismo on-line pode aportar um tipo de apoio a outra campanha no mundo real e o oposto também se verifica em certos casos. Bom, mas no meu caso, quanto aos resultados, acho que o ativismo no mundo real tem mais resultados que o ativismo on-line, sobretudo no caso de Camarões. Não posso falar dos outros países africanos. Para mim, o ativismo no mundo real tem mais impacto que o ativismo on-line (CAM 2).

Eu mencionei como uma certa lassidão pode afetar os ativistas ao longo dos anos. Os movimentos sociais sempre demandam um importante envolvimento psicológico, um grande investimento do seu tempo e, às vezes, dos próprios recursos financeiros, já limitados em si. A ativista guineense residente em Paris faz uma longa reflexão sobre sua situação:

Sim. Na verdade, até há pouco tempo, digamos um mês, eu me considerava como uma ativista digital. Mas decidi me distanciar um pouco em relação a tudo isso, porque estou encabeçando um coletivo chamado “*Guinéenne 21è siècle*”, mas a última atividade que tivemos na Guiné, a Maratona um “quilômetro, um direito” deve ser a última que vou organizar. Quero me distanciar muito. Na Guiné também decidi me distanciar da associação dos blogueiros, estou associado a vários grupos, mas atualmente tenho questionado muito o ativismo digital.

São atividades ingratas que tomam seu tempo, sua energia, mas é verdade que te traz também muita coisa: uma rede, reconhecimento, mas em contrapartida quando coloco numa balança será que não está consumindo meu tempo. Porque quando eu abri minha conta Twitter, agora mesmo, dê uma olhada no Twitter, já tem muitos ativistas digitais, mas eu era uma das primeiras, homens ou mulheres, eu fui uma das primeiras ativistas digitais da Guiné.



Figura 6 Debate sobre os direitos da mulher na Guiné Conacri

(Fonte: Twitter).

Vi a chegada das contas oficiais, o início de vários ministros no Twitter, eu fazia muitas críticas, eu estava numa dinâmica de denúncia, de ataques, no confronto on-line, e, portanto, na época chamei muita atenção sobre mim mesma, as pessoas começaram a notar minha presença e também em relação aos meus textos. Muitos ministros perceberam que eu era muito ativa on-line, foi assim o início da minha notoriedade. Mas o que aconteceu? Isso tudo me cansou. Isso tudo me cansou porque esse reconhecimento fez com que eu não pudesse mais “twittar” livremente, eu não podia mais escrever no blog, eu era vigiada. Perdi meu anonimato, o ativismo digital fez com que as pessoas me observassem, perdi minha liberdade, quando escrevo um tweet, as pessoas organizam campanhas para responder a ele, eu agora preciso girar minha língua 7 vezes antes de falar. Em suma, o ativismo digital me trouxe um reconhecimento que está pesando demais sobre minhas costas e me dei conta que afinal o que fazemos on-line não é muito eficaz. Não quero parecer superficial, mas a verdadeira luta é no campo, na vida real. Recentemente fui para a Guiné que é o terceiro país no mundo a praticar a excisão das mulheres com 85% de prevalência. Nosso coletivo age no campo virtual e na vida real, mas me dou conta que a luta no plano digital, não quero dizer que seja ineficaz, mas há tanto trabalho a

ser feito na vida real que tenho a impressão de perder meu tempo, de ser apenas um blá-blá-blá... não que seja inútil, mas apenas que não traz exatamente os resultados que gostaria (GN 1).

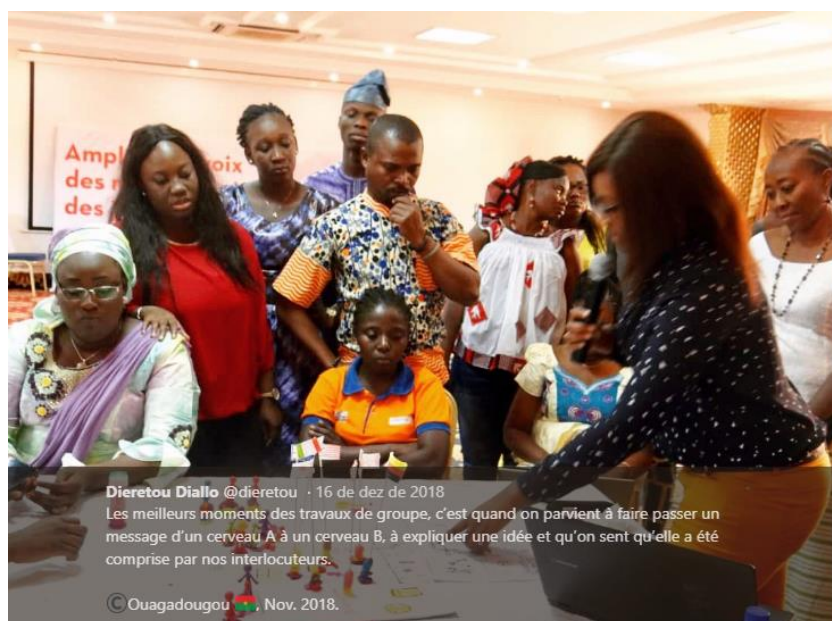


Figura 7 Oficina sobre direitos migratórios em Dakar, capital de Senegal. (Fonte: Facebook)



Figura 8 Diferentes oficinas sobre direitos humanos em Dakar (Fonte: Facebook).

Tampouco a população local facilita o trabalho desses ativistas que muitas vezes não se confrontam apenas com as leis ou os governos autoritários, mas também a sistemas culturais e religiosos, a tradições seculares que não são fáceis de mudar:

Você ficaria surpreso de ver as reticências, no meu caso foram meninas, não só pessoas sem instrução, são pessoas intelectuais, pais de famílias, educadas, jovens educados que se colocam contra questões que parecem uma evidência. Normalmente se espera que a política seja um tema perigoso, mas se você se colocar no meio de uma praça na Guiné e gritar “*parem com a excisão!*” Há fortes chances de você ser linchado, agredido, interpelado por pessoas hostis. Não, fracamente é um tema muito complicado, não são só adultos, mas jovens, é alucinante, mas não só jovens, e me dei conta disso quando fui realmente na Guiné.

Eu lancei uma campanha em 2016, *Guinéenne de 21e siècle* de onde teve uma materialização de uma campanha que partiu do virtual para o real. Acho que é algo que podemos ver no longo prazo, mas acho que mudou algo sim. Essa campanha para valorizar as mulheres foi lançada em 2016 porque era muito tradicional fazer essas danças que se organizam no dia 8 de março, lançamos um hashtag que funcionou, o objetivo era agir no campo digital e depois no campo do mundo real. Embora o grande foco era digital. O coletivo *Guinéenne du 21e siècle* é uma das muitas numerosas associações que lutam pelo avanço da situação das mulheres na Guiné. Entretanto, a taxa de excisão só avança. É uma evidência de que algo não funciona. Ou não são eficazes ou tem algo que não funciona (GN 1).

Às vezes um ativista demonstra certa decepção com o funcionamento do movimento e começa a questionar igualmente a eficácia de sua ação:

Mas quando um ativista tem um problema, por exemplo no Congo e em Gâmbia, o que acontece é que uma secretária vai mandar uma mensagem a todos os ativistas da rede com uma mensagem do tipo: “*tentem twittar essas dez mensagens com este hashtag*”, é só isso. A luta é só promover um hashtag? É só publicar 20 tweets. Acho que tudo ficou muito abstrato. Não há mais pé no campo.

O que digo é que nós somos os “*native digital*”, isto quer dizer que nascemos com o mundo digital, para pessoas como nós, a luta no mundo digital é indissociável da luta no mundo virtual. Posso

publicar quantos tweets eu quiser, uma centena por hora, mas se não vou no campo real, nada vai acontecer, sinto muito.

A revolução no Irã, a Primavera Árabe, Senegal em 2012, são mobilizações on-line, mas que se concretizaram no mundo real. Meu grande problema com Africtivistes, minha grande crítica é que virtualizou a luta. A tal ponto que somos inexistentes fisicamente (GN 1).

A ativista revela um paradoxo dentro do movimento dos ativistas digitais. Se eles fazem questão de marcar sua diferença com o ativismo mais tradicional que não usa as Novas Tecnologias como meio privilegiado de ação, por que agora mencionar num tom depreciativo a virtualização do ativismo digital?

Eu escolhi minhas palavras. Eu poderia também dizer que Africtivistes desmaterializou a luta. Se eu falo virtualizou a luta, é porque acho que a luta não existe mais. Desmaterializar ainda dá uma existência nas redes sociais. Há uma nuance aí. A mulher manda publicar dez tweets e isso vai mudar as coisas? (Ativista Guiné 1).



Figura 9 Debate sobre liberdades na Suécia (Fonte: Twiter).

O caso da ativista de Mali também indica essa tendência a fazer uma distinção das duas formas de ativismos, contudo, ela insiste que os efeitos concretos da militância precisam da ação no mundo real para serem percebidos:

Sim, faço claramente essa distinção entre ativismo digital e ativismo tradicional, porque na verdade, no campo eu não me contento apenas com essa defesa na internet das minhas ideias, não me limito às redes sociais. A internet me permitiu combater certas ideias, ter uma influência ao ponto de ser reconhecida como um *influencer* importante em Mali. Contudo, o ativismo real tem que ter um impacto na sociedade, por isso faço uma distinção entre essas duas coisas. A presença na Web é muito boa, mas ser ativo em campo, na vida real é muito importante, ser capaz de dar um impacto no campo social, é isso o verdadeiro ativismo. Temos que ser capaz de tocar as populações, defender a população com nossas ideias (ML).

A ativista do Mali é talvez aquela, entre aqueles com quem conversei, que vive nas condições mais adversas. O acesso à internet é precário, e ademais, ela

vive numa região perigosa onde grupos armados rebeldes cometem crimes contra a população, os jornalistas, as mulheres, os ativistas, etc., mas, isso não tem se constituído como uma barreira para esses ativistas. Além do mais, ela não se contenta apenas com a já perigosa atividade de militante que exerce, ela também é uma professora numa escola de ensino médio e ainda está envolvida em atividades sindicais:

Isso não me impede de ir além disso e tentar criar associações, de promover atividades sociais para ser construtora de algo e nos assumir nós mesmos como cidadãos. Porque aqui temos um problema do ponto de vista da política, se olhar bem o acordo de paz, como eles o acham, ele foi feito entre as autoridades do Mali, os grupos armados e a sociedade civil sem se fazer uma grande consulta das populações que somos³². Portanto, até em sua aplicação temos o poder que se reúne com os grupos armados nas reuniões que ocorreram em Argélia, e agora eles apenas aplicam esses acordos. Agora estamos vendo com as organizações da sociedade civil que deixaram de fora como que podemos nos contrapor a esses acordos. Claro que somos vítimas de intimidações, mas a internet é uma forma de alívio. Portanto, o ativista digital vai tentar compartilhar suas ideias na internet, é verdade, mas o ativista mais tradicional se preocupa com a questão do impacto na sociedade, ele tenta realmente sacudir os jovens, as populações (ML).

Nesse contexto de dificuldades, o ativismo digital encontra um grande aliado na diáspora, que acaba sendo seu primeiro público. De fato, a diáspora africana sempre se sentiu muito envolvida com os países de origem, os quais dependem muito da renda que recebem do exterior. Muitos, porém, começaram a se interrogar sobre a oportunidade de transferir dinheiro para países autoritários onde suas famílias muitas vezes não tem as liberdades mais básicas. Eles começaram a exigir dos familiares um posicionamento político mais claro a favor

³² A ativista se refere às negociações envolvendo o governo do Mali e grupos rebeldes Tuaregues que se notabilizaram por seus atos de violações de direitos humanos e formas de extremismos religiosos.

da democracia como uma condição para receber ajuda financeira do exterior. E também fornecem ajuda aos ativistas e militantes nos países de origem:

até agora, eu não tinha apoio no nível nacional para o ativismo ou na defesa dos direitos humanos, mas conto com o apoio de uma associação de cidadãos ativos malianos que residem nos Estados Unidos que se chama *RECAM*, eles me apoiam custeando a minha conexão de internet, já me mandaram dois computadores, um smartfone e às vezes eles financiam alguns dos meus projetos como o *Timbuktu Project*, que dá um suporte educativo em forma de cursos de recuperação para as crianças que têm provas programadas para o final do ano, porque cada ano os cursos sofrem uma perturbação com as greves, os movimentos sociais, portanto graças ao *Timbuktu Project*, totalmente financiado por malianos que vivem nos Estados Unidos conseguimos organizar aulas preparatórias para o exame de *baccalauréat*³³. Em 2014, graças a esse projeto, Tombuctu ficou em primeiro lugar de aproveitamento em Mali, ano passado (2015),³⁴ as aulas de remediação como os chamamos foram perturbadas pela péssima vontade da administração escolar já que alguns se recusaram a deixar seus alunos participarem, exigindo que o dinheiro do financiamento do curso fosse repassado à administração, coisa que eu não podia aceitar (ML).

Por outro lado, um ativista congolês explica a importância para os ativistas de dominarem também outros idiomas para ampliar sua área de influência e capacidade de alcance, o que constitui ademais uma estratégia individual para se diferenciar no mercado do ativismo digital africano:

Aliás, no meu trabalho tento agora privilegiar mais o inglês que o francês. Quando eu trabalhava com a língua francesa era mais para alcançar um público local, porque não tinha muita gente no nível local que produzia conteúdos digitais, então as pessoas precisam ter alguém também para falar de seus problemas, mas agora tem

³³ Exame de conclusão do ensino médio que dá ao aluno o direito de pleitear uma vaga no ensino superior. É o equivalente ao ENEM no Brasil. O nome como o sistema é copiado do sistema de educação francês.

³⁴ A entrevista foi realizada em 2016.

muita gente que produz conteúdo local em francês e acho que é importante refletir e pensar em outras pessoas, outro público, não só indivíduos, mas sobretudo instituições que podem influenciar as coisas, mas que falam inglês. Se eles podem ter acesso a fontes como nós, pessoas que conhecem a realidade local e que produzem conteúdo em inglês, seria muito bom (CG).

Essa dimensão, que considera esse campo enquanto mercado do ativismo digital é fundamental para entender as estratégias individuais; bem como o uso diferencial das línguas estrangeiras, sobretudo, o inglês. É nessa mesma dinâmica que entra a questão da geopolítica das línguas, uma noção que tomei emprestada de Ursula Huws (2009). Ele também explica a relação dos grupos de ativistas digitais com outros militantes mais tradicionais, como por exemplo, o grupo de militante congolese conhecidos como “*Lucha*”:

De vez em quando saímos do plano para ajudar os outros, mas temos nossas prioridades. Por exemplo, “*Lucha*” organiza uma manifestação nas ruas de Goma. Temos blogueiros ou ativistas digitais que vão cobrir o evento. E quando organizamos outras atividades eles também marcam presença, estamos na mesma luta, somos irmãos. Vamos juntos.

O ativismo clássico é o ativismo tradicional onde você fornece muitos esforços com menos impacto³⁵. No caso do ativismo digital, nas redes sociais, você faz menos esforços, toma menos riscos, mas seu impacto é muito grande. Isso em termos de resultados. Do ponto de vista da organização, o ativismo tradicional demanda muitos esforços para planejar, mas também para reter informações sigilosas, por exemplo. Ao passo que no digital, é fácil detectar qual informação podemos vazar ou qual informação devemos manter num círculo mais fechado com pessoas específicas e isso reduz bastante os riscos. Mas, mas, mas... não acho que um possa funcionar sozinho. Seria uma ilusão. Pensar que você pode estar somente na rua e ter sucesso é se enganar desde o princípio, pensar que você pode estar só nas redes e obter sucesso também é se enganar desde o princípio. Temos que

³⁵ Seria algo como uma economia do risco.

encontrar meios para combinar as duas coisas. Não falo em se reunir e pensarmos em atividades comuns, não necessariamente isso. Nós que estamos on-line, se vemos pessoas no campo fazerem algo nós já sabemos como nos organizar o mais rápido possível para ajuda-los. Não precisamos que eles escrevam uma carta, é espontâneo. Temos que combina os dois e não deixar de lado a outra modalidade (CG).

O ativista demonstra a necessidade de se desmarcar das modalidades tradicionais de mobilizações que acontecem fundamentalmente nas ruas, além de mostrar uma grande capacidade reflexiva sobre seu trabalho de militância. Há no discurso dele também uma clara vontade de pensar os impactos do ativismo digital, onde também se observa um certo *parti pris* a favor do ativismo digital. Destaca-se também que para eles, o ativismo digital permite uma economia do risco que é bastante valorizado por esses militantes.

Às vezes os movimentos sociais reproduzem argumentos contraditórios como esse, mas que ao menos refletem a complexidade social. Melucci lembra que muitas vezes interesses coletivos dos movimentos sociais coincidem e convivem (se opõem a) com interesses e aspirações individuais da ordem do cotidiano dos atores em si (2001, p. 97).

O ativismo digital na África francófona pode ser considerado como uma forma de movimento social? Acredito que a primeira dificuldade de considera-lo como tal se situa na heterogeneidade dos países de origens dos agentes, de seus diferentes contextos sociais e políticos, ou seja, da peculiaridade de cada caso, dependendo de país. Não procuro necessariamente uma unicidade de pautas dos diferentes grupos ou agentes/ativistas que entrevistei ou observei de longe, mas seria um equívoco ignorar esse aspecto. A outra dificuldade reside no caráter volátil da ação social na internet e também na problemática do engajamento frágil de certos atores. Os ativistas digitais já demonstraram ter um engajamento variado e desigual ao longo do tempo, com motivações altas e baixas. Além do mais, é mais difícil manter por muito tempo uma temática como pauta nas redes sociais. Mas, de modo geral, ele se configura enquanto ação de mobilização social. A volatilidade e o caráter fragmentado desses movimentos de mobilização on-line também dificultam sua classificação como movimentos sociais, na medida em que um mínimo de

organização é necessário para que um movimento se enquadre nessa definição. Salve algumas exceções, como é o caso de Africtivistes, as mobilizações on-line na África permanecem fragmentadas.

A arquitetura das redes sociais em formato de jornais de bordo, com suas *timelines*, não facilita a perenidade das pautas. Os assuntos tendem a ser substituídos por outros mais em moda ou que alcancem maior ressonância num determinado momento. Entretanto, acredito que seja correto afirmar que os ativistas digitais na África são a imagem de um contexto social mais propício ao desenvolvimento desse tipo de mobilização cidadã. Eles transmitem o espírito e a vitalidade democrática de uma região ou de um país.

Olhando um pouco a questão da crise da representatividade, a dificuldade institucional em desenvolver de maneira eficaz essa tarefa histórica da democracia é que os próprios movimentos não conseguem definir claramente seus limites temáticos, territoriais, profissionais ou sociais (Melucci, p. 99). Consideremos as jornadas de junho de 2013 no Brasil, um movimento que começou por causa de um aumento no preço da passagem do ônibus acabou aglutinando várias outras demandas sociais, transformando na mesma oportunidade o perfil dos seus principais atores; inclusive do ponto de vista de seus posicionamentos políticos à esquerda ou à direita. Talvez possamos dizer que o que foi captado pelas instituições representativas como os partidos políticos no Congresso foram justamente aquelas reivindicações que apresentavam certa facilidade de serem definidas e exploradas por certas narrativas nos moldes clássicos: da luta contra a corrupção ou na forma de um crime de responsabilidade.

Entende-se melhor nessas condições porque para Melucci “os movimentos sociais nas sociedades complexas não vivem sem algumas formas de representação política” (Idem, p. 99). Outro elemento fundamental a destacar na formação histórica dos movimentos sociais no século XX, ou seja, na era do capitalismo pós-industrial foi o papel das mulheres, mais especificamente do movimento feminista. De acordo com Melucci, e outros especialistas tais como Touraine e Tilly, a introdução da questão da diferença foi uma das motivações principais das lutas que definimos como ações coletivas (idem, p. 105). Existem outros “movimentos identitários”, ou melhor dito, que põem no centro de sua discussão a questão da

diferença, a etnicidade, a ecologia, o pacifismo, etc. Esses movimentos, tanto os da luta pelos direitos civis quanto os que militavam pelo fim da Guerra do Vietnã coincidem com o surgimento desses novos estudos, especificamente em diversas frentes no ocidente. A fala de um ativista camaronês explica o tipo de atividade pelo qual ele se sente motivado, o que implica nas questões de identidade:

Eu me situo no meio do caminho entre o ativismo e o militantismo. Minhas ações não são realmente parecidas às de um ativista que vai organizar tudo, que coloca em ação uma série de elementos de manifestações, mas sou mais militante porque sempre intervenho no debate público, manifesto sempre minhas opiniões que são críticas, em geral, a respeito das autoridades políticas. No âmbito do coletivismo organizamos uma campanha contra o tribalismo em Camarões e outra contra o grupo terrorista Boko Haram³⁶ (CAM 2).

Um certo tipo de individualismo também emerge paradoxalmente de sua fala. Isso não impede que as pessoas engajadas se sintam atraídas por essas ações coletivas. Esse tem sido o caso ao longo do século passado, fundamentalmente. Citemos apenas eventos catalizadores como os assassinatos do presidente Kennedy e do ativista negro Martin Luther King, ou o movimento conhecido como *Mai 68*; a Guerra da Argélia, as lutas pela independência em vários países do Sul; o fortalecimento do movimento pela paz no Vietnã. De fato, os meados da década de 1960 e o início da década de 1970 são momentos decisivos na emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, quando também evidenciam o recuo das lutas operárias (para os autores, cabe falar em declínio dos movimentos operários). A mesma época também vê o surgimento do debate sociológico sobre esse novo fenômeno. (MELUCCI, 2001, pp. 112-114). Essa novidade, mais uma vez, não reside apenas nos *modus operandi* desses movimentos em si, mas nos contextos socioeconômicos nos quais surgem; isto é, em sociedades complexas, pós-industriais, e também nas mutações que produzem em nossa compreensão e apreensão da sociedade.

³⁶ Grupo armado terrorista que declarou fidelidade e obediência ao Estado Islâmico e cuja atuação terrorista se limitam às regiões da África subsaariana, central e ocidental. Eles são responsáveis do sequestro de mais 200 meninas na Nigéria.

Essas mudanças também ocorreram na América Latina, especialmente no Brasil. E vários autores se debruçaram a analisar essa evolução. Num interessante estudo, Sérgio Costa (1997) mostra através da análise dos jornais de três cidades mineiras como o tratamento de temas relacionados a movimentos sociais começou a se intensificar, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990; quando naquelas ocasiões algumas prefeituras implementaram modelos de gestão participativas que, por sua vez, contribuíram para uma expansão da sociedade civil. Com isso a participação política também aumentou.

Por outro lado, Lavallo ressalta o papel democratizante da “nova sociedade civil”, sobretudo, na experiência brasileira a partir dos anos 1990, com o associativismo e a autonomização de diversos atores sociais (2003, p. 91). Mudança estruturais observadas também no continente africano, especialmente no quesito da apropriação da esfera pública, como descreve uma ativista guineense:

Antes as pessoas tinham tempo para ir nos bares, nos cafés ou sentar para compartilhar um chá, mas as redes sociais são essa nova tribuna onde as pessoas discutem, transmitem suas análises, criticam e fazem sugestões. Encontramos uma nova forma de governança, quero dizer que os cidadãos se apropriaram algumas temáticas, e também se percebe que muita gente consegue se expressar nas redes sociais mais do que eles fazem no dia a dia porque seu trabalho não permite que o façam, eles não têm tempo, talvez porque são tímidas, mas as redes sociais permitem que transmitam suas análises que são claramente pontuais, para ser franca (GN 1).

Contudo, Lavallo coloca a ressalva de que os movimentos sociais não ocuparam, na década de 1990, o núcleo central dos atores da dita “nova sociedade civil” (idem, p. 100). Havia, segundo indicam as literaturas da época, atores privilegiados na definição da “nova sociedade civil”; entre outros as associações dos pais de alunos, associações dos moradores, agremiações profissionais, etc. Entretanto, vale deixar claro, que embora, a década de noventa tenha trazido certa abertura política nos países africanos, esse processo não se deu de maneira tão profunda quanto no Brasil, onde a adoção da nova Constituição deu lugar a um período relativamente intenso de práticas democráticas e de controle do poder

político pela sociedade civil. Embora esteja também situada nessa mesma onda de democratização dos anos setenta e oitenta, historicamente a experiência brasileira se deu de uma forma específica se comparada com outros países no mesmo período.

No contexto mais particular da África francófona, é preciso dizer que os movimentos sociais atuais não constituem um fenômeno absolutamente inédito. De fato, se pensarmos de um ponto de vista mais amplo podemos dizer que desde a década de 1950, sobretudo, na sua segunda metade, lideranças nacionais começaram a emergir e a se posicionar contra o poder colonial. É obvio que eles não demonstraram a mesma articulação, nem tampouco tinham o aparato teórico necessário para explicar o movimento ao qual eram partícipes, mas é legítimo considerar que eles formulavam os movimentos pioneiros que influenciariam os atuais. No Congo, ex-colônia belga, a população urbana da capital começou a se mobilizar em torno dos jogos de futebol, muito populares na época e já em 1958 uma manifestação política com grande incidência e repercussão na sociedade ocorreu, justamente, após um jogo de futebol que opunha dois grandes clubes da capital.

Os militantes do anticolonialismo, em geral, se aproveitavam desses eventos para arregimentar um público jovem e combativo, de tal modo que esses eventos esportivos começaram a ser mal vistos pelo poder colonial. Em outros países, as coisas se deram mais ou menos da mesma maneira, com a repressão política mais forte ou mais branda de acordo com cada contexto. Do outro lado do Rio Congo, na capital Brazzaville, as coisas foram um pouco menos traumáticas que no Congo Belga³⁷, onde muito cedo o líder nacionalista foi preso pelos administradores coloniais. Em Brazzaville, colonial francesa, o general De Gaulle tinha feito um famoso discurso no mesmo ano de 1958, no qual prometera conceder a independência a todas as colônias se assim o desejassem. Parece, entretanto, que a Argélia não entrava nessa categoria, pois, ali, o processo de emancipação só seria possível depois de uma guerra bastante sangrenta.

Podemos também mencionar países como a África do Sul onde o movimento antiapartheid se enquadra também nessa categoria dos pioneiros dos

³⁷ Atual República Democrática do Congo, não confundir com a República do Congo, antiga colônia francesa.

movimentos sociais *avant l'heure*, com uma forte capacidade de mobilização e de articulação. O que estava em pauta naquele país era a transformação radical do sistema político, portanto, o movimento já caminhava para uma revolução. Nos Camarões, as coisas foram menos traumáticas, assim como em outros países da África central. A Segunda Guerra mundial tinha fragilizado as metrópoles, vale lembrar. De modo que é possível afirmar que, se não houvesse a Segunda Guerra, talvez não haveria tão cedo os movimentos independentistas. Os países europeus saíram da Guerra com suas economias fragilizadas e a necessidade de se reconstruírem.

Depois dos anos 1960, se instalaram em vários países africanos regimes ditatoriais mais fechados em praticamente todos as antigas colônias francesas e belgas, como os dois Congo, o Gabão, Camarões, Togo, Costa de Marfim, etc. De tal maneira que era mais difícil ter a emergência de movimentos sociais; a repressão era muito violenta e os partidos únicos estavam na moda. E o contexto político internacional da Guerra Fria tampouco facilitava a eclosão de movimentos democráticos. Nesse contexto, cada país tentava garantir a proteção de uma das grandes potências mundiais. No Zaire³⁸, Mobutu era protegido pelos americanos enquanto Angola ficou dividida entre as influências soviética e americana.

Até pelo menos a queda do muro de Berlim os regimes não se abriam. Só em 1990 esses países começaram a aceitar o multipartidarismo e a existência de uma oposição política atuante. Era essa a situação geral dos países africanos reféns das dinâmicas internacionais. Depois do fim da União Soviética, a onda de democratização atingiu os países africanos e, então, emergiram novos grupos e movimentos sociais, uma sociedade civil mais atuante. Portanto é preciso fazer essa contextualização e entender que esses movimentos, de certa forma, se encadeiam.

A emergência da internet, a sensação de que todos fazem parte de uma vila global, graças, sobretudo, as novas mídias, às redes sociais e a cultura de massa (indústria cinematográfica e musical, etc.) promovem uma aproximação cultural entre os países do Norte e os de Sul. As populações desses diferentes países tendem a aspirar a modos de vida mais ou menos similares. Os usos mudam de um contexto para outro. Gosto de usar a expressão de um jornalista francês, Marc Mentré,

³⁸ Atual República Democrática do Congo

animador do blog *TheMediatrend.com*, que utiliza a expressão *Nouveaux Médias, nouveaux usages*³⁹, à qual é preciso acrescentar a noção de territorialidades múltiplas de Frédéric Martel que prefere a expressão plural *Les internets* ao invés de falar em *internet*. Ele considera que as práticas são tão variadas que é completamente inviável e impreciso falar numa realidade como *a internet* no singular.

Isto quer dizer que os movimentos sociais que emergem atualmente na África têm de similar com os de outros continentes apenas os instrumentos (os artefatos tecnológicos) que eles utilizam, mas as práticas são *sui generis*. As concepções diferem, as reivindicações são diferentes, inclusive os sistemas repressivos são diferentes e produzem um tipo particular de resistência dos ditos ativistas. São essas particularidades que este trabalho analisa. Como afirmou uma ativista entrevistada no âmbito desta pesquisa e que logo veremos, os ativistas africanos, e a população africana em geral, são mais ou menos vítimas dos mesmos esquemas de repressão, e isso faz com que se reúnam em movimentos transnacionais, e que também desenvolvem métodos de resistência particulares. Mas essa é a realidade do continente africano.

Uma das campanhas virtuais de maior impacto, sem dúvidas, foi aquela organizada pela ativista guineense que milita pela proteção do meio ambiente. Ela organizou uma campanha de nome *#SelfieDéchets* que consistia em se fotografar diante de um amontoado de lixo. O gesto ajudaria a conscientizar as pessoas sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e as cidades. Além do mais, ela também enfatizou o fato que um país que não tem uma política séria de cuidado do lixo coloca sua população em situação de risco de doença, e até mesmo, de incêndio, pois, ali, se acumula muitos objetos inflamáveis.

³⁹ Novas mídias, novos usos.



Figura 10 Autora da campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter).



Figura 11 Autora da campanha #SelfieDéchets em jornada educativa com alunos do ensino médio (Fonte: Twitter)



Figura 12 Ativista participa da campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)



Figura 13 Agência de moda promove campanha #SelfieDéchets com seus modelos na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)



Figura 15 Uma sessão de shooting homenageia a campanha #SelfieDéchets na Guiné Conacri (Fonte: Twitter)

A campanha *#SelfieDéchets* teve uma grande repercussão nacional, continental e até mesmo internacional, sobretudo, na Europa, onde a ativista foi entrevistada ou foi tema de reportagens de vários canais de televisões e jornais europeus. Emissoras de TV como *France24*, a franco-alemã *Arte TV*; jornais como *El Pais*, *Le Monde*, a entrevistaram e fizeram matéria para visibilizar esse projeto de sensibilização sobre o meio ambiente. Uma agência de modelos organizou uma sessão de *shooting* exatamente no local onde um lixo se amontoava, escolas foram sensibilizadas, etc.



Figura 16 A ativista e criadora da campanha entrevistada por uma emissora de TV. (Fonte: Twitter)

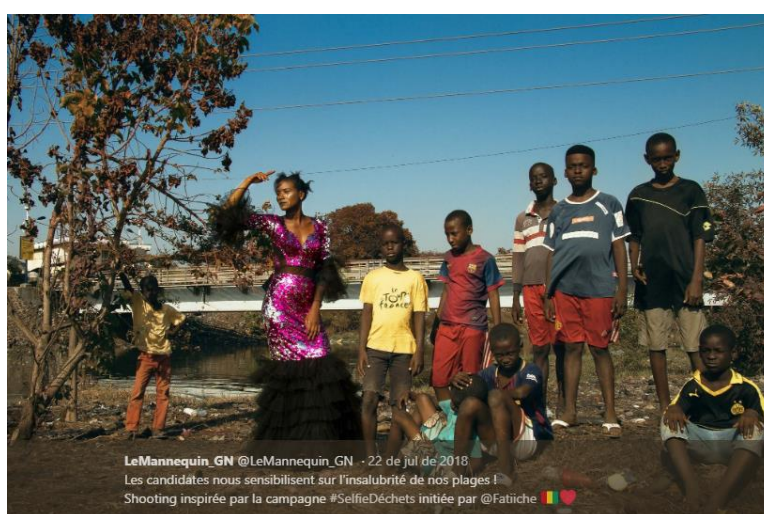


Figura 17 Uma modelo profissional posa com criança durante a campanha de defesa ao meio ambiente (Fonte: Twitter).

Um exemplo de colaboração entre ativistas de diferentes países que reforça a dimensão transnacional do ativismo digital, e que verifiquei na literatura da área, diz respeito ao efeito de revezamento em termos de apoio mútuo a determinados grupos de ativistas quando estes são vítimas de forte repressão por parte de seus governos. Há alguns anos, ativistas congolese foram presos pelo governo de Kinshasa e um movimento de apoio internacional se iniciou nas redes sociais ao ponto de um grupo de militantes e artistas marfinenses embarcarem para o Congo e fazerem críticas abertas ao governo, o qual acusaram de reprimir a oposição. Esse tipo de manifestações tem tido certa repetição. E no caso mencionado, os ativistas e artistas estrangeiros foram expulsos do país acusados de ingerência.

Houve outro caso muito mais conhecido na África que envolveu um importante ativista entrevistado aqui. Depois de expor certas falhas na assistência

que o governo ofereceu às vítimas de um acidente que vitimou bastante gente, ele foi preso porque incomodou certas autoridades. Foi a primeira campanha nas redes sociais que envolvia não só os ativistas de um país, mas vários de países vizinhos e de outras regiões e continente. Dias depois da mobilização ele foi liberado, mas o símbolo estava aí:

Foi em 2013, havia as comemorações do ano novo e as coisas foram saindo do controle e houve mortos. Quando ficamos sabendo, nós fomos a campo e nos demos conta de que a informação não estava sendo corretamente divulgada nas mídias, e então assumimos esse papel de comunicar a respeito. E sem saber, talvez a gente estava fazendo o que chamam agora de *Fact checking*, porque o governo anunciava números e nós no campo, íamos até os hospitais e percebíamos que os números eram muito maiores. Parece que isso incomodou alguém que mandou nos prender. Tínhamos criado um site na internet em menos de 24 horas no qual divulgávamos todas as informações em relação a esse drama (CDM).

Vale ressaltar que em 2013, não era comum que um grupo de ativistas africanos se reunisse e construísse um site na internet em menos de 24 horas. Esse grupo de pioneiros muito conhecidos até hoje no âmbito do ativismo digital africano era composto de engenheiros informáticos. Sua vocação não era precisamente a militância e tampouco a política. Eles eram técnicos, profissionais com importantes qualificações na área da informática. De certa forma, entraram na militância on-line por acaso. O ativismo continua seu relato daqueles eventos:

Quando uma informação aparecia para nós, a gente colocava no site, chegamos a divulgar uma lista das vítimas e isso incomodava. Até porque o governo tinha montado uma célula de crise com essa função, mas chegou ao ponto que a mídia internacional quando queria uma informação sobre o drama que tinha ocorrido no “Plateau”,⁴⁰ eles não ligavam mais para o governo e a célula de crise. Bem, se estou no lugar deles e escuto alguns jovens que criticam meu trabalho dizendo que o governo não faz nada, pode

⁴⁰ Plateau é um bairro conhecido na cidade de Abidjan, capital da Costa de Marfim.

ser que eu queira prejudicar essa pessoa. Foi assim que nós acabamos sendo presos (CDM).

Isto indica um novo paradigma que não se verifica na América Latina, por exemplo. Quando um grupo de ativistas digitais é vítima de perseguição no Brasil ou no Chile, os ativistas da Bolívia ou da Argentina não se mobilizam contra a injustiça. E tampouco se organizam em associações de ativistas digitais no nível continental. Não organizam reuniões anuais para coordenar suas atividades e sintonizar suas reivindicações. Embora, devo reconhecer que há sinais de cada vez mais solidariedade entre ativistas dessa região⁴¹. Voltarei a este tema mais adiante no trabalho.

Situar teoricamente o ativismo digital na África tem sua importância analítica e histórica. Não significa afirmar que ele se configura como a manifestação do estado dos movimentos sociais no continente, mas, de certa forma indica o ambiente geral da contestação política. O ativismo digital dá a temperatura do que ocorre na sociedade; funciona como um espelho da energia da sociedade civil em determinadas sociedades e sobre determinados temas. Eles são, no máximo, uma dimensão do quadro dos movimentos sociais na África. E certamente indicam a intensidade da capacidade de mobilização dos ativistas digitais. Não se pode esquecer tampouco que o ativismo digital no continente africano se diferencia do ativismo mais convencional, ou, pelo menos, os ativistas reforçam essa distinção, embora haja exceções: alguns poucos ativistas não avaliam sua militância on-line desconectada da militância *off-line*. Para eles, o impacto do ativismo on-line só é mensurável *off-line*. Para a maioria, é preciso se desmarcar. Esses afirmam que nem

⁴¹ Com os movimentos sociais populares de 2019 no Chile, uma nova dinâmica começou a ser observada no Brasil onde os militantes de esquerdas se interessam cada vez mais pelas dinâmicas políticas e as lutas sociais dos países vizinhos. Com isso, ativistas digitais brasileiros militam cada vez mais usando temáticas de outros países da região da América Latina. Devo ressaltar que os movimentos de extrema-direita também estão se organizando além das fronteiras nacionais. Também estão surgindo projetos participativos e colaborativos on-line entre diferentes movimentos indígenas da América Latina, sobretudo, com o intuito de proteger as línguas nativas. Recentemente, um movimento indígena produziu um dicionário virtual sobre línguas indígenas. O grupo desenvolveu um aplicativo que traduz a língua terena disponibilizando uma versão em áudio da pronúncia das palavras e das frases que o usuário “joga” no aplicativo. A explicação detalhada da iniciativa pode ser encontrada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=aBfL5xgkeEo&list=PLQDltcoCz4nAZ8FPKY7VbRErvDMEyCOUY&index=7>

Ver uma das iniciativas colaborativas no nível da América Latina neste outro endereço: <https://rising.globalvoices.org/lenguas/red/>.

sequer se trata do mesmo trabalho pois o ativismo digital não obedece ao mesmo *timing* e reatividade em relação à atualidade. Um ativista congolês também comenta a atuação de outros movimentos:

Com os outros movimentos, bem, não sou parte dos movimentos “Lucha” ou “Filimbi⁴²”, mas são movimentos irmãos, são amigos de lutas, amigos que conheço bem, planificamos juntos as coisas, nos encontramos em muitas redes, mas não participei em atividades físicas *off-line* com eles (CG).

II. 4. Indignação e engajamento

Manuels Castells foi um dos primeiros sociólogos a elaborar um trabalho que abordou seriamente os movimentos sociais da Primavera Árabe. Seu livro tinha uma abrangência maior, na realidade, pois se ocupava dos movimentos sociais na Sociedade de rede em geral. Era a sequência lógica de uma longa obra que construiu, desde o final dos anos oitenta, uma teoria da sociedade em rede. Para Castells, redes sociais são um espaço propício a este tipo de movimentos já que constituem um espaço de autonomia. Mas logo há uma necessidade prática de transferir a contestação política para as ruas e as praças públicas. Nas redes sociais, onde indivíduos encontram um espaço de compartilhamento de sentimentos, elas aglutinam todos os tipos de indignações (CASTELLS, 2013, p. 8). Esse sentimento é objeto do relato do ativista marfinense que foi um dos primeiros catalizadores da indignação simultânea das redes sociais em diversos países africanos e europeus:

(...) graças a Deus, e às redes sociais, graças à comunidade, por isso é importante estar numa comunidade, ser ativo numa comunidade, não estar na comunidade apenas para se servir dela e sim para servir a comunidade. Quanto mais você serve à comunidade mais a comunidade te ajuda, portanto, a comunidade ficou sabendo da nossa prisão e todas as redes foram ativadas. Sejam redes diplomáticas, a mídia, toda sorte de rede, pessoa cuja

⁴² Lucha e Filimbi são coletivos de ativistas que militam a favor da democracia na República Democrática do Congo. Eles operam essencialmente na região Leste do país que, há vinte anos, é cenário de diversos movimentos rebeldes que vitimam civis e, sobretudo, mulheres.

existência eu desconhecia falava sobre nossa liberdade incondicional; canais como *RFI*, *CFI*, *Al Jazira*, *BBC*, todos falaram no caso da nossa prisão. No campo da diplomacia isso fez muito barulho também, chegaram a ligar para o presidente dizendo: “*tem que soltar esses caras, nós trabalhamos com eles, são jovens que são ativos para o país, estão fazendo isso para o país*”. Foi assim que fomos liberados (CDM).

Para Castells, o sofrimento das pessoas é causado pela humilhação de que são vítimas. Ou seja, por trás dessas manifestações políticas, há motivações de ordem pessoal como a frustração, a humilhação, etc. De acordo com o sociólogo espanhol, os movimentos sociais:

“Precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social” (CASTELLS, 2013, p. 14-15).

Em outras palavras, esse deslocamento do virtual para a vida social é necessário para a evolução dos movimentos sociais nas redes. Deve-se dizer também que em geral os movimentos sociais têm sua origem na injustiça que os indivíduos podem experimentar, na repressão política da qual são vítimas, do cerceamento das liberdades pessoais de modo mais amplo (idem, p. 16).

O aporte fundamental do livro de Castells se situa no plano psicológico. E não é à toa que o ativista camaronês valorizou suas inspirações e motivações pessoais para explicar seu engajamento. Castells avança nesse sentido:

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas pessoais que podem ou não relacionar-se às origens e motivações dos participantes do movimento (CASTELLS, 2013, p. 18).

De fato, as motivações dos ativistas e a forma como justificam seu engajamento são das mais variadas possíveis. Alguns militavam porque se encontravam em países autoritários e já exerciam um tipo de engajamento fora da internet. O ativismo digital foi uma evolução lógica de sua militância com a introdução das Novas Tecnologias. Outros ativistas começaram como jornalistas e seu envolvimento com as Novas Tecnologias e as transformações no âmbito do jornalismo os levou à militância. Às vezes é difícil nesses contextos definir claramente a fronteira entre a esfera do jornalismo e da militância, principalmente em países como o Congo onde, em algumas regiões, os jornalistas convivem com crimes de guerras sendo cometidos diariamente. Seu trabalho de jornalista acaba se confundindo com a militância. O ativista congolês que entrevistei explica, por exemplo, que ser jornalista na região leste do Congo é correr um risco de morte constante. Conhecemos ativistas que se motivaram pela sua vontade de divulgar algumas temáticas que tinha um sentido pessoal para eles. É o caso das ativistas 1 e 2 da Guiné que entrevistei. A primeira milita especialmente sobre a questão dos direitos das mulheres em seu país e contra as mutilações genitais das meninas. A segunda tem como principal foco de sua militância o meio ambiente e o saneamento básico. Mas às vezes o engajamento se dá por um sentimento simples de querer contar um determinado lado da história:

Quando comecei a militar, a trabalhar com *Internet Sans Frontières*, eu fiz isso porque eu disse a mim mesma, na época era 2010, só se falava do Quênia, da África do Sul, da Uganda quando se falava da internet na África, e eu pensei: “*é como se nada acontecesse na parte francófona, mas não é verdade*”. Portanto, para mim, me juntar com *Internet Sans Frontières* era somente uma forma de dizer que coisas acontecem também na África francófona. Justamente para que as pessoas não façam mais a injustiça, que não digam: “*tem uma parte que é mais ativa que outra*” (CAM 1).

Eles se engajam para fazer com que sua voz – ou “uma” voz – seja ouvida, como é o caso da ativista camaronesa, ou então se engajam porque acreditam realmente na sua capacidade de mudar as coisas. Se vão conseguir, é o futuro que dirá, mas a ativista militante do meio ambiente já conseguiu imprimir sua marca no campo do ativismo digital africano:

Desde 2010 estou no ativismo digital com o advento das redes sociais e sobretudo a abertura da Guiné Conakry às redes telefônicas privadas, faço parte daquela geração que muito cedo descobriu a internet, mas, como jovem que quer realmente uma mudança no país sempre quis expressar meus pensamentos. Portanto, a internet era para mim um canal para transmitir minhas mensagens e comecei cedo com *Blogspot Google* e em 2014 me candidatei no concurso Mondoblog⁴³ da RFI e fui selecionada. Daí por diante continuei a expressar meu pensamento diante de algumas situações quando os canais de comunicação tradicionais iam num único sentido. Portanto para mim, o ativismo digital é realmente algo que me agrada muito, é uma paixão, faz parte do meu dia a dia (GN 2).

O engajamento do ativista marfinense que foi preso e logo solto por pressão internacional e das redes sociais se fez de maneira mais natural e levou certo tempo para que ele tomasse consciência que ele estava de fato engajado em algum tipo de atividade que denominavam como ativismo:

Tenho uma formação em informática, eu já trabalhei para uma empresa como IBM em 2010. Mas a crise pós-eleitoral na Costa de Marfim fez que a empresa se mudasse para Marrocos, mas na época escolhi ficar porque achava um pouco ingrato da parte da empresa. Ok, eles têm seus interesses, mas só porque o país estava mal eles decidiram sair. Eu como patriota escolhi ficar. Depois eu entrei para uma associação de trabalhadores voluntários que atuava na área da internet e da web. Foi a partir daí que comecei a administrar um blog, sobre todos os temas possíveis, eu dava minha opinião sobre tudo que acontecia na atualidade e na área da net, é assim que comecei a falar, criticar, denunciar também. Mas também tentava propor soluções. É muito bom criticar, mas no lugar, você propõe o que? (CDM)

Há, portanto, sentimentos diversos e motivações dispersas que se conectam por meio de um processo psicológico de inibição do medo (CASTELLS, idem, p.

⁴³ Ver minha dissertação de mestrado dedicada à plataforma *Mondoblog*. Ver KATEMBERA, **Novas mídias e empoderamento na África francófona: O caso de uma plataforma de bloqueiros – Mondoblog do Atelier des Médias/RFI**, 2016.

19). Por outro lado, Castells insiste que a ocupação dos espaços públicos pelos ativistas que começaram suas ações nas redes faz com que elas se tornem pautas midiáticas dos veículos de comunicação tradicionais. O que no final de contas acaba ajudando na preservação de sua segurança e integridade física. Os governos mais autoritários temem que os atos de repressão dos quais são autores sejam retransmitidos ao vivo para o mundo.

Portanto, é necessária essa interação entre a mobilização on-line e a passagem para os espaços e lugares públicos reais (idem, p. 52). Castells também relata, já em 2013, que uma das formas usadas pelos governos para reprimir os movimentos contestatários da Primavera Árabe foi o bloqueio da internet tanto no Egito quanto na Tunísia (idem, p. 53). Alguns ativistas entrevistados por mim relatam quais métodos são usados por eles para contornar essas proibições. Essas ações servem para diversos tipos de situações como explica o ativista marfinense:

Ah, posso dizer que a internet custa caro, e a qualidade não é nada impressionante tampouco. Isso em primeiro lugar, e depois a internet não é acessível em todos os lugares, somente as grandes capitais têm um bom acesso à internet. Mas quando você vai nos interiores, é complicado. Então tentamos buscar outras estratégias para publicar nossas mensagens. Muitas vezes combinamos SMS com Twitter porque hoje existem aplicativos que, por exemplo, te permitem emitir um SMS que será convertido em tweet. Nas nossas formações são coisas que ensinamos aos ativistas, sobretudo, os que vivem em regiões mais afastadas onde o acesso à internet é muito restritivo ainda. Já que o SMS é disponível praticamente em todos os lugares, já que é uma mídia muito fácil de se usar e que não requer uma conectividade à internet, recomendamos que usem esse tipo de estratégias, só precisa de operadores telefônicos. Então tem essa péssima cobertura dos nossos territórios, tem o acesso em termos de custo da navegação, em alguns países tem certas redes que permitem de discutir com certa facilidade como o WhatsApp, Viber, etc. elas são censuradas, em alguns países são proibidos. Recentemente no Benin teve um caso bastante exemplar, os ativistas digitais responderam com uma campanha chamada *#TaxePasMesMots* (Não vou pagar impostos

por minhas palavras); porque o governo queria cobrar mais caro as mensagens do WhatsApp, a comunidade web do Benin se mobilizou e criou essa hashtag para protestar contra essa medida que consistia em impor uma taxa sobre o número de palavras enviadas por WhatsApp. A campanha foi um sucesso e o governo teve que recuar, e hoje as pessoas estão utilizando WhatsApp sem problema. Em Uganda é pior ainda. Você paga mais caro para utilizar WhatsApp. É uma outra forma de censura, mas é censura. É mais ou menos isso que acontece nos países africanos. É mais ou menos a mesma realidade em todos os países, dificuldade em todos os países, censura, acesso caro, etc (CDM).

O objetivo é isolar os movimentos sociais e desse modo aumentar o sentimento de medo entre os ativistas. Mas, neste caso também os ativistas africanos se mostram extremamente astutos. De todo modo, o ativismo digital demanda um grau de inventividade à altura e uma capacidade de resiliência acima da média.

Essa desconexão da internet jamais é total. Relatos bastantes confiáveis explicam que mesmo nos maiores períodos de *shutdowns*, a conexão internet das instituições bancárias continuam funcionando porque os governos, até mesmos os mais autoritários, não podem se permitir o luxo de interromper as atividades financeiras, muito menos passar a impressão que a economia está parada. Com isso, muitos desses funcionários das instituições estratégicas continuam a se comunicar e a criar pontes informativas com a diáspora. Esta por seu lado, constitui uma fonte privilegiada de informações para a mídia internacional.

Ademais, os próprios ativistas encontram formas de burlar o bloqueio da internet. Em última instância, o sistema de revezamento com ativistas de outros países entra em jogo como aquilo que constitui uma prática inédita entre os ativistas de todo o mundo. Uma ativista relata como ela supera as dificuldades que o ecossistema da internet em seu país lhe impõe. Tais métodos são utilizados por outros ativistas em situações de repressão:

Realmente aqui a conexão até mesmo na capital Bamako é muito ruim. É praticamente impossível fazer produções de vídeo, isso em primeiro lugar. Em segundo lugar é difícil trabalhar de maneira

geral já para um ativista normal, para um ativista digital então e, na cidade de Tombuctu, é mais difícil ainda porque a conexão internet é praticamente inexistente aqui. É com muitos grandes esforços que consigo estar on-line e colocar minhas matérias on-line. Às vezes sou obrigado de mandar e-mails a pessoas que vivem no exterior, já que para eles funciona, para que eles possam publicar minhas matérias no meu blog, é isso. Mas é realmente muito difícil. Às vezes pode querer fazer uma formação on-line em cartografia, ou uma formação no uso das redes sociais, mas não consegue fazer porque a conexão internet é nula.

É muito simples, temos muitos gastos em termos de energia e dinheiro. Fazemos muitos esforços para estar conectados para manter essa nossa reputação, porque de alguma forma a voz do Mali precisa ser ouvida também, não temos muita escolha. Quando você olha a internet do Mali, percebe que entre os países africanos ela está entre as mais caras e de péssima qualidade. Em Tombuctu é pior, mas temos muita coragem e determinação. Amamos a internet e todos os metiês que a envolvem, é isso que nos mantém e nos encoraja. Mas o trabalho é difícil no Mali, é preciso muita coragem e determinação para continuar a trabalhar deste jeito (ML).

Castells também identificou a capacidade de resiliência dos ativistas e insistiu na preocupação que os governos têm com a sua imagem no âmbito internacional, sobretudo, como ela é tratada na mídia internacional:

Entretanto, o obstáculo mais importante que os governantes enfrentam ao tentar bloquear a internet vem da vigilância da comunidade global da web, que inclui hackers, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes de militantes como Anonymous e pessoas do mundo todo para as quais a internet se tornou tanto um direito fundamental quanto um modo de vida (CASTELLS, 2013, p. 54).

O ano de 2018 foi o que contabilizou o maior número de *shutdowns* desde 2013, pelo menos no continente africano. A associação *Internet Sans Frontières* e a ONG *Access Now* têm acompanhado com atenção essas derivas autoritárias dos

governos africanos. Em geral, o período eleitoral e pós-eleitoral são os momentos de maior ocorrência; como foi observado no Congo. Mas tem outros casos de fortes movimentos de repressão por outro motivo sensível de ordem interna, onde os governos também empregam esse método: foi o caso de Camarões cujo governo temia a emergência de um movimento de secessão no Norte do país.

Como já indiquei antes, os movimentos sociais dos ativistas africanos partem de um longo histórico de engajamento. Eles formaram suas redes antes mesmo que muitos deles se denominassem como ativistas; porque esse processo identitário também evolui. Como já disse, a rede de ativistas africanos começou como uma rede de blogueiros, ela se tornou uma rede de pessoas que se conheceram pessoalmente e depois se afirmou como uma rede de ativistas. Nesse sentido, minha própria trajetória acadêmica acompanhou esse movimento. Essa evolução já é apontada no estudo de Castells;

Os movimentos sociais estudados neste livro, assim como outros que surgiram pelo mundo nos últimos anos, apresentam uma série de características comuns. São conectados em redes de múltiplas formas. O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e *off-line*, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral (CASTELLS, 2013, p. 160).

Essa característica evolutiva que se configuram em tão pouco tempo leva também os ativistas a desenvolverem uma boa capacidade autorreflexiva (CASTELLS, *idem*, p. 163-164) como ficou evidente na fala de alguns ativistas. Mas talvez o elemento que Castells não considerou, visto que seu estudo acompanhava a gênese de diferentes movimentos, é que a autorreflexividade pode ser sintoma de estagnação ou lassidão. Esse ponto ficou evidente em diversos ativistas. De modo que há uma interrogação sobre sua capacidade de renovação e regeneração. Ou talvez, como prevê Castells, isso seja um sintoma do final de um ciclo de vida dos movimentos sociais que os atores (ativistas) ainda não conseguem

compreender; ou resistem a aceitar. Uma ativista guineense expressa seu desgaste pessoal:

São atividades ingratas que tomam seu tempo, sua energia, mas é verdade que te traz também muita coisa: uma rede, reconhecimento, mas em contrapartida quando coloco numa balança será que não está consumindo meu tempo⁴⁴. (GN 1)

Castells conclui sua análise mostrando o que pode ser o futuro para os ativistas em geral:

Os movimentos sociais em rede, cuja experiência você e eu compartilhamos neste livro, vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, a se dissolver em suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história. Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou em alguma forma nova de agência, deixarão, por isso mesmo, de existir (CASTELLS, 2013, p. 175).

De fato, muitas vezes se perde de vista que o que observamos atualmente é apenas a fotografia de um determinado momento histórico. As coisas mudam em grande velocidade, os eventos políticos e sociais se sucedem, lutas sociais são travadas, nas redes sociais ou fora delas, algumas batalhas são vencidas e outras perdidas. É importante ter essa perspectiva de que, talvez, em cinco anos, não haja mais nenhum traço concreto que evidencie que esses movimentos que estou analisando agora de fato existiram.

⁴⁴ Ver a citação completa na página 63.

CAPÍTULO III. CIDADANIA COMO CIVISMO: CONCEITO E PERCEPÇÕES DOS ATIVISTAS

III. 1. Conceitos de cidadania e suas mutações: ritos de passagem como esferas de cidadania pré-colonial na África subsaariana

O conceito de cidadania, como muitos outros, evoluiu ao longo da história. De modo que é um erro tentar fixar seu significado dentro de parâmetros apenas nacionais ou geográficos. Em qualquer contexto onde haja circulação das pessoas, trocas de ideias, essas diferenças surgem. Assim, a noção de cidadania no Brasil não é exatamente a mesma que o que ela pode significar em diversos contextos africanos ou mesmo em países ocidentais como França ou Bélgica, para citar apenas esses dois países.

Essa constatação me ocorreu com mais clareza no início do meu doutorado enquanto cursava uma disciplina sobre políticas públicas. Sendo o único estrangeiro da turma, e já tendo certa compreensão da noção de cidadania em países como a França, o Congo, Senegal, Estados Unidos, etc. me pareceu pertinente investigar mais esse tema. Afinal de onde vinham essas diferenças? E mais, de onde os ativistas digitais que eu estava entrevistando tiravam sua noção de cidadania? Era cada vez mais evidente que sua ideia de cidadania não era exatamente a mesma que ganhara força no Brasil, sobretudo, desde a redemocratização. Portanto, o tema se tornou ainda mais importante para meu trabalho.

Como indica Aihwa Ong (2010/1), o conceito de cidadania sofreu várias mutações ao longo da história; algumas delas contemporâneas: “os fluxos da globalização questionam a noção de cidadania atrelada a um território ou ao Estado-nação.” (ONG, 2010). Para a autora, essas mutações se devem também ao crescimento cada vez importante do mercado na vida democrática das nações; contexto configurado pela perda de direitos ou de deslocamento de direitos que antes eram considerados atrelados a ela. No contexto europeu, por exemplo, a emergência da União Europeia criou uma nova categoria ou nomenclatura para os chamados “comunitários” em oposição aos “extracomunitários”⁴⁵, o que supõe para

⁴⁵ São cidadãos que não possuem nacionalidade de um dos países membros da União Europeia.

esses últimos, em alguns casos, um status de cidadania parcial. Ong insiste no surgimento de uma noção bastante flexível de cidadania devido às exigências do mercado do trabalho que necessita desse apelo por uma mão de obra barata. Dessa forma, temos conhecimento, por exemplo, do caso dos trabalhadores de obras nos diferentes sítios da Copa do Mundo do Qatar que vivem em condições que estão no limite do direito internacional do trabalho ou dos Direitos Humanos. Ou também da chegada massiva de imigrantes que fogem de zonas de conflitos na Síria e se encontram em “centros de detenção”, um eufemismo para designar algo que, na prática, seria um campo de concentração. Há também casos de “imigrantes sociais”, aqueles que fogem da África onde os Estados falharam e tentam a aventura europeia; como explica Ong: “na medida em que os valores neoliberais de flexibilidade, de mobilidade e de espírito de empreendedorismo se tornam as condições *sine qua non* da cidadania, eles coroam os ganhos democráticos do liberalismo [...]” (ONG, p. 112, *idem*).

Bouguerra (1999) faz uma leitura institucional da cidadania lembrando que na França, ela sempre foi um objeto ideológico do Estado, através da chamada “*Ecole de La République*”, que tem o papel de transmitir aos jovens alunos valores do civismo e da civilidade. Com isso, em caso de crise da cidadania, isto é, do civismo, a crítica tende sempre a recair em cima da “escola republicana⁴⁶”. O papel desta última é ensinar as normas do “viver-em-comum”, da fraternidade, igualdade e da laicidade. Na França a cidadania insiste sempre na dupla dimensão de direitos e deveres; a escola tendo justamente essa função de ensinar quais são os deveres do cidadão:

Trata-se de saberes (organizados ao redor de princípios fundamentais constitutivos da democracia, conhecimento das regras da moral, dos direitos e deveres dos alunos, de liberdade, de justiça), de valores (organização de debates de ideais, acerca da noção de tolerância, laicidade, solidariedade, racismo...), das práticas (redação de cartas, organização de debates, visitas aos pacientes de hospitais, expressão concreta da solidariedade com os pacientes e os pobres) (BOUGUERrA, p. 2, 1999).

⁴⁶ Ver Durkheim 2002 e 2008.

Alguns temas abordados por Bouguerra têm voltado, com certa insistência nos discursos dos atores políticos, no debate nacional brasileiro dos últimos tempos; o que demonstra ainda mais a pertinência do papel da escola na aprendizagem da cidadania.

III. 2. Cidadania no Brasil e a perspectiva das modernidades múltiplas

Entre os primeiros sociólogos a sistematizarem a análise da noção contemporânea da cidadania está T. H. Marshall que, em seu livro clássico *Cidadania, Classe social e Status*, estabelece que é possível definir a cidadania moderna a partir de três dimensões: a civil, a política e a social.

Marshall afirma que primeiro surgiram os direitos civis que se traduzem nas liberdades individuais mais básicas como o direito de ir e vir, liberdade de pensamento ou de fé, liberdade de imprensa, o direito à propriedade (MARSHALL, 1967, p. 63). Ainda de acordo com Marshall, depois surgiram direitos políticos que basicamente se definem no direito à participação política: direito de votar e ser votado. São essas as instituições que envolvem a representação política. E, por fim, chegaram os direitos sociais; que implicam no acesso a um mínimo de bem-estar para os cidadãos; aqui estamos falando basicamente na questão do acesso que hoje avançaram a um nível de satisfação tal como se fala até mesmo em direito à cidade; uso de ciclovias, etc. Em todo caso, é um tipo de direito que traduz realmente o contrato político entre os cidadãos e o Estado.

Muito já foi escrito a respeito dessa “sequência de Marshall” que na verdade reflete apenas a ordem de acontecimentos vivida na Inglaterra. Outras experiências são possíveis como mostro a seguir.

No Brasil, o estudo de José Murilo de Carvalho mostrou de maneira muito didática que a ordem dos três elementos que compõem a cidadania segundo Marshall se deu de outra maneira. Para Marshall, lembra Carvalho, essa sequência de direitos respondia também a certa lógica. O que se pode colocar em última instância é que os direitos sociais, em geral, devem acompanhar o enriquecimento do Estado que precisa ter a capacidade de ofertar direitos. Digamos que um Estado pobre – os chamados Estados falidos – não pode prover direitos ou garantias de

direitos sociais a seus cidadãos. Entretanto, Carvalho deixa claro que esse modelo sequencial não se aplica ao Brasil e tampouco a outros países como a França ou a Alemanha (2008, p. 11).

O historiador afirma que no Brasil os direitos sociais chegaram primeiro (idem, p. 12). Embora no Brasil o direito de voto para os homens de 25 anos fosse instalado logo depois da Independência, o autor lembra que havia restrições a mulheres e escravos; de modo que é impreciso dizer que os direitos políticos se instalaram antes dos outros dois tipos (idem, p. 30). O que fica evidente no estudo de Carvalho, é que no Brasil houve sempre uma dissonância entre o texto da lei e sua efetividade na vida real dos cidadãos: “Os direitos civis progrediram lentamente. Não deixaram de figurar nas três constituições do período, inclusive na ditatorial de 1937. Mas sua garantia na vida real continuou precária para a grande maioria dos cidadãos” (CARVALHO, 2008, p. 88).

Essa lentidão na instalação dos direitos civis revela antes de tudo como no Brasil a interrupção da experiência democrática é recorrente. Carvalho recenseia pelo menos três momentos. Em todo caso, ele identifica o período de 1930-1937 como o momento de fortalecimento dos direitos sociais, apesar do paternalismo de Getúlio Vargas; o qual explica, talvez, a ausência naquele contexto de um pleno de direitos políticos já que, o paternalismo entra em contradição com a ideia de autonomia. Estes se consolidaram depois em sequências interrompidas também (idem, p. 126-128). Ademais, no Brasil, a noção de cidadania nas últimas décadas tem sido associada a práticas de consumo de massa. Essas práticas se conjugam com a expansão do consumo dos meios de comunicação em massa (MATOS, 2006, p. 40).

A noção de modernidades múltiplas (2005, p. 12) adotada por Tavolaro pode ser útil para apreender justamente uma construção diferenciada dos modelos de cidadania ao redor do mundo; com a clara opção teórica de não estabelecer hierarquias entre elas – embora isso não signifique uma relativização exacerbada.

A tese da pluralidade dos padrões de modernidades defendida no âmbito da sociologia brasileira por Sérgio Tavolaro (2007) parte da base teórica de Durkheim – diferenciação/complexificação – (2007, p. 107); de Weber –

desencantamento/secularização –; e no conceito duplo e dicotômico de “público e privado” como modo de compreensão da vida social (idem, p. 107).

Com essa opção Tavolaro define três possíveis versões de modernização das sociabilidades: a) padrões variados de diferenciação/complexificação social; b) padrões variados de secularização; c) padrões variados de separação entre domínios públicos e privados (idem, 2005, p. 13). O autor insiste no caráter contingente dessas manifestações tão diversas:

Esses padrões variados devem ser considerados configurações passíveis de serem assumidas por diversas sociedades, em momentos históricos diferentes, não como resultado de tendências (sejam elas culturais, sejam econômicas) invariáveis, mas sim do confronto entre projetos sociais, demandas, interesses e visões de mundo díspares que disputam entre si a liderança na organização da sociedade (TAVOLARO, 2005, p. 14).

Somente a partir de uma compreensão da vida social e política como essa é possível imaginar as diversas opções políticas apresentadas até agora, tanto nas sociedades ditas tradicionais e pré-coloniais, ou nas sociedades mais contemporâneas.

III. 3. Cidadania insurgente no Brasil: as periferias levantam a voz

Eu apontava como o conceito de cidadania é sujeito a muitas mutações. Pois bem, como indica o antropólogo norte-americano Holston, sua importância evoluiu no Brasil: “passou de incidental a irreprimível” (2013, p. 13). O autor de uma ampla pesquisa nas periferias de São Paulo faz um diagnóstico a respeito do quadro: “a cidadania brasileira se caracteriza por um regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimados” (idem, p. 22). Embora o quadro geral seja o da existência de uma cidadania desigual, o autor identifica a partir dos anos 1970 a emergência daquilo que ele chama de cidadania insurgente.

Mostrarei mais tarde nessas linhas como o conceito de cidadão evoluiu de maneira até mesmo contraditória em certas ocasiões; remontaremos por exemplo à época da Grécia e Roma antiga. Entretanto, já no contexto atual, Holston erige, a

partir de testemunhos e relatos de campos, um retrato também maleável do conceito: “Quando ouvia alguém usar a palavra ‘cidadão’, quase sempre ela tinha um sentido diferente para os brasileiros de todas as classes” (HOLSTON, *idem*, p. 22). O entrevistado oferece mais precisões: “‘cidadão’ indicava distância, anonimato e nada em comum” (*idem*, p. 23, 48). A palavra cidadão na linguagem comum refletia a ausência de privilégios para quem era objeto do qualificativo. Referindo-se à noção de enriquecimento de uma nação para que as condições da efetividade dos direitos sociais fossem pelo menos cogitadas, Holston fornece outro indicativo nessa direção: “cidadania no Brasil era universalmente includente na incorporação e maciçamente desigual na distribuição” (*idem*, p. 28)

Em seguida, Holston se interroga:

Eles são discriminados por fazerem parte de certas espécies de cidadãos. A pergunta que eu faço, portanto, é a que espécies eles pertencem e como a aplicação de um tipo específico de cidadania gera essas discriminações (HOLSTON, *idem*, p. 29).

O problema de formular assim a pergunta parece sugerir que a discriminação existe porque existem certas políticas de cidadania; e não que essas políticas existem porque a sociedade – especialmente a elite – é muito preconceituosa. Portanto, o autor desloca a questão do preconceito, no Brasil, da sociedade para as instituições criando uma relação invertida entre discriminação e políticas de cidadania.

Nesta altura, me parece interessante nos interessar pelos diferentes tipos de organização da noção de cidadania no mundo. Porém, tomarei apenas alguns exemplos emblemáticos, os mesmos citados por Holston. Os seguintes modelos de cidadania são os indicados por Holston, a) a francesa: includente igualitária, b) norte-americana: restritivamente igualitária, e por fim, c) a brasileira: includentemente desigual (*idem*, p. 70).

De acordo com Holston, a herança da igualdade universal inscrita na noção de cidadania vem da revolução na concepção filosófica dessa cidadania francesa. Essa ideia dificultava a justificação da exclusão de qualquer comunidade ou grupo étnico marginalizado. Contudo, uma contrapartida era exigida aos cidadãos franceses, a apresentação de um juramento cívico (*idem*, p. 74). Veremos mais tarde

de onde vem essa noção de civismo que, ademais, é muito importante para este trabalho. Os condicionantes para obter a cidadania francesa era uma demonstração de lealdade: juramento cívico, uma socialização aos valores da República e nisto, a “*École de la République*” desempenhou um papel importante, e também necessitava a adoção de certos hábitos culturais, etc. (idem, p. 76).

Holston insiste que a intenção era evitar a criação de pequenas nações dentro da nação francesa (idem, p. 78). De fato, essa concepção existe até os dias atuais; chegando a assumir por vezes aspectos paranoicos vis-à-vis de qualquer manifestação cultural de origem claramente identificada como estrangeira. Para os imigrantes, portanto, era necessário “convertê-los em cidadãos individualmente, em vez de deixá-los permanecer como estrangeiros coletivamente” (idem, p. 78). Essa medida, inicialmente aplicada aos judeus, serviu logo para todos os imigrantes de diferentes gerações, especialmente para enquadrar a assimilação dos descendentes das colônias.

O termo *citoyen*/cidadão é um produto da revolução francesa e surge em substituição de *sujet*/súdito; resquício do antigo regime (idem, p. 80):

O termo “cidadão” significava a participação ativa e soberana dos membros do Estado-nação nas atividades do governo, acima de tudo na formulação e na submissão uniforme às leis que expressavam a “vontade geral” (HOLSTON, 2013, p. 80).

Essa leitura, que convém atribuir a Rousseau, expõe claramente os termos conceituais da noção de cidadania francesa incentivando, sobremaneira, a responsabilidade dos *citoyens*.

Em seguida, Holston atenta para as questões fundamentais da cidadania norte-americana tal como ela é organizada naquele país. Primeiramente, ele deixa claro que é inevitável pensar na questão racial como um elemento central da cidadania nos Estados Unidos onde historicamente se praticou uma exclusão seletiva (idem, p. 84) que visava eliminar da equação político-social índios, escravos e negros livres (idem, p. 85). Holston manifesta suas dúvidas acerca da

abrangência da cidadania americana ao questionar esse fenômeno de exclusão seletiva ou desqualificação seletiva.

Diferentes argumentos eram utilizados para justificar a desqualificação de parte da população. Sobre os índios, por exemplo, argumentava-se que eles eram inferiores mentalmente, incapacitados “que requeriam tutela e não cidadania” (idem, p. 85). Ou então justificavam que eles pertenciam a outra jurisdição soberana; a de suas tribos. Legalmente estas eram reconhecidas com certo grau de soberania e autonomia de modo que se garantia para elas a obediência de seus súditos. Desse modo, o Estado americano guardava para si a prerrogativa legal de considera-los como não-cidadãos, pois já tinham outra cidadania dentro do território: “‘soberania tribal’ e ‘autonomia cultural indígena’ significa então exclusão da cidadania completa nos Estados Unidos (HOLSTON, idem, p. 86).

A inspiração francesa e americana no modelo de cidadania brasileira é motivada, antes de tudo, pelo medo da desordem que um sistema hesitante entre inclusão total e exclusão seletiva poderia ocasionar:

Eles viram, acima de tudo, conflitos e instabilidade: uma aterrorizante perspectiva de revolução, guerra civil, democracia de massa, banditismo e nepotismo. [...] entenderam também que esses conflitos derivavam da interação de premissas radicais de incorporação (HOLSTON, idem, p. 92-93).

Pois esse medo do conflito sempre caracterizou a construção da nação brasileira, e dessa forma, o livro de Holston se justifica em sua tentativa de radiografar as novas formas de cidadanias insurgentes vividas nas últimas décadas no Brasil e pelo modo como elas tentam romper com essa tradição. É importante também indicar que a restrição francesa se referia essencialmente às questões religiosas e de gênero (o sufrágio era proibitivo em relação às mulheres), e nos Estados Unidos se referia, sobretudo, à questão racial (idem, p. 93).

Nota-se que a exclusão americana por motivos raciais criou o efeito contrário ao desejado na França, ou seja, a criação de uma nação multiétnica, com diversas “nações” dentro da nação.

Dito isto, não poderia deixar de sublinhar o significado histórico e a importância que as escolhas contraditórias da França e dos Estados Unidos na criação de seu modelo de cidadania tiveram no desenvolvimento futuro, até os dias atuais, da consciência racial nos dois países. De fato, o modelo americano, fundamentalmente conflitivo como aponta Holston resultou numa sociedade “multinacional”, dividida racialmente, segregada e enfrentada por século de modo que os negros americanos desenvolveram a consciência de sua raça e se deram os meios para conseguir sua liberdade no século XX. Já na França, o modelo assimilacionista, unitário, de certa forma, parecido a uma censura da consciência racial impediu o fortalecimento desse autorreconhecimento dos negros e árabes como cidadãos excluídos. O que Holston mostra é que justamente, para os dias atuais, e as lutas contemporânea, a luta pela igualdade racial encontrou nos Estados Unidos um terreno mais fértil que na França para seu amadurecimento. Não é à toa que hoje, na França, toda discussão acerca do reconhecimento de uma comunidade, reivindicações para uma política de cotas raciais, por exemplo, encontram uma resistência ferrenha tanto no meio intelectual quanto no meio midiático. A simples formulação intelectual dessas questões parece insuportável para uma sociedade que colocou a laicidade e a unidade republicana acima de qualquer debate político.

Termos como comunitarismo e sociedade multicultural se tornaram palavras na sociedade francesa. É verdade também que ao contrário de Brasil e Estados Unidos, a sociedade francesa nunca foi escravocrata. A França praticou a política da colonização longe da “*Hexagone*”, o que levou a outra experiência social a respeito da noção de igualdade.

O trabalho de Holston requeria uma dimensão comparativa com países como França ou Estados Unidos apenas como pretexto para entender os contornos da cidadania no Brasil. Não somente suas dimensões no passado, suas fundações e justificações, mas também com o objetivo de captar suas mutações, através de movimentos urbanos contemporâneo. Afinal, Brasil tem sido um viveiro na inovação cidadã no âmbito urbano.

O autor destaca que a cidadania no Brasil era formulada com base em dois princípios: *jus soli* incondicional e *jus sanguinis* condicional (idem, p. 97). A grande diferença com o modelo norte-americano foi a supressão completa de uma

condicionante racial para a inclusão: “a cidadania *jus soli* era includente e irrestrita para todas as pessoas livres do Brasil, independentemente de seu perfil racial” (HOLSTON, *idem*, p. 97). E segue: “no Brasil, nunca ocorreu a negação da cidadania nacional por razões raciais ou religiosas, nem a imposição de definições locais de incorporação à cidadania nacional” (HOLSTON, *idem*, p. 97).

Holston lembra, contudo, a dificuldade prática que o modelo brasileiro colocava para uma classe de cidadãos. Embora fosse includente, a cidadania brasileira também era inigualitária. Holston afirma que importava mais o tipo e a qualidade de cidadania no qual se tinha acesso. A elite brasileira, nota Holston, poderia ser liberal, republicana, mas não era democrática (*idem*, p. 127). A distribuição igualitária dos direitos não era sua primeira preocupação, tudo pelo contrário. Holston explica que essa exclusão na distribuição teve um impacto significativo na política de propriedade de terras. Muitos cidadãos brasileiros foram obrigados a morar ilegalmente, tornando anárquica a política de assentamento, de modo que isto os excluiu do gozo completo de sua cidadania civil (*idem*, p. 156). Instaurou-se a “ilegalidade como norma de assentamento” (*idem*, p. 157). A luta de moradores ilegítimos ao longo de décadas gerou um novo tipo de cidadania: “Uma nova fonte de direitos de cidadania: a experiência da classe trabalhadora de sofrer a cidade e de construir a cidade” (HOLSTON, *idem*, 304).

As lutas se apresentavam como uma oportunidade para novos tipos de cidadãos, dispostos a reivindicar seu direito de se apropriar o espaço público. Novas cidadanias urbanas começaram a aparecer na década de 1970. Mobilizações com base em argumentos que reclamavam direitos; este era de fato um novo elemento motivador. As pessoas desejam, de certa forma, sair da marginalidade e das humilhações (*idem*, p. 311). Essa argumentação relacionada a direitos age no nível da subjetividade dos cidadãos, ao conferir a eles um status de atores na vida política, com uma ação performativa, indica Holston (*idem*, p. 312).

Mas a grande característica da cidadania que emerge no caso brasileiro é a de colocar os direitos no centro das reivindicações e como realização final: “as mobilizações das periferias articularam, em várias modalidades, uma cidadania participativa fundamentada no direito a direitos” (HOLSTON, *idem*, p. 312). Ademais, Holston afirma que as organizações baseadas na moradia dispunham da

capacidade de mobilizar os cidadãos cada vez que fosse necessário, justamente em razão do risco constante que corriam de ficar na situação de ilegalidade residencial (idem, p. 320). O autor fala da criação de uma esfera de cidadania local que é o lugar onde esses novos cidadãos conseguem ter um impacto imediato na vida pública em razão de sua participação à administração das questões coletivas.

Constata-se, a partir daí o aparecimento de uma esfera pública local insurgente. Novos modos de associação que caracterizam a inventividade da cidadania, bem como seu dinamismo. Grupos de mobilização de bairro aparecem, tendo apenas como critério de incorporação a residência nos lugares de ocupação; e a agenda dos ditos movimentos sendo essencialmente relacionada a reivindicação por recursos (idem, p. 320). Para Holston a cidadania insurgente invoca mais justiça social e encoraja “uma imaginação democrática específica” (idem, p. 322). O livro de Holston consiste num estudo que retrata o ganho de um importante capital social experimentado nos bairros pobres das grandes cidades do Brasil desde a década de 1970; associativismo, participação local, e outras práticas são sua marca.

O interessante, como podemos ver, é a insistência do autor na inventividade da cidadania, sobretudo, quando se desenvolve em meio a sistemas repressivos e injustos. Se pensarmos, neste ponto, nos ativistas africanos que constituem o objeto deste estudo, notamos uma distinção que logo abordaremos com mais detalhes: os ativistas digitais africanos, diferentemente os moradores estudados por Holston, não militam precisamente por uma justiça social. Com suas atitudes que caracterizam também inovações democráticas, eles lutam pela liberdade de expressão e muitas vezes insistem em seu dever (e poder) de cidadãos e sua capacidade de atuação na transformação social.

Essa diferença fundamental na concepção de cidadania sobressai nos seguintes termos: “Para a maioria dos moradores das periferias de hoje, o sentido de direitos como tratamento especial se refere, em última análise, ao tipo de direitos trabalhistas e de bem-estar social inicialmente estabelecidos na legislação social de Vargas” (HOLSTON, idem, p. 329). Na percepção dos que não se beneficiam desses direitos é que eles são a quintessência da cidadania, sua expressão mais material; e mesmo seus críticos destacam que é nesses termos que se mede a extensão da injustiça no Brasil (idem, p. 330).

É importante destacar essas diferentes concepções de cidadania. De resto, demonstrarei mais adiante no trabalho o que caracteriza as reivindicações atuais dos jovens movimentos sociais na África, sobretudo, aquelas que se desenvolvem essencialmente na internet. Não só as concepções são diferentes, mas também as práticas. Ademais, ter em perspectiva a noção brasileira de cidadania serve para ressaltar melhor esse particularismo africano, que na verdade, recebe forte influência francesa. Contudo, é destacável a importância histórica da cidadania insurgente no Brasil. Como bem aponta Holston,

Ela pressupõe a totalidade dos direitos possíveis. Daí o reconhecimento desses cidadãos como partícipes dos direitos aos direitos criar uma oportunidade radical para refazer a cidadania brasileira na direção de uma sociedade democrática (HOLSTON, *idem*, p. 345).

Ou seja, não se destaca apenas por seu caráter histórico, mas também por sua dimensão renovadora, fundadora de nova dinâmica cidadão mais justa no Brasil. Talvez essa radicalidade que esteja faltando na fala dos ativistas africanos para os quais a liberdade de expressão, o direito à internet e o dever o cidadão parecem ser as reivindicações prioritárias nesse tabuleiro político cheio de injustiças e de desigualdades de diversos tipos.

Entretanto, cada sociedade define suas prioridades de acordo com sua experiência imediata. Muitos fatores influem para que uma sociedade afirme certos direitos mais que outros; são essas diferenças que convém ressaltar.

O modelo retratado por Holston é fascinante em diversos aspectos. O autor faz a constatação que a cidadania brasileira vem se destacando por suas inovações e tem sido um exemplo para o mundo inteiro. Desloca também o significado da noção de civilidade entendida antes da seguinte maneira: “é um código de comportamento associado à participação na vida pública de um paradigma específico de cidadania [...]” (HOLSTON, *idem*, p. 359). Civilidade que antes se opunha à incivilidade ganha outra significância. Não se trata mais de julgar certos costumes e hábitos como uma ruptura de certos códigos e práticas sociais e políticas cristalizadas nas ações individuais. Holston não hesita em falar de paradigmas de cidadania para evocar o significado político em determinadas sociedades da noção

de civilidade. Contudo, o mais surpreendente é o sentido relativo que as noções de civilidade e incivilidades revestem a partir daqui: “[...] num encontro de cidadanias antagônicas, a civilidade de um aparece no outro como incivilidade. Assim, a incivilidade pode ser tão fundada em princípios quanto a civilidade” (HOLSTON, *idem*, p. 354).

Está claro, que nesta justificativa, o autor encontra um terreno fértil para explicar sua noção de cidadania insurgente⁴⁷ tal como ele observa nas recentes mutações da cidadania no espaço público brasileiro. Algo mais radical enquanto transformações de costumes e autorreferenciarão. Mas é na própria intenção democrática que o argumento reabilita a incivilidade no contexto brasileiro,

Cada vez mais exauridas, elas são substituídas nas relações do dia a dia por incivilidades jogadas na cara e estéticas agressivas – rap e funk, não samba – que expressão novas polarizações de classes, de raça e de direitos. Vista dessa perspectiva, a incivilidade parece necessária como idioma público de profunda mudança democrática (HOLSTON, *idem*, p. 354).

O autor lembra também, e isso não deixa de ter uma dose de inquietação, que toda democratização traz conflitos; mais democratização implica em mais violência. Isto explica a recrudescência da violência pública nos últimos anos, tanto do lado da polícia (*idem*, p. 361) quanto em alguns seguimentos dos militantes que utilizam meios violentos. Não se trata de emitir um julgamento de valores acerca dessas violências; mas apenas de fornecer um diagnóstico coerente dos acontecimentos.

A um paradigma de cidadania corresponde uma civilidade. Mais, de acordo com Holston, são as “profundas mudanças democráticas que produzem essas incivilidades” que agora são avaliadas positivamente pelo autor (*idem*, p. 365).

⁴⁷ É bom observar, aqui, que no caso dos ativistas africanos, alguns estão evidenciando uma postura frente aos governantes que se assemelham a algum tipo de relação pública (RP), ou também a um tipo de cidadania “colaboracionista”, usando o termo de modo abusivo.

III. 4. O evergetismo cívico como fundamento do comum

Eu afirmava no início dessa sessão minhas inquietações ao respeito do conceito de cidadania tal como ele era percebido pelos ativistas digitais africanos com os quais eu tinha conversado. Graças à rede de ativistas que tinha desenvolvido anos antes, eu consegui adentrar o campo da pesquisa antes mesmo de iniciar boa parte das disciplinas, de modo que, para mim, o campo exercia uma interação constante com a teoria. Eu precisava, portanto, investigar de onde vinha esse significado que a maioria dos ativistas imprimia ao conceito de cidadania. Mas qual é esse conceito?

Nas constantes conversas que tive com alguns ativistas, me deparei logo com a questão de que para eles a noção do civismo ocupava um espaço importante em seu entendimento da cidadania. Mesmo quando reivindicavam seus direitos, mais liberdades, era com o sentimento de que isso lhes permitiria exercer melhor seus deveres de cidadão. As conversações que ocorreram logo depois em sala de aula com professores e colegas exporiam com bastante clareza outra noção de cidadania – brasileira – muito mais versada em “direito aos direitos”. Eu precisava saber de onde vinha esse outro entendimento.

Parecia evidente para mim que boa parte dos países de onde vinham os ativistas tinha sido influenciado pela noção de cidadania na França. Muitos deles calcaram sua constituição e seu código penal do país europeu com pequenas variações que atendessem à realidade local. A colonização tinha a ver com isso.

No entanto, eu procurava algo mais. Raízes mais profundas. De onde vinha esse entendimento da cidadania como civismo? Expliquei neste mesmo capítulo que a França teve que atribuir à escola a função de inculcar a noção de cidadania/civismo a suas crianças e aos jovens, a mesma mentalidade foi exportada para as colônias seja elas na Ásia ou na África. Mas de onde veio esse sentido da cidadania na própria França? Foi a partir dessas interrogações que me deparei com a obra de Paul Veyne, um eminente historiador francês que se especializou na cultura sócio-política da Roma e Grécia antiga.

Veyne tem uma extensa obra dedicada aos fenômenos sociais e políticos da Roma antiga e Grécia antiga, tendo uma enorme e, no entanto, simplificada capacidade de explicação. Em uma de suas obras mais famosas, *Pão e Circo*, encontrei o que se pode chamar de raiz ocidental da noção de civismo. A mesma que influenciaria países como a França e que graças ao processo colonial se transferiu para dezenas de países. Antes de ver concretamente como os ativistas digitais africanos significam através de suas falas a noção de cidadania, vejamos como e a partir de quais elementos históricos Paul Veyne constrói essa noção de civismo, como algo fundamental na sustentação da comunidade política.

É no conceito do evergetismo que Paul Veyne encontra a chave de compreensão da cidadania tanto na Grécia antiga quanto na Roma antiga. Importante será este conceito para depois entender a evolução da noção de cidadania francesa que logo se transferiu para as antigas colônias e permanece depois das independências.

Em termos simples, Veyne define o evergetismo como “as liberdades privadas a favor do público” (2015, p. 14); em geral elas são obras de notáveis. O autor deixa claro, seguindo uma leitura weberiana, que tal ação altruísta é esperada pela coletividade, de modo que encontra sua legitimidade nesse acordo tácito entre os ricos e as coletividades (idem, p. 15). Nesse sentido, o evergetismo constitui uma ação social:

O paradoxo do evergetismo é que ele se impôs a toda uma classe quando não era obrigatório; [...]. Ele possui uma outra singularidade: é cívico, e não religioso, enquanto os homens, no decorrer de sua história, mostraram mais frequentemente alguma facilidade em dar a favor de seus deuses (VEYNE, 2015, p. 24).

Esse elemento cívico é o que nos interessa particularmente nessa noção de cidadania proposta por Veyne, pois é bem disso que se trata afinal de contas. O evergetismo é uma forma de cidadania que se destaca pela sua dimensão cívica. Mais tarde Veyne estabelece uma aproximação desse tipo de ação com a teoria da dádiva de Marcel Mauss (idem, p. 73).

Para o historiador francês, o evergetismo pode ser considerado como uma “forma primitiva de troca; onde “o ato de dar talvez fosse mais importante do que o

valor material do que se dava” (idem, p. 79). O evergetismo é também uma forma de relação particular com a cidade; de acordo com Veyne, é na esfera da cidade que ele aplica: “como agrupamento de homens livres, a cidade é a principal esfera de manifestação do evergetismo livre; como cidade, ela é a razão inicial do evergetismo político”. (Idem, p. 103).

Veremos na fala de uma ativista como essa noção civismo relacionado à cidade volta a aparecer de uma maneira surpreendentemente explícita. A noção de evergetismo surge diretamente em função da existência do modelo de cidadania na Grécia e Roma, bem como o modelo de organização política. O evergetismo tinha clara dimensão cívica; era uma instituição que carregava o senso do dever para com a comunidade; e também da responsabilidade do imperador com seus súditos (idem, p. 670): “Antes de agradar seus súditos esforçando-se para ser rei, um rei deve sustentar o Estado e seu aparelho; ele deve garantir algumas subsistências, impedir as saídas de ouro, ter uma população abundante” (VEYNE, idem, p. 671)

Era esse último argumento citado exatamente o objetivo dos *alimenta* que representam uma instituição de assistencialismo alimentar para as famílias numerosas e de pouca renda. Aquele era realmente um programa moderno proporcionado por um Estado antigo (idem, p. 664). Trata-se, em definitivo, de entender que nesse contexto a ideia da cidadania não se desprende do duplo movimento do direito à cidadania – o status de residente ou “filho” de uma determinada cidade –; como também do dever.

O dever das autoridades, do imperador, do rei ou dos ricos para com sua comunidade. É uma maneira de perpetrar a comunidade, mas também de reforçar esse sentimento,

Os *alimenta* de Trajano são a última manifestação da política hegemônica que prolongava, na escala de um império, a ótica ultrapassada da cidade. Mas, por isso mesmo, essa obra de política de natalidade era objetivamente a mesma coisa que uma obra de assistencialismo cívico, que uma evergesia a favor de crianças carentes; apenas o tamanho da instituição a distinguia externamente das funções privadas sobre as quais falamos [...]; mas a estreiteza do antigo ideal de solidariedade cívica fazia que

os resultados se parecessem muito nos dois casos (VEYNE, 2015, p. 672).

Fica claro então de onde a República francesa tira sua noção de cidadania como civismo tão valorizada no discurso público e implementada secularmente pela *École de la République*. Essa mesma influência se ressenete também em diversas outras tradições cívicas do Ocidente.

III. 5. Ativismo digital africano e percepção da cidadania como civismo

De maneira geral, os ativistas africanos demonstram uma forte preocupação com a questão da liberdade de expressão e do acesso à internet. Este último aspecto se repete em diversos argumentos desses atores:

Em Uganda tem alguns ativistas digitais e outros atores TICs que atualmente estão se aproximando do governo e tentam trabalhar sua “*policy*” de cyber segurança, como eles chamam, para se assegurar que as liberdades on-line estão sendo respeitadas na medida do possível.

Este ativista de Congo, país onde a repressão contra as forças democráticas é muito forte e a violência contra ativista muito elevada também, demonstrou em reiteradas ocasiões sua preocupação com essa questão. Mas mesmo assim, na própria fala dele, surgem algumas divergências sobre as prioridades, essencialmente quando atores internacionais estão envolvidos:

A gente tinha certo número de parceiros com que podíamos contar, que faziam parte desse setor que luta pela democracia, mas percebemos que havia uma divergência sobre as prioridades. Nós não temos as mesmas prioridades. Concordamos sobre as bases, mas não temos as mesmas prioridades. Para muitos parceiros e patrocinadores por exemplo, eles procuram apenas sua própria visibilidade, “pronto, nós apoiamos isso ou aquilo”; e por isso muitos insistem sobre a produção de conteúdos on-line. Isto é, redação de matéria, publicação de fotos, vídeos sobre os problemas

locais que encontramos, mas eu pessoalmente com os amigos aqui em Goma, nós pensamos que escrever conteúdo não é um problema e tampouco é complicado. Se você se dedicar um pouco e encontrar tempo dá para fazer isso tranquilamente, mas deparamo-nos com um problema que consiste na capacitação das pessoas. (CG)

Esta questão das agendas é colocada como uma barreira para construir parcerias douradoras com atores internacionais e se configura como um fator importante da desagregação das militâncias on-line no continente africanos. Mas o que fica claro é que essas diferenças aparecem em razões de pressupostos diferentes a respeito da noção de cidadania. Um dos ativistas, que reside na região leste do Congo (Kinshasa), tem uma clara percepção dos limites da cidadania no país e elenca quais são as prioridades dos indivíduos que militam por direitos na região:

Primeiramente, a liberdade de expressão. Que as pessoas possam ter a liberdade de dizer o que pensam sem ter medo de ser prejudicadas. Isso não existe no Congo. E tem sua influência na nossa democracia. Que as pessoas possam ser livres para dizer o que querem sem que seus sites web sejam bloqueados. Isso em primeiro lugar, para os ativistas digitais. Estou falando apenas do ativismo digital, não falo do ativismo em geral, só do ativismo digital.

A segunda coisa sobre o ativismo digital, daqueles que eu conheço, se situa no nível de “*making internet affordable*”.⁴⁸ A internet não é *affordable* no Congo, é um luxo. E nós pensamos que é feito “*on purpose*”,⁴⁹ a RDC é um dos países africanos onde a internet tem uma péssima qualidade e ao mesmo tempo é de péssima qualidade. Pagamos muito caro e a qualidade é nula. Pensamos que tem gente que se aproveita disso: que as pessoas não tenham uma boa qualidade de internet, isso é bom para elas e não querem as coisas evoluam. Portanto que a internet seja *affordable* para as pessoas, é a segunda reivindicação dos ativistas digitais.

⁴⁸ Acessível

⁴⁹ Esse ativista, apesar de ser congolês, usa muito um jargão inglês porque costuma trabalhar com ativistas de língua inglesa, além de colaborar com algumas mídias internacionais como a BBC.

A terceira, o que vem no top 3 depois da liberdade de expressão e a acessibilidade, é a liberdade de associação. Realmente os ativistas digitais não são livres de se encontrar e ter um debate franco sobre o que acontece no país, e quando falo de se encontrar falo em “on” e “off-line”. Por exemplo, quando organizamos nosso encontro no passado, tivemos notícias de que a polícia planejava prender todos os convidados e muitos deles não vieram porque suas fontes os advertiam que estavam em listas negras. Primeiro tem problema de segurança que conseguimos contornar, mas as ameaças dissuadiram as pessoas. Este ano não conseguimos organizar o pré-encontro, porque precisávamos ver se chamávamos muito a atenção. Se você é ativista, eles dizem que você é terrorista (CG).

Esse comentário expõe os limites da democracia em muitos países onde os ativistas atuam, contudo, não parece ser um fator que os desanime de fato, pelo contrário. Ao que tudo indica, eles têm plena consciência dos perigos que correm. Os relatos revelam que, para alguns ativistas, a segurança é mais importante que todos os outros pontos. Outro fator que vem se destacando é o enquadramento legal que as autoridades dão às atividades de militância. No caso dos ativistas africanos, normalmente, a repressão caminha junto com a resiliência. As reivindicações do ativista congolês coincidem com as de outra importante ativista em Mali, embora as especificidades regionais existam. O acesso à internet e a identificação como ativista digital sendo ela uma especificidade do militantismo:

Eu me considero como um ativista digital porque passo praticamente todo o meu dia a defender ideias e conceitos como a alfabetização das meninas, o direito à internet, especialmente com o hashtag *#Mali100Mega*. Defendo igualmente a cultura e tento também transmitir ideias como o empreendedorismo, a melhoria da vida dos jovens também, desenvolvo o uso de aplicativos. Tem muita coisa, praticamente o dia todo utilizo as redes sociais como Facebook ou Twitter. Fora disso, sou uma grande sindicalista, milito sobretudo para tornar público as razões de uma greve ilimitada que o sindicato dos professores de Tombuctu decretou faz praticamente dez semanas (ML).



Figura 18 Três hashtags reivindicam direito a uma internet mais barata e de melhor qualidade. (Fonte: Twitter)



Figura 19 Ativista guineense critica as políticas nacionais de acesso à internet na África (Fonte: Twitter)

Esta ativista de Mali veste vários casacos. Seu universo de atuação é muito amplo e ela demonstra uma particular necessidade de operar uma passagem do “virtual” para o “real”; da ação “on-line” para a ação “off-line”. Vive em uma região muito pobre do Mali e ademais, desértica, onde existe uma cultura muito opressora contra as minorias, sobretudo mulheres, como pode ser visto no filme de Abderrahmane Sissako, *Timbuktu*⁵⁰:

Penso especialmente no ativismo no campo dos direitos humanos, na internet, escrevo matérias para falar de estupro, das violações, etc., de tudo o que houve contra os direitos humanos em Tombuctu em 2011, mas isso não me impede de ir além disso e tentar criar associações, promover atividades sociais para ser construtora de algo e nos assumirmos a nós mesmos, como cidadãos (ML).

Neste último trecho, pode-se ver nitidamente a importância que a autonomia do cidadão tem para essa ativista, essa dimensão do cidadão proativo também remete ao civismo. Por outro lado, ela não esquece que nesses contextos africanos, o Estado é omissor:

Só para fazer 420 km entre Tombuctu e o centro do país pode levar três dias. E agora, os ativistas como nós tentamos denunciar aquilo [a falta de estradas]. Para ver como podemos obrigar, porque devemos falar em obrigação; obrigar, portanto, as autoridades a iniciar pelo menos um pequeno movimento rumo ao desenvolvimento nessa região (ML).

Como se percebe, o civismo permanece uma noção central. Outros ativistas também adotam o mesmo vocabulário mais tarde. A questão da vigilância cidadã é um aspecto recorrente, que emergiu na conversa com essa ativista do Mali e logo apareceria também num diálogo com uma militante defensora do meio ambiente da Guiné Conacri. De fato, ela produziria o discurso mais enfático em relação a esse papel do cidadão que consiste em vigiar as ações dos governantes. Um controle exercido diretamente pelos cidadãos, em oposição a outro tipo de controle que na verdade cabe às instituições em países mais avançados em seu processo de

⁵⁰ Ler a seguinte crítica no site Carta Capital: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cinema/Timbuctu-de-Abderrahmane-Sissako-o-grito-de-dor-da-africa/59/32925>, acessado no dia 17 de março de 2019.

democratização. Mas, vejamos em que termos a ativista e blogueira do Mali avalia seu papel:

Sobretudo, a vigília cidadão no que diz respeito ao acordo de paz e de reconciliação no Norte do país porque Tombuctu foi diretamente implicada, pois foi ocupada. Na realidade nem consigo entender claramente qual é a posição do governo do Mali sobre isso, portanto, estou aqui e tento produzir meu próprio pensamento sobre a questão para se chegar a uma paz realmente durável. Tento também divulgar a realidade daqui porque o que acontece no terreno aqui onde estou e a realidade política tal como eles a estão organizando é muito diferente. Eles tentam nos fazer acreditar que a paz no Norte do Mali depende dos grupos armados quando na verdade esses grupos têm fundos racistas e étnicos, além de continuar com banditismo de maneira recorrente na região de Tombuctu. Eu utilizo as redes sociais para denunciar isso, tem roubos, ataques a vilarejos que são um pouco afastados, não tem uma presença importante do exército, as forças da ONU, os “*Casques Bleus*” não servem para nada a não ser organizar pequenos torneios de futebol, shows e outras besteiras do gênero (ML).

Para levar a cabo esse trabalho de controle e de vigilância, eles têm consciência – uma vez mais – da importância de ter uma infraestrutura moderna que permite um acesso barato à internet. Só assim o ativismo digital no Mali poderá evoluir, nas palavras da própria ativista:

Ele [o ativismo digital] está engatinhando, é difícil ter mais de dez pessoas que realmente têm esse objetivo de defender suas ideias nas redes, de se preocuparem com a questão do acesso à internet e à governança da internet, é muito importante. Isso acontece muito por causa do custo exorbitante da conexão internet em Mali no nível do acesso, e tem um acaparamento desse campo das Novas Tecnologias por pessoas que não sabem dos negócios, ao invés de encorajar as ações direcionadas ao ativismo digital, eles fazem o contrário. (ML)

Outra entrevista importante que tive foi com uma ativista camaronesa que vive na França onde dirige uma ONG já famosa no contexto africano e na Europa. *Internet Sans Frontières*⁵¹ é uma associação de apoio às iniciativas ligadas à internet cujo nome é inspirado na associação *Réporter Sans Frontières*⁵² (RSF), especializada na observação da liberdade da imprensa no mundo. *Internet Sem Fronteiras*⁵³ apoia diversas iniciativas e jornalistas africanos que operam no âmbito da internet e também organiza seminários e oficinas de formação sobre segurança digital para os atores da sociedade civil no continente. Esta ativista entende e acompanha há muitos anos o ecossistema da internet em diversos países do continente:

Nosso objetivo é de perseguir a utopia de construir uma internet verdadeiramente sem fronteiras, isto é, uma internet onde de qualquer lugar possamos aceder a todos os conteúdos disponíveis on-line. Isto por uma parte. E por outra, uma internet que respeite as liberdades fundamentais: o direito à informação, à liberdade de expressão, o direito à vida privada e evidentemente uma internet acessível a todos. Portanto, nos interessamos também à questão da fratura digital, notadamente do ponto de vista econômico e também olhando para a questão do gênero e das desigualdades digitais envolvendo homens e mulheres. (CAM 1)

Por entender bem essas demandas e ser ela mesma africana, embora da diáspora, ela consegue se colocar no mesmo diapasão dos ativistas que vivem no continente, diferentemente de outros atores, quando, por exemplo, a questão da agenda se coloca como obstáculo de uma ação conjunta. As atividades que sua ONG organiza podem ser resumidas nos seguintes termos:

Então, temos organizado formações e ainda continuamos organizando essencialmente para jornalistas da região, para os ativistas *políticos*, mas política não no sentido partidário, os ativistas políticos no sentido de “ação para a cidade”, e evidentemente os defensores dos direitos humanos, aqueles que atuam em associações que defendem os direitos humanos. Pronto,

⁵¹ Internet sem fronteiras

⁵² Repórter Sem Fronteiras

⁵³ Às vezes usarei o nome em português para facilitar a leitura.

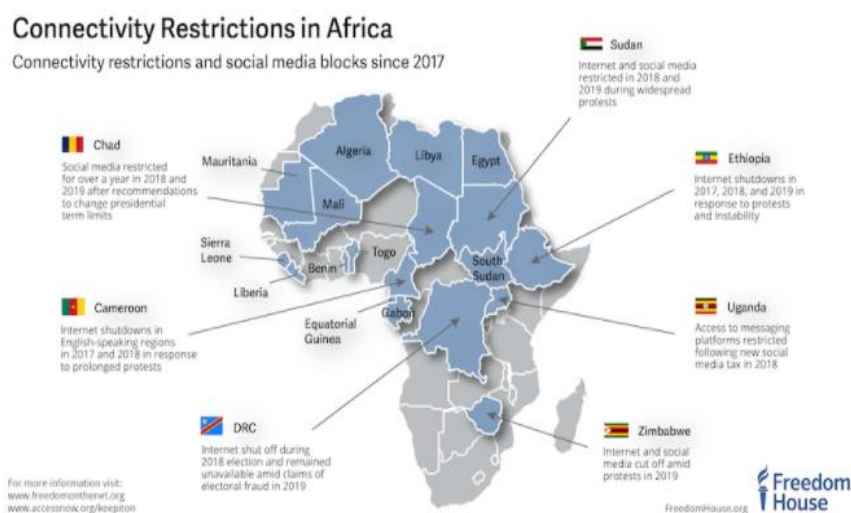
esses eram nossos alvos prioritários e ainda são, de certa forma, porque pensamos que aquelas pessoas federam comunidades, como nós talvez não tenhamos a possibilidades de alcançar diretamente os cidadãos de uma país, pensamos que talvez apoiando pessoas que federam suas comunidades conseguiremos alcançar esse outro objetivo porque eles têm a facilidade de repassar a informação. Mas hoje, somos também levados a oferecer essas formações às pessoas que nos solicitam. Nesses casos, a formação não é tão puxada porque em geral ela se faz em situação emergencial. No caso do Gabão por exemplo recebemos muitas ligações, sobretudo e-mails onde a pessoa te pede e você é obrigado a fazer na hora, não tem tempo para organizar uma formação em vários dias. Nós nos viramos como podemos em duas ou três horas. (CAM 1)

O discurso dessa ativista, que, ademais de ocupar duas posições privilegiadas, isto é, tanto de ativistas digital efetiva quanto de representante de uma instituição internacional, propõe excelente perspectiva teórica para este trabalho. É de fato, um dos comentários que despertou meu interesse pela questão do civismo. Fiquei intrigado assim que percebi que ela insistia que para ela política carregava o sentido de “ação para a cidade”, ou seja, para a *polis*. É uma definição bastante clássica para ser usada para uma ativista tão contemporânea. E, em definitivo, essa interpretação remete àquela ideia do evergetismo, base do civismo antigo, que se exerce fundamentalmente dentro da cidade.

Também se nota certa rejeição aos partidos em sua fala. O que também aparece como um aspecto contemporâneo característico das sociedades civis no mundo inteiro. As recentes transformações políticas que viram a luz nos últimos anos, em diferentes países, acarretam essa noção pejorativa dos partidos políticos. Entretanto, aqui, me pareceu que a ativista queria enfatizar o aspecto cívico mais do que desmerecer esse lado partidário.

E também, tal sentimento visa essencialmente a reforçar a dimensão coletiva e comunitária de seu próprio trabalho, ou pelo menos, o significado que ela pretende imprimir à sua intervenção nos países africanos que acompanha. Outro trabalho importante que *Internet Sem Fronteiras* tem realizado é o recenseamento dos

múltiplos casos de *shutdown* da internet na África. E tem havido muito somente no ano de 2018, quando governos como de Congo ou de Camarões bloquearam o acesso à internet por, pelo menos, quatro meses em todo o país ou parte dele. Atualmente, não se pode falar em repressão política na África sem mencionar esses casos de *Shutdown*. Ademais, qualquer avaliação séria do nível democrático de um país tem que levar isso em consideração.



Map highlighting connectivity restrictions and social media blocks in Africa since 2017

Since 2017, authorities in 19 African countries have temporarily blocked social media or restricted

Figura 20 Mapa mostra as ocorrências de shutdowns na África entre 2017 e 2018. Camarões teve o caso de maior duração com mais de 200 dias de fechamento da internet. Congo teve interrupção da internet em 2018 no período eleitoral. Fonte: Freedom House, 2021.

Vale ressaltar que os países mais afetados com os casos de *shutdown* são africanos e asiáticos. Reabrirei este debate mais adiante. Assim retrata a situação outro ativista e blogueiro camaronês com bastante experiência no ramo:

Se é para fazer uma avaliação, eu diria que aqui, de acordo com o que seu sei, tem uma campanha principal que ocorre e fora aquele que é mais sério. Estou falando dessa campanha sobre a volta da internet que foi fechada pelo governo em todo a região anglófona de Camarões. Ela já dura há três meses porque essa região está sem internet há três meses justamente. Essas campanhas nascem de maneira espontânea e morrem assim também porque os próprios ativistas percebem que não surtem efeitos (CAM 2).

Já mencionei esse aspecto do ativismo digital africano que consiste em fazer um revezamento assumindo a publicação de mensagens de denúncia no lugar dos ativistas que estão sendo impedidos de atuar em razão de um *shutdown*. Essa estratégia configura-se então como a dimensão transnacional do ativismo digital e de suas características pan-africanas. Na verdade, ela consiste numa das maiores inovações do ativismo digital no mundo; tal experiência não se verifica, por exemplo, na América Latina.

Quando entrevistei outra ativista da Guiné Conacri que reside em França, ela introduziu um tema que eu suspeitava que poderia aparecer pois compartilho com ela o fato de ser africano e residir em outro continente. Já havia surgido esse tema também com a responsável da *Internet Sem Fronteiras*, a questão da legitimidade de falar sobre um determinado país quando você vive fora dele:

Sem dúvida. Essa questão volta sempre. Recentemente numa mesa redonda sobre excisão na Guiné onde eu intervinha, uma menina disse que nós, as pessoas que vinham do exterior, queríamos vender a elas um feminismo ocidental. A questão da legitimidade se coloca. Mas eu tenho um passaporte guineense e tenho o direito de me expressar sobre essas questões, mas interlocutores não aceitam isso (GN 1).

Porém, a ativista não demonstra ser afetada pela intimidação dos críticos. Depois eu a interroguei sobre as diferentes percepções que ela poderia ter em comparação com os ativistas que vivem na Guiné:

A sua pergunta supõe que em função de onde vivemos temos prioridades diferentes? Não creio. A primeira coisa que vem na minha mente, não sei se existe uma hierarquia, mas o que gostaria realmente que mudasse rapidamente na Guiné, é um melhor acesso à internet, a democratização da internet, isto é, uma redução substancial do custo da conexão de internet. Em segundo lugar, tenho reivindicações particulares. Por exemplo, vemos que numa família em que só uma criança deve ir à escola, escolhe-se que o menino vá para a escola e não a menina, isso deve continuar? Não acho.

E também o abandono escolar, a excisão, não quero fazer hierarquia, mas são demandas urgentes, a questão dos direitos das mulheres, ontem mesmo soube de casos de adolescentes forçadas a se casar com idosos. Gostaria também de ver crescer o blogging, o acesso à Novas Tecnologias, são os temas que me interessam muito pessoalmente.

Devo dizer que venho de uma família onde tive acesso muito cedo à internet, mesmo na época em que ter internet era muito caro, na minha família já tinha isso. Mas acho que sim, foi uma necessidade imposta pelas necessidades do trabalho em campo. Então, sim, talvez me influenciou (GN 1).

Nota-se essa capacidade reflexiva sobre a sua condição de militante. Ela realmente elaborou todo um esquema de evolução, não só política pelo qual ela vem passando, como também psicológica. Ela consegue ter uma visão periférica, de dentro e também de conjunto da questão do ativismo digital nos países africanos. Além do mais, ela desenvolveu uma excelente rede internacional de ativistas e blogueiros africanos, de modo que ela fornece outras informações que preferiu que não fossem publicizadas, mas que, entretanto, me permitiram encaminhar melhor minhas futuras entrevistas.

Também vale a pena citar seu interesse, assim como a blogueira do Mali, na educação das jovens meninas. Ela identifica uma injustiça que acontece muito cedo nas famílias de seu país onde se privilegia a educação dos meninos ao invés de dar condições iguais a todos. É na Guiné onde ela vem denunciando os casamentos forçados de adolescentes e também a prática da excisão: sua luta mais importante, de acordo com suas próprias palavras. O acesso à internet, como já indiquei, é um tema central porque ele constitui um meio e um fim para o acesso das outras demandas, na medida em que a mudança no continente chega, muitas vezes, quando um tema ganha visibilidade, sobretudo, internacional.

Alguns anos atrás, ela se envolveu numa campanha a favor do meio ambiente a respeito da qual também discutimos. O tema do meio ambiente é outro que teve grande impacto na África nos últimos anos porque a questão da poluição começou a aparecer com mais clareza, e também o acesso dos africanos à mídia

internacional, o trabalho das ONGs internacionais ajudaram a visibilizar essa causa. A ativista explica seu papel:

Deixe que te conto. Na verdade, isso vem de uma iniciativa que se chama “Tombeau propre”, não tem nada a ver com o nosso coletivo, nós apenas participamos e apoiamos. Tudo parte de uma jovem mulher chamada Fatoumata Chérif, autora da campanha *Selfie deschets* cujo objetivo era se fotografar em frente a um amontoado de lixo não recolhido que se acumulam nas grandes cidades africanas. As pessoas em geral fazem fotos ao lado de coisas luxuosas, mas na verdade vivemos nessa “m...”, portanto, era essa a ideia. A campanha funcionou tanto nacional quando internacional. Em paralelo havia outra campanha chamada *Conacri limpa*, iniciado por outro jovem. As duas campanhas tinham praticamente o mesmo objetivo, portanto os ativistas se juntaram para lançar uma campanha com o nome “*tombeau propre*”. Então, “*tombeau*” é o nome de um bairro na praia da capital Conacri que é muito poluída, muito suja mesmo. Tem muitos lixos plásticos porque a população também contribui. Portanto lançaram uma iniciativa para interpelar todas as associações ativas da região, foi assim que nossa associação também foi convidada. Mas são duas campanhas que são antes virtuais antes de ser realizadas no campo em si. Eu lancei uma campanha em 2016, *Guinéenne de 21e siècle* de onde teve uma materialização de uma campanha que partiu do virtual para o real. (GN 1)

Percebe-se aqui também a importância da noção de civismo na percepção da ativista. Não só aqueles que moram no continente africano, mas também os que residem na França se agarram a essa dimensão da cidadania que muitas vezes é relegada num segundo plano em países como o Brasil. O debate sobre o civismo ressurgiu no Brasil na pré-campanha para as eleições gerais de 2018. Logo voltaria depois da eleição de Bolsonaro e a indicação do ministro de origem colombiana, Vélez. Ele vem argumentando a importância de impor certas práticas – como cantar o hino nacional – em ambientes escolares que a população remete logo à noção de

civismo⁵⁴. Nos países africanos e na França, por exemplo, a questão do civismo é tomada com mais naturalidade, por diversas razões. Vale lembrar que a França abandonou o sistema político não republicano do *Ancien Régime* há alguns séculos no passado, ao passo que na África, os regimes ditatoriais imperavam ainda na segunda metade do século XX. Contudo, na França, como já mostrei, a *École de la République* teve a função de perpetrar essa noção de civismo.

A campanha *Guinéenne du 21e siècle* teve forte repercussão. Incitava as mulheres a adotarem uma nova postura, sobretudo, no dia internacional da mulher:

Acho também que as mulheres contribuem para isso. Elas se satisfazem nessa situação e se contentam em vestir roupas tradicionais para comemorar o dia mundial da mulher. Observe que as mulheres às vezes são seus próprios carrascos às vezes. (GN 1)

Ela descreve melhor sua abordagem:

Se a questão é saber se estamos mudando a sociedade, eu acho que sim, existe um impacto. Há alguns meses lançamos essa campanha “*Um quilômetro, um direito*”, as autoridades não se envolveram muito, ou se houve apoio foi o mínimo, mas mostrar com os atos que o dia 8 de março não é só ir no palácio do presidente e dançar, já é um grande avanço. As novas gerações das mulheres acham que nunca existiram outras lutas quando na verdade as mulheres lutaram muito para seus direitos no passado. O fato de ir no campo do mundo real educar as meninas torna as meninas mais instruídas, mostrar que o direito do voto não veio assim, que tivemos que lutar por isso, o direito de dirigir, o direito de abrir uma conta bancária sem a autorização de um marido ou um irmão são resultados de lutas, mostramos que são lutas.

Outra coisa são as leis machistas que existem na Guiné, como aquela que autoriza o homem a se divorciar por adultério, mas a mulher não tem esse direito. Tem muitas leis assim, muito evidente

⁵⁴ O MEC chegou a mandar cartas às escolas sugerindo que as crianças fossem filmadas enquanto cantavam o hino nacional do Brasil. Ver em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/25/mec-envia-carta-as-escolas-pedindo-que-criancas-sejam-filmadas-durante-execucao-do-hino-nacional.ghtml>

em seu machismo. Nem sempre conseguimos, mas conseguimos com as campanhas choque, muita educação e instrução das pessoas mais jovens, tentamos ser original para capturar a atenção das novas gerações. (GN 1)

A sociedade guineense, tanto Conacri quanto Bissau é uma das mais conservadora até hoje na África. É uma das últimas a ainda tolerar a prática da excisão e a homofobia como política de Estado pois o código penal de 2016 como o de 1998 definem uma pena de prisão e o pagamento de uma multa para quem pratique atos impudico, “*contre nature*”, com indivíduos do mesmo sexo. Mas no cotidiano vários outros comportamentos inviabilizam a expressão da plena liberdade individual. Contudo, a ativista nota certa evolução no quadro geral:

Está em grande progresso. Primeiro que a twittoesfera guineense não para de crescer. E também a webesfera em geral, seja a blogosfera, isso se deve sem dúvida a recente melhora da conexão internet. Está mais cara, mas os jovens querem gastar seu dinheiro com a conexão internet mesmo assim, as pessoas têm consciência disso. Há um ano eu escrevia artigo dizendo às pessoas para se conectarem. Hoje quando acordo já vejo centenas de tweets, novos personagens na twittoesfera da Guiné, que querem se conectar. Eles se apropriam essas redes que são redes de denúncia. Basta acompanhar as contas Twitter chave como @team224, @ablogui, etc. existem debates, eu mesmo sempre sou interpelada. (GN 1)

Mencionava há pouco a ativista da Guiné Conacri que dedica sua vida à questão ambiental. Ela foi uma grata surpresa no decorrer da pesquisa. Não a conhecia pessoalmente, mas fomos apresentados pela ativista da mesma nacionalidade que reside na França. Muitos contatos aconteceram desta forma, um ativista indicando outro.

Como no caso de muitos jovens que se envolvem com as redes sociais, a necessidade de se expressar e a busca da visibilidade são os elementos que os levam a dar o primeiro passo e a se implicarem mais nas questões públicas. Em geral, também eles querem compartilhar suas ideias com pessoas da mesma geração. No caso dessa ativista ambientalista as motivações e seus objetivos são muito mais complexos:

Então, os alvos são os jovens, as mulheres e também os governantes. Porque pensamos que as redes hoje são uma plataforma de discussão que os governos monitoram. Eles sabem que graças a elas já houve algumas “primaveras” por aí que ocasionaram várias mudanças de regimes, portanto eu penso que é um canal que eles utilizam muito... recentemente, por exemplo, aqui na Guiné, o governo formou um gabinete de comunicação on-line para o ministério, o que não existiam antes. Eles também estão usando as redes sociais para alcançar os jovens, as mulheres e transmitir algumas informações quando recebem muitas críticas das mídias tradicionais como de certos canais de televisão privados ou rádios privadas, eles têm agora os meios onde eles podem transmitir uma determinada mensagem. Portanto, através dessas diferentes campanhas tentamos mobilizar jovens e mulheres porque são essas categorias que vão transformar a Guiné, e digamos, até no plano regional os jovens são os atores de desenvolvimento, e quando esses jovens estão informados, podemos mobilizá-los. Se tiver uma verdadeira vigília cidadã pode mudar muita coisa no nível da governança local. Portanto, acho que com a internet consigo alcançar essas categorias, é verdade que temos mudanças nesses sentidos, e a mensagem está sendo transmitida. Graças às redes sociais minhas diferentes campanhas alcançaram outros países, o que significa que os jovens da região em outros países se inspiraram do meu trabalho aqui na Guiné para fazer o mesmo em seus países respectivos, alcançar esses alvos que são os jovens, as mulheres e os governantes (GN 1).

A ativista se mostra capaz de elaborar toda uma estratégia de adaptação ao meio no qual está inserida. De fato, ela não é ingênua quanto à falta de liberdade que existe na internet, tampouco ignora o controle e o monitoramento das redes sociais que os governantes operam na África. O governo da Guiné é um dos que mais tem mostrado um interesse com as redes sociais. Em certa ocasião, um ministro aceitou ser entrevistado pela outra blogueira e ativista da Guiné que mencionei primeiramente neste trabalho, porque ela tinha uma grande audiência no seu blog e também no seu perfil Twitter. O ministro queria “alcançar” um público jovem e concedeu uma entrevista de uma hora à jovem blogueira e ativista que teve

bastante repercussão na diáspora guineense. Mais uma vez, chama a atenção a noção de vigília cidadão que indica o aspecto do civismo na compreensão do conceito de cidadania por parte dos ativistas:

É preciso fazer uma vigília cidadã. Quando os governantes sabem que a população está sendo informada acho que isso pode obrigá-los a se mexer um pouco. É muito positivo de dois pontos de vista. Quando os cidadãos têm a informação a respeito do que está sendo feito pelos governantes a gestão será mais fácil para as autoridades porque eles também podem alcançar esses mesmos alvos com uma boa informação. Do ponto de vista da população eles podem transmitir suas percepções da governança, suas críticas e suas sugestões. Acho que pode ser aproveitado, sim, para os dois lados e, sobretudo, para as autoridades de fazer um monitoramento de tudo que acontece nas redes sociais porque permite medir a temperatura; o que está acontecendo, o que está sendo dito a respeito de uma determinada temática, qual é a opinião da população em relação a tal ou tal assunto (GN 1).

O que aparece aqui é a compreensão da ativista sobre si mesma e o papel dos cidadãos em geral, como atores da fiscalização dos governantes. Esse voluntarismo dos cidadãos é fundamental para compreender a dimensão do civismo. A função de *accountability* que, nos países mais avançados do ponto de vista institucional, compete a órgãos competentes como o ministério público, procuradoria geral, os tribunais superiores de conta, a justiça em geral, o Parlamento, etc., para ela e outros ativistas como já mostrei, deveria ser assumido igualmente pelo cidadão. O termo “vigilância cidadã” já apareceu nas falas da ativista de Mali e é reflexo de algo mais do que uma simples coincidência, ou uma fala acertada entre as duas. Trata-se na verdade de uma tradição política compartilhada entre diversos países africanos como herança da colonização.

Para mim, era importante entender de onde essa ativista tirara essa paixão pela questão ambiental. Como mencionei antes, até há pouco tempo, esse tema não era de grande interesse público na África. De resto, as mídias locais não se interessavam tampouco pela questão. Entretanto, a mídia internacional que tem uma grande audiência no continente sempre se preocupou em transmitir uma

determinada visão do mundo; sua agenda refletia muitos os interesses públicos da França:

Primeiro que é uma questão de interesse público. Eu penso que como jovem informada, é meu dever transmitir essa informação. Não tem muito a ver com minha formação porque tenho diploma em finanças e gestão da mídia, porém, como ativista digital, penso que é possível utilizar as redes sociais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Então, faz alguns anos já que estou trabalhando sobre essas questões, meu ativismo me permite em várias ocasiões assistir a reuniões de cúpulas de alto nível onde as autoridades de reúnem, mas quando retornam ao país, eles não dão um *feedback* à população que ignora quais são os engajamentos que o governo fez no âmbito internacional. Por isso eles não cobram que esses engajamentos sejam cumpridos no nível nacional, as populações não monitoram, os governantes não restituem, não há certeza de que essas convenções estão sendo realmente realizadas. Ao mesmo tempo como jovem guineense, vejo que nosso meio ambiente está completamente degradado e estamos sendo atingidos pela desertificação e degradação das nossas terras por causa da exploração das matérias primas, sobretudo os minerais, o carvão. Há também o problema das praias poluídas por causa dos imensos amontoados de lixos que ali se encontram. Isso se torna também um problema de saúde pública (GN 2).

A ativista assume aqui uma posição ambígua e, em certa medida, perigosa. Ela não é a única a advogar a favor da proximidade com as autoridades, e isso é objeto de críticas que ecoam no meio dos ativistas digitais africanos. Digamos que a ativista se coloca ao mesmo tempo na posição de um porta-voz ou de “ativista a serviço” de um governante, na medida em que entende que seu papel é assistir a diferentes tipos de reuniões aos quais ela tem “acesso”. Em seguida, dar repercussão a elas de modo que a população possa cobrar mais tarde dos mesmos governantes. É como se deles, os ativistas, dependessem também a transparência dos governos. Ora, essa percepção tão voluntarista prejudica os esforços institucionais em se modernizar e operar verdadeiras políticas de transparência e de boa governança. O fato do cidadão se colocar na posição de vigilante libera o Estado de sua

responsabilidade de promover essas ações de abertura que melhorariam a qualidade democrática desses regimes.

Há de se destacar a insistência do dever do ativista, de acordo com a fala da ativista. Para ela, é realmente este o papel que ela deve desempenhar. Ademais de considerar esse tema do meio ambiente como uma “questão de interesse público”, essa percepção tem o efeito, tão somente de reforçar o sentimento de uma responsabilidade moral e cívica com a comunidade.

Neste ponto, acho pertinente se interessar pela leitura da socióloga brasileira Vera Telles que identifica em certa percepção da pobreza como “o efeito indesejado de uma história sem autores e sem responsabilidades” (1993, p. 2). Esta abordagem é útil para entender por qual mecanismo o cidadão se impõe uma postura permissiva em relação aos governantes e se “contenta”, por assim dizer, com o pouco que recebe. Trata-se de uma consequência de longo prazo decorrente de anos ou séculos de privações. Paradoxalmente, Vera Telles atribui esse problema, no Brasil, a certa incivilidade que foi introduzida nas relações sociais a partir das grandes transformações nos anos 1930 dos regimes dos trabalhadores nos quais eles foram colocados sob a tutela do Estado.

O paradoxo está nesse modelo de cidadania que proclama a justiça como dever do Estado, mas desfaz os efeitos igualitários dos direitos e repõe na esfera social desigualdades, hierarquias e exclusões. É nessa trama de que são feitos os direitos que também se explicita o ponto cego de nossa ainda recente democracia. Pois essa é uma experiência de cidadania que não construiu um vínculo propriamente civil entre indivíduos, grupos e classes (TELLES, 1993, p. 4).

O caso brasileiro em tela permite a inversão que as ativistas africanas, precisamente da Guiné e também do Mali operam na sua definição dos conceitos de cidadania. Elas, mais que os outros, demonstram essa espécie de submissão exagerada aos governantes. Em seguida mostrarei outro caso que considero igualmente problemático na fala de um dos ativistas digitais mais importantes do continente africano. Ele conseguiu criar uma forma de aglutinar todas as mensagens

postadas na rede social Twitter de maneira que qualquer um que quisesse se informar sobre a Costa de Marfim encontrava facilmente o que procurava:

Eu criei uma hashtag⁵⁵ no Twitter que você mesmo conhece, que se chama *Kpakpatoya*, ele virou uma palavra-chave relacionada a qualquer assunto sobre Costa de Marfim na internet. É com muito orgulho que vejo essa hashtag sendo muito usada quando as pessoas querem falar da Costa de Marfim ou querem que sua mensagem seja bem visível na Costa de Marfim (CDM).

⁵⁵ Trata-se de uma palavra-chave que reagrupa um tema quando ele é usado com o símbolo “#”



Figura 21 A hashtag #kapkpatoya reúne as publicações do Twitter relativas à Costa de Marfim (Fonte: Twitter)

Ele também mostra um interesse particular na questão da acessibilidade,

Aqui são mais as redes sociais. A maioria dos internautas conheceram a web com as redes sociais, mas existem alguns poucos que conheceram a internet com o e-mail. Eu, por exemplo, conheci a internet lá nos anos 1996 começando com o uso de e-mail. Alguns hoje só conhecem as redes sociais, para eles internet

se limita a Facebook, WhatsApp, Instagram, etc. Essa é uma confusão que é feita muitas vezes. Hoje posso dizer que a internet democratizou a liberdade de expressão; pessoas que normalmente não podiam se expressar, ou falar com tal personalidade que é uma autoridade, hoje podem fazê-lo. E ainda tem as derivas, tem muitos insultos, isso é algo que deploramos. Nós queremos internautas responsáveis, internautas que abordam temas importantes da vida cotidiana das pessoas e não apenas aqueles que querem apenas julgar por interesse pessoal ou se autopromover na rede provocando *buzz* e *likes*.

Hoje realmente a internet democratizou a palavra, na Costa do Marfim, as pessoas podem dizer o que pensam ao ponto que algumas autoridades têm medo que o que eles falam seja logo corrigido, eles têm medo também da péssima repercussão de suas vidas nas redes sociais, e na twittoesfera marfinense. Alguns perderam seu trabalho assim. É algo positivo, mas onde tem um trabalho a fazer é responsabilizar todos os internautas, que eles sejam atores da mudança e não se focalizem somente nos insultos, fazer suas guerras particulares nas redes sociais; eles precisam respeitar as regras, a ética, a deontologia e, sobretudo, eles precisam respeitar as leis em vigor. É preciso tomar cuidado nas redes sociais (CDM).

Sua longa trajetória no uso da internet lhe permite ter uma visão panorâmica sobre o tema e ele não hesita em defender certos comportamentos que ele julga adequados para os ativistas. Tem consciência do aumento da liberdade de expressão num contexto que antes era menos permissível, mas defende um pouco mais de autocontrole por parte dos ativistas. Por exemplo, não são muitos ativistas que criticam a postura de seus colegas que usam insultos e agressões verbais. Sem embargo, ele aponta esses “desvios” de comportamento. Preconiza a responsabilidade dos internautas e, sobretudo, dos ativistas digitais. Ele quer um tipo de cidadania que é exercida com responsabilidade.

Entretanto, esse discurso não deixa de apresentar certos limites quanto à sua aplicação. De quais regras ele fala? Quem seria o responsável de definir as regras de comportamentos a seguir num aplicativo? De resto, a própria empresa já tem

seus termos de compromisso e de bom comportamento; evidentemente eles não são respeitados sempre, mas as empresas têm seus mecanismos de controle que funcionam mais ou menos de acordo com as situações e os interesses econômicos. O ativista marfinense ainda fala da deontologia do ativista; o que não deixa de ser algo obscuro e subjetivo. Não se pode considerar o ativismo digital como uma profissão propriamente dita, com hierarquias e regras claras de comportamento, na medida em que o trabalho do ativista varia de um lugar para outro. Não podemos esquecer que a internet é um espaço territorializado com práticas típicas e adaptadas a cada contexto, de modo que é difícil tentar definir um tipo de comportamento padrão. Aqui também a questão das relações com as autoridades é foco de controvérsia:

Uma coisa que tentamos falar nas nossas conferências é que ser ativista não significa automaticamente ser inimigo do Estado. Porque na Costa de Marfim, quando dizem que alguém é ativista, já falam, “ah, é um inimigo do Estado”. Não é verdade. É isso também a mensagem que tentamos transmitir tanto aos jovens quanto aos governantes. Um ativista digital é um ativista como qualquer outro. Nós apenas nos servimos da internet para trabalhar, não somos o inimigo de ninguém. Somos parceiros. É esse tipo de discurso que tentamos implementar, a prova disso, no encontro de Ouagadougou este ano 2018, tivemos a presença do presidente da República, se fossemos realmente os inimigos do Estado não acredito que tal personalidade teria aceito se juntar a nós. Ele não se juntaria a pessoas que são inimigos de seus colegas presidentes, ele não aceitaria que esse encontro fosse realizado “na casa dele”. Portanto, hoje, a percepção deve mudar, o ativismo digital também deve mudar suas relações com os dirigentes. (CDM)

Por um lado, ele expressa a importância de os ativistas colaborarem com as autoridades e também de terem uma participação nas instituições. A ideia da institucionalização dos movimentos sociais é tema do livro de Rodrigues (2020) que analisa os processos históricos de atuação dos movimentos negros no Brasil e na Colômbia. Nesse livro, o autor mostra que essa aproximação pode criar certas fricções entre os ativistas quando essa aproximação não é explicada tanto aos atores,

quanto à sociedade. Ela pode aparentar ser uma forma de cooptação. O discurso desse ativista esbarra nesse obstáculo:

Temos a sorte de estar próxima da população, estamos na base, somos cidadãos antes de tudo, o que nós queremos ver mudar é essa visão negativa. Se nos escutassem a governança seria ainda melhor. Eles não têm todas as informações que nós temos, se eles tivessem o que os ativistas têm ele pode até mudar sua política, é a mensagem que queremos transmitir. Mas nossos governantes são mal assessorados porque quando você fala com os verdadeiros responsáveis, eles entendem, mas seus assessores que às vezes dificulta as coisas. O ativista também quer o desenvolvimento de seu país, é isso queremos dizer também hoje. Tentamos levar essa mensagem até as esferas do poder, embora seja algo difícil em nossos países porque a liberdade de expressão não é real aqui. Agora mesmo que estou na Espanha, eles me falam que aqui a liberdade de expressão faz parte de sua realidade, é negociável. Quando digo que no meu país você pode estar sendo vigiado, espionado pelas autoridades, pelos serviços de segurança, podem te prender, te matar até. Eles não têm essa percepção das coisas. Hoje as pessoas falam com muito cuidado nas redes sociais, com muita tática, subterfúgios, metáforas para falar porque é complicado (CDM).

É possível ver aqui uma certa convergência com a fala da ativista guineense que se dedica à questão do meio ambiente. Ambos se identificam como parceiros eventuais dos governos para implementação de uma agenda nacional que vai além das questões dos partidos ou de oposição ao um governo. Trata-se simplesmente de ser um bom cidadão, ou seja, aquele que não atrapalha o governo. É como se eles se entendessem a si mesmos como um novo tipo de corpo intermediário entre os governantes e a população. Nesta fala, isso fica bem em evidência. Ademais, esse tipo de discurso está longe de ser uma unanimidade entre os ativistas. Alguns ativistas que não quiseram ser identificados criticaram abertamente a condução das diferentes associações às quais fazem parte, justamente por essa tendência das lideranças a se aproximarem das autoridades. Eis uma dessas críticas de uma

ativista que preferiu manter o anonimato ao ser questionada sobre os interesses dúbios de alguns ativistas:

Uma vez que tem crescimento tem gente que vai querer se aproveitar. É o caso em todas as áreas e até no ativismo digital. Numa conversa recente com o ministro da juventude, ele perguntou o porquê do meu silêncio nas redes sociais. Eu disse que preferia deixar o espaço aos supostos novos ativistas digitais. Porque existe um pequeno grupo que está aí, mas só por razões mercantis. Hoje eles atacam, mas no dia seguinte estão lá trabalhando para um ministro. Ou então querem um tipo de benefício, se não tem respostas das autoridades, eles publicam textos nos blogs e nas redes sociais para atacar a pessoa como uma forma de chantagem: *“tome cuidado senão nós vamos lançar um hashtag contra você nas redes sociais”*, é o tipo de ameaça que sempre volta (GN 2).

O fato de se aproximar das autoridades pode prejudicar a credibilidade de um ativista e criar certas divisões internas caso pertença a uma associação. Como eu disse, esse fenômeno foi recentemente descrito por Rodrigues (2020, pp. 38, 86) como consequência da institucionalização dos movimentos sociais; ao contrário das críticas mais recorrentes que costumam ser ouvidas, as quais apontam uma possível cooptação dos ditos movimentos. Rodrigues avalia que essas discussões internas constituem uma dimensão democrática dos próprios movimentos que desenvolvem mecanismos de controle sobre seus membros uma vez que esses começam a trabalhar em parceria com as instituições estatais. Ademais, pode-se dizer também que a institucionalização dos movimentos sociais sinaliza para uma conjuntura política na qual os movimentos encontram oportunidades tanto discursivas, como políticas disponíveis na sociedade de modo que constituem fatores de mudança no quadro político e social de determinado país. O experiente ativista marfinense também avalia a questão da acessibilidade e das infraestruturas da internet se preocupando, por exemplo, com a questão das infraestruturas porque, mais que qualquer outro, ele, uma pessoa formada em engenharia de computação, sabe que é ali que outra batalha importante é travada. Não adiantaria de nada ser engajado e ter ideias se não tiver um espaço onde colocar essa energia em prática. Percebe-se também que para a maioria dos ativistas, Twitter e WhatsApp são as plataformas

privilegiadas para expressarem suas ideias; e isso se deve em grande parte à arquitetura dessas plataformas que permitem mandar mensagens curtas e diretas. O ativista também ressalta a importância da transmissão do conhecimento através de formações que eles organizam regularmente. Por outro lado, ele tem plena consciência da repressão que ocorre em diferentes países africanos, mas não pretende entrar em confronto direto com os governantes. Para ele, seria contraproducente:

É o Estado que concede as concessões e as licenças. Eles também formam os comitês de regulação. O Estado tem um papel importante, infelizmente estamos em países onde as pessoas pensam mais em seus interesses privados. O Estado tem que cobrar mais dos operadores da internet, será que eles oferecem seus melhores serviços? Esses mesmos operadores, quando você chega em outros países, você percebe as diferenças. Não sabemos quais negócios eles fecham, não há transparência quanto a isso. O Estado precisa pressionar. Por que muitos jovens não conseguem empreender seus negócios por causa da má qualidade da internet. Eles precisam condicionar as licenças à qualidade da internet. Teve um caso na Guiné, por exemplo, onde um operador telefônico perdeu sua conceição porque seu serviço era péssimo. Ele teve que sair. É só uma questão da vontade política. Tem que exigir certo rigor. Por exemplo, a última vez estive na Tunísia, quando você chega no aeroporto de Túnis, assim que você termina os controles de visto e passaportes, você passa por um guichê do operador francês Orange que te oferece um chip de graça com direito a seis minutos de ligação nacional e pelo menos 100 mega de conexão internet. É certamente uma política de marketing para atrair os turistas, mas você já percebe a diferença. Tudo sabe como funcionam os ativistas, quando chegamos num país, num hotel, em qualquer lugar, a primeira coisa que perguntamos é a internet, a rede Wifi, para informar. Nos nossos países, nos aeroportos mesmo não tem Wifi. Agora, mesmo em Madrid, todas as lojas têm internet de graça (CDM).

O ativista tem uma visão clara sobre o papel que o Estado deve desempenhar na questão do melhoramento da acessibilidade da internet. A penetração da internet

na África é uma das mais fraca do mundo, mas mesmo assim, os ativistas lá conseguem ter uma importância nos movimentos sociais contemporâneos, tendo inclusive se posicionado como um paradigma, no caso da Primavera Árabe no Egito. Internet é percebido como um meio essencial para a ampliação das liberdades no continente africano. Podemos discutir o aspecto ideológico dessa afirmação, é claro. Ainda mais sabendo que de acordo com a filosofia propalada por um empresário como Marc Zuckerberg, o acesso à internet, e, por conseguinte, ao Facebook, deve ser considerado doravante como um direito fundamental. No manifesto que publicou em 2017 em sua página oficial da “rede social azul”, ele expôs claramente o que muitos denominaram como o projeto político de Marc Zuckerberg⁵⁶. O ativista insiste muito sobre a necessidade dos outros ativistas conhecerem as leis dos países onde atuam:

Eles nem sabem que a lei existe. Há uma série de leis que o ativista precisa conhecer. A primeira coisa é a lei que regula a mídia. Mesmo que não seja jornalista, é importante. A segunda lei é o direito ao acesso à informação, a terceira é saber se no seu país tem uma lei que regula a internet e sobretudo os crimes na internet. As obrigações das operadoras, precisa conhecer. Eles não conhecem. Bem, muitas vezes, essas leis sequer existem e aí, os ativistas acham que podem fazer o que bem entendem só que eles caem sob o efeito da lei penal. Então quando você tem um problema com a justiça, eles vão procurar no código penal algo similar e podem te punir de maneira muito severa e desproporcional. É necessário se informar em relação a essas leis. Um ativista na Costa de Marfim escreveu nas redes sociais que a população devia ir queimar as casas dos policiais por causa de um problema que teve lá. Encontraram ele e foi preso e condenado a 24 meses de prisão e a uma multa importante (CDM).

Não é apenas por ser um dever do cidadão que se deve conhecer a lei. Para o ativista veterano, esse conhecimento das leis é o primeiro passo da prevenção e

⁵⁶ O texto foi publicado em sua página oficial do Facebook é intitulado “*Building Global Community*”, ou seja, “*Construindo uma comunidade global*”: <https://www.facebook.com/notes/mark-zuckerberg/building-global-community/10154544292806634/>, Acessado em 18 de março de 2019.

da preservação dos ativistas. Além do mais, conhecendo bem as leis, o ativista é capaz de preparar melhor sua defesa caso seja preso.

Neste capítulo, fiz uma breve revisão da literatura acerca do conceito de cidadania analisando as diferentes mutações pelas quais ele passou, suas diversas acepções no mundo e em determinados momentos da história. Construí um argumento teórico capaz de sustentar a ideia de cidadania como civismo tal qual ele aparece no imaginário dos ativistas africanos, e determinei quais os limites que essa interpretação da noção de cidadania acarreta do ponto de vista da ampliação da democracia. Mostrei as peculiaridades e as similitudes entre as realidades vividas pelos ativistas em seus países respectivos. O objetivo era focalizar-me na percepção que os mesmos têm de sua atividade e de como eles avaliam seu futuro.

CAPÍTULO IV. ATIVISMO DIGITAL E PAN-AFRICANISMO: FRONTEIRAS E SOBERANIAS NACIONAIS

Seguindo a argumentação feita no capítulo anterior, é importante focalizar a análise nas percepções dos ativistas digitais sobre seus próprios repertórios para compreender os motivos que orientam suas decisões. Nesse sentido, esteve presente nas conversas que mantive com boa parte deles a clara intenção de se organizarem em redes transnacionais. De fato, uma dessas plataformas transnacionais, a mais conhecida e mais atuantes no continente, que, ademais, organizou dois encontros entre 2016 e 2019 no continente africano é a associação Africtivistes. Cada ativista justifica à sua maneira os motivos que o levaram a aderir a essa rede. Entretanto, nota-se uma vontade de recuperar, pelo menos no discurso, a justificativa de uma atuação pan-africanista. Isto é explicado em alguns casos e em outros não. O que me levou a falar precedentemente em um *pan-africanismo horizontal* cujo surgimento era possível imaginar.

Ainda que não se autointitule pan-africanista, o conceito serve para entender a dinâmica das ações desses militantes, seus medos, suas esperanças bem como a dimensão estratégica e política de suas atuações. Uma das motivações mais importantes que aparece nos argumentos dos ativistas é o papel que uma organização transnacional oferece do ponto de vista da resistência a diferentes tipos de repressões que os governos dos países podem ser tentados a tomar. De resto, sabemos que a repressão dos governos contra movimentos revolucionários ou dissidentes costuma ter uma articulação internacional.⁵⁷ A globalização não permite apenas fluxos de pessoas, de bens, de mercadorias ou de afetos, ela também constitui uma grande oportunidade de trocas entre governos tirânicos ou autoritários.

A história está repleta de exemplos que corroboram essa visão. Tanto esses registros históricos, quanto as evidências recentes de articulação dos sistemas repressivos a nível supranacional constituem motivos suficientes para que ativistas digitais, não só no continente africano, como também na América Latina ou na América Central entendam a necessidade de agirem dentro de quadros integrados

⁵⁷ Abordei esse tema em “Katembera (2020). **Ativismo digital na África...** In: Silva, T. (2020). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos.”

além das fronteiras nacionais, isto é, que eles precisam se vincular a grupos de ativistas de outros países, seja por afinidades regionais, seja por proximidades linguísticas ou por qualquer outra forma de compartilhamento identitário.⁵⁸

Em todo caso, a “inteligência coletiva”, para usar um termo já popularizado por Pierre Lévy (2014), consiste em organizar também formas de resistência transnacionais (KATEMBERA, 2020, pp. 193-194). Nesse sentido, a experiência dos ativistas africanos serve como modelo a ser copiado e aprimorado pelos ativistas digitais brasileiros, latino-americanos ou da América Central. Como mostrarei a seguir, ativistas haitianos compreenderam perfeitamente esse desafio e já atuam em colaboração com seus colegas africanos:

essa relação com eles surgiu quando da minha primeira viagem à África através da seleção de Mondoblog⁵⁹, eu diria que começou em Dakar onde encontrei amigos do continente africanos que também era blogueiros como eu. É lá que comecei a forjar essas relações com eles. De volta a Haiti vi que as pessoas não eram tão dinâmicas quanto na África e pensei em criar uma rede ou uma organização para ajudar os jovens a utilizarem blogs, a tomarem posições sobre a situação social, econômica que ainda ocorre em Haiti. Então criei essa rede de blogueiros, começamos a trabalhar e a reforçar esses laços on-line com amigos do continente africano. Com a ajuda do Instituto francês em Haiti no âmbito de um prêmio que oferece subvenções, conseguimos trazer aqui o presidente de *Africtivistes*, Cheick Fall. Ele visitou o país, trocamos ideias e assim nasceu essa relação entre a rede dos blogueiros haitianos e os *Africtivistes*, daí o meu convite (HT).

Esta liderança da sociedade civil haitiana mostra uma boa compreensão das dinâmicas políticas e sociais contemporâneas que demandam uma articulação internacional e trocas de práticas e experiências entre os movimentos sociais de

⁵⁸ A tendência de alguns governos africanos para expandir seu controle sobre as mobilizações sociais que ocorrem nas redes sociais, especialmente, graças ao acesso aos telefones de centenas de milhões de africanos, é pressionar as plataformas digitais para que dificultem ao máximo o compartilhamento de mensagens em seus servidores. A mais recente pressão se refere à intenção de criar uma taxa sobre a quantidade de mensagens enviadas via aplicativos de mensagens como WhatsApp. Ver em: <<https://www.cfr.org/blog/africa-new-tactic-suppress-online-speech-taxing-social-media>>

⁵⁹ Trata-se da plataforma de blogueiros criada pela RFI e que reúne principalmente contribuidores africanos.

diferentes horizontes. A Primavera Árabe foi uma oportunidade de comprovar a eficácia de uma atuação internacional do ativismo digital. Aliás, para ser um pouco mais justo com a história, o que eram as diferentes internacionais socialistas senão formas precursoras de atuações internacionais dos ativistas? É, portanto, paradoxal que na era da globalização seja necessário advogar e conscientizar os militantes de diferentes partes do mundo sobre essa necessidade de superar a ideia de fronteira quando se trata de pensar a própria sobrevivência.

Quando os movimentos dissidentes emergem na região do Magrebe em 2011 e aparecem claramente como mobilizações de massas capazes de derrubar um regime, as primeiras reações dos governos do Egito e da Tunísia foram a repressão, e em alguns casos, como no Egito, empregou-se o *shutdown*. Sem uma articulação desses movimentos, dos militantes e ativistas com outros atores e agentes da sociedade civil de diferentes países do mundo, talvez a Primavera Árabe não tivesse tido o sucesso ao qual resultou.

Diferentes leituras podem ser feitas sobre a “verdadeira” natureza desses movimentos. Seguindo os passos de Castells (2013) que a Primavera Árabe foi um levante motivado por um sentimento de indignação que se cristalizou na sociedade, sobretudo, entre os jovens e possibilitou essa convergência de ações políticas contestatórias. Ou então, pode-se adotar o ponto de vista de um autor mais cético, de orientação marxista como Amin (2012) e ver no movimento um redesenho das forças políticas e militares nacionais nesses países, especialmente no Egito, ao qual se associam fatores exteriores de geopolítica e de influência imperialista. Ambas leituras possuem seu valor na análise geral desse momento histórico.

Entretanto, a influência das articulações entre ativistas locais e ativistas expatriados, e muitas vezes, de nacionalidades estrangeiras constituem um paradigma que merece uma atenção particular ao se analisar as novas dinâmicas dos processos políticos no continente africano. As Novas Tecnologias da Informação estão multiplicando o impacto de fatores externos nos processos políticos internos nesses países. Os governantes africanos, tardam em compreender essas novas dinâmicas que apontam para o crescimento de uma sociedade civil transnacional que consegue efetivar suas ações para além das fronteiras políticas. Através de expressões artísticas como o rap ou o reggae, de novas linguagens

políticas criadas e adaptadas para a divulgação na internet e, conseqüentemente, prontas para viralizar, novos atores sociais impulsionam discursos dissidentes e reformistas através das redes sociais e outras plataformas. A distância entre expressões artísticas como as charges de jornais, agora facilmente divulgáveis pela internet, as músicas, e recentemente dos chamados *slams* (TYSZLER, 2009) está cada vez mais reduzida.

Os *slams* são poesias recitadas livremente em formas melódicas sem necessariamente o acompanhamento de um instrumento musical, e formam na cultura popular dos bairros periféricos na França, na Nigéria ou nos Estados Unidos, a expressão de uma resistência política e social. Essas diferentes linguagens políticas aos quais também podemos acrescentar o uso dos memes nas redes sociais e nas plataformas de mensagens digitais como WhatsApp, constituem uma nova cultura que configura um cenário tanto contestatório quanto resiliente:

O que pode aparecer estranho para o senso comum é o fato de que uma rede de controle possa ser a base de conversações livres, da organização de grupos autônomos e contra-hegemônicos e da convocação de manifestações contra os diversos poderes. Aparentemente, o controle seria o avesso da liberdade de expressão e das possibilidades de articulação social antigoverno, mas não é. Essa aparente contradição alimenta discursos ingênuos que somente pensam na rede como um ente centralizado tendo um big brother e uma *National Security Agency* (NSA) atuando com sucesso para saber tudo de todos (AMADEU, 2016, p. 346).

Basicamente, essa concepção um tanto quanto pessimista consiste em subestimar a capacidade de adaptação e de resiliência dos ativistas digitais. Justamente, podemos afirmar que a Primavera Árabe se caracterizou pela resiliência da sociedade civil, dos ativistas digitais, bem como por sua capacidade de reinventar diferentes modalidades de comunicação e de circulação das informações, fundamentalmente, no auge da repressão política. Essa resiliência se caracteriza pela capacidade desses autores de superar a repressão, de inventar e reinventar novos repertórios, de perdurar no tempo apesar das censuras e da violência da repressão, de continuar na luta política apesar das privações econômicas e da pobreza na qual muitos desses atores vivem. Como documentado por Castells

(2013), os militantes e ativistas digitais contornavam o bloqueio da internet e outras censuras nas redes sociais como Twitter mandando SMS a seus contatos no exterior, e essas mensagens podiam ser encontradas mais tarde nas redes sociais. O objetivo era conferir visibilidade a esses movimentos de mobilização e de contestação porque num mundo globalizado, a publicidade de um movimento popular é a forma mais eficaz de contornar a repressão política e eventualmente de aumentar a pressão das comunidades internacional sobre os governos locais.

É precisamente para evitar tal publicidade que governos africanos autoritários têm adotado o bloqueio da internet como medida básica de prevenção das crises políticas. Na proximidade das eleições presidenciais em diversos países do sul do Saara, como Camarões, Gabão ou nos dois Congo, os governos costumam aplicar um shutdown da internet durante meses. Daí a importância de se organizar além das fronteiras nacionais. Por outro lado, desde o fim da colonização, os governantes africanos apostaram fortemente na estabilidade das fronteiras nacionais herdadas do período colonial, as quais reforçavam o poder das lideranças que surgiram na época, às vezes com importante conotação tribal. Mas a região da África central não é a única a ver um recrudescimento das medidas repressoras dos governos, principalmente depois de 2011 e do precedente da Primavera Árabe.

Como já mencionei na primeira parte do trabalho, em 2013, a capital de Senegal foi palco de um episódio fundador na dinâmica das mobilizações de ativistas digitais naquele país. A população estava comemorando o ano novo e se aglomerava de modo que a situação poderia sair do controle. Tumultos e correrias ocorreram e o saldo foi importante, havendo muitas pessoas feridas e até vítimas fatais. O governo decidiu então controlar a circulação da informação e filtrar o que podia ser divulgado na mídia internacional. Ao mesmo tempo, um grupo de engenheiros informáticos muito engajados decidiu ir no local do incidente e ver se as coisas estavam sendo relatadas de acordo com a realidade. Uma vez no local, eles percebem que o governo estava censurando as informações passando a imagem de que o incidente não tinha sido grave. Eles decidiram então criar um site na internet em menos de 24 horas e começaram a noticiar os fatos, contabilizando o número de mortos, os feridos, chamando a atenção da mídia internacional. Eles, e não o governo, se tornaram a primeira fonte de informação da mídia internacional

sempre muito presente nessa parte do continente africano, especialmente a mídia francesa.

Evidentemente, o grupo de engenheiros informático chamou a atenção do governo que não queria essa imagem negativa do país divulgada internacionalmente. Naquela ocasião, o líder do grupo que entrevistei durante esta pesquisa, foi preso. Anos depois, ele relata que sem saber iniciou o primeiro caso de *Fact Checking* no país.⁶⁰ Na sequência de seu encarceramento, uma mobilização de envergadura internacional se iniciou para pressionar o governo senegalês a liberar aquele que já estava sendo chamado de ativista digital. Duas coisas ocorreram então: o governo recuou e cedeu à pressão, liberando o ativista, e, ao mesmo tempo, este e seus companheiros tomaram consciência de que sua força estava no fato de se organizar em rede além das fronteiras. Com a distância que o tempo e reflexão lhe propiciaram, assim ele avalia suas ações na época:

Eu, no início, dizia que era um “web-evangélico” porque eu falava mais da Web, mas meus amigos falaram para mim: “Olha o que você está fazendo se chama web-ativismo, ativismo digital”. Foi assim também que comecei a pensar em mim mesmo como um ativista digital. Estou entre os primeiros, é verdade, mas não sou o primeiro. Havia outros que trabalhavam com isso antes, eu apenas segui seus passos. Perceba que tem alguns que fazem isso em lugares muito remotos, você tenta se conectar com eles, discutir com eles, aprender com eles, é assim que cresce a rede (CDM).

Portanto, a reflexão que esses ativistas podem ter sobre suas próprias ações está sujeita à evolução e maturação. Não é imediatamente no momento em que agem que eles se definem como ativistas digitais ou como militantes pan-africanistas, essas elaborações, quando surgem, podem fazê-lo tardiamente porque os ativistas também não estão isentos de exposição a elaborações teóricas sobre suas atividades. Há, de fato, uma interação entre os enquadramentos teóricos do

⁶⁰ *Fact Checking* se refere a uma prática de verificação da informação destinada especialmente ao público. Ela se caracteriza por confrontar informações errôneas e/ou mentirosas divulgadas nas redes sociais com a intenção de confundir e/ou manipular o público. Nos últimos anos, ela se tornou bastante recorrente no âmbito do jornalismo digital.

mundo acadêmico, dos meios jornalísticos e dos próprios atores coletivos, de modo que essas trocam alimentam futuras formulações e construção de autoimagens.

De acordo com o ativista da marfinense: “não se trata de ter uma atuação violenta contra o governo, nem de pressioná-lo demasiado, eles têm muito mais força que nós. O inteligente é dialogar com seus parceiros internacionais porque eles conseguem fazer-se ouvir”. Portanto, a estratégia desses atores consiste em torna sua voz mais visível nacional e internacionalmente; e a visibilidade tem uma firme relação com o prestígio.

Este não foi o único caso. Já mencionei a blogueira e ativista digital do Mali na cidade histórica de Tombuctu.⁶¹ Sua rotina de trabalho de militância costuma ser bem simples. A professora de colégio redige algumas frases no seu computador. Ela espera que em algumas horas sua conexão de internet lhe permita pelo menos enviar este e-mail a um amigo blogueiro que vive no Brasil. Só dessa forma, devido à péssima qualidade da internet, ela consegue relatar as violações de direitos humanos cometidas pelos rebeldes tuaregues na região onde vive. Na verdade, a professora é conhecida na África como em alguns países europeus como uma das melhores blogueiras políticas de Tombuctu. Suas ações, para ser mais justo, vão além do blogging. Ela atua como uma ativista digital num país onde a internet não é de qualidade e onde os direitos humanos são constantemente desrespeitados. De fato, dois jornalistas franceses da *Radio France Internationale* foram assassinados em 2013 perto da cidade de Kidal, supostamente por membros do movimento Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). Como vemos, para ela, agir em sintonia e colaboração com ativistas no exterior faz parte de seus repertórios de ação. Trata-se de uma exigência “técnica” e também política.

A ativista, em suas horas livres, é também membro de um sindicato de professores da sua cidade; ela entende perfeitamente o perigo de ser a uma voz independentemente no Mali, mas não hesita em publicar suas críticas tanto ao governo, quando julga suas ações ineficazes, quanto contra os rebeldes tuaregues⁶².

⁶¹ A cidade de Tombuctu ganhou notoriedade nos últimos anos graças ao filme *Timbuktu* do diretor Abderrahmane Sissako. O filme, indicado ao Oscar do melhor filme estrangeiro, mostra como a violência do fundamentalismo islâmico é exercida sobre as populações locais.

⁶² No Twitter e no seu blog, a ativista costuma usar um pseudônimo. Sua identidade é conhecida pelos jornalistas franceses que criaram a plataforma Mondoblog e por alguns outros blogueiros da mesma plataforma.

A falta da internet não constitui uma barreira para ela. Quando a internet é boa o suficiente, ela consegue publicar um artigo diretamente no seu blog. Quando a qualidade da internet é ruim, ela espera pelo menos que os serviços de e-mails lhe permitam enviar um arquivo com o texto a um amigo ao qual ela previamente transferiu as senhas de acesso às suas plataformas nas redes sociais. Os computadores que ela usa também foram oferecidos por membros da diáspora africana que querem se informar por outras vias que pelo jornalismo oficial.⁶³ Ela foi responsável pela campanha de mobilização *#Mali100Mega* que reivindicava uma internet de boa qualidade e num preço mais acessível.

Em um contexto totalmente diferente, outra experiência também se destacou. Na Guiné Conacri, uma ativista vem mobilizando a opinião pública em torno da questão da proteção do meio ambiente. Como mostrei no capítulo anterior, há alguns anos ela conseguiu fazer com que a percepção da população começasse a mudar nesse país. A ativista que se destaca por sua grande criatividade concebeu uma das melhores e mais originais campanhas de mobilização na internet já feitas no continente africano. Caminhando perto de um importante prédio público de Conacri, ela percebeu que havia um depósito de lixo ao ar livre a poucos metros do edifício. Impressionada com essa visão contrastante entre luxo e sujeira ao extremo, ela decidiu reproduzir essa mesma sensação através de uma linguagem que os jovens compreendem: as fotografias divulgadas nas redes sociais digitais.

Foi assim que nasceu a campanha de mobilização já citada *#SelfieDéchets*; ao qual consistia em se fotografar frente a qualquer depósito de lixos a céu aberto em algum local na cidade e divulgar a foto nas plataformas das redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. A repercussão foi imediata, não somente na Guiné Conacri, como também na Europa. O importante é ressaltar que todos esses ativistas citados atuam dentro dessa rede transnacional chamada *Africtivistes*, cuja proposta é justamente fornecer suporte técnico, capacidade de elaboração de campanhas digitais, bem como apoio político em caso de uma situação de repressão política contra um membro da plataforma.

⁶³ Em muitos países africanos, os mais importantes veículos de comunicação como as rádios e televisões nacionais pertencem ao Estado e os jornalistas costumam se alinhar a opiniões do governo da vez, sendo visto, portanto, como jornalistas oficiais.

Apesar dos limites que o ativismo digital apresenta na África, esse aspecto da articulação para além das fronteiras talvez seja o maior avanço desse tipo de movimento, especialmente num continente onde a experiência da democracia ainda é recente e embrionária. Talvez seja a dimensão mais instrutiva que os ativistas digitais africanos podem oferecer a outros atores em diferentes continentes. Mesmo com a qualidade bastante limitadora da internet, a falta da infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades na internet, não apenas do ponto de vista da militância, mas também da economia, apesar de boa parte da população do continente viver em situação de pobreza, o que limita o acesso aos equipamentos eletrônicos necessários a ao desenvolvimento desse tipo de atividade on-line, o ativismo digital na África está se consolidando como uma forma de expressão importante no cenário social e político dos países do continente.

Mas há outros aspectos importantes que devem ser considerados quando se pensa no ativismo digital além das fronteiras. A problemática da soberania precisa ser reavaliada por todos os atores, não só da sociedade civil, como também dos governos, de modo a redefinir as relações que organizam a vida política nacional e internacional no continente. São também aspectos da cooperação internacional entre os países que precisam ser reformuladas, pensando, sobretudo, do ponto de vista da democratização e transparências dessas trocas. O lugar da sociedade civil merece uma atenção particular e mais generosa por partes das autoridades.

Entretanto, muitos governantes se destacam por seu despreparo diante desses novos desafios. Mas essa lacuna não é características apenas dos governantes da atual geração; é provável que o fator histórico desse modelo de governança e concepção de poder desempenhe um papel especial nesse quadro. De fato, desde o período do pós-independência, os governantes da época já manifestam sua vontade de valorizar as fronteiras herdadas, da colonização. A proteção das fronteiras herdadas da época colonial constitui uma forma de fazer perdurar a soberania dos Estados nacionais recentemente formados, e isso vai se cristalizar como um dos motivos de repressão ao longo dos anos, como uma espécie de *raison d'Etat*:

Em nome de razões de Estado, sejam elas quais forem, atualmente existem diversas tentativas para tornar o controle técnico operado pelos protocolos em uma força restritiva política, cultural e discursiva sobre os fluxos de informação, buscando criar o poder

de bloqueá-los, determina-los, limitá-los e até impedir sua ocorrência (AMADEU, 2016, p. 347).

Como adverte Amadeu, são práticas cada vez mais recorrentes por parte dos governos autoritários que enxergam na liberdade a internet como uma barreira à proteção e segurança nacional. Entretanto, não se pode pensar que esses shutdowns só ocorrem em países abertamente ditatoriais ou autoritários. Em algumas democracias também há registros recentes de *shutdowns*. Países como o Brasil costumam ter *shutdowns* parciais quando um juiz determina o bloqueio de um aplicativo durante um ou dois dias. Nesses casos, não se limita o serviço da internet, mas sim, o de um aplicativo que é impedido de funcionar limitando-se, assim, o direito de informação dos cidadãos, bem como sua liberdade de acessar e compartilhar informações. A dificuldade reside no fato que esses eventos não são classificados como tais nem pelos jornalistas nem pelos especialistas. Nas figuras abaixo, vemos, por exemplo, que casos recentes de shutdowns ocorreram na Grã-Bretanha ou na Venezuela.

Events

Start date
Jan 29, 2021

Search for shutdowns

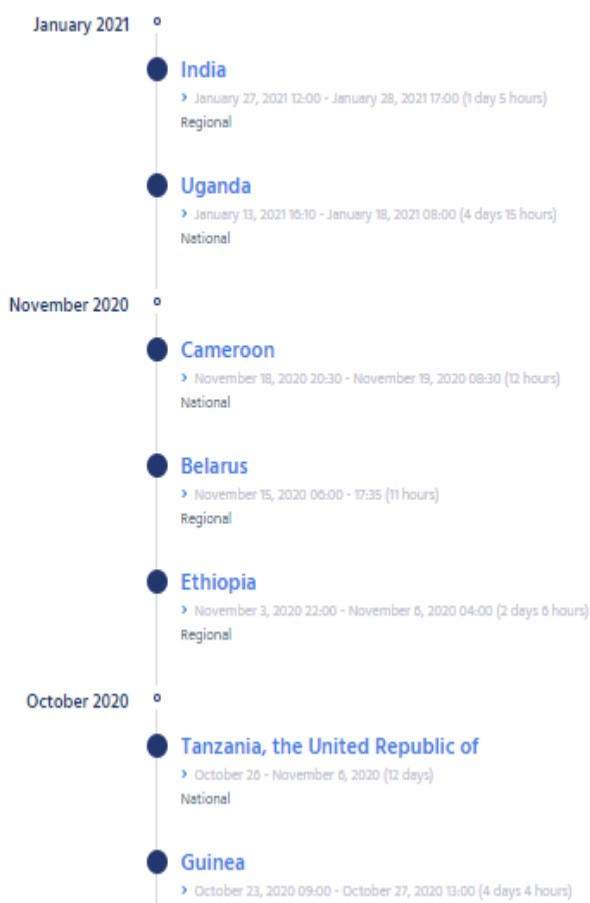


Figura 22 O ano de 2021 já registra seus primeiros casos de shutdowns. Vemos também que as regiões das ocorrências são muito variadas. Fonte: Internet Society, 2021. (<https://insights.internetsociety.org/shutdowns>)

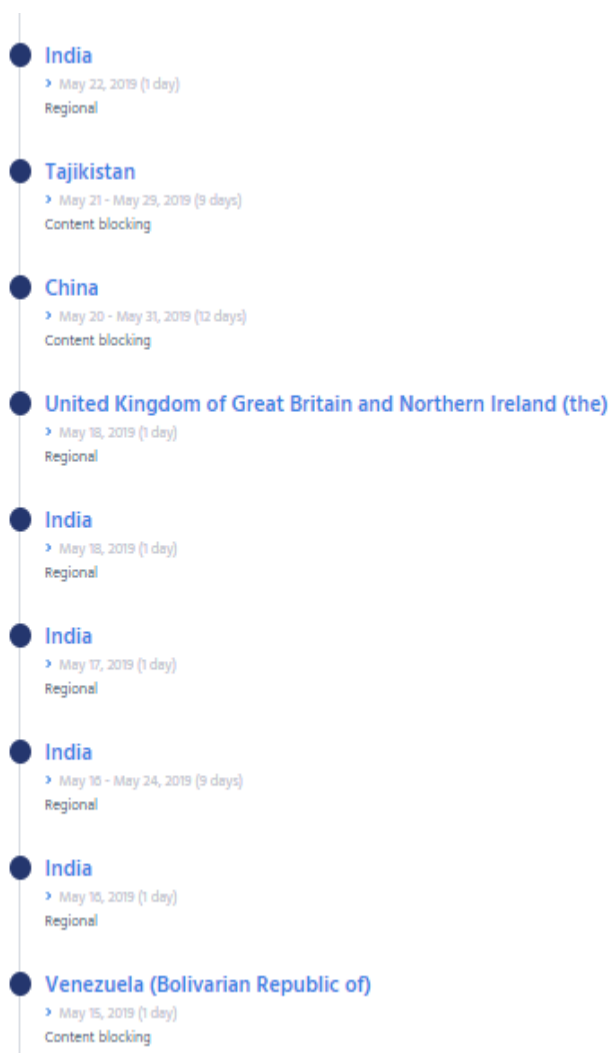


Figura 23 Ocorrência de shutdown no Reino Unido em março de 2019. Fonte: Internet Society, 2021.

Por outro lado, como mostrarei a seguir, a África tem um longo histórico de lutas sociais, especialmente desde a época das lutas anticoloniais. Embora essas lutas sejam pouco comentadas quando se olha para a literatura mais consagrada na sociologia política,⁶⁴ isto é, a literatura referente aos movimentos sociais, a sociedade civil africana sempre teve uma função preponderante nas mudanças sociais que ocorreram no continente africano. Igualmente, a integração dessas lutas numa dinâmica internacional sempre foi uma realidade evidente para as lideranças do período pré-independentista.

⁶⁴ Ver capítulo II deste trabalho.

Portanto, no imaginário coletivo dos africanos, e também, do ponto de vista de um ideal de atuação militante, o discurso de unificação da ação coletiva, da militância, bem como da resistência no continente africano ainda reproduz elementos característicos do discurso pan-africanista. Há evidentemente uma agenda particular e repertórios específicos à nossa época condicionada pelo uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, e sobretudo, pelo uso das mídias e redes sociais digitais, porém, essa filiação não deixa de ser marcante. O interesse desta análise é antes de mais nada focalizar-se no sentido que os atores atribuem a suas ações, bem como os conceitos que eles mobilizam, implícita ou explicitamente.⁶⁵

O objetivo deste capítulo é mostrar que os ativistas digitais africanos contemporâneos mobilizam em seus discursos elementos presentes nas justificações da agenda do pan-africanismo, embora nem sempre se manifestem explicitamente como pertencentes a essa tradição.

Importa ressaltar a importância que o conceito de raça teve na elaboração do pensamento pan-africano (HERNANDEZ, 2008, p. 135). O movimento partiu da convergência de pensamentos entre intelectuais caribenhos no final do século XIX e seus homólogos da África Ocidental, em grande parte, aqueles oriundos de países de língua inglesa (HERNANDEZ, idem, p. 136), bem como da contribuição dos intelectuais negros dos Estados Unidos. Todos eles se beneficiaram do fato que, naqueles países, os negros podiam acessar um bom nível de escolaridade, seja secundário ou universitário. Ao contrário, por exemplo da África Central onde o pensamento pan-africanista teve uma introdução tardia, somente nos anos 1950, quando, de fato, temos casos similares ao de Lumumba⁶⁶ que abandonou o pensamento liberal e aderiu à visão do pan-africanismo após sua convivência com Nkrumah e Fanon no encontro de Accra em 1958.

O movimento pan-africanista advogava, portanto, a favor da unidade da defesa dos direitos dos negros e de seu reconhecimento como cidadãos plenos. Num

⁶⁵ Como argumentei na primeira parte deste trabalho, a análise sociológica permite também ao pesquisador construir um discurso inteligível e organizado a partir dos sentidos emitidos pelos sujeitos, bem como, a partir deles, elaborar novas abordagens de acordo com os instrumentos conceituais disponíveis no campo.

⁶⁶ Primeiro primeiro ministro do Congo, líder da independência do país, assassinado em 1961, um ano após liderar o movimento pela emancipação de seu país.

primeiro momento, ele era fundamentalmente um movimento liderado por intelectuais da sociedade civil como Edward Blyden, W. E. B. Du Bois ou Marcus Garvey (HERNANDEZ, *idem*, p. 137). Depois, ele se estendeu aos intelectuais africanos dos países francófonos como Senghor, e também antilhanos como Aimé Césaire. Essa vinculação com a sociedade civil e seu caráter profundamente internacionalista foi reduzida ao longo das décadas quando lideranças políticas expoentes dos movimentos independentistas tomaram a frente do projeto pan-africanista. Nesse sentido, me parece acertado evocar a passagem de um quadro em que o pan-africanismo se mantinha como um movimento horizontal e outro, em que ele adota uma dinâmica vertical. Precisamente quando ele se vê obrigado a conjugar as ideias do pan-africanismo clássico com as aspirações nacionalistas dos novos Estados independentes.

Entretanto, como insiste Hernandez (2008, p. 154), foi em 1945 quando intelectuais como George Padmore incorporaram no tema do pan-africanismo a questão da independência que as massas populares foram realmente chamadas a aderirem ao movimento. Ou seja, conjugava-se, a partir de então, pan-africanismo e anticolonialismo. Essa abordagem tinha o potencial de arregimentar os povos africanos dentro de um movimento político concreto, e nesse sentido, se tornou fonte de inspiração para as lideranças políticas dos anos 1950-1960; todos aqueles que levariam seus países no caminho da independência.

Os atuais movimentos articulados pelos ativistas têm o potencial de resgatar o primeiro ímpeto do pan-africanismo quando ele não servia a interesses e projetos de poder verticalmente impostos às massas. No final da década de 1940, e mais ainda nas décadas de 1950 e 1960, cresce a presença dos intelectuais africanos que tratam do tema da autodeterminação do continente (MATTOS, 2019, p. 138). Esse período se caracteriza também pela centralidade da articulação entre intelectuais africanos e caribenhos como principais expoentes do pan-africanismo. De acordo com C. L. R. James, os germes do internacionalismo e transnacionalismo do movimento estariam na própria natureza da sociabilidade caribenha (MATTOS, *idem*). Os povos caribenhos, afirma James, têm a característica de serem internacionalistas e de desenvolverem um olhar a partir de uma “escala reduzida”. Portanto, não é à toa que os primeiros impulsos do pan-africanismo partam da diáspora africana do Caribe. De acordo com Mattos (2019), trata-se de uma

particularidade não apenas política, mas essencialmente epistemológica (MATTOS, *idem*, p. 141). Com isso, Mattos conclui que “o internacionalismo negro, portanto, criava a solidariedade transnacional entre continente africano e a diáspora negra” (MATTOS, 2019, p. 143). James, contudo, relativizou sua percepção sobre o Caribe cuja proximidade com as metrópoles francesa e inglesa, talvez, limitasse suas possibilidades emancipatórias. O anticolonialismo foi a chave dessa revisão do próprio pensamento (MATTOS, *idem*, p. 156).

Chama a atenção o fato de que Padmore enxerga a modernidade africana (ainda no horizonte) como antagônica à modernidade ocidental (em declínio), uma só existiria após a “superação” da outra. (MATTOS, *idem*, p. 156). É um sinal da forte influência marxista no pensamento pan-africanista.

Em alguns casos, eles explicitam esse pertencimento histórico. Durante as entrevistas que realizei com ativistas importantes do cenário continental, o discurso pan-africanista emergiu de maneira explícita e alguns casos, apenas constatei em seus discursos esses elementos, às vezes nos repertórios de ações adotados por eles. Com isso, faz-se necessário retomar em linhas gerais o debate acerca do pan-africanismo, suas origens e seu desenvolvimento ao longo das décadas que antecederam as independências africanas; e também trazer as críticas feitas por alguns intelectuais africanos sobre as fragilidades políticas e conceituais do pan-africanismo tanto político como filosófico.

Com isso, pretendo mostrar de que maneira os ativistas digitais africanos estão mobilizando esses conceitos do pan-africanismo e, sobretudo, quais elementos desse discurso eles recuperam ao dar sentido a suas ações. De modo que ficará mais claro o uso que faço do conceito de pan-africanismo horizontal, do qual mostro a especificidade deixando bem claro que é um conceito analítico e não nativo. A ideia de trazer o conceito do pan-africanismo também serve para mostrar de que maneira o debate relativo às soberanias nacionais no continente africano segue atual, embora tampouco se discuta no âmbito do ativismo digital a legitimidade das fronteiras herdadas da colonização. Entretanto, o fato de a legitimidade das definições territoriais não ser contestadas pelos ativistas digitais não significa que eles aceitam a ideia da soberania nacional como uma justificativa

da repressão política. É fundamentalmente nesse aspecto que se opera um divórcio entre os atores da sociedade civil e os governantes nacionais.

De resto, o que se observa é que os ativistas digitais africanos dão um passo a mais no que diz respeito à internacionalização das suas lutas e reivindicação por mais liberdades democráticas e boa governança. Trago no capítulo algumas considerações importantes de um dos ativistas mais importantes do cenário digital no Haiti; o qual esteve no centro da campanha de mobilização contra a corrupção e os desvios do dinheiro de cooperação entre Venezuela e Haiti. O grupo de ativistas se mobilizou para, de um lado, exigir mais transparência pública na gestão desse dinheiro originalmente destinada ao desenvolvimento das infraestruturas do país, e por outro, pedir ações da justiça para responsabilizar os eventuais culpados dos desvios do dinheiro público. A campanha ficou marcada na internet pela hashtag *#PetroCaribe*, antes que esse movimento ganhasse as ruas. Por certo, o movimento cresceu tanto ao ponto de mesmo quatro anos depois seu lançamento, ele continuar pautando a atualidade política no país. Essa pauta vinha de uma preocupação real da sociedade civil haitiana com o uso dos recursos públicos e ajuda humanitária, especialmente nos últimos anos, depois do terremoto que devastou o Haiti em 2010:

Atualmente está acontecendo uma campanha *#ChallengePetroCaribe*, só para contextualizar, “Petro Caribe” foi um programa desenvolvido pelo presidente Hugo Chávez na época quando o Haiti se beneficiou da gasolina de Venezuela num preço preferencial, normalmente boa parte desse dinheiro restante devia beneficiar à população através de vários programas sociais para o desenvolvimento do país. Mas os observadores não sabem exatamente como esses 8 bilhões de dólares foram usados. Os resultados não são visíveis. E hoje toda a internet se mobiliza para exigir prestações de conta. Porque uma enquete foi aberta e pessoas foram apontadas como responsáveis de desvios, então toda a internet de Haiti está em ebulição hoje. As pessoas hoje tomaram consciência de suas responsabilidades e também percebem que a internet é um meio útil para propagar suas ideias, denunciar, reivindicar, etc. (HT).

Observa-se que as preocupações gerais desses ativistas haitianos convergem com os movimentos anticorrupção que fizeram irrupção no Brasil em 2013. Entretanto, muitas vezes, os atores sociais em determinado âmbito nacional não percebem que seus problemas não são inéditos e nem exclusivos àqueles contextos. Às vezes, eles indicam uma tendência ou uma dinâmica global. Nesse sentido, acredito ser importante uma atuação dos ativistas digitais que integre os movimentos no continente africanos e os seus homólogos do continente americano, tanto na América Central, quanto na América Latina. Essa integração e cooperação se inscreve numa dinâmica histórica de reafirmar os lugares comuns de pertencimento, tanto afetivos quanto memoriais, bem como constituem meios de fortalecer as práticas de resistências dos movimentos sociais. Contra as políticas de repressão que operam cada vez mais globalmente é preciso movimentos de resistência que também adotem uma perspectiva e abordagem global de sua atuação:

Mais uma vez, temos de certa forma um denominador comum, através dos mesmos problemas aos quais estamos todos confrontados, tanto na África quanto aqui em Haiti. Se você abrir um jornal haitianos e ler a notícia por acaso, se não houvesse os nomes, os lugares, etc, você poderia pensar que estão falando da África. Por isso acho essencial continuar com essas atividades de *Africtivistes*, como as formações sobre segurança on-line, ainda tem muito a ser feito. Tem muitas iniciativas que podem melhorar ainda nossa experiência na internet. sobretudo nas trocas de experiência. Não esqueça que Haiti é um país, mas África é um continente. Portanto temos lá muitos mais recursos, mais ideias a serem compartilhadas. Se nós estamos em relação na internet hoje, amanhã podemos ter mais experiência. Outra coisa que observei lá foi o interesse dos próprios ativistas africanos sobre nosso programa de *fact checking*; eles gostaram muito, sobretudo da utilização do robô. É necessário manter essa colaboração, e também a sensibilização nos dois lados sobre as questões respectivas do outro. Isso só pode ajudar os dois lados a crescer (HT).

Em geral, o ativismo brasileiro encontra algumas dificuldades em atuar de maneira coordenada e integrada com os movimentos latino-americanos, provavelmente devido à distância linguística. Esta era uma preocupação do ativista haitiano:

Individualmente temos relações, sim, amigos pessoais. Não formalmente como foi com os *Africtivistes*, temos mais relações com a África. Estamos pensando mais em como fortalecer as relações nos Caribes, mas por enquanto não temos ainda essa ideia de nos estender ao continente americano ou latino-americano. Mas com a África tem esses laços históricos que tornam essa parceria “natural” (HT).

Recentemente, observou-se um avanço no campo da academia com a criação de uma rede de pesquisadores das ciências sociais cujo objeto de pesquisa são as práticas digitais de vigilância e a cultura digital. A Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) vem atuando desde 2009 e lançou o livro *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem* sob a coordenação, entre outros, da professora Fernanda Bruno (2018). Contudo, o que se observa é uma lacuna de atuação dos próprios ativistas digitais, tendo em vista essa abordagem transnacional. E talvez essa iniciativa no campo acadêmica seja um sinal de que as perspectivas concernentes a uma abordagem continental, que diga respeito à construção de discursos críticos com uma visão geral, estão finalmente emergindo. De toda forma, as redes sociais precisam ser mobilizadas com o objetivo de ativar tais redes. Ademais, os próprios acadêmicos costumam assumir várias identidades, seja como ativistas, seja como universitários, seja como cidadãos de maneira geral. Com isso, pode-se esperar que eles também comecem a perceber a urgência de ativar redes de atuações continentais e integradas, solidárias e resilientes.

Outro ponto essencial que esta abordagem requer consiste em lançar um olhar na problemática das fronteiras e das dimensões que ela revela nessas relações entre o ativismo digital na era da internet e a atuação dos governos nacionais. Debato em linhas gerais a visão de alguns autores que se dedicaram a esse tema da fronteira, tanto do ponto de vista teórico quanto da análise histórica e geográfica. Ademais, recupero o argumento da antropologia política e sua visão sobre as

fronteiras na África pré-colonial. Essa visão, recuperada por pensadores como Mbembe (2005) ajuda a pensar as possibilidades que se oferecem ao ativismo digital no nível continental e abre caminho para imaginar uma reconciliação entre as perspectivas do passado e as explorações contemporâneas sobre fronteiras e mobilidades. Mobilidades das pessoas, dos bens materiais e imateriais, isto é, dos conhecimentos e dos valores culturais que esses ativistas mobilizam. A partir da ideia de fronteiras itinerantes de Mbembe, sinalizou um caminho para pensar o ativismo digital africano enquanto meio de reformular o pan-africanismo partindo de relações mais horizontais.

Minha proposta não é de reivindicar o renascimento do pan-africanismo. Afirmo que, a partir dos discursos dos ativistas e da interpretação dos conceitos que mobilizam quando significam suas ações e repertórios, é possível traçar uma relação entre os ditos conceitos e o discurso pan-africanista em geral. Mostro nas próximas linhas em que eles consistem de fato.

IV. 1. O discurso pan-africanista no ativismo digital africano

De maneira geral, o discurso pan-africanista “postula a unidade de ação e de destino dos africanos no continente e na diáspora” (NKOSA ZANA & ZUMA, 2013). Ele nasce como um discurso de reação contra o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo. O pan-africanismo foi primeiro elaborado por intelectuais e ativistas da diáspora e foi reapropriado por lideranças africanas.

De acordo com M’Bah Abogo (2004, p. 5), o pan-africanismo é fundamentalmente um movimento de negação. Em outras palavras, é um movimento que se constrói ao dizer “não ao racismo”, “não à escravidão”, “não à marginalização social”, “não à marginalização religiosa e “não ao colonialismo” (p. 6). Esse posicionamento inicial será mais tarde objeto de discórdias dentro do próprio movimento, e, também, de críticas de futuras gerações de intelectuais negros que criticariam o excesso de “vitimização” do pan-africanismo clássico, entre os quais, como mostrarei a seguir, Mbembe (2001) e Mudimbe (2013). Apesar de se iniciar fora do continente africano, o pan-africanismo sempre colocou a África

no centro de suas preocupações políticas (ABOGO, *idem*, p. 10), incidindo até em um tipo de essencialismo, como fica evidenciado na agenda proposta por W. E. Du Bois: “(1) reconquistar a identidade da personalidade africana e reestabelecer as fontes culturais; (2) dar a atuação do movimento um conteúdo político uma vez conseguido a autonomia” (ABOGO, *idem*, p. 12).

É nesse sentido também que começam a surgir movimentos artísticos que reivindicam esse pertencimento à África e afirmam sua negritude, seja o jazz ou o soul. De acordo com essa concepção de Du Bois, a reconstrução da autonomia cultural africana supõe, por um lado, valorizar um passado pré-colonial e, por outro, assume a função de aliviar os traumas passados.

Nos anos 1930 em Paris, intelectuais e letrados negros se apropriam do tema, entre eles Senghor e Aimé Césaire, e criam o movimento da negritude. Nesse mesmo período, um grupo de intelectuais negros dos Estados Unidos também se interessou pelo tema do pan-africanismo, criando uma associação entre negritude e africanidade. Trata-se de uma síntese, da compreensão que esses dois elementos são indissociáveis do ponto de vista da política do reconhecimento da cultura negra.

A partir de 1945 fundamentalmente, vivenciou-se uma maior difusão do movimento pan-africanista em razão da emergência de lideranças políticas africanas com ideias independentistas (Ki-Zerbo, 2003, p. 31). De acordo com Ki-Zerbo, é nesse período que realmente o movimento vê seu “centro de gravidade se mudar para África”. O trabalho de intelectuais como Leopold Sédar Senghor foi decisivo, notadamente a partir da publicação de seus poemas em homenagem aos combatentes africanos durante a Segunda Guerra Mundial. Este período também coincide com os movimentos nacionalistas africanos e, sobretudo, independentistas. Os movimentos de emancipação dos povos colonizados pelo mundo começam a crescer e a colher seus frutos (KI-ZERBO, *idem*, pp. 31-33).

Não é tarefa fácil encontrar uma definição definitiva ao pan-africanismo. Alguns autores como Nomo Mvilongo (2013) se recusam a adotar uma definição definitiva e simplista do pan-africanismo. Para Legum (1965), por exemplo, o pan-africanismo é “um movimento de ideias e emoções que começou na diáspora” (p. 14). Para ele, o pan-africanismo é indissociável da experiência por parte dos negros da diáspora, de sofrimento e opressão, de perseguição, ou de uma situação de

inferioridade (idem, p. 15). São esses sentimentos que vão despertar neles emoções contrárias como a busca pela dignidade ou o reconhecimento de suas origens. Por um lado, eles queriam ser considerados como cidadãos plenos e, por outro, eles desenvolviam um tipo de nacionalismo que os remetia às suas origens negras e, sobretudo, africanas. O pan-africanismo, na concepção de Legum, também transmite o pensamento da solidariedade e da segurança para comunidade; naquela época, é da unidade e da experiência comum desses novos sentimentos que os negros vão produzir um ambiente seguro para eles: não apenas externamente ou fisicamente, Legum lembra que a “viagem” é essencialmente interna.

Mas aí reside também um elemento que foi posteriormente criticado, e talvez, sua grande fragilidade conceitual e teórica. O pan-africanismo busca estabelecer uma essência, a qual seria uma consciência racial nascida da cor (LEGUM, idem, p. 17). Em outras palavras, “emoções associadas à negritude foram intelectualizadas” (LEGUM, p. 33). Desse ponto de vista, o pan-africanismo é uma ideologia sobre a consciência racial, não uma ideologia racial [racialista]. O pan-africanismo tem mais a ver com o reconhecimento da condição racial, isto é, da situação de vulnerabilidade e de injustiça na qual esses negros da diáspora viviam.

Deve ser notado que a primeira geração de intelectuais pan-africanistas, embora se opusesse ao racismo perpetrado contra os negros, usava uma terminologia similar; mas muito provavelmente esse seja um indicativo do contexto intelectual da época. Era comum, então nos anos 1900 se referir às diferenças de cor de pele como raça. Esse termo aparece tanto nas terminologias racistas de autores como Lombroso ou Gobineau, como no primeiro texto que encerrou a conferência pan-africana de 1900 na Inglaterra, em Londres.

Legum (idem, p. 39) observa alguns aspectos importantes do projeto político pan-africanista: primeiro, militar pela independência de todos os países (autonomia). Em segundo lugar, facilitar a criação de federações regionais para facilitar a integração do continente⁶⁷ (integração regional, posição transnacional), redescobrir a “personalidade africana”, isto é, do ponto de vista moral e cultural. E por fim, a ideia que o nacionalismo africano deveria substituir o tribalismo arcaico.

⁶⁷ Mostro a seguir como um desses experimentos se esbarrou frente as contradições do imperialismo das próprias potências emergentes africanas e ao nacionalismo muito presente no pós-independência.

Portanto, o pan-africanismo tem também um papel modernizador a assumir, a democracia como melhor forma de governo.

Percebe-se que se rejeitava ou se adotava ideias ocidentais conforme os interesses imediatos. Por exemplo, há um consenso sobre o modelo de governança democrático, mas a maioria dos países vão adotar sistema políticos com partido único, em nome da defesa da unidade nacional. Fala-se em nacionalismo africano, mas essa ideia vai colidir com o projeto de criação de federações regionais. Veremos, por exemplo, a tentativa frustrada como a da África oriental. Se o nacionalismo, isto é, a centralidade da ideia de nação deve substituir o tribalismo, ele também se posiciona como obstáculo da efetivação do projeto pan-africanista que vai “além” das nações.

A aproximação com o mundo árabe e asiático, explica Legum, é resultado da consciência dos negros que outros povos de outras cores também se encontravam sob domínio branco, ou era vítimas do supremacismo branco (idem, p. 41). Esse era basicamente o ponto de junção entre o movimento pan-africanista e o nacionalismo árabe; bem como com os movimentos anti-imperialistas da Ásia. Em síntese, é a experiência do sofrimento e da repressão exercida pela “superioridade branca”, o grande catalizador do sentimento pan-africanista.

Doreen E. Crompton (1968) estudou a tentativa da criação de uma federação regional na África oriental partindo da ideia de uma integração política de inspiração pan-africanista. No entanto, a tentativa revelou-se um fracasso porque os projetos de nações dos Estados da região se impuseram sobre a ideia de integração ou de constituição de uma federação de Estados. Foi também a revelação de outro conflito permanente até hoje na África: a questão da construção do Estado nacional no continente. O conceito de nação pode se materializar na realidade africana? Em quais termos? Essa questão mantém sua atualidade e vem sendo revisitada e reatualizada desde o advento das independências. Pode ele conviver com o projeto do pan-africanismo ou ambos seriam incompatíveis um com outro? Como mostra Crompton, o projeto pan-africanista liderado por Nkrumah se opôs à ideia da formação de uma federação ou de entidades regionais que representariam

esse pan-africanismo político.⁶⁸ Para ele, a ideia era similar a uma “balcanização”, reflete Crompton. Portanto, o pan-africanismo político, de acordo com essa concepção, era compatível com a existência de nações independentes e soberanas. Nkrumah, como alguns outros líderes, defendia sua vontade de criar um movimento político dimensionado na escala pan-africana, ou seja, que transcendesse a ideia de fronteiras herdadas pela colonização.

De acordo com a visão de várias lideranças africanas, a opressão histórica contra o continente africano foi possível, entre outros fatores, graças à ideologia do “dividir para reinar”, portanto, todo pensamento anti-imperialista deve advogar para a unidade entre os países, e internamente defender um sistema de partido único, mas preservando a democracia. A maneira como os líderes africanos recuperaram o pan-africanismo fez com que ele se tornasse um álibi para o autoritarismo? Esta é uma pergunta desafiadora. A renovação do projeto pan-africanista pelos ativistas digitais passa por uma reflexão sobre essas problemáticas. Como pensar em democracia sem as instituições democráticas ocidentais? Ela deve ser configurar com base em organizações ancestrais tais quais as que discuti no capítulo anterior? Essas perguntas conservam sua atualidade.

Romanutti (2010, p. 3) lembra que o sistema de dominação colonial é baseado muitas vezes no domínio de um grupo étnico sobre outros. Os colonizadores investiam na rivalidade entre as tribos para manter seu domínio sobre as populações locais, e para isso, eles estabeleciam hierarquias entre os autóctones. Foi o caso, por exemplo, da longa subordinação aos Tutsis à qual os Hutus foram submetidos, provocando sentimentos revanchistas que permaneceriam décadas depois do fim da colonização e estaria na raiz do genocídio em Ruanda de 1994. O autor também concorda que “o nacionalismo africano é produto do colonialismo”. O pan-africanismo que, de certa forma, surge como resposta a esse quadro sofreria da resistência dessa ideologia importada e herdada do colonialismo. Romanutti explica que os interesses de Gana durante um período foram de encorajar a independência dos outros países da África negra, daí que o país promoveu encontros com vários líderes nacionais no final da década de cinquenta. Por outro lado, esses

⁶⁸ Kwame Nkrumah foi, por assim dizer, membro do terceiro pan-africanismo. Ele operou a passagem do pan-africanismo militante para o pan-africanismo enquanto projeto de governo e também esboçou um projeto de integração política continental.

mesmos interesses, às vezes refletiam na geopolítica regional na medida em que Gana tentava expandir sua influência no continente (idem, p. 9). Uma vez mais, o pan-africanismo entrava em colisão com as soberanias nacionais.

A oposição, na prática entre o projeto pan-africanista e as ambições nacionais nos convida a olhar com maior atenção para a relação entre o pan-africanismo e o nacionalismo. Em primeiro lugar, vale lembrar que o nacionalismo na África nasce em oposição a um sistema de dominação colonial. Também é uma ideia importada, assim como o pan-africanismo. Dieng (2003) sugere falar de um nacionalismo sem nação, já que o modelo ou a forma social “Estado-nação” é praticamente inexistente no continente africano.

Há uma dificuldade em definir exatamente os termos de uma nação na África, sobretudo, antes da descolonização: são os critérios étnicos que devem prevalecer ou os critérios linguísticos? Como convivem com as delimitações de fronteiras feitas pelas potências ocidentais e que acabaram se enraizando? As delimitações étnicas e tribais devem predominar? Para Cheikh Anta Diop (apud DIENG, 2003), é preciso se remeter à estratégia de Stalin que atribui à luta independentista o papel de cristalizar o sentimento nacional nos países subsaarianos. Dieng observa algumas contradições que dificultam a concretização da ambição pan-africanista. Em primeiro lugar, ele aponta que o pan-africanismo foi recebido na África pelas elites, mas não tanto pelas massas populares. Em segundo lugar, ele explica que a colonização deixou na África sistemas jurídicos, parlamentares e culturais que tornam mais árdua a tarefa de superar o modelo de administração nacional. Por fim, e conseqüentemente, os Estados africanos tendem, de acordo com Dieng (p. 8) a reforçar os projetos nacionais.

Por outro lado, a Conferência de Berlin continua exercendo sua influência nas decisões políticas da África, tendo em vista, sobretudo, a subdivisão da África que foi promovida naquela ocasião. Nesse sentido, na tentativa de superar essas dificuldades de origem, Fall-Barros (2013, p. 4) propõe, numa “perspectiva para o novo século”, um pan-africanismo que não seja somente assunto das elites, mas que parta dos povos; das pessoas que produzem riquezas em níveis locais. Ele pensa, por exemplo, em projetos que promovam a autossuficiências alimentar do

continente africano, o que supõe uma cooperação entre os outros países do sul global.

IV. 2. O pan-africanismo no Brasil

O pan-africanismo tem também sua trajetória no Brasil embora os autores e militantes que o promoveram sofressem de vários tipos de invisibilidades no cenário intelectual nacional. É nesse sentido que Barbosa e Costa (2019) resgatam a figura de Ironides Rodrigues e sua importância para o movimento negro no Brasil e também para o debate relativo ao pan-africanismo. Ele foi essencial, sobretudo, na reapropriação do pan-africanismo francófono, como analisam as autoras, especialmente para trazer ao Brasil as teses do pan-africanismo de segunda e terceira geração. O resgate intelectual de Ironides Rodrigues constitui uma forma de reabilitar o pensamento negro brasileiro no cenário mais amplo do pensamento social brasileiro, afirmam as pesquisadoras. O apagamento da recepção do pan-africanismo nas Ciências Sociais brasileiras teve a consequência de também ocultar a dimensão da articulação da luta antirracista para além das fronteiras nacionais, ou melhor dizendo, da conexão entre o movimento negro brasileiro e o movimento pan-africanista, embora essa relação tenha sido construída tardiamente. O ocultamento dessa dinâmica transnacional na tradição do antirracismo torna mais difícil a apreensão da necessidade da articulação do ativismo digital no plano do “Atlântico negro”.

É, sobretudo, a partir da introdução da Revista *Présence Africaine* que o pan-africanismo ficou conhecido nos meios intelectuais brasileiros. Portanto, ele entrou nos círculos intelectuais e artísticos brasileiros pela vertente francófona da negritude; à qual também operava um encontro conceitual e político com o “pan-africanismo original”. Em outro artigo, Barbosa (2019) efetua uma análise no acervo da revista *Présence Africaine* para entender de que maneira autores e intelectuais negros da época (década de 1950 e 1960) definiam o ideário do pan-africanismo. O recorte da autora se justifica pelo fato dessas duas décadas serem as da maior efervescência do movimento, especialmente, pelo momento das lutas independentistas e das articulações entre as lideranças políticas africanas. Barbosa

detecta nos acervos da revista um debate sobre esse momento histórico incluindo as polêmicas que tais provocaram (idem, p. 2).

Há, por exemplo, a perspectiva de Joseph Ki-Zerbo que define a “personalidade africana” a partir do “relativo isolamento e atraso tecnológico, além de uma tradição não codificada (oral) das populações africanas, teriam formado uma vida social voltada para o coletivismo, a gerontocracia e a solidariedade” (BARBOSA, 2019, p. 15). Nota-se que Ki-Zerbo também insiste no aspecto da gerontocracia como elemento essencial da cidadania como mostrei no capítulo anterior ao tratar dos estudos da antropologia política voltada ao período pré-colonial. Para Ki-Zerbo (apud BARBOSA, idem), esses elementos eram ao mesmo tempo positivos e negativos, na dimensão do anti-individualismo e de certas tendências autoritárias.

O projeto pan-africanista original também apresentou certas contradições como, por exemplo, no fato das primeiras gerações dos afro-americanos se apresentarem como superiores aos africanos do continente (BARBOSA, 2011/2012, p. 138). Eles então seriam os responsáveis por trazer aos africanos do continente uma visão autônoma de sua identidade. Sem dúvida, essa não era a visão de outros intelectuais pan-africanistas, especialmente os do Haiti. Vemos, portanto, que esse movimento está em constante mutação e adaptação diante da realidade complexa do colonialismo e seus efeitos devastadores. As contradições também repercutem no embate teórico e político entre Senghor e Fanon. Tal embate remete basicamente à questão da autonomia das nações africanas frente às metrópoles colonizadoras, particularmente a França cuja proximidade com Senghor gerava suspeita em intelectuais como Fanon (BARBOSA, idem, p. 146).

IV. 3. Crítica do pan-africanismo

Falar de África é sempre um exercício delicado porque, de certa forma, assume-se o uso de um termo que resulta de um olhar externo sobre o continente e que ao fim e ao cabo cria uma narrativa homogênea sobre algo complexo. Ao mesmo tempo, usando esse termo, assume-se que o continente compartilha de

certos valores ou, pelo menos, de uma trajetória histórica comum e que seu futuro deve considerar tal unidade.

Levando em conta esse peso histórico do olhar externo sobre o continente, Mudimbe faz a constatação da existência de um discurso hegemônico sobre África que determina o que é, por exemplo, “filosofia africana” e “conhecimento sobre África”, o qual parte quase sempre de intelectuais ocidentais ditos africanistas, de antropólogos. E quando raramente vozes africanas são autorizadas, ouve-se um grupo de “intelectuais ocidentalizados”. Nesse contexto, o autor destaca como fundamentais as produções intelectuais que deram lugar a conceitos como “negritude”, “personalidade negra” (MUDIMBE, 2013, pp 10-12). Sem dúvida, o objetivo de Mudimbe é abarcar tanto esses discursos “autorizados” que remetem a uma *épistémè* ocidental, quanto discursos produzidos por africanos que não se adequam a essa tradição filosófica. Para ele, o compromisso maior consiste em ser fiel não à filosofia em si, mas ao fato de “ser africano e filósofo na atualidade” (p. 12). A demonstração de Mudimbe, que passa por uma revisão da crítica de obras de artes africanas, e do porquê de sua suposta inferioridade perante a arte ocidental, serve essencialmente para mostrar que a fabricação histórica da “África” no imaginário moderno é também sinônimo da construção de uma alteridade epistemológica (MUDIMBE, idem, p. 28).

A produção intelectual de Foucault teve forte influência em Mudimbe, já que ele recupera do filósofo francês a tese do conhecimento-poder, ou discurso-poder, mais precisamente, a relação base que está no cerne da descoberta da África: o discurso antropológico e o poder que estabelece sobre seu objeto de estudo.⁶⁹ “A questão é que durante este período tanto o imperialismo como a antropologia ganhavam forma, possibilitando a reificação do ‘primitivo’” (MUDIMBE, 2013, p. 34).

A crítica de Mudimbe vai mais longe ainda. Ele invoca o filósofo Hountondji para quem a tarefa dos intelectuais africanos é se desfazer do mito da “africanidade” que é nada mais que um reflexo do olhar ocidental sobre África (idem, p. 58). Como não pensar aqui em Felwine Sarr que em livro recente (2019)

⁶⁹ Vale ressaltar que Mudimbe se revela um interprete original do pensamento de Foucault. Essa leitura aparece no livro “A invenção de África” (2013). Ver nas referências.

lembra a gênese do uso do nome África, que parte dos invasores árabes no norte do continente e que, ao entrar em contato com as tribos “*Afris*” denominam assim toda a região do que é atualmente conhecido como Magrebe. Mais tarde, no século XV, os europeus estendem essa apelação a todo o continente. Assim, do termo árabe “*Ifriqiya*”, passou-se ao termo “África” (SARR, 2019, p. 50). Em todo caso, a intenção de construir uma imagem exótica da alteridade não pode ser esquecida.

Portanto, até mesmo do ponto de vista do reconhecimento de sua ancestralidade, o intelectual africano deve se precaver do uso acrítico do conceito de “africanidade”, pois afinal de contas, ele reflete apenas a imagem projetada do ocidente sobre o “continente negro”. Entretanto, Mudimbe ainda percebe no esforço de sistematização e rigor filosófico de uma geração de intelectuais africanos uma fantasia de revolta política. A ruptura entre a episteme ocidental e um saber eminentemente africano tarda a aflorar. Ademais, Mudimbe rejeita algumas elaborações conceituais dos intelectuais africanos, especialmente as do pan-africanismo de Senghor ou Cheick Anta Diop, que se referem a uma suposta “unidade africana”. Isto, de fato, demarca seu pensamento dos demais críticos e reforça sua circunspecção diante da crítica produzida pelo pan-africanismo intelectual (Idem, 106). Mudimbe procura uma posição intermediária.

Portanto, para ele, o pan-africanismo elaborado pelos intelectuais africanos da segunda geração consiste numa ruptura impossível com o ocidente:

Por um lado, por causa do seu próprio orgulho e identidade eles rejeitam o exotismo e os seus pressupostos; por outro lado, eles estavam francamente preparados para a prática de uma ciência social positiva e para uma aliança consciente com a ciência no contexto do seu campo epistemológico (por exemplo, Hountondji, 1980, 1981). É a partir deste ponto exacto que podemos observar e compreender as contradições da ideologia pan-africanista na ciência social (Shorter, 1977, pp. 39-60). As hipóteses de Idowu ou o africanismo de Mulago, de um “factor comum” às culturas africanas e às crenças religiosas são apenas hipóteses, da mesma forma que a semelhança da família proposta por Abraham é uma hipótese e não uma prova científica. A teoria de Mbiti sobre a unidade cultural do continente como base da semelhança das

religiões e da filosofia africana não é sustentada por nada, exceto pela sua própria subjetividade (MUDIMBE, 2013, p. 107).

Mudimbe afirma, portanto, que a ideia da unidade africana, no fundo reflete um pensamento nacionalista em contradição com o próprio projeto pan-africanista. No entanto, o autor não rejeita por completo a contribuição e os avanços das ciências humanas ocidentais:

O que pretendo dizer é o seguinte: a tradição ocidental de ciência bem como o trauma do tráfico de escravos e da colonização fazem parte da herança atual de África. Kwame Nkrumah indicou de forma pertinente no seu *Consciencism* (capítulo 3) que os africanos necessitam de levar em conta estes legados juntamente com as contribuições muçulmanas e seu próprio e experiência (MUDIMBE, 2013, p. 107).

Em outros termos, o que a África quer é assumir sua diversidade e construir um projeto pan-africanista não mais a partir da unidade, da homogeneidade, mas de uma alteridade interna assumidamente plural, visto que tampouco rejeita suas múltiplas tradições. Trata-se de levar em conta tanto as experiências passadas pré-coloniais, inclusive alguns modelos de cidadania como já argumentei, como também trabalhar positivamente com os traumas coloniais sem cair na paranoia da eterna colonização. Não podemos sacralizar a descolonização ou o pensamento decolonial, para usar um termo em voga. Mudimbe, conclui:

Para resumir de forma mais teórica a minha posição, diria que existe uma mutação que decorreu na década de 1920 e que explica quer a possibilidade quer a pertinência de um discurso africano sobre a alteridade. Esta mutação significa uma nova base para organizar a pluralidade de memórias históricas no âmbito da mesma *épistémè*” (MUDIMBE, 2013, p. 108).

Está claro que desde o fim da colonização no continente africano, e especialmente a partir do momento em que ficou evidente o fracasso dos países africanos em fortalecer regimes democráticos em seus territórios, eu diria, a partir mais ou menos de 1965, os intelectuais africanos se empenharam em propor um novo caminho para o desenvolvimento e a justiça no continente. Alguns deles

incorrendo em falácias que justificavam abusos e violações dos direitos no continente.

No seu mais recente livro Sarr (2019) renovou esse apelo para a atual geração de intelectuais, ao mesmo tempo em que observa uma escassez de ideias novas sobre a África contemporânea. É basicamente esse desafio que me proponho a encarar, sem formular, no entanto, uma resposta definitiva. Proponho apenas um olhar particular e interessado nas novas dinâmicas da sociedade civil, nos projetos de reagrupamentos de ativistas digitais, não só africanos, mas em cooperação com seus colegas das Américas.

Achile Mbembe (2001) também elaborou uma crítica ao pan-africanismo tradicional em suas diversas ramificações, como, por exemplo, aquela que se ancorou no marxismo e em um tipo de nacionalismo africano (2001, p. 175). Essa perspectiva marxista também incorpora o vitimismo, já apontado no início deste tópico e que analisei a partir de diferentes autores. Em suma, para Mbembe, vitimização e espoliação, resultaram num “profundo investimento na ideia de raça e uma radicalização da diferença” (2001, p. 181). É verdade que neste trabalho defendi a necessidade de recuperar algumas práticas ou outros conceitos “perdidos” no que diz respeito à representação da cidadania pré-colonial, mas em nenhum caso isso deve ser entendido como uma busca por autenticidade. Trata-se de combinar alguns elementos do “velho” suscetíveis de serem facilmente assimilados pelas comunidades locais, com outros aspectos da cidadania pós-colonial mesmo que isso signifique contemplar heranças assumidamente ocidentais. O problema desse esquema que busca a autenticidade pode ser descrito da seguinte maneira:

Na prosa do nativismo, assim como em algumas versões das narrativas marxistas e nacionalistas, uma quase equivalência é estabelecida entre raça e geografia [...]. O pan-africanismo, em particular, define o “nativo” e o “cidadão” a partir de sua identificação com o povo negro. Nesta mitologia, os negros tornam-se cidadãos não porque são seres humanos dotados de direitos políticos, mas causa tanto de sua cor, como do privilégio de sua autoctonia. As autenticidades territoriais e raciais confundem-se, e a África se torna a terra de gente negra (MBEMBE, 2001, p. 185).

Essa concepção encontra um paradigma contrário na seguinte exposição de Mbembe:

A ideia de uma africanidade não-negra é simplesmente impensável. Daí a impossibilidade de conceber, por exemplo, a existência de africanos de origem europeia, árabe ou asiática – ou a noção de que africanos podem ter múltiplas ancestralidades. Um dos resultados do comércio de escravos no Atlântico foi que hoje os negros vivem em locais os mais distantes (MBEMBE, 2001, p. 185).

Pensar essa multiplicidade permite doravante apreender uma conexão com diversos movimentos além da África, outras lutas travadas na América Latina e na América Central, por exemplo. Onde quer que seja que as pessoas se pensem e se identifiquem tomando em conta essa relação emocional e política com a África. Essa ideia está presente também em Gilroy (2012, p. 18) que traz uma crítica ao absolutismo étnico de certas concepções do nacionalismo africano da primeira crítica pan-africanista. Contra essa visão, o autor adota o conceito de diáspora, enquanto ruptura com o nacionalismo e com as identidades fixas, além de abarcar as noções de desterritorialização e de trânsito (p. 22). Pensa-se, sobretudo, em incluir tanto a perspectiva da mobilidade, como do conflito presentes nesse modelo de identidade reconciliada como a ambivalência decorrente do exílio da África (idem, p. 19, 28).

IV. 4. Ativismo digital, fronteiras e soberania

Das fronteiras morais às fronteiras sociais

Antes de avançar mais em meu argumento, é necessário rever brevemente como as Ciências Sociais têm trabalhado com a noção de fronteira, para situar o leitor no debate que me proponho a fazer. Mobilizo alguns autores como Michèle Lamont, que na área da Sociologia da moral desenvolveu um argumento pertinente que abrange um vasto campo da pesquisa sociológica. Essencialmente, vemos que em Michèle Lamont, fronteira como conceito sociológico tem muito a ver com o

enquadramento da análise que se pretende fazer do ponto de vista da crítica social, e mais amplamente com a delimitação do campo. O primeiro passo de Lamont é estabelecer uma distinção entre fronteiras sociais e fronteiras simbólicas (2002, p. 162). A autora lembra que fronteiras simbólicas remetem a distinções conceituais que os autores usam para categorizar objetos. É nesse sentido que devemos entender os diferentes enquadramentos teóricos e conceituais, bem como as delimitações de campo. É a forma como os indivíduos definem a realidade. Já as fronteiras sociais são formas objetivas de diferenciação social que se manifestam no acesso desigual à distribuição de recursos e das oportunidades sociais (2002, p. 168).

A abrangência da noção de fronteira nas Ciências Sociais vai da questão da identidade social até a noção de fronteira espacial, passando por conceitos como raça e etnia, identidade nacional, profissão, ciência e conhecimento, classes, etc. (2002, p. 169). De acordo com a autora, a análise dos movimentos sociais revelou que atores sociais coletivos utilizam noções de fronteiras para se definirem e se distinguir enquanto grupo (idem, p. 170). Ademais, essas identidades coletivas baseadas em delimitações de fronteiras [identitárias] influem sobre as decisões políticas dos atores coletivos tanto quanto a própria composição dos grupos. Do ponto de vista das fronteiras sociais, Lamont cita a importância das noções de raça para a institucionalização de sistemas de classificação; o mesmo podendo ser dito sobre a importância das desigualdades produzidas por categorias de gênero e sexo para definir expectativas de carreiras profissionais (LAMONT, 2002, p. 172). Para a autora, sexo e gênero constituem exemplos perfeitos de como um reenquadramento do significado de um fenômeno erigem novas fronteiras simbólicas (idem, p. 176).

Por outro lado, em um estudo clássico de Durkheim, é possível encontrar as primeiras formulações de fronteiras tanto simbólicas como sociais. O debate promovido por Durkheim sobre o sistema de educação e a definição de uma comunidade nacional e cultural operam a partir de um posicionamento que delimita algo que se entende como interno – e comum a um povo – e algo externo. Portanto, se estabelece fronteiras simbólicas que resultarão em fronteiras objetivas. Pode-se dizer que os estudos futuros de Benedict Anderson seguiram a mesma linha. Lamont lembra que fronteiras simbólicas que definem uma identidade cultural podem produzir fronteiras objetivas, os quais definem distinções entre Estados

dentro dos quais fronteiras sociais poderão ser observadas. Por exemplo, raça, classes, republicanos, muçulmanos, etc. Lamont afirma que dentro de fronteiras definidos por laços fortes (nação) se pode encontrar grupos que se relacionam com base em laços mais frágeis (classe, gênero, etc.) (2002, p. 182).

As recentes transformações sociais que a globalização produziu na vida social leva a considerar uma nova ordem de relações onde as fronteiras também se tornam mais fluídas. Sobretudo, ao se considerar os fluxos dos indivíduos através do planeta, fluxos de crenças, de ideias, de aspirações, se cria novas identidades híbridas marcadas pela intensificação das interações entre pessoas que carregam identidades distintas. A tendência é então produzir maior circulação de pertencimentos e tornar as fronteiras menos fixas e impermeáveis (LAMONT, 2002, p. 183).

No seu livro *Morality of working men*, Lamont entrevistou uma quantidade importante de trabalhadores brancos e negros nos Estados Unidos e na França, principalmente aqueles que concluíram o ensino médio mas não tiveram acesso à universidade (40 % da população norte-americana) e também pessoas do grupo dos que concluíram a universidade (20 % da população norte-americana). O objetivo do trabalho era determinar quais valores eles mobilizam ao interpretarem sua posição na sociedade tanto americana, como francesa. A primeira observação de Lamont é que a moralidade está no centro das representações que esses trabalhadores têm sobre sua posição e aspirações na sociedade (LAMONT, 2000, p. 2). Concretamente, ela analisa a maneira como os trabalhadores definem “as violações morais das normas” e como eles estabelecem similaridades e diferenças entre eles e os outros grupos (LAMONT, 2000, p. 3).

Lamont (2000, pp. 53-54) ressalta que os trabalhadores negros e brancos constroem fronteiras morais (fronteiras simbólicas) para definir fronteiras raciais e de classes (esses dois tipos constituem fronteiras sociais). O significativo aqui é perceber que tanto a ética do trabalho, quanto a ética da responsabilidade são consideradas pela autora como exemplos de fronteiras morais. Essa passagem das fronteiras morais para as fronteiras raciais constitui uma indicação do uso dinâmico que fazemos da noção de fronteira em sociologia. No entanto, é importante esclarecer que as pessoas manipulam as fronteiras morais de acordo com suas

crenças, seus valores e preconceitos, ao mesmo tempo em que mobilizam um leque de repertórios culturais (LAMONT, 2000, p. 94).

A autora lembra que o distanciamento espacial entre diferentes comunidades raciais nos Estados Unidos reforça a distância cultural já existente entre elas (2000, p. 96). Nota-se também que a lógica de hierarquização moral dos trabalhadores de diferentes comunidades raciais se torna social; muitos dos mesmos preconceitos e considerações morais são mobilizados por diferentes grupos para definir “americanos de cima” e “americanos de baixo”, em clara referência à diferenciação de classes (LAMONT, 2000, p. 146). Fronteiras morais, neste caso, conduzem à cristalização de fronteiras sociais.

Disso tudo, pode-se concluir que a definição das fronteiras antes de ser física e material se opera no âmbito da simbologia e das representações. Com a emergência da cultura digital e dos novos modos de mediações sociais, surgem novas representações sobre o espaço e as fronteiras. Os ativistas digitais do século XXI operam de acordo com essas novas definições de territórios e de fronteiras que já não se limitam às definições clássicas dos limites nacionais. É isso que emerge ao examinarmos as práticas desses ativistas africanos que se reúnem em instâncias e associações transnacionais e atuam além dos limites de suas fronteiras nacionais.

Além da soberania, conectar-se com a diáspora

Como se elabora a domesticação do espaço através da produção de fronteiras na África contemporânea? Segundo Mbembe, essa produção se dá em termos de deslocamento das fronteiras já existentes, de sua divisão ou diferenciação (2005, P. 49). Antes de tudo, Mbembe distingue duas maneiras de considerar as fronteiras no continente africano: primeiro, tomando a África como um “lugar”, isto é, considerando posições fixas dos atores e objetos em questão. O segundo aspecto se refere a considerar a África como “território”, e nesse caso, toma-se em conta a mobilidade dos agentes e dos objetos e seus cruzamentos (Idem, p. 49). Este segundo caso se torna mais interessante para meu problema sociológico que busca analisar as modificações que o ativismo digital produz em termos culturais e

políticos no continente africano. Nesta linha de leitura, o território é tido como um fator de compreensão das dinâmicas sociais eminentemente político.

De acordo com Mbembe, “a territorialidade pré-colonial era uma territorialidade itinerante” (2005, p. 52). Essa noção de mobilidade está no coração da minha compreensão das mobilizações contemporâneas na internet, as quais implicam um fluxo não somente de pessoas e dos objetos, como também dos afetos, das crenças, de ideias, informações e valores. Essa concepção de fronteira confronta a natureza fechada do Estado moderno no continente onde ele se caracteriza por traços autoritários. Mbembe mostra que a configuração do território na época pré-colonial obedecia a outra ordem política:

Estrangeiros, escravos e suspeitos podiam depender de várias soberanias ao mesmo tempo. A multiplicidade de lealdades e das jurisdições respondiam, elas mesmas, à pluralidade das formas de territórios (MBEMBE, 2005, p. 52).

Esse tem sido um dos temas recorrentes das intervenções intelectuais de Mbembe que denuncia entre outros temas, a produção da violência que as fronteiras físicas têm produzido em todo o continente. Não só os povos são impedidos de circular, como também essas zonas-fronteiras são o foco de diferentes formas de violações de direitos e das liberdades. A história cultural do continente africano não pode ser amplamente compreendida fora do paradigma da itinerância, da mobilidade e do deslocamento. Territorialidade não se opõe ao nomadismo, pelo contrário, seu caráter flexível faz com que se adeque à organização social no continente africano antes da colonização que permite o movimento constante dos povos. De acordo com essa perspectiva, compreende-se que a africanidade, apesar dos múltiplos empecilhos, incorpora esse fator da mobilidade. A circulação e o futuro tanto das pessoas, quanto das ideias, das aspirações e fantasias relativas a um mundo melhor que pode estar aqui e alhures; essas representações constituem o imaginário do africano contemporâneo. É também nesses termos que Mbembe enxerga um projeto identitário pós-pan-africanista e pós-negritude desvinculados da vitimização bio-racista (MBEMBE, 2015, p. 71).

Por meio da antropologia política e de um estudo cuidadoso das formas de cidadania pré-coloniais é possível perceber a dinâmica desses arranjos sociais,⁷⁰ os quais, em alguns casos, se perpetuam até o século XXI e continuam caracterizando um modo peculiar de compreensão da cidadania. Assim como no caso das cidadanias pré-coloniais mostrei que era útil tentar resgatar algumas práticas, é necessário pensar as fronteiras no continente de acordo com a mesma estratégia. E assim, avalia-se quais práticas e visões de mundo podem ser combinadas com as noções contemporâneas de fronteira, e onde essas noções são desejadas. Em todo caso, Mbembe expõe um contexto onde os Estados nacionais africanos estão cada vez mais confrontados com o desafio de preservar-se do ponto de vista da manutenção da sua soberania, evitando que nasçam outras formas de soberanias mais pulverizadas e fragmentadas. O que nem sempre eles conseguem.

De toda forma, a perda da soberania do Estado coincide com o surgimento de outras formas de soberanias privadas (1999, p. 120) onde violência e extorsões também se tornam comuns. Essa deterioração da soberania se manifesta mais intensamente nas fronteiras dos Estados, lugares de guerras e de contrabandos das riquezas naturais dos países africanos. São igualmente espaços de concentração dos refugiados, esses lugares não incorporam o direito no seu modo de funcionamento:

Podemos também nos perguntar em que medida a violência (saques, tumultos, extorsões) e a desigualdade inerente a esses processos não aumentam o risco de precipitar a destruição da “civilidade”, à qual sabemos ser um traço importante de pertencimento e cidadania (MBEMBE, 1999, pp. 120-121).

Mas essa lógica também está relacionada com o curso normal do desenvolvimento capitalista, que, em última instância, produz e espalha a morte, gera violência que “produzem partições territoriais, alcançando o controle sobre regiões inteiras pelo modelo feudal, especialmente onde existem depósitos minerais” (MBEMBE, 2016, p. 142)

O campo da geografia também é responsável por produzir reflexões úteis para a compreensão das dinâmicas territoriais e, ademais, de suas implicações políticas. Por exemplo, Cox (2005) entende que Estado significa a existência de um

⁷⁰ Ver o capítulo 3 deste trabalho.

território, ou seja, a delimitação da soberania dentro de um espaço geográfico fechado (p. 160). Isso significa que seu poder de ação e sua jurisdição se limita aos limites desse espaço geográfico bem definido. Daí também surge a noção de soberania. Entretanto, a soberania territorial de um Estado envolve certas responsabilidades vis-à-vis dos cidadãos que compartilham essa comunidade. Cox chama a atenção para três aspectos fundamentais que caracterizam essa dimensão da autoridade territorial: *State input*, ou seja, a maneira como as demandas da sociedade civil são endereçadas ao Estado; *State throughput*, isto é, a organização burocrática do Estado, sua estrutura legislativa, jurídica e executiva. Em outras palavras, a maneira como o Estado enquanto forma de governo é reconhecido na prática. Por fim, *State output* se refere basicamente à capacidade de intervenção do Estado em forma de políticas públicas (COX, 2005, p. 161).

Porém, na África, nada é muito simples. De fato, lembra Retaillé (2005), enquanto obra dos exploradores e dos colonizadores, a África permanece inacabada. A territorialidade dos Estados ainda está relacionada à questão das fronteiras, as quais, por sua vez, estão relacionadas à questão da etnicidade que, por fim, se insere num quadro geral que muitas vezes se manifesta no âmbito da informalidade (RETAILLÉ, 2005, p. 181). Sem falar das contradições que a violência produzida nas fronteiras acarreta para as comunidades. Ademais, a pluralidade dos estilos de vida, sedentários e nômades, se encontra enredada nessas contradições ao ver, por exemplo, a mobilidade das populações bastante comprometida no continente africano (RETAILLÉ, *idem*, p. 192).

Contudo, Retaillé vê essa noção do espaço móbil como uma contribuição do continente africano para o mundo na medida em que constitui uma compreensão original do espaço (*idem*, p. 197). O nomadismo de certos povos e o vasto espaço inabitado constituem ativos culturais importantes que o continente africano pode aportar ao mundo contemporâneo: “Do ponto de vista africano, a distância é grande entre a fixação do espaço nacional que se fortaleceu desde a colonização e a persistência do espaço móbil nas condutas sociais” (RETAILLÉ, 2005, p. 200). Percebe-se que a noção de territorialidade na África está longe de ser algo de fácil resolução. De certa forma, a explosão dos meios de comunicação digital veio exacerbar essa percepção de fluidez, volatilidade e do efêmero quando se pensa em fronteiras e territórios.

De acordo com Piermay (2005), a palavra “fronteira” já existia no século XVII e se sustentava em diversos tipos de soberanias, especialmente militares ou como ponto de comércio. Em todo caso, fronteira e soberania faziam referência ao alcance de um poder em determinadas cidades. Para o autor, a noção de fronteira começa a se estabilizar nos séculos XVII e XVIII e remete fundamentalmente aos limites soberanos do Estado. Dois séculos seguidos verão essa noção se fortalecer antes de começar a ser relativizada essencialmente no século XX e XXI quando entidades supranacionais ganham uma importância nova política, cultural e economicamente.

Veremos blocos políticos se formando em diversos continentes como na África (embora certas tentativas tenham fracassado), na Europa (onde por mais de três décadas, um bloco econômico e político não para de se fortalecer) e em outros continentes, como na América Latina (embora nesse continente a circulação dos indivíduos entre os Estados seja mais controlada devido a problemas de segurança causados tanto pelas ditaduras militares, como pelo tráfico de drogas e a ascensão dos carteis). Além disso, nasce a noção de co-soberania em diversos contextos, sobretudo, na Europa, a qual desemboca no abandono voluntário de parte da soberania do Estado-nação (PIERMAY, *idem*, p. 2015). Na África, paradoxalmente, desde o fim do sistema colonial, as fronteiras que limitam os Estados foram pouco contestadas. Poucos movimentos separatistas apareceram e poucos países invadiram o território de seus vizinhos, salve alguns casos raros como o da República Democrática do Congo, onde grupos genocidas que fugiam de Ruanda se refugiavam no leste do país, provocando incursões periódicas do exército ruandês no Congo. Contudo, como nota Piermay e outros autores, o sentimento nacionalista não decresce no continente africano (p. 220).

A falta de contestação de territórios nacionais não significa que as fronteiras sejam espaços propriamente pacificados ou isentos de conflitos de vários tipos:

As fronteiras aparecem como espaços dos possíveis, mas as fronteiras dos Estados atraem elas mesmas outros tipos de fronteiras, lugares de oportunidades para diversos tipos de poderes (Estado, autoridades locais, poder tradicional, controladores de estradas, etc.) que, de acordo com as alianças e os jogos complexos e mutantes, tributam essas atividades (PIERMAY, 2005, p. 209).

Esse quadro é o reflexo da real condição dos Estados falidos em diversos países africanos, especialmente na região da África Central onde também se multiplicam campos de refugiados, ou seja, lugares onde a cidadania é praticamente inexistente. Diferentes atores políticos, militares, paramilitares e outros oportunistas surgem e agem para garantir sua “parte do bolo”. A isso se adiciona o quadro precário das violências recorrentes perpetuadas por milícias financiadas por multinacionais que extraem recursos naturais nessas regiões. No caos generalizado que são essas fronteiras, os mais oportunistas conseguem ser os vencedores e prosperam no mundo dos negócios, principalmente no ramo da exploração dos recursos naturais.

De forma geral, território é um conceito controverso que encontra diferentes definições de acordo com a tradição intelectual e política de cada país. Entretanto, a ideia de que ele representa uma construção social parece ter ganho maior relevância na literatura especializada. (FIRMINO, 2018, p. 75). Ele também garante sua legitimidade na medida em que é reconhecido como tal. Outros autores introduzem a noção de sobreposição para ilustrar o fato de que um território pode ter em seu âmbito outros territórios que contestam periodicamente sua autoridade (FIRMINO, idem, p. 76). Porém, a sobreposição pode também se referir à própria estrutura organizacional do Estado, nesse caso, fala-se de diferentes níveis jurisdicionais do poder político e administrativo. Nota-se então a complexidade que supõe tratar do tema da territorialidade, sobretudo, na perspectiva dos países africanos onde os Estados modernos apresentam falhas estruturais graves, quando elas não são da ordem de uma incompatibilidade cultural ou, para ser menos determinista, quando elas refletem o caráter conflituoso que constitui o fato de tentar superar o colonialismo e seus efeitos.

Por outro lado, quando se avança na ideia de um ativismo digital, ou até mesmo de ativismo tradicional, isto é, um ativismo *off-line*, que ultrapasse os limites das fronteiras nacionais, sempre se corre o risco de uma crítica que diz respeito ao problema da autenticidade. Cada movimento que tenta superar os limites impostos pela nacionalidade ou a soberania territorial se expõe ao risco da denúncia contra uma manipulação externa. Logo, não é muito difícil incorrer em diversos tipos de conspiracionismos e teorias do complô. Do ativista, ao que parece, se espera um comportamento patriótico. Mas o patriotismo que se exige parece ser

sinônimo de alinhamento com os posicionamentos do governo. Essa tem sido a linha geral que os críticos do ativismo digital têm assumido na África. É obviamente uma forma de intimidação que visa criar uma dúvida não somente na comunidade vis-à-vis do ativismo, mas também no próprio ativista que começa então a duvidar das próprias ações. O que se observa também é que o ativismo digital acaba se revelando uma atividade muito desgastante psicologicamente. No capítulo anterior mostrei como alguns ativistas meditavam sobre o fato de se distanciarem por um tempo da militância política. Isso é ainda mais compreensível em contextos onde a atividade política constitui um risco real à vida. É o caso em vários países africanos onde a existência dos conflitos políticos e a discordância pública encontram sua resolução na violência física mais brutal, como por exemplo os casos de sucessão política que resultaram em guerra civil na Costa do Marfim ou no Congo, e mais recentemente, num golpe de Estado em Mali⁷¹.

Outro fator que torna a perspectiva transnacional útil é o caráter global dos riscos sociais, econômicos, culturais e ecológicos aos quais as populações se confrontam no dia a dia. Embora nem sempre elas percebam a dimensão “macro” dos problemas aos quais estão submetidos, por exemplo, os efeitos de poluição provocados em alguns contextos sociais, essas populações mais vulneráveis precisam que suas reivindicações tenham um alcance mais amplo. Daí a necessidade dessa repercussão internacional que o ativismo digital consegue proporcionar graças às articulações transnacionais. O conhecimento e a expertise que eles possuem quando se trata de produzir um discurso midiático, sua capacidade de dialogar com os meios de comunicação se tornam um grande ativo para o ativismo e as agendas políticas em questão:

A base da liberdade na rede é a possibilidade de comunicar massivamente sua mensagem a um custo bem baixo sem a necessidade de autorização de nenhuma empresa ou governo. Também está na possibilidade de criar novas aplicações, formatos, protocolos de comunicação, enfim, de inventar novas soluções

⁷¹ Em setembro de 2019, o presidente Ibrahim Boubacar Keita (IBK) foi deposto do poder por um golpe de Estado conduzido por uma junta militar liderada pelo coronel Assimi Goïta. Ver em: <https://www.dw.com/pt-002/mali-como-ser%C3%A1-a-transi%C3%A7%C3%A3o-depois-do-golpe-de-estado/a-54931352>

tecnológicas sem a necessidade de aprovação prévia de controladores (AMADEU, 2016, p. 346)

Portanto, é um universo dos possíveis que se oferece ao ativismo digital e sua forma bastante dinâmica de se desenvolver onde quer que seja. É, sobretudo, essa faculdade de adaptação que torna o ativismo digital uma modalidade peculiar no universo dos movimentos sociais. Se considerarmos, por exemplo, as problemáticas sociais e culturais da violência contra a mulher em determinadas regiões da África – e a prática da excisão é uma delas –, uma condenação internacional é mais suscetível de fazer avançar uma causa que apenas as mobilizações no âmbito local ou nacional; essas últimas podendo facilmente sofrer da repressão política das autoridades. O mesmo pode ser dito sobre a causa gay ou até mesmo quando se trata do desafio da escolaridade das meninas na África, onde o patriarcalismo continua privilegiando a oportunidade escolar para os meninos em detrimento das meninas.

Nas próximas linhas argumento sobre a maneira como os ativistas africanos e outros, sejam eles expatriados e residentes na Europa, sejam haitianos, justificam ações de mobilização coordenadas internacionalmente, bem como a participação em plataformas transnacionais. Além disso, mostro como algumas elaborações teóricas, como por exemplo, o conceito do “Atlântico negro”, permitem construir uma argumentação geral do ativismo digital pan-africanista contrário ao sentido clássico, às vezes chamado de “pan-africanismo do retorno”.⁷²

o encontro dos *Africtivistes* reúne os ativistas do continente africano, e foi um momento de troca de experiência, compartilhar minha luta diária no Haiti e ouvir também o que os ativistas africanos tinham como experiência em cada país presente. Eu estava num painel cujo o tema era “as novas formas de mobilização cidadã”. Eu falei sobre um projeto que temos em Haiti que é de combate às Fake News, portanto, estamos trabalhando sobre o “*fact checking*” no Haiti, e eu apresentei esse projeto. E também expliquei o que seriam, para nós haitianos, essas novas formas de mobilização cidadã através da internet. Portanto, explicamos que a mobilização cidadã é também tornar a internet um espaço de

⁷² Ver especificamente em Gilroy, 2012, p. 22.

convivência, evitar a proliferação das fake News para que essa ótima ferramenta que temos, a internet, não perca sua credibilidade (HT).

Ele insiste, sobretudo, na experiência enriquecedor que pode ser a troca de conhecimento com ativistas de outros continente, a importância de observar *in situ* como eles se organizam e se mobilizam:

Cheguei no momento em que um ativista de Burkina Faso foi preso porque postou algo no Facebook e tinha uma forte mobilização dos ativistas para que ele fosse solto. Acho que o ativismo africano está avançando bastante. Para mim, é muito bom ter essa associação que tem a capacidade de reunir numa sala de conferência praticamente todos os países africanos para discutir as questões do ativismo e compartilhar suas experiências, é isso que realmente me impressionou. É por isso que nós estamos nos aproximamos (HT).

Essa nova concepção advoga a favor de um pan-africanismo que transite entre África e a diáspora africana. Lanço mão essencialmente das ideias de Gilroy (2012, 2005 e 2010) acerca de uma perspectiva transatlântica da identidade africana mais contingente e indeterminada, em consonância com Mbembe, conforme mostrei anteriormente; e também da visão do cosmopolitismo de Beck (2005, 2006 e 2009), a qual pode ser útil para pensar a superação das fronteiras e da soberania.

IV. 5. Construindo um ativismo digital no Atlântico negro

Pensar a internet na perspectiva de uma pluralidade territorial como sugere Frédéric Martel é ainda mais pertinente quando a associamos a diferentes repertórios e usos dos recursos digitais que os atores sociais utilizam nas redes sociais. Apreender essa pluralidade além do uso das tecnologias digitais em atividades econômicas ou outras transações financeiras como transferências bancárias por SMS, compras de remédios a partir de envio de SMS, se torna mais pertinente quando analisamos as trocas que se estabelecem entre os ativistas digitais em dinâmicas do Atlântico negro. Assim, vale ressaltar os tipos de repertórios usados por diferentes ativistas digitais, os significados dessas opções práticas em

seus contextos particulares e a maneira como eles as transmitem para seus colegas de outros países, e em quais esferas e espaços de encontros.

O caso dos ciberativistas haitianos que inventaram uma inteligência artificial (IA) para combater fake news é muito emblemático e ensina como as práticas e os usos na internet nunca são determinados pelos artefatos digitais. O contexto sempre orienta as demandas e as soluções propostas. O ativista haitiano que entrevistei relata como foi a experiência de combater fake news a partir de uma IA:

O que a gente faz é que utilizamos a Inteligência Artificial (IA) através de um robô que chamamos de *Thomas*, você sabe, o *Thomas* da bíblia que não acredita em nada tão facilmente. Pronto, se você está em Haiti e recebe uma informação, você tem a possibilidade de ir em nosso aplicativo, colar o link da notícia que está lendo e *Thomas* vai analisar, graças ao treinamento que ele recebeu para dizer se essa informação tem um grau de validade. Posso te dar alguns exemplos agora. Você sabe que em Haiti somos um país que é extremamente exposto a catástrofes naturais. Temos terremotos, temos temporadas ciclônicas que duram seis meses de junho a novembro cada ano. E têm pessoas que aproveitam desses momentos quando a população está um pouco apreensiva porque uma temporada ciclônica é anunciada; bem, pessoas aproveitam para divulgar falsas informações. O último ciclone que tivemos aqui foi o *Matthew* e pessoas aproveitaram justamente para divulgar falsas imagens, falsas informações, não sei exatamente com qual propósito, mas temos esse problema em Haiti. Nos meios sociais, políticos, etc. As pessoas aproveitam desses momentos para divulgarem fake news. Portanto, nós, da rede dos blogueiros pensamos que era importante ver como abordar esse problema e trazer soluções (HT).

Thomas é evidentemente uma referência bíblica, precisamente, ao apóstolo do Cristo conhecido por seu grande ceticismo e que precisou tocar na ferida de seu mestre para acreditar em sua ressurreição. O que os ativistas digitais haitianos transmitem como é mensagem para os internautas é mais ou menos a recomendação

de “se tornarem *Thomas*”, de duvidar, de procurar sempre provas antes de validar uma informação disponível na internet.

É claro que um ecossistema digital completamente sano é difícil de imaginar no atual contexto porque já foi evidenciado que produzir notícias falsas gera lucros. A própria economia digital das redes sociais acoplada à economia da atenção⁷³ cria um ambiente favorável a essas aventuras de propagação de fake news. No entanto, *Thomas*, como outras iniciativas servem para limitar seus efeitos, até mesmo em pequenas escalas.

Os repertórios de ações concretos desses ativistas acabam desafiando a configuração normal das relações entre Estado, sobretudo, no que diz respeito ao respeito dos limites territoriais de cada país e, conseqüentemente, ao limite para os cidadãos, quanto a sua esfera de atuação. Não se pode esquecer que a cidadania, embora existam os acordos internacionais relativos aos direitos humanos, supõe um limite relativo a determinadas configurações territoriais e soberanas. Entretanto, o que vemos, no dia a dia das ações dos ativistas é outra lógica, como explica o ativista congolês baseado em Goma, no Congo:

Africtivistes é coletivo dos ativistas digitais no nível continental que pretende lutar pacificamente a favor das liberdades e da democracia na África. O que fazemos concretamente? Tem membros em muitos países, a maioria dos países africanos e tentamos ver os problemas que esses países passam e em que a rede pode ser importante, não somente em sua capacidade de informar sobre casos de abusos, mas também ajudar em relação às estratégias e na planificação de algumas atividades, a rede pode ajudar um pouco a organizar tudo isso. E também quando um dos membros tem um problema em seu país e que for preciso organizar sua exfiltração, *africtivistes* é mais sobre a solidariedade dos ativistas, e no trabalho on-line e também em casos de problemas concretos. Mas temos poucos lusófonos (CG).

⁷³ Economia da atenção se refere a um campo da economia que ganhou destaque na interseção dos estudos da neurociência, do marketing, do ativismo político e das tecnologias digitais, tendo como ponto central a disputa, a captura e gestão da atenção e do tempo dos consumidores para atender, principalmente, às demandas dos operadores da publicidade. Ver Citton (2013, 2014).

Na realidade essas ações não se limitam apenas à chamada esfera digital, ou ao espaço virtual-on-line. A intenção dos ativistas sempre é de ter um efeito concreto sobre as vidas das pessoas, de encontrar uma conexão entre “a internet e a rua”. Por isso, essas trocas de experiências reforçam vínculos, criam redes de solidariedades capazes de serem ativadas de acordo com a urgência e, eventualmente, agir além das fronteiras territoriais e contra as soberanias nacionais.

A grande transformação que o ativismo digital está introduzindo no continente africano do ponto de vista da gestão das soberanias é a quebra de paradigma relativo aos limites territoriais. Fronteiras africanas não costumam ser contestadas e as populações não estão acostumadas a ultrapassarem a jurisdição de seus países quando agem politicamente. Nos últimos anos isso tem mudado, sobretudo, com a atuação dos atores das sociedades civis. Muitas de suas ações são planejadas e pensadas antes, em espaços de concertações privadas, como por exemplo, os grupos de WhatsApp que reúnem diversos ativistas de vários países. Eles planejam e coordenam suas ações, antecipam os próximos passos dos governos mais autoritários. E como explicou a responsável pela associação *Internet Sem Fronteiras*, às vezes eles pressionam outros corpos políticos suscetíveis de terem um impacto na atuação dos governos:

Às vezes eles só precisam que a mensagem deles possa sair e alcançar um grande público. E nós fazemos isso. Às vezes é mais do que isso, eles às vezes precisam de contatos de certas organizações no nível internacional para facilitar suas atividades no nível local, se tivermos esses contatos, nós ajudamos. Mas também no nível estratégico, quando por exemplo, eles podem estar organizando uma atividade e precisam saber como conseguir resultados maiores tomando o menor risco possível, nesses casos ajudo a planificar também. Fora disso, às vezes a ajuda é apenas fazer uma espécie de lobbying ou defendê-los juntos às pessoas que tomam as decisões. Por exemplo, se você trabalha com diplomatas, percebe que para eles tudo é extremamente lento porque em geral eles precisam de tempo para ver em que medida sua intervenção pode ter outras consequências maiores, mas se o lobbying for em cima de muitos deles ao mesmo tempo, aí você já chama outro tipo de atenção. Se por exemplo eu tiver contatos na

União Africana, às vezes fazemos um lobbying para que eles possam tão somente olhar o que está acontecendo em determinado contexto ou país. Tem vários planos de ação. Pode ser um indivíduo se você já sabe que tal pessoa está com tal problema ou pode ser num plano mais geral (CAM 1).

Em outras palavras, é necessário ter uma grande capacidade de adaptação e flexibilizar suas próprias ações de acordo com as necessidades do momento. As ações não se limitam apenas a temas políticas. Na Guiné Conacri, já mencionei a luta contra as práticas de excisão contra as meninas que é uma verdadeira praga naquele país. Também mencionei a sensibilidade que esses novos ativistas digitais estão desenvolvendo sobre a questão ambiental. Em nossa conversa, tive o péssimo reflexo sem dúvida motivado pelos meus próprios preconceitos sobre o continente africano, de perguntar a uma ativista guineense se ela tinha feito estudos no exterior para desenvolver essa afinidade e essa sensibilidade com a questão ambiental. Não era o caso. Ela observou que era um tema que despertava sua curiosidade e seu interesse há muito tempo. Ela desenvolve diferentes estratégias para aumentar sua influência não somente na Guiné, mas em todos os outros países africanos onde tiver pessoas para emular sua ação:

eu sou uma ativista muito engajada no território nacional, mas, eu estou em constante comunicação on-line com outros países, especialmente graças à criação de grupos no WhatsApp onde debatemos de temas que dizem respeito à governança local, mas também da região. Por exemplo, faço parte de um grupo que se chama *The African Youth for Climate Justice*⁷⁴, que reúne vários jovens ativistas que trabalham no âmbito da mudança climática e é um fórum regional. Temos um grupo WhatsApp onde compartilhamos ideias, trocamos links sobre diversas formações ou perspectivas, elaboramos planos de ações. Na Guiné, faço parte de uma associação de Blogueiros criado em 2015, *ABLOGUI*. Lançamos uma campanha de ativismo digital cidadão, e também sou membro da sociedade civil e por isso tento coordenar várias campanhas através da internet. Isso mobiliza muitos jovens ao

⁷⁴ Juventude africana para a justiça climática.
<https://www.ayicc.net/the-african-youth-climate-justice-caravan/>

redor dessas ações que falam de governança local e desenvolvimento sustentável, e faço isso tanto nível nacional, regional e africano. Graças às redes sociais minhas diferentes campanhas alcançam outros países (GN 2).

Para quem, como o ativista congolês, reside na fronteira entre dois países cujos ecossistemas digitais são drasticamente opostos⁷⁵, pode ser uma vantagem e uma oportunidade:

Aqui em Goma, temos a facilidade de usar a internet de Ruanda. Mas, estamos trocando experiências com pessoas sobre a possibilidade de se conectar graças a algumas redes internet de fora quando ela foi cortada no Congo. Isso foi feito no Egito e na Tunísia, podemos fazer o mesmo aqui. Mas é preciso informar as pessoas sobre os parâmetros que que você precisa ajustar no computador. Antes, estamos encorajando as pessoas a usarem *Firechat*⁷⁶, e quando é fechamento de site, encorajamos as pessoas também a usarem TOR, mas a ideia é ensinar às pessoas como se conectarem com outras conexões de fora. Também tem a questão dos ataques a computadores, sobretudo, os que utilizam Windows, por isso estamos formando pessoas a usar mais Ubuntu ou Linux, etc. (CG)

Como pode ser visto, em alguns casos, trata-se de práticas bastante conhecidas em países europeus, americanos ou sul-americanos, principalmente nos ambientes especializados, onde as pessoas costumam lidar com proteção de dados e segurança digital. É um sinal evidente de que esses ativistas digitais africanos também estão em diálogos com os repertórios produzidos em outros continentes, mas que respondem aos mesmos tipos de configurações de poder repressivos. Por certo, essa realidade de certa uniformidade nas formas repressivas de atuação dos governos não é totalmente nova, e sequer se limita a um espaço geográfico. Um exemplo concreto que ainda está muito presente nas memórias dos sul-americanos é a conhecida Operação Condor que atuou na América do Sul como redes de repressões dos dissidentes aos regimes militares entre os anos 1960 e 1980.

⁷⁵ Congo é um dos países com a pior qualidade de internet do continente ao passo que Ruanda apresenta os melhores índices do continente nessa área nos últimos anos.

⁷⁶ Um aplicativo móvel prioritário que permite acessar internet entre celulares via Bluetooth.

Governos costumam trocar expertises sobre as técnicas de repressão política. A globalização modifica e atualiza essas práticas. Não há de se descartar a possibilidade de governos autoritários agirem solidariamente uma com as outras em sua obsessão por reforçar suas respectivas soberanias.

Acostumada a ter uma atuação em diferentes países ao ajudar muitos ativistas e jornalistas locais, a responsável de *Internet Sem Fronteiras* avalia as novas possibilidades oferecidas pela internet como uma oportunidade de renovação do pan-africanismo. Não obstante essa visão voltada ao futuro, ela não hesita em fazer uma avaliação daquilo que, segundo ela, foi um fracasso do antigo pan-africanismo:

Posso até te explicar porque o primeiro modelo de pan-africanismo foi um fracasso. Dois motivos: O pan-africanismo tal como foi teorizado pelos dirigentes, especialmente Nkrumah, ele nasceu numa época em que os países africanos ganhavam sua independência, eles saíam do domínio colonial, mas eles eram fechados, quer dizer, eu uma camaronesa não sabia o que estava acontecendo na Nigéria. Da mesma maneira que um queniano não sabia o que estava acontecendo na Argélia. Ou então, era preciso estar em países hyper-repressivos como a África do Sul, ser considerado como um pária da sociedade, um combatente que escolhe a luta armada como Mandela para estar em contato, justamente, com pessoas que em Argélia também faziam uma luta armada. Eu acho que esse fechamento, essa falta de visibilidade, essa falta de acesso à informação sobre o que ocorria em outros lugares fez com que, evidentemente, cada um estando isolado, não fosse mais possível construir algo, também por isso estamos com pessoas sem nenhuma formação chefiando nossos países hoje (CAM 1).

Contudo, algo mudou para melhor, de acordo com ela:

Mas com a internet, é isso que mudou minha visão do pan-africanismo porque também era dubitativa, o fato de saber que o meu vizinho tem o mesmo problema que eu, que ao contrário do que achava não sou a única vítima, que meu caso não é uma exceção, infelizmente, no continente, de alguma forma, isso dá

uma abertura que permite imaginar um ponto de vista global das coisas na África. É uma pena que durante muito tempo essa visão global tenha sido rejeitada na África ao passo que em outros lugares foi justamente uma visão global que motivou os movimentos políticos, na Europa, a União Europeia é isso. Não vejo porque isso seria aceitável para a Europa e não para a África. A menos que não queiramos que na África a política seja uma ferramenta para servir os cidadãos (CAM 2).

Pensando, por exemplo, em trocas intelectuais que podem vir a se produzir entre os meios acadêmicos e os atores da sociedade civil, os próprios ativistas digitais, um grande horizonte de produção de saberes se oferece a todos; e especialmente, amplia-se a esfera política com bastante protagonismo dos atores sociais e das sociedades civis. Fundamentalmente, vislumbra-se um horizonte de atuação política imaginada por Gilroy (2012) e outros autores que pensaram em políticas emancipatórias em dinâmicas diaspóricas.

A ideia de um ativismo digital na dinâmica do Atlântico negro se inspira dessa abordagem tanto de teóricos como Gilroy quanto de atores sociais como a advogada camaronesa da *Internet Sem Fronteiras*. E é daí que surge uma perspectiva renovadora do pan-africanismo horizontal porque se ancora em fluxos de saberes fora dos eixos dos poderes soberanos, e essencialmente porque ela se abre ao mundo em perspectiva política do Atlântico negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sociedades civis em diferentes países africanos perceberam que a internet disponibiliza um novo espaço de inclusão e de reivindicação, uma forma de ampliação de espaço público. Com isso, investem cada vez mais nos meios que permitam a ocupação desse espaço com mensagens e discursos relevantes para política e economia de seus países respectivos. Internet se tornou essencialmente um espaço de visibilidade para pautas que até agora tinham pouca repercussão nos debates nacionais. Os novos atores sociais que impulsionam esses debates também configuram uma mudança importante no cenário social e político dos países africanos.

É nesse sentido que o ativismo digital se torna uma atividade importante na dinâmica da vida política desses países, a maioria dos quais possui uma população jovem e interessada nas Novas Tecnologias e nas redes sociais digitais. O que se observa também é que esses espaços de interações mediadas pelos meios digitais constituem lugares de disputas tanto de narrativas quanto de interesses. Dessa forma, eles representam também interesses estratégicos para os poderes públicos, especialmente em regimes autoritários.

Para eles, é importante garantir um nível de controle sobre os tipos de discursos produzidos na sociedade e a forma como eles repercutem internacionalmente, de tal maneira que não possam constituir oportunidade de difusão de uma imagem negativa do país. Vários governos adotam a censura, em diferentes graus, para controlar a liberdade de opinião em seus territórios. Internet se tornou um lugar privilegiado do exercício dessa censura. Nos últimos cinco anos, a organização *Access Now* repertoriou dezenas de violações dos direitos na internet, sendo a interrupção da internet a mais drástica e não menos usadas dentre elas.

Um shutdown da internet ocorre em pelo menos um país africano a cada ano desde 2015. Em anos eleitorais, esses números aumentam. A prática se notabilizou nos países subsaarianos onde governos de Congo (Kinshasa), Camarões e Gabão bloqueiam o acesso à internet para toda a população semanas ou meses antes das eleições; e necessariamente depois delas.

Em muitos países africanos, uma eleição sempre dá lugar a uma crise pós-eleitoral. Antes do advento das redes sociais e da difusão do uso das tecnologias digitais, já era o caso, mas com a emergência da sociedade da informação e a facilidade de acesso à informação, os governos entenderam o potencial subversivo desses artefatos. A Primavera Árabe certamente contribuiu para mostrar às populações africanos que era possível fazer um levante contra os regimes ditatoriais e opressores. Porém, Egito não somente serviu como um laboratório democrático, ele também serviu como uma oportunidade de experimentação de diversas formas de censuras, de violência e de repressão política.

Uma série de fatores operaram juntos para criar um novo cenário social, político e cultural propício a essas mobilizações on-line: a explosão do mercado da telefonia móvel, no início dos anos 2000, e já na segunda metade mesma década, a criação de plataformas digitais como Facebook e Twitter que se tornaram bastante populares no continente africano. Em 2011, durante a Primavera Árabe, foi sobretudo no Facebook que os ativistas se mobilizavam e comunicavam com o mundo para falar da repressão política no seu país. Em outros países como Costa de Marfim, Senegal ou Burkina Faso, os ativistas adotaram mais tarde a plataforma Twitter por seu dinamismo e sua arquitetura mais dinâmica para disparar críticas aos regimes locais, ou críticas e reivindicações contra o fim da violência policial. O ano de 2020, por exemplo, ficou marcado pelos protestos conhecidos como *#ENDSARS* na Nigéria, tendo ela mobilizado pessoas do mundo inteiro, anônimos e celebridades, reunidos em uma onda emotiva e protestatória contra a violência policial naquele país. O movimento “*acabar com a SARS*” consistia em protestos contra uma unidade especial da polícia nigeriana especializada na repressão contra roubos, a qual operava com nível elevado de violência resultando na morte de civis.

Sem embargo, o protesto lembrou aos internautas o movimento *Black Lives Matter*, outro grande movimento de mobilização contra a violência policial motivada pelo racismo nos Estados Unidos da América. O movimento encontrou uma grande receptividade em diferentes países, principalmente no Brasil onde a escravidão enraizou uma cultura racista. Espelhado em “BLM”, *#ENDSARS* recebeu apoio de artistas e esportistas de primeiro nível mundial. Sem dúvida, esse tipo de episódios tem consequências sobre a imagem que um país transmite ao mundo. Um governo que até pouco tempo era visto como moderado e participava

em diferentes missões de mediações de crises políticas no continente africano, passa a ser visto como um governo autoritário. De fato, #ENDSARS danificou a imagem do governo nigeriano.

É paradoxal pensar que num continente onde pobreza e desemprego ainda castigam as populações locais forçadas a sobreviver na informalidade, o ativismo digital esteja assumindo esse protagonismo na disputa de narrativas. Tanto Facebook quanto Twitter se tornaram parte do cotidiano dos africanos. O mesmo pode ser dito do aplicativo de mensagens, WhatsApp. São espaços e plataformas onde os usuários disponibilizam vídeos, fotos, textos, desabafos sobre seu cotidiano, sobre a política em seus países, sobre sua vida privada ou sobre a repressão do Estado. O ambiente digital africano se caracteriza, portanto, por sua resiliência e capacidade de se reinventar.

Desde o fim da colonização, quando países africanos adquiriram suas independências na segunda metade do século XX, governantes africanos se destacam por sua obsessão pela soberania nacional e uma espécie de paranoia contra a ingerência internacional e imperialista. Eles reforçam seus poderes soberanos controlando cada vez mais a circulação da opinião livre em seus países, o que leva nos últimos anos a extremos como o fechamento da internet, num contexto mundial caracterizado pela integração e fluidez das comunicações.

Portanto, não se trata de algo especificamente novo em termos de opressão e autoritarismo, e sim, de um procedimento tecnológico novo. A possibilidade de controle sobre as infraestruturas de comunicação se tornou menos custosa que em outras épocas, e paradoxalmente, esse cerceamento da opinião se produz numa época de excesso comunicativo e excesso de informações disponíveis, como afirma Paulo Vaz.

Por outro lado, o que se observa é que a política propriamente dita não é a única temática que mobiliza os usuários africanos nas redes sociais. Questões culturais como o fim da excisão, isto é, das mutilações contra as meninas também mobilizou os protestos on-line dos ativistas da Guiné Conacri. O tema do meio ambiente é outro que chama a atenção nesse ambiente de mobilização on-line, e ele se estende a vários países. A falta de saneamento básico em muitas cidades importante do continente africano preocupa cada vez mais os cidadãos que levam

essa pauta no espaço público com o objetivo de pressionarem as autoridades competentes.

Campanhas de mobilizações são organizadas nas redes sociais ao mesmo tempo que se organizam dias inteiros de mutirões de limpeza, com apoio de ONGs locais e outras associações. Essas operações de comunicação se multiplicam em vários países e obrigam os governantes a tomarem providência e se envolverem mais com o meio ambiente e o saneamento básico.

As mobilizações on-line dos ativistas africanos tendem a se multiplicar nos próximos anos e elas ganharão cada vez mais repercussões internacionais porque as sociedades civis do mundo inteiro perceberam a importância de articularem suas linguagens de protestos facilitadas pelas ferramentas digitais das Novas Tecnologias. A dimensão do Atlântico negro do ativismo digital ganha uma nova relevância nesse contexto. Os protestos na Nigéria mostraram essa nova dinâmica. Já nos últimos anos, ativistas haitianos têm trabalhado em parceria com ativistas de diversos países africanos, encontrando-se em congressos e reuniões dedicados ao jornalismo, ao ativismo ou a outras práticas digitais como o *hacking*.

Essas práticas vão ser reforçadas até mesmo na América Latina. Em 2019, as mobilizações populares no Chile tiveram um forte impacto na twittoesfera brasileira e em outras redes sociais como Facebook. Movimentos de esquerda se mobilizaram e contaram essa história de luta por mais direitos sociais e contra a repressão policial. Em 2020, a adoção de nova constituinte no mesmo país também mobilizou fortes emoções nas redes ativistas brasileiras além do tema ter ocupado um lugar de destaque em diferentes meios de comunicação e veículos de notícias brasileiros. Há, portanto, uma maior integração das pautas. Observa-se pelo menos uma aceleração nesse sentido.

Se a globalização produz a integração planetária da governança tanto do ponto de vista da concessão dos direitos, quanto do ponto de vista da repressão política, ela também organiza a resistência a essas forças soberanas. É um dos paradoxos dos nossos tempos. Advoguei a favor da necessidade de certas temáticas como a luta antirracistas ocuparem cada vez mais espaço no debate visível nas redes sociais, e para isso, é necessária uma política do Atlântico negro do ativismo digital. Isso implica uma cooperação entre ativistas africanos e ativistas sul-americanos.

Como mostrei neste trabalho, os ativistas digitais africanos já estão se organizando no âmbito de entidades transnacionais, as quais obviamente necessitam decentralizar-se do ponto de vista da sua gestão e organização.

Uma articulação dessa natureza requer não apenas novas competências comunicativas para os atores sociais, mas também um trabalho cooperativo de curadoria que consiga juntar as produções intelectuais africanas e as práticas de resistência; articulá-las com seus equivalentes na América Latina, na América Central ou na América do Norte. Em suma, em toda parte onde se encontrem as diásporas africanas. As novas competências não são apenas técnicas, elas também remetem à linguagem e às línguas que permitam uma mediação entre diferentes contextos políticos, entre diferentes discursos produzidos localmente e que precisam ganhar uma dimensão transatlântica.

A criação de uma plataforma como o LAVITS, a rede latino-americana de estudo sobre vigilância, tecnologia e sociedade, constitui uma pista do que pode ser feito em termos de curadoria e de articulação. Porém, é preciso ir além disso e não se limitar ao universo acadêmico. O que proponho é articular os discursos produzidos nas universidades com os produzidos diretamente pelos ativistas. A produção de livros como *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos* é outro avanço nessa direção de integração e articulação dos saberes, enfatizando a dimensão multidisciplinar dessa abordagem, bem como a pluralidade dos saberes disponíveis.

Dediquei o primeiro capítulo desta tese a um debate metodológico relativo ao processo de elaboração dessa pesquisa e da minha própria trajetória nesse campo da chamada Sociologia digital. Esbocei também um debate epistemológico com intuito de refletir de maneira mais profunda sobre a incidência das Novas Tecnologias e das novas mídias na cultura mundial, bem como de seu impacto no ofício do sociólogo.

O segundo capítulo se debruçou ao tema da mobilização e dos movimentos sociais na literatura disponível nas Ciências sociais a partir, sobretudo, de autores como Touraine, Tilly, Melucci ou Tarrow com os quais discuti conceitos como agência, novos atores sociais, movimentos sociais, novos movimentos sociais e repertórios de ação. Minha intenção era mostrar que embora o continente africano

não integre o espaço político conhecido como ocidente, ele carrega em si uma longa tradição de mobilização política e de ação coletiva, muitas vezes contra as forças colonizadoras. Mostrei de que maneira podemos considerar as lutas independentistas e a política pan-africanista como parte dessa tradição de mobilização que se configura como uma referência discursiva para os ativistas digitais atuais. Há claramente uma necessidade de recuperar certos discursos políticos das grandes lideranças do passado.

Além de tentar compreender o impacto técnico das Novas Tecnologias da informação no continente africano, me pareceu valioso analisar as temáticas abordadas pelos ativistas digitais; quais conceitos eles mobilizam para organizar suas militâncias on-line e compreender porque eles julgam esses discursos acessíveis ao seu público. Nesse sentido, dediquei o terceiro capítulo à análise do conceito de cidadania e dos sentidos que ele adquire nos discursos dos ativistas digitais. Tentei encontrar as raízes do conceito, tanto no ocidente quanto sua recepção nos países africanos, principalmente após as independências. Emerge, portanto, a dimensão do civismo como eixo para entender o sentido que os ativistas mobilizam ao usar o conceito de cidadania. Para essa leitura, a noção de evergetismo de Paul Veyne se mostrou extremamente valiosa para meu propósito de mapeamento do conceito.

No último capítulo, esboço uma síntese entre as propostas do pan-africanismo, suas críticas e algumas noções centrais que emergem nessas disputas de narrativas e de opiniões entre ativistas digitais e governantes africanos. São principalmente conceitos como soberania e fronteiras que nortearam a argumentação dessa parte do trabalho.

ANEXOS

Perguntas feitas durante as entrevistas⁷⁷

Haiti

1. Pode falar-me de como surgiu esta relação com os Africtivistes?
2. Tenciona continuar esta relação?
3. Qual foi o seu papel na reunião de Ouagadougou? Que mensagem ou conhecimento queria transmitir ali?
4. Como encontrou o ambiente técnico e ativista em África durante a sua recente estadia?
5. Como vê o lugar dos ativistas haitianos em relação às relações com os ativistas africanos?
6. Está próximo de outros ativistas do continente americano (Sul ou Norte)?
7. Tem financiamento ou apoio?
8. E qual é a situação do ativismo na Internet no Haiti?
9. Como é o acesso à Internet no Haiti?
10. Tem associações que reúnem ativistas haitianos? Formas de mobilização?

Costa de Marfim

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que, por razões éticas, o nome da pessoa entrevistada não será publicado durante a redacção final da tese. Em vez disso, podem ser utilizadas letras do alfabeto ou números.

A conversa será gravada em formato áudio (MP3) para uma melhor utilização da informação recolhida.

⁷⁷ As perguntas eram praticamente as mesmas, mas elas se adaptavam e foram flexibilizadas de acordo com cada contexto. Algumas vão parecer repetitivas, outras não entraram nessa relação ou porque perdemos o arquivo ao longo do processo de elaboração da tese, ou simplesmente porque as julgamos pouco pertinentes neste momento.

1. É um dos pioneiros do web-ativismo na África francófona. Pode dizer-nos o que o levou a envolver-se neste campo e também a sua educação? Lembro-me também do seu tempo na prisão, que mobilizou muita gente a nível internacional.

Contar o número de tweet com a hashtag *#kpakpatoya*

2. Como avalia o ambiente web na Costa do Marfim? As coisas evoluíram rapidamente em termos de acesso mais barato à Internet, qualidade da ligação, etc.?

3. Como web-ativista, quais são as suas exigências prioritárias de cidadão? E os dos ativistas da Costa do Marfim em geral?

4. Tem necessariamente uma opinião sobre toda a África, dado o seu estatuto no ambiente africano da Internet, o que pode dizer sobre o contexto geral da Internet na África francófona?

5. Falei com alguns ativistas de outros países, um problema que surge frequentemente, o preço da Internet. Está atualmente em Espanha como parte das suas atividades, falou sobre o papel do Estado na sua conferência. Que papel podem os líderes desempenhar para melhorar a relação custo-benefício da Internet?

6. Em Espanha, também falou sobre o facto de os ativistas da web terem de respeitar a lei. É este um problema que observou na África francófona? Porque insiste neste ponto? Um ativista não deveria ser um pouco subversivo?

7. Tal como em Internet Sem Fronteiras, insiste na segurança dos ativistas na rede. Mais uma vez, há uma verdadeira necessidade disto? Quais são os perigos, os Estados, os hackers?

8. Como se organizam como *Africtivistes* em termos de logística? Qual é o seu apoio financeiro?

9. Os seus objetivos são os mesmos que os dos parceiros ocidentais, ou existem por vezes disputas?

10. Pode explicar-me a relação entre o Governo - Ativistas - Atores estrangeiros (por exemplo ONG, TPI, RFI, Repórter Sem Fronteiras, etc.)? Qual é a relação entre estes três atores? P. Couve

11. Como é feito o trabalho em rede com outros ativistas a nível continental?

12. Como podemos fazer ativismo pela Internet na África francófona sem uma boa ligação internacional e ainda ser eficazes?

13. Os web-ativistas africanos precisam de retransmissores internacionais? Será que precisam de ter uma base internacional para sobreviver?

Garantia de confidencialidade, se necessário.

1. Sei que tem outra profissão, mas considera-se um ativista da web?

2. Faz uma distinção clara entre ativismo na Internet e ativismo na vida real?

3. Quais são as dificuldades de ser um ativista em Tombuctu? E também ser web-ativistas?

4. A questão do custo da Internet e da sua qualidade continua a ser um problema ainda hoje, mas os ativistas malianos da web estão entre os mais ativos e conhecidos na África francófona. Como é que se faz?

5. Faz parte de um coletivo de ativistas malianos ou africanos da web?

6. Tem recebido apoio financeiro nacional ou internacional para as suas atividades ativistas?

7. Em geral, quais são as exigências da cidade a que se dá prioridade no web-ativismo?

8. Que papel desempenham as novas tecnologias nas suas atividades diárias?

9. Costuma apoiar (qualquer tipo de) ativistas (web) de outros países africanos?

10. Para além das suas atividades na e com a Internet, utiliza outras estratégias para reivindicar direitos, ideais?

11. Quais são as últimas campanhas em que tem estado a trabalhar nos últimos anos? Como é feito o bom ativismo?
12. Ser mulher é uma vantagem ou uma fraqueza no mundo do web-ativismo em África?
13. O que pensa do coletivo Africtivistes?
14. Acha que existe um mercado para o web-ativismo na África francófona?
15. Como qualificaria o estado atual do web-ativismo no Mali?

Guiné Conacri

1. Agradeço muito você aceitar de conversar comigo apesar dos problemas que tem com a internet na África. Sei muito bem como é isso pois conversei com uma ativista de Mali e tivemos que usar pequenas mensagens de WhatsApp para nos comunicar facilmente.
2. Então, conseguiu seu contato graças a Atvista X que é uma amiga que conheci na época em que eu trabalhava com os blogueiros de RFI. Atualmente estou estudando as transformações que a internet traz na África em termos de democracia e de reivindicações cidadãs. Vamos começar então. Tenho poucas perguntas para não tomar muito seu tempo. Faz muito tempo que está no ativismo digital, e tem experiência em outras formas mais tradicionais de ativismo?
3. É um aspecto do meu trabalho, ver como os ativistas estão conseguindo trabalhar juntos apesar da distância entre os países. Já ocorreu a você trabalhar com outros ativistas africanos, seja no seu país ou no estrangeiro?
4. Você disse algo me interpelou. Disse que conseguem atingir um público muito mais amplo com a internet e também você disse que é possível determinar alvos, me parece que são coisas diferentes. Quando você quer alcançar um público alvo é diferente de alcançar uma massa indeterminada. Como você tem certeza de atingir essas pessoas? E quem são, por exemplo, as pessoas que vocês definem como seu público alvo ao organizarem as campanhas?
5. É justo o que você diz. Eu mesmo falava disso no meu mestrado quando qualifiquei as redes sociais de esfera pública digital. Queria também te perguntar

de onde vem esse teu interesse pelo tema do meio ambiente. Tem a ver com sua formação ou um trabalho que desenvolve?

RD Congo

1. Está podendo falar tranquilamente?
2. Em Kigali tem uma conexão?
3. Você me disse ontem que iria a um Fórum sobre liberdades na internet, vai ser em Uganda, acho?
4. É surpreendente, não? Porque Uganda não é muito conhecido por ser um lugar de conectividade e tão acessível assim. O debate das liberdades na internet está ganhando importância na região, inclusive em países como Uganda?
5. Justamente você está falando dos “policy makers”, eu sei que apesar de morar num país francófono você também tem aptidão em inglesa, isso é uma vantagem de ter essas duas línguas nas suas atividades como ativista digital?
6. Eu também vi que você faz parte do coletivo dos africtivistes, pode me dizer rapidamente de que se trata? Tem ali também pessoas que vem de países lusófonos ou de língua inglesa, como por exemplo, Angola, Moçambique?
7. Mas o coletivo tem apoios, seja o africtivistes ou até mesmo você lá em Goma, como trabalham? Questões logísticas...
8. Ah, isso me leva a outro assunto, você atualmente, fora o ativismo digital tem outro trabalho?
9. Agora, eu queria saber, quais são as reivindicações prioritárias dos ativistas no Congo? Sobre tudo dos que você conhece, imaginando evidentemente que vocês trabalham em rede. Quais são suas reivindicações prioritárias?

10. E, a propósito, você acompanha a atual crise no Gabão⁷⁸?
11. Atualmente tem também uma crise no Congo. Tivemos notícias de enfrentamentos violentos em Kinshasa, Lubumbashi, quais medidas estão tomando para se proteger, por exemplo, o movimento “Lucha” que é muito conhecido e que tu conheces bem, como vocês estão se protegendo e se organizando?
12. Você abordou um tema *en passant*, percebem uma separação clara entre o ativismo clássico e ativismo digital?
13. E você costuma dar seu apoio, e de que ordem seria, a outros ativistas de outros países africanos, por exemplo? Você estava me falando do Gabão há pouco. Ok, se você quer ajuda-los, como você faria, de que ordem é o tipo de ajuda que aportaria a eles?
14. Chegamos realmente no final. Atualmente, as pessoas estão apreensivas sobre a possibilidade de fechamento da internet no Congo, como se prepara a tal eventualidade? Como fariam por exemplo?

Camarões /França

1. Ok... então podemos começar com uma pergunta bem simples. Sei que é advogada, mas se considera também como uma ativista?
2. Também vi que você trabalha para Internet Sem Fronteiras que eu não conhecia muito bem. Mas o que é exatamente? Grosso modo, qual é o trabalho de Internet Sem Fronteiras?
3. Você estabelece uma distinção entre o ativismo digital e o ativismo normal, digamos antes das redes sociais, no contexto africano atual, existe realmente essa diferença?
4. Também observei que você é bilíngue... fala duas línguas. Na minha pesquisa estou me focalizando apenas nos países de língua francesa. Mas você, faz essa separação no seu trabalho, na maneira como aborda seu trabalho?

⁷⁸ O governo fechou o acesso à internet em todo o território. Tivemos que esperar o fim do embargo para entrar em contato com um dos ativistas de lá. Em geral isso pode levar meses.

5. É justamente um aspecto que abordarei logo mais, mas antes, isso me remete a um caso interessante. Você acompanhou o caso dos “Revû” em Angola?
6. Também vi no site que vocês fazem formações. Nesses casos, quem é o seu público alvo?
7. Me lembro que numa entrevista para France 24 você afirmou que os militantes gaboneses se preparam muito tempo em silêncio...
8. Estou curioso para saber se você coloca, para si mesma, limites em termos de seu campo de atuação. Existem regiões, países sobre os quais você pensa talvez não tem competência nem legitimidade para falar?
9. É interessante você falar disso porque minha tese é o pan-africanismo como modelo de governança vindo de cima foi um fracasso, mas me parece que há um movimento de pan-africanismo que vem da sociedade civil que está acontecendo e o que tento verificar.
10. Chegamos quase ao fim. Só um comentário. Na América Latina tenho a impressão que é o contrário, não vejo ativistas de um país se envolverem realmente naquilo que acontece no outro. Por exemplo o que está acontecendo no Brasil não virar pauta dos ativistas venezuelanos ou argentinos. É uma coisa muito peculiar à África e por isso me interessa.
11. Outra coisa que observo na África são os grupos de ativistas digitais que se reúnem independentemente dos países, como por exemplo, o grupo dos Africtivistes, não sei se os conhece, provavelmente que sim... o que está por trás disso, qual é a inspiração dessa união, é algo espontâneo ou será que existem orientações externas para talvez otimizarem suas ações agindo em grupos internacionais como esse?
12. Penúltima pergunta porque não quero... porque você ainda está na estação. Então, como fazem para trabalhar com as diferenças de penetração de internet na África, no Congo, por exemplo, somente 4 % da população tem acesso, e quanto mais você se aproxima do Saara mais aumenta o número acho... isso deve fragilizar suas ações?

13. Penúltima pergunta porque não quero... porque você ainda está na estação. Então, como fazem para trabalhar com as diferenças de penetração de internet na África, no Congo, por exemplo, somente 4 % da população tem acesso, e quanto mais você se aproxima do Saara mais aumenta o número acho... isso deve fragilizar suas ações?

Camarões

1. Chegou a ver o relatório de Philippe Couve, um trabalho que publicaram sobre os ativistas digitais na África francófona?

2. Já faz um tempo que você desenvolve atividades na internet, sobretudo no blogging, mas você também tem participado em alguns movimentos de militância on-line...

3. Ok, voltarei ao tema do coletivo já. Aliás, pode já falar disso, tem cada vez mais coletivos de blogueiros que estão se formando, você pertence a um coletivo internacional também?

4. Esses movimentos aos quais participa de maneira contingencial são movimentos que podemos qualificar de ativismo on-line somente ou tem atividade na vida real?

5. Portanto, para você tem uma separação clara entre as duas coisas?

6. E como você mede esse impacto?

7. E você pode me falar do estado atual do ativismo digital no Camarões e se tem conhecimento de outros coletivos no seu país.

8. E essas campanhas têm recebido apoio da parte francófona do país? E quais modalidade de ação você chegou a observar?

9. Rapidamente, você se considera mesmo como um ativista e um militante?

10. Conte um pouco sobre um caso específico no qual participou...

11. E quanto ao grupo dos Africtivistes?

12. Para voltar um pouco ao ativismo digital no seu país, quais as reivindicações mais prioritárias do ativismo digital e também se puder fale de maneira geral sobre os ativistas que não trabalham com o virtual. No caso do Mali por exemplo o direito à internet vem sempre antes.

13. E os atores internacionais têm um papel, segundo você, no contexto camaronês. Julie Owono por exemplo sempre está no apoio.

14. Quando trabalhou um ano na França, fez um trabalho pelo ativismo digital em Camarões?

Guine Conakry/França

1. O que tem feito atualmente

2. Então, queria abordar diretamente o tema da conversa. Estou trabalhando na minha tese cujo título é *Mobilização e cidadania. Ciberativismo na África francófona*. Estou estudando os movimentos cidadãos na África francófona e as novas formas de cidadania que emergem. Primeiro quero dizer que a conversa é gravada. Estou usando um aplicativo que converte diretamente a chamada do Skype em arquivo MP3, portanto, poderei reutilizar esse material sem ter sua imagem exposta. Seu nome também poderá ser trocado.

3. Gostaria de saber em primeiro lugar se você se considera como uma ativista digital.

4. Interessante! E quais são as questões que você vem fazendo em relação a essas atividades, quais são suas dúvidas?

5. Você me disse há pouco que às vezes quando escreve um tweet, organizam campanhas para responder a eles, não é se tem a ver com o fato de você fazer essas atividades a partir da França, embora seja guineense, mas reside na França; será um problema de legitimidade?

6. Estou um pouco perturbado porque pensei em fazer uma pergunta no final, mas eu estava pensando... recentemente você foi convidada num evento para dar uma palestra no dia 8 de março; eu pensava que o fato de abordar a questão das mulheres

poderia ser um tema mais fácil para você, digamos um tema mais fácil que a política, no sentido em que provocaria menos resistência na Guine.

7. Ainda sobre isso, o fato de estudar na França, de viver na França, quais são suas reivindicações prioritárias em comparação por exemplo com os ativistas que vivem na Guine? Qual é sua agenda?

8. O acesso à internet é uma demanda recorrente em todos os ativistas e blogueiros na África, será que essa pauta não te foi imposta? Era mesmo uma demanda sua?

9. É verdade que tive dificuldades em entrar em contato com muita gente. Agora, pode me falar dessa campanha que realizou sobre o meio ambiente na capital da Guine? Essa campanha começou na internet? e como se deu essa passagem do virtual para o Real? Havia uma campanha no nível continental? Porque eu vi uma coisa similar no Congo.

10. Mas isso mudou algo?

11. A sociedade aí é muito baseada em modelo machista, por exemplo na comemoração do dia 8 de março que as mulheres devem sair, dançar e ir cumprimentar o presente da República?

12. Li sua matéria na revista *Jeune Afrique* sobre o que aconteceu em Conacri.

13. Voltemos um pouco à questão do direito das mulheres. Normalmente tem dois aspectos, a independência e a autonomia da mulher. A independência tem muita a ver com o nível econômico, sua capacidade se autogerir financeiramente. A autonomia toca a questões mais culturais, aspectos mais intelectuais...

14. E qual é seu diagnóstico do ativismo digital atualmente na Guine? E você acha que existe um mercado do webativismo na Guine?

15. Falemos um pouco da rede de ativistas Africtivistes. Três questões a respeito; como você avalia as ativistas desse coletivo desde que está nele?

16. Então voltamos àquela conversa, está distinguindo o webativismo e o ativismo do mundo real?

17. É um paradoxo que você está me dizendo. Estamos falando do ativismo digital e você está me dizendo que Africtivistes virtualizou o debate.

18. O ativista congolês Gaius me falou das contradições que existem as demandas dos ativistas e as agendas dos operadores internacionais, parece que tem muito a ver com o que você está falando.

19. Como você faz para organizar suas atividades entre a França e a Guiné, em termos de logísticas, o dinheiro, etc.

20. E agora que está trabalhando também para a associação *SOS Racisme*, ainda é no mesmo quadro do ativismo.

REFERÊNCIAS

ABOGO, M'bah. **Panafricanismo clássico**. *Identidad y reconocimiento*. Nsibidi, n. 1, año 0, diciembre, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey C. **A importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan H. *Teoria Social hoje*. Editora UNESP, São Paulo, 1999.

AMADEU, Sérgio da Silveira. **Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção**. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino [et. Al.] (Org.). **Democracia digital**. *Publicidade, instituições e confronto político*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2016.

AMIEL, Pauline. **Le journalisme de solutions**. Communication [En ligne], vol. 34/2 | 2017, mis en ligne le 10 juillet 2017, consulté le 16 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/communication/7226>; DOI: 10.4000/communication.7226

AMIN, Samir. **Le printemps arabe? L'Égypte**. Journal des anthropologues [En ligne], 128-129 | 2012 URL: <http://jda.revues.org/5946>

ARNOLD, Marcelo & ROBLES, Fernando. **Explorando Caminos Transilustrados más allá del Neopositivismo**. *Epistemologías para el siglo XXI*. Cinta Moebio, 7: 49-66, 2000.

BARBOSA, Muryatan S. & COSTA, Thayná Gonçalves dos Santos. **Negritude e pan-africanismo no pensamento social brasileiro**. *A trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987)*. RBCS, Vol. 34, n. 100, 2009.

BARBOSA, Muryatan S. **O debate pan-africanista na revista Présence Africaine (1956-1963)**. *História*, São Paulo, V. 38, 2019.

_____. **Pan-africanismo e teoria social**. *Uma herança crítica*. África, São Paulo, V. 31-32, pp. 135-155, 2011/2012.

BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. **O raciocínio etnográfico**. In: PAUGAM, Serge (Coord.). *A pesquisa sociológica*. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

BECK, Ulrich. **Re-inventing Europe. A cosmopolitan vision.** Quaderia de la Mediterania, 2005.

_____. **The Cosmopolitan Vision.** Polity Press, translated by Ciaran Cronin, Cambridge, 2006.

_____. **Critical theory of world risk society. A cosmopolitan vision.** Constellations, vol. 6, n. 1, 2009.

BELL, Wendell. **The sociology of the future and the future of sociology.** *International Review of Sociology.* Revue Internationale de Sociologie, 9:3, 295-310, 1999. DOI: 10.1080/03906701.1999.9971317.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa, Papirus, Campinas, São Paulo, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Democracia, revolução capitalista e Primavera Árabe.** *Política Externa*, Vol. 21, N. 4, Abr/Mai/Jun, 2013.

BRUNO, Fernanda ... [et. Al.]. **Tecnopolítica da vigilância: perspectivas da margem.** Trad. Heloísa Cardoso Mourão ... [et. Al.], 1. Ed. Boitempo, São Paulo, 2018.

BUCHER, Taina. **Programmed Sociality. A software studies perspective on social networking sites.** Oslo, May 2012.

_____. **Bad Guys and Bag Ladies. On the Politics of Polemics and the Promise of Ambivalence.** *Social Media + Society*, July-September 2019, pp. 1–4

GODECHOT, Olivier. **Interpretar as redes sociais.** In: PAUGAM, Serge (Coord.). *A pesquisa sociológica.* Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

CANI, Josiane Brunetti. **Multimodalidade e efeitos de sentido no gênero meme.** *Periferia*, v. 11, n. 2, p. 242-267, maio/ago. 2019, DOI: 10.12957/periferia.2019.36955

CARDON, Dominique & CASILLI, Antonio. **Qu'est-ce que le Digital Labor?** INA, 2015.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** 11^a ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança. Movimentos sociais na era da internet.** Trad. Carlos Alberto Medeiros, Zahar, 1. Ed., Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO FERREIRA, Carolina Branco de. **Feminismos web.** Linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Cadernos Pagu (44), janeiro-junho de 2015, pp. 199-228.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal.** Revista de Antropologia [USP], 2019, <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

_____. **Como vencer uma eleição sem sair de casa. A ascensão do populismo digital no Brasil.** Internet & Sociedade, 2020.

CHAMOUX, Marie Noelle. **Les savoir-faire techniques et leur appropriation. Le cas des Nahuas du Mexique.** In: L'homme, 1981, tome 21, n. 3, pp. 71-94

CHÉNEAU-LOQUAY, Annie. **Du Global au Local. Quelles solutions, quels enjeux pour connecter l'Afrique?** Cadernos de Estudos Africanos [En ligne], 11/12 | 2007, mis en ligne le 17 décembre 2014, consulté le 01 octobre 2016. URL: <http://cea.revues.org/944>; DOI: 10.4000/cea.944

CITTON, Yves. **L'économie de l'attention.** RDL,n.11 — mai-JUIN 2013.

_____. (org.). **L'économie de l'attention. Nouvel horizon du capitalismo?** Éditions La Découverte, Paris, 2014.

COHEN, Jean Louise. **Sociedade Civil e Globalização. Repensando Categorias.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459.

CONRAD, Joseph. **Coração das trevas.** Ubu Editora, trad. Paulo Schiller, São Paulo, 2019.

COSTA, Sérgio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 12 Nº35, 1997.

COX, Kevin R. **La structure territoriale de l'Etat (STE)**. *Quelques réflexions critiques*. In: ANTHEAUME, Benoît & Giraut, Frédéric. **Le territoire est mort. Vive le territoire! Une (re)fabrication au nom du développement**. IRD Editions, Paris, 2005.

CROMPTON, Doreen E. De Calvo. **El pan-africanismo y la integración del África oriental**. *Comentarios al libro de J. S. Nye*. Revista de la intergración: economía, política, sociología, Buenos Aires, 1968, pp. 145-162.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum**. *Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. 1. Ed., São Paulo, Boitempo, Col. Estado de sítio, 2017.

DESLAURIERS, Jean-Pierre & KERISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

DIENG, Amady Aly. **Nationalisme et panafricanisme**. 30° anniversaire du CODESRIA Dakar, Sénégal, 10-12 décembre 2003.

DLAMINI-ZUMA, Nkosa Zana. **Pan-Africanism is more important than ever**. GREAT Insights, Volume 2, Issue 6. Maastricht: ECDPM, September 2013.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Edipro, Trad. Walter Solon, São Paulo, 2012.

_____. **Education et Sociologie**. Col. Les Classiques des Sciences Sociales, Chicoutimi, Québec, 2002.

_____. **L'éducation morale**. Col. Les Classiques des Sciences Sociales, Chicoutimi, Québec, 2008.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Trad. Ana Falcão Bastos e Luís Leilão, Editorial Presença, 13ª ed., Lisboa, 2007.

FALL-BARROS, ABABACAR. **El pan-africanismo y nosotros em el siglo XXI**. Dakar, 2013.

FIRDION, Jean-Marie. **Construir uma amostra**. In: PAUGAM, Serge (Coord.). A pesquisa sociológica. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

FIRMINO, Rodrigo José. **Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal**. In: BRUNO, Fernanda ... [et. Al.]. **Tecnopolítica da vigilância: perspectivas da margem**. Trad. Heloísa Cardoso Mourão ... [et. Al.], 1. Ed. Boitempo, São Paulo, 2018.

FRERE, Marie-Soleil. **Le paysage médiatique congolais: Etats des lieux, enjeux et défis**. IMMAR, Coopération Britanique, Bruxelles, Octobre 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Trad, Cid Knipel Morreira, 2ª Ed., 2012.

_____. **Postcolonial melancholia**. The Wellek Library Lectures, Columbia University Press, New York, 2005

_____. **Darker than Blue. On the moral economies of Black Atlantic culture**. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, 2010.

GIORGI, Amedeo. **Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas. Teoria, prática e avaliação**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

GODECHOT, Olivier. **Interpretar as redes sociais**. In: PAUGAM, Serge (Coord.). A pesquisa sociológica. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

GOHN. Maria da Glória. **Movimentos e protestos sociais. Uma abordagem sob a ótica da Teoria da Mobilização Política**. Resenha: JOHNSTON, Hank. **States & Social Movements**. Cambridge: Polity Press, 2011, 230 p. In: Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012.

GROULX, Lionel-Henry. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

GUERREIRO, Anderson & SOARES, Neiva Maria M. **Os memes vão além do humor**. *Uma leitura multimodal para a construção de sentidos*, v. 12, n. 2, p. 185-208, Florianópolis, jul./dez. 2016, <http://dx.doi.org/10.5007/1807-9288.2016v12n2p185>

HARDING, Sandra. **¿Existe un método feminista?** 1998.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula**. *Visita à história contemporânea*. Selo Negro, 2. Ed. rev. São Paulo, 2008

HOLDER, Gilles. **La cité comme statut politique**. *Places publiques, pratiques d'assemblée et citoyenneté au Mali*. *Journal des africanistes* [En ligne], 74-1/2 | 2004, mis en ligne le 15 mai 2007, consulté le 06 novembre 2018. URL: <https://journals.openedition.org/africanistes/537>.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. *Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Trad. Claudio Carina, Revisão Luísa Valentini, 1. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

HOLSTON, James & APPADURAI, Arjun. **Cities and Citizenchip**. *Public Culture*, vol. 8, p. 187-204. 1996.

HUWS, Ursula. **A construção de um cibertariado?** *Trabalho virtual num mundo real*. In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. **Infoproletários**. *Degradação Real do Trabalho Virtual* (pp.37-58), Boitempo, São Paulo, 2009.

JEADA, Pamela Valeria Y. **Metodologías móviles**. *Nuevas formas de estudio de lo urbano*. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*. N°11. Año 6. Abril – Septiembre 2016. Argentina. ISSN 1853-6190. Pp. 56-70.

KATEMBERA, Serge. **Sociologia digital ou sociologia do digital?** *Revista Abordagens*, João Pessoa, v. 2, n. 1, Jan/Jun, 2020, pp. 72-85. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/53720>.

_____. **Mulheres e o ativismo digital na África.** *Quatro retratos sociológicos.* Anais do VI Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, João Pessoa – PB | 22 a 24 de novembro de 2017 | ISSN 2447-5416. Disponível em: <https://visngpc.files.wordpress.com/2018/01/serge-katembera-rhukuzage-gt4_.pdf>

_____. **Ativismo digital na África.** *Demanda, agendas e perspectivas.* In: SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais.** *Olhares Afrodiaspóricos.* LiteraRUA, 1ª. Ed. São Paulo, 2020.

KATEMBERA, Serge Rhukuzage. **Novas mídias e empoderamento na África francófona:** *O caso de uma plataforma de blogueiros – Mondoblog do Atelier des Médias/RFI.* 2016. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

KI-ZERBO, Lazare. **Le mouvement panafricaniste au XX^e siècle.** Organisation Internationale de la Francophonie/Présence Africaine, Paris, 2013.

LACERDA, Marcos. **O Discurso sociológico da modernidade.** Cadernos do Sociofilo, Terceiro caderno, 2013.

LAMONT, Michèle & MOLNÁR, Virág. **The study of boundaries in the social science.** Annual Review of Sociology, Vol. 28, 2002, pp. 167-195.

_____. **The Dignity of Working Men.** *Morality and boundaries of race, class and immigration.* Harvard University Press, The Russell Sage Foundation, New York, Massachusetts, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Sem pena nem glória.** *O debate sobre a sociedade civil nos 1990.* Novos Estudos, N. 66, julho de 2003.

_____. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. Lua Nova, N. 47, 1999.

LEGUM, Colin. **Pan-africanism.** *A short political guide.* Praeger Publishers, Washington/New York, 1965.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** *Por uma antropologia do ciberespaço.* Trad. Luiz Paulo Rouanet, Edições Loyola, 9ª Ed., São Paulo, 2014.

LOPES, João Teixeira. **Movimentos ou momentos?** *Algumas notas sobre “novíssimos movimentos sociais”*. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino [et. Al.] (Org.). **Democracia digital**. *Publicidade, instituições e confronto político*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2016.

LYON, David. **Cultura da vigilância**. *Envolvimento, exposição e ética na modernidade digital*. In: BRUNO, Fernanda ... [et. Al.]. **Tecnopolítica da vigilância: perspectivas da margem**. Trad. Heloísa Cardoso Mourão ... [et. Al.], 1. Ed. Boitempo, São Paulo, 2018.

MAILLOCHON, Florence. **Por que a análise das redes?** In: PAUGAM, Serge (Coord.). *A pesquisa sociológica*. Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

MALINI, Fábio & ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua**. *Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Editora Sulina, Porto Alegre, 2013.

MARSHALL, Thomas, H. **Cidadania, Classe social e Status**. Trad. Meton Porto Gadelha, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

MARTEL, Frédéric. **Smart**. *O que você não sabe sobre a internet*. Trad. Clóvis Marques. 1. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

MATOS, Teresa C. F. & KATEMBERA, Serge R. **A informação terceirizada**. *Identidade e trabalho não pago na era do jornalismo digital*. Comunicação e Sociedade, Vol. 28, 2015, pp. 339-358.

MATOS, Teresa C. F. **Rádios comunitárias**. *Sintonia dissonante e “auto-imagem”*. Tese de doutorado, Fortaleza, 2006.

MATTOS, Pablo de Oliveira de. **George Padmore e C. L. R. James: A invasão da Etiópia, pan-africanismo e uma opinião africana internacional**. *Revista de Teoria da História*, Volume 22, Número 02, dezembro de 2019, pp. 137-176.

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 1, 2001, pp. 171-209.

_____. **A la lisière du monde**. *Frontières, territorialité et souveraineté en Afrique*. In: ANTREAUME, Benoît & Giraut, Frédéric. **Le territoire est mort**.

Vive le territoire! *Une (re)fabrication au nom du développement*. IRD Editions, Paris, 2005.

_____. **Du gouvernement privé indirect**. *Politique Africaine*, n. 73, 1991/1, pp. 103-121.

_____. **Necropolítica**. *Biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte*. *Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/URFJ*, n. 32, dezembro de 2016, pp. 123-151.

_____. **Afropolitanismo**. Trad. Cleber Daniel Lambert da Silva, *Áskesis*, Vol. 4, n. 2, julho/dezembro de 2015, pp. 68=71.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MELO, Mariana Soares P. **Formas de violência contra as mulheres lésbicas**. *Um estudo sobre as percepções, discursos e práticas*. Dissertação de mestrado, PPGS/UFPB, João Pessoa, 2016.

MELUCCI Alberto. *Sur le travail théorique d'Alain Touraine*. In: *Revue française de sociologie*, 1975, 16-3. pp. 359-379.

_____. **A invenção do presente**. *Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Trad. Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Estranhos no paraíso**. *Notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco*. *Cadernos Pagu*, v. 47, 2016a.

_____. **Sociologia Digital**. *Notas sobre pesquisa na era da conectividade*. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 275-297 Jul.–Dez. 2016b.

MISKOLCI, Richard & FIGUEIREDO BALIEIRO, Fernando de. **Sociologia Digital**. *Balanço provisório e desafios*. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol. 06, No. 12, Jan-Abr. de 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. *A ascensão dos dados e morte da política*. Trad. Claudio Marcondes, Ubu Editora, São Paulo, 2018.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África.** *Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.* Edições Pedagogo, Mangualde/Luanda, 2013.

MVILONGA, Sylvain Nomo. **La formulation du panafricanisme dans la pratique conventionnelle et constitutionnelle en Afrique.** Mémoire, Université du Québec, Montréal, 2013.

OLIVEIRA, Taís. **Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica.** *Um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil.* Dissertação de mestrado, São Bernardo do Campo, 2019.

ONG, Aihwa. **Les mutations de la citoyenneté.** *Périphéries*, Rue Descartes, n° 67, 2010/1, pp. 109-117. DOI 10.3917/rdes.067.0109

PARIZOT, Isabelle. **A pesquisa por questionário.** In: PAUGAM, Serge (Coord.). *A pesquisa sociológica.* Vozes, Petrópolis, RJ, 2015.

PEATRIK, Anne-Marie. **Une Sparte africaine.** *Initiation, citoyenneté, souveraineté chez les Méru Tigania-Igembe (Kenya).* *Journal des africanistes* [En ligne], 74-1/2 | 2004, mis en ligne le 10 avril 2007, consulté le 07 novembre 2018. URL: <http://journals.openedition.org/africanistes/228>.

PELÚCIO, Larissa. **Narrativas infieis.** *Notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas.* *Caderno Pagu* (44), janeiro-junho de 2015, pp. 31-60.

PIERMAY, Jean-Luc. **La frontière et ses ressources.** *Regards croisés.* In: ANTHEAUME, Benoît & Giraut, Frédéric. **Le territoire est mort. Vive le territoire!** *Une (re)fabrication au nom du développement.* IRD Editions, Paris, 2005.

PIRES, Álvaro P. (2014a). **Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais.** In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

_____. (2014b). **Amostragem e pesquisa qualitativa.** *Ensaio teórico e metodológico.* In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e*

metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo.** *Considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas.* In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

PRADO, José Fernández. **Tradiciones de investigación y presuposiciones generales en la sociología.** Sociológica, Vol: Año 7, n° 20, Septiembre-Diciembre 1992.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe.** *Uma proposta de classificação analítica.* Instituto de Relações Internacionais/UnB, Brasília, 2015.

REGATTIERI, Lorena Lucas. **Perfis ciborgues.** *Humanos-robôs e robôs-humanos nos ecossistemas de informação on-line.* VII° ReACT, Florianópolis, maio de 2019.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e Utopia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. *Cidadania, mercado e sociedade civil.* pp. 229-245. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

RETAILLÉ, Denis. **L'espace mobile.** In: ANTHEAUME, Benoît & Giraut, Frédéric. **Le territoire est mort. Vive le territoire!** *Une (re)fabrication au nom du développement.* IRD Editions, Paris, 2005.

RODRIGUES, Cristiano. **Afro-latinos em movimento.** *Protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia.* Appris, 1ª ed., Curitiba, 2020.

RODRÍGUEZ, Víctor Gabriel. **O ensaio como tese.** *Estética e narrativa na composição do texto científico.* Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2012.

ROMANUTTI, Raul Igancio. **Identidades africanas.** *Ideas sobre la politica exterior del pan-africanismo.* GEIC, África Subsahariana, Abril, 2010.

SARR, Felwine. **Afrotopia.** Trad. Sebastião Nascimento, n-1 Edições, São Paulo, 2019.

SCHUMANN, Robert & KENDE, Michael. **Supprimer les obstacles au développement d'Internet en Afrique**. Suggestions pour améliorer la connectivité. Internet Society, Rapport de Mai 2013.

SCRIBANO, Adrián. **Algunas notas sobre problemas de epistemológicos de la investigación en ciencias sociales**. Año VI: N° 9: pp. 195-205(ONMSM /nns), Lima, 2002.

_____. **Investigación cualitativa y textualidad**. *La interpretación como práctica sociológica*. Cinta Moebio, Septiembre, n° 11, Chile, 2001.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais**. *Microagressões e discriminação em código*. Vi Simpósio Internacional LAVITS, Salvador, 2019.

TARROW, Sidney. **Charles Tilly and the Practice of Contentious Politics**. *Social Movement Studies*, n. 7, Autumn, 2008.

_____. **O poder em movimento**. *Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, Vozes, 2009.

TAVOLARO, Sergio B. F. **Variações no interior de um discurso hegemônico?** *Sobre a tensão “ação – estrutura” na sociologia contemporânea*. Teoria & Pesquisa, Vol. XVI – n. 01 – Jan/Jun de 2007.

_____. **Existe uma modernidade brasileira?** *Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro*. RBCS, Vol. 20, n°. 59 outubro/2005.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. *Dilemas do Brasil contemporâneo*. Caderno CRH, Vol. 19, Salvador, 1993.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. *Uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner de Oliveira Brandão, revisão da tradução de Leonardo Avritzer, Editoras Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. **From mobilization to Revolution**. University of Michigan, 1977.

TOURAINE, Alain. **La voix et le regard**. Paris, Editions du Seuil, Col. Sociologie permanente, n. 1, 1978.

_____. **Le Retour de l'acteur**. *Essai de Sociologie*. Paris, Librairie Arthème Fayard, Col. Mouvements, n. 3, 1984.

TREMBLAY, Marc-Adélar. **Reflexões sobre uma trajetória pessoal pela diversidade dos objetos de pesquisa**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Sociologia).

TUGAL, Cihan. **Janízaros democráticos? O papel da Turquia na primavera Árabe**. Novos estudos. - CEBRAP [on-line], n.96, pp.133-150, 2013. ISSN: 0101-3300. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200010>.

TURNER, Jonathan H. **Teorização analítica**. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan H (Org.). *Teoria Social Hoje*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. – São Paulo, Editora UNESP, 1999.

TYSZLER, Corinne. **Entre rap et slam**. *Um souffle nouveau dans la langue?* Journal français de psychiatrie, n. 34, 2009/3

VEYNE, Paul. **Pão e Circo**. *Sociologia histórica de um pluralismo político*. Trad. Lineimar Pereira Martins, 1. Ed. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

WAGNER, Peter. **The Future of Sociology**. *Understanding the Transformations of the Social*. Caderno 43, 2009.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Trad. Artur Morão, LusoSofia Press, Coleção Textos Clássicos de Filosofia Corvilhã, 2010.

WHITE, Leslie. **Energy and Tools**. In: HAENN, Nora & WILK, Richard. **The Environment in Antropology**. *A Reader in Ecology, Culture, and Sustainable Living*. New York University Press, New York and London, 2006.

